

### CIP - Catalogação na Publicação

Alves Cuty, Jeniffer

A gente sempre pensou em termos de planejamento:  
a cultura da preservação nas políticas urbanas em  
Porto Alegre, RS, Brasil / Jeniffer Alves Cuty. --  
2012.

294 f.

Orientador: Eber Pires Marzulo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto  
Alegre, BR-RS, 2012.

1. Preservação. 2. Planejamento Urbano. 3. Porto  
Alegre. 4. Técnicos. 5. Trajetórias sociais. I. Pires  
Marzulo, Eber, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Linha de pesquisa: CIDADE, CULTURA E POLÍTICA

JENIFFER ALVES CUTY

***A GENTE SEMPRE PENSOU EM TERMOS DE PLANEJAMENTO:***  
a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil

TESE DE DOUTORADO

Porto Alegre  
2012

JENIFFER ALVES CUTY

***A GENTE SEMPRE PENSOU EM TERMOS DE PLANEJAMENTO:***  
a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Porto Alegre  
2012

JENIFFER ALVES CUTY

***A GENTE SEMPRE PENSOU EM TERMOS DE PLANEJAMENTO:***  
a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil

Tese defendida e aprovada como requisito a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela banca examinadora constituída por:

---

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite (UFS)

---

Profa. Dra. Cornelia Eckert (UFRGS)

---

Prof. Dr. Leandro Marino Vieira Andrade (UFRGS)

---

Profa. Dra. Celia Ferraz de Souza (PROPUR/UFRGS)

Porto Alegre  
2012

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esta instituição de excelência no ensino, que tenho a honra de fazer parte como estudante, desde o meu ingresso na graduação há dezoito anos e, mais recentemente, como professora junto ao Departamento de Ciência da Informação na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

À CAPES pela bolsa de doutorado que recebi no período de julho de 2008 a junho de 2009.

Aos professores do Propur, muitos dos quais foram meus mestres na graduação em arquitetura.

À minha orientadora e amiga, a professora Sandra Jatahy Pesavento, *in memoriam*, a qual me incentivou à produção intelectual em todos os momentos de nosso bem humorado convívio, interrompido em 2009.

Ao meu orientador, professor Eber Marzulo, que me acolheu de forma sensível no momento da mudança de orientação e com o qual obtive aprendizados fundamentais como pesquisadora, que deverão me acompanhar pela vida acadêmica que segue.

Aos colegas e amigos da Faculdade de Arquitetura, sobretudo à turma 2007 do Curso de Doutorado e às gurias do Mestrado, no Propur, entre elas Aline Martins, Carolina Oliveira, Renata Machado e Thaís Aragão. Nesta lista, não posso deixar de prestar um agradecimento ao colega de e-PUR, Bruno Cesar Euphrasio de Mello.

Às professoras antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert com as quais tive o privilégio de conhecer um pouco da ciência que estuda a cultura, desde 2005. A convivência em disciplinas, em seminários e nos momentos de sociabilidade dos grupos de pesquisa foi primordial para que eu compreendesse a necessidade de aproximação da antropologia aos estudos urbanos desenvolvidos no Propur, que também buscam compreender as culturas.

Aos colegas da FABICO com os quais pude compartilhar a etapa final da tese, especialmente ao professor Ricardo Schneiders da Silva e à professora Marlise Maria Giovanaz pelo exemplo de justiça, firmeza e cooperação.

Aos amigos Eduardo Cardoso, pela parceria na pesquisa em acessibilidade e direitos humanos e ao arquiteto e músico Daniel Debiagi.

Aos “técnicos” que muito gentilmente dispuseram-se em me conceder entrevistas para esta pesquisa.

A todos que auxiliaram na elaboração da tese, nas transcrições e nas conversas que buscaram abrir interlocução com o tema pesquisado.

Agradeço à minha família. À minha irmã, Jerusa, professora magistral de língua portuguesa, produção textual e parceira de todos os momentos; ao meu pai, Nunes, pela constante preocupação com meu bem-estar e, à minha maravilhosa mãe, Rosa, meu maior exemplo de sabedoria de vida, a quem dedico esta tese.

À minha mãe, esta pessoa lúcida e  
sábia, que me ensinou a aprender.

## **EPÍGRAFE**

*Tenho a chave para a porta do meu tema. Escrevo e choro a minha infância perdida; demoro-me comovidamente sobre os pormenores de pessoas e mobílias da velha casa na província; evoco a felicidade de não ter direitos nem deveres, de ser livre por não saber pensar nem sentir – e esta evocação, se for bem feita como prosa e visões, vai despertar no meu leitor exactamente a emoção que eu senti, e que nada tinha de infância.*

Fernando Pessoa, Livro do desassossego, p.256



## **RESUMO**

Esta tese trata da transformação do conceito da preservação do patrimônio, da sua noção ligada às práticas sociais e às políticas urbanas, vistas a partir do cotidiano dos sujeitos nelas envolvidos. Reflete sobre os processos de reavaliação dos sentidos desse conceito central através da observação da legislação urbana, do panorama político da cidade analisada e das trajetórias sociais de sujeitos inseridos em projetos de reabilitação urbana, arquitetônica e gestão de programas e órgãos de preservação, nas instâncias municipal, estadual e federal. Constrói-se uma rede de informantes a partir da verificação das interrelações institucionais de sujeitos da preservação e do planejamento urbano. O objeto de estudo está compreendido no universo desses sujeitos e na identificação de recorrências que caracterizam o imaginário da preservação no planejamento e das lógicas do planejamento na preservação. Toma-se como foco de análise as narrativas biográficas e os discursos desses sujeitos acerca do fazer técnico e político que pressupõe a preservação de bens culturais. Situando-se no âmbito das ciências sociais aplicadas, a pesquisa vale-se do aporte teórico-metodológico do Planejamento Urbano e Regional em diálogo com a Sociologia Urbana e com a Antropologia Social Urbana. Essa aproximação teórico-metodológica é fundamental para a compreensão dos caminhos assumidos para a análise do imaginário identificado na delegação de valor a determinados bens, espaços e práticas políticas, bem como na investigação próxima de sujeitos e grupos sociais em seus processos de conflito, negociação e crise. Por crise, entendemos que ela é construída como estratégia de legitimação das intervenções. O conflito, por sua vez, é motivador para as transformações físicas e sociais. A observação dos modos de atuar técnica e politicamente em níveis distintos nas administrações públicas, manifestada no esforço cotidiano de construir papéis e espaços de ação e de integração nos leva a refletir, na transformação das formas, os princípios que regem arranjos sociais e coletivos no ambiente urbano, especialmente no que diz respeito à cultura de preservar cidades.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Preservação. Planejamento urbano. Políticas urbanas. Porto Alegre. Trajetórias sociais.

Memória e imaginário coletivo.

## **ABSTRACT**

This thesis deals with the transformation about the concept of heritage preservation, their sense linked to the practices and urban politics, from the perspective of everyday practices of the individuals involved with them. Reflecting on the transformation process of the meanings of cultural heritage preservation in Brazil, through the observation of urban legislation, the political landscape of the city, and analyzing the trajectories of social subjects inserted in projects for urban revitalization, architectural and management of programs and agencies of preservation, in local, state and federal instances. It builds a network of informants from the verification of inter institutional around the subjects of preservation and urban planning. The object of study is understood in the universe of subjects and on the identification of the recurrences that characterize the preservation's planning imaginary and the logic of preservation. Take as the focus of analysis the biographical narratives and discourses about these subjects to technical and policy which requires the preservation of cultural properties. Situated within the Applied Social Sciences, this research uses an approach supported by theoretic-methodologic framework of the Urban and Regional Planning in a dialogue with the Urban Sociology and Urban Social Anthropology. This theoretical-methodological approach is fundamental to understanding the paths assumed for the analysis of the imaginary identified in value delegation of certain cultural properties, spaces, and political practices, as well as a closest investigation around the subjects and social groups in its conflict and negotiations process and crisis. By crisis, we understand that it is constructed as a strategy to legitimize interventions. The conflict, in turn, is motivating for the physical and social transformations. The observation of the modes of acting technique and politically in distinctest levels of public government, manifested in the daily effort of building roles and spaces of action and integration lead us to reflect, on the transformation of the forms, the principles governing social arrangements and groups in the urban environment, particularly with regard to the culture to preserve cities.

## **KEYWORDS:**

Preservation. Urban planning. Urban policies. Porto Alegre. Social trajectories. Memory and collective imaginary

## **RESUMÉ**

Cette thèse traite de la transformation de la notion de préservation du patrimoine, de leur sens lié à des pratiques et des politiques, des vues de la vie quotidienne des individus qui y participent. Réfléchir sur les processus de transformation des significations de la préservation du patrimoine culturel au Brésil, à travers l'observation de la législation urbaine, le paysage politique de la ville, et analysé les trajectoires des sujets sociaux insérés dans des projets de transport urbain, architectural et la gestion des programmes et des agences de conservation, dans les instances locales, provinciales et fédérales. Il construit un réseau d'informateurs de la vérification des inter sujets institutionnels de préservation et de la planification urbaine. L'objet d'étude se situe dans l'univers des sujets et à identifier les récurrences qui caractérisent l'imagerie de planification de la conservation et la préservation de planification logique. Prendre comme objet d'une analyse des récits biographiques et les discours sur ces sujets au progrès technique et politique qui exige la préservation des biens culturels. Permanent au sein des sciences sociales appliquées, la recherche s'appuie sur le cadre théorique et méthodologique de l'aménagement urbain et régional, en particulier la sociologie urbaine et l'anthropologie urbaine sociale. Cette approche théorique et méthodologique est fondamentale pour comprendre les chemins pris pour l'analyse de la valeur imaginaire identifié dans la délégation de certaines marchandises, des espaces et des pratiques politiques, ainsi que les sujets de recherche à venir et les groupes sociaux dans ses processus de conflit négociation et de la crise. Par la crise, nous comprenons qu'il est construit comme une stratégie visant à légitimer les interventions. Le conflit, à son tour, est motivant pour la physique et social. L'observation des modes de technique de jeu et les niveaux politiquement distincts de gouvernement publiques, qui se manifeste dans l'effort quotidien des rôles et des espaces de construction de l'action et l'intégration nous amène à réfléchir sur la transformation des formes, les principes régissant arrangements sociaux et des groupes dans l'environnement urbain, en particulier en ce qui concerne la culture pour maintenir villes.

### **MOTS-CLÉS:**

Préservation. La planification urbaine. Les politiques urbaines. Porto Alegre. Trajectoires sociales. Mémoire et imaginaire collectif

## LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1** – Esquema para compreensão da preservação com o “guarda-chuva” das ações políticas em uma instituição e que a conservação se apresenta subdividida em preventiva e reparadora. Fonte: edição da autora a partir da pesquisa da conservadora Lorete Mattos, servidora junto à Biblioteca Central da UFRGS. 36
- Fig. 2** – Esquema que relaciona aspectos da Conservação Preventiva em instituições museológicas e outras unidades de informação tais como bibliotecas e arquivos. Fonte: edição da autora, 2009. 37
- Fig. 3** – Fantasias urbanas de François Schuiten. Intenção de retratar o contexto de transformação acelerada, em diferentes níveis. Plano contre-plongée (de baixo para cima), a fim de potencializar a percepção da verticalidade das novas construções. O conjunto antigo e preservado encontra-se “sufocado” pelos edifícios monumentais. Fonte: Schuiten, Brusel, 2001. 57
- Fig. 4** - Quadro das interrelações institucionais, destacando os entrevistados para a tese. Fonte: edição da autora, 2008. 72  
174
- Fig. 5** – Alegoria de Deusino Varela, representando a evolução urbana de Porto Alegre. Fonte: Expediente Urbano, 1942. 93
- Fig. 6** – Axonométrica da ocupação em massa na Avenida Perimetral, proposta no plano de 1959. Fonte: 1º Plano Diretor, 1959. 93
- Fig. 7** – Macrozonas. Observa-se a delimitação do Centro Histórico. Fonte: PDDUA, Porto Alegre, 1999. 103
- Fig. 8** – Estratégia de Qualificação Ambiental. Fonte: PDDUA, Porto Alegre, 1999. 103
- Fig. 9** - Desenho da testada de um quarteirão inventariado. Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA. 104
- Fig. 10** – Exemplo de ficha cadastral de edificação, preenchida durante a realização do Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre. Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA. 105
- Fig. 11 e 12** – Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, conforme estratégia do PDDUA. 106
- Fig. 13** – Projeto de pesquisa e proposição da Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, realizado pela EPAHC – SMC/PMPA, em cooperação científica com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. Abaixo, ficha de uma área, no caso a Avenida Borges de Medeiros. “Áreas são entendidas como porções do território com características diferenciadas, que estruturam a paisagem atribuindo-lhe identidade, com repercussões em nível macro na cidade”. Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA. 107
- Fig. 14** – Projeto de pesquisa e proposição da Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, realizado pela EPAHC – SMC/PMPA, em cooperação científica com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. Abaixo, ficha de um lugar, a Fiategi, localizada no Bairro São Geraldo. Lugares são, conforme definição da proposta, “porções do território situadas ou não em Áreas, que permitem 108

identificar a ocorrência de conjunto de elementos culturais e naturais relacionados entre si, que por seus valores, são passíveis de ações de preservação”. Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA.

**Fig. 15** - Reportagem publicada no caderno Geral de Zero Hora, com título Centro Renovado e subtítulo O coração da Capital volta a ser cobiçado. Publicada em 20 fev. 2011. Fonte: acervo pessoal da autora. 124

**Fig. 16** – Reportagem publicada no caderno Geral de Zero Hora, com título “Centro Renovado” e subtítulo “O futuro em construção”. Publicada em 20 fev. 2011. Fonte: acervo pessoal da autora. 125

**Fig. 17** – Charge do cartunista Santiago, publicada no Jornal do Comércio. Fonte: Jornal do Comércio, em 2008. 151

**Fig. 18** - Matéria publicada na Revista do Globo. Fonte: Revista do Globo, n° 711, Porto Alegre, 1958. 152

**Fig. 19** – Esquema de interpretação em prancha, segundo Bateson, da sessão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em pauta, o Pontal do Estaleiro e a questão da orla. Fonte: edição da autora, 2008. 158

**Fig. 20** - Lâmina com a prospecção de projetos para o 4° distrito, até 2014. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em < [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/projetos\\_globais.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_globais.pdf) > Acesso em 19 nov 2011. 195

**Fig. 21** - Formação da rede de informantes no contexto porto-alegrense. Fonte: edição da autora, 2010. 223

**Fig. 22** - The New Brusel. A cidade verticalizada como uma maquete. Fonte: Schuiten, Brusel, 2001. 273

**Fig. 23** - Genova. A verticalização é um desejo e um temor. Fonte: Schuiten, Brusel, 2001. 273

## LISTA DE IMAGENS

- Foto 1** - Igreja Nossa Senhora das Dores, Porto Alegre, RS, Brasil. Fonte: foto de autoria do arquiteto Cristiano Kunze. Levantamento fotográfico do Centro Histórico de Porto Alegre, acervo do Programa Monumenta, Porto Alegre, 2001. 31
- Foto 2** – Interior da Catedral de Sainte-Chapelle, Paris. Exemplo da imagem a qual Viollet-le-Duc estava buscando nas suas ações objetivas sobre o patrimônio. Fonte: pesquisa na internet. Disponível em < <http://sainte-chapelle.monuments-nationaux.fr/fr/> > Acesso em 17 fev 2010. 42
- Foto 3** - Fluxos de pessoas e veículos no filme *Miragem* (1993), de Jaime Lerner. Representação de um contexto dinâmico e distante. A figura do homem da multidão poderia estar inserida em um universo semelhante. Plano plongée (de cima para baixo). Fonte: foto da autora a partir da projeção do VHS. 2005. 57
- Foto 4** - Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e Memorial do Rio Grande do Sul, junto à Praça da Alfândega, Porto Alegre, RS, Brasil. Fonte: foto de autoria do arquiteto Cristiano Kunze. Levantamento fotográfico do Centro Histórico de Porto Alegre, acervo do Programa Monumenta, Porto Alegre, 2001. 74
- Foto 5** – Avenida Borges de Medeiros, no lado moderno, ainda com prédios menores e com os charmosos telhados de quatro águas, bem característicos de Porto Alegre. Imagem de um importante monumento da cidade, o viaduto Otávio Rocha. Período: 1940. Fonte: site Skyscrapercity. Disponível em < [www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com) > Acesso em: 07 abr. 2011. 76
- Foto 6** – Vista do Centro e do Cais de Porto Alegre a partir da margem oposta à cidade, em 1888. Fonte: Memória Visual de Porto Alegre – 1880-1960 (2008). 80
- Foto 7** – Cais da Alfândega em 1900. Fonte: Memória Visual de Porto Alegre – 1880-1960 (2008). 80
- Foto 8** – Vista geral do Centro de Porto Alegre, década de 1990. Fonte: acervo BIEV/UFRGS. 93
- Foto 9** - Oficina promovida pela Associação Viva o Centro. Porto Alegre, 2006. Fonte: site da PMPA. Disponível em < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/> > Acesso em 27 de abril de 2008 e Foto da autora, 2008. 128
- Foto 10** - Manifestantes em plenária da Câmara de Vereadores. Porto Alegre, 2008. Fonte: site da PMPA. Disponível em < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/> > Acesso em 27 de abril de 2008 e Foto da autora, 2008. 128
- Foto 11** - Vista de trecho do cais da Avenida Mauá, a partir do Guaíba. Fonte: Naira Zanardo Zanin. Edição da autora, 2008. 132
- Foto 12, 13, 14, 15 e 16** – Composição de registros fotográficos feitos nas sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, sobre a adequação dos 154

estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014; nas votações sobre o destino do Pontal do Estaleiro e da utilização da Orla do Guaíba; na entrega de obras realizadas pela Secretaria Municipal da Cultura, no Paço Municipal; bem como nas reuniões no IAB-RS, nas plenárias promovidas pela Associação Viva o Centro e durante o Fórum “Porto Alegre, uma visão de futuro”. Fonte: pesquisa no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e fotos da autora, 2008.

- Foto 17** - Secretaria de Planejamento Municipal, Porto Alegre. Fonte: acervo da autora, 2008. 170
- Foto 18** – Vista externa do prédio da SMOV/SPM, Porto Alegre. Fonte: acervo pessoal da autora, 2008. 176
- Foto 19** – Vista dos prédios do entorno da SMOV/SPM, com feições modernistas. Fonte: acervo pessoal da autora, 2008. 176
- Foto 20** - Sala da Unidade Executora do Programa Monumenta – Projeto Porto Alegre, Altos do Mercado Público, no Centro Histórico de Porto Alegre. Fonte: acervo pessoal da autora, 2009. 222
- Foto 21** - Detalhe da janela de prédio localizado na Rua Marechal Floriano esquina com Rua Riachuelo, no Centro de Porto Alegre. Fonte: acervo pessoal da autora, 2007. 258
- Fotos 22, 23, 24 e 25** – O espaço do técnico do Programa Monumenta/Porto Alegre. Fonte: acervo da autora, 2009. 265
- Fotos 26 e 27** – O espaço do técnico do técnico da SPM/Porto Alegre. Fonte: acervo da autora, 2009. 267

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Tipos de materiais presentes em acervos. Fonte: edição da autora, 2011.	38
<b>Tabela 2</b> – Fatores deteriorantes dos materiais em acervos. Fonte: edição da autora, 2011.	39
<b>Tabela 3</b> – Modelo de roteiro de entrevista. Fonte: edição da autora, 2008.	69
<b>Tabela 4</b> – Organização dos primeiros espaços de observação da pesquisa. Observação das interrelações entre os temas debatidos. Ano 2008. Fonte: edição da autora, 2010.	133
<b>Tabela 5</b> - Contextos das duas primeiras entrevistadas. Período de entrevistas 2008 e 2009. Fonte: edição da autora, 2011.	173
<b>Tabela 6</b> – Quadro sinóptico dos pontos da entrevista realizada com Zenóbia, em 13/10/2008. Edição da autora, 2011.	198
<b>Tabela 7</b> – Quadro sinóptico dos pontos das entrevistas realizadas com Irene em 28/10/2008, 10/11/2008 e 19/05/2009. Edição da autora, 2011.	216
<b>Tabela 8</b> – Quadro sinóptico dos pontos da entrevista realizada com Paulo em 20/05/2009. Edição da autora, 2011.	237
<b>Tabela 9</b> - Quadro sinóptico dos pontos da entrevista realizada com Cecília em 09/09/2009. Edição da autora, 2011.	243
<b>Tabela 10</b> - Quadro sinóptico dos pontos da entrevista realizada com Carlo em 12/07/2011. Edição da autora, 2011.	251



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIEV: Banco de Imagens e Efeitos Visuais

CECTI: Centro Studi per Il Restauro dei Monumenti i Centri Storici

CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEF: Caixa Econômica Federal

CPH/SMC/PMPA: Centro de Pesquisa Histórica da Coordenação da Memória Cultural, Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de Porto Alegre

DEMHAB: Departamento Municipal de Habitação

DOCOMOMO: International Committee for Documentation and Conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the Modern Movement

EPAHC/SMC/PMPA: Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da Coordenação da Memória Cultural, Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de Porto Alegre

EUA Estados Unidos da América

IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil

ICCROM: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LIC-RS: Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

PAR: Programa de Arrendamento Residencial

PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNC: Plano Nacional de Cultura

PPGAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RS: Rio Grande do Sul

SMC: Secretaria Municipal da Cultura

SPH: Secretaria de Portos e Hidrovias

SPM: Secretaria de Planejamento Municipal

SNI: Serviço Nacional de Informações

UE: Unidade Executora

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WB: Walter Benjamin

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	19
<b>2 POR UMA EPISTEMOLOGIA DA PRESERVAÇÃO</b>	31
2.1 – A preservação a partir das ações objetivas sobre a matéria	35
2.2 – O patrimônio cultural nas sociedades e nas narrativas	47
2.3 – Síndromes de destruição total e outros excessos no contexto da preservação	49
2.4 – Construindo as bases para a leitura do imaginário da preservação	53
2.5 – A preservação sob a ótica da memória e do imaginário coletivo	62
<b>3 TEMPOS DE TRANSIÇÃO NAS POLÍTICAS PARA A CIDADE</b>	74
3.1 – A primeira onda modernizadora da cidade (anos 1910-20)	77
3.2 – A construção do patrimônio nacional (anos 1930-40) e o campo dos direitos culturais na contemporaneidade	82
3.3 – Em busca de uma representação do progresso (anos 1950-70)	91
3.4 – A preservação nas estratégias de transformação da cidade (anos 1980-00)	98
3.5 – Um programa para a cidade-objeto ou para os seus habitantes?	112
<b>4 MUITO DISCURSO, POUCAS DEFINIÇÕES</b>	128
4.1 – A cidade dos prédios e o fórum dos especialistas	134
4.2 – Interação e identidade na casa dos urbanistas	140
4.3 – Dos meandros técnicos ao palco de ações políticas	147
4.4 – Grandes intervenções em pequenas possibilidades interpretativas	153
4.5 – Apropriação da pesquisa aos estudos das formas de sociabilidade	163

<b>5 É AQUI QUE SE FAZ A CIDADE</b>	170
5.1 – <i>Está tudo vazio por aqui</i>	175
5.2 – <i>Se o planejamento é uma cachaça...</i>	181
5.3 – <i>...cuidado com o bichinho do patrimônio</i>	200
5.4 – <i>O meu cliente é toda a população de um país</i>	218
5.5 – <i>Trajetórias entrelaçadas no planejamento e na preservação</i>	219
<b>6 DE VOLTA À CASA DO PATRIMÔNIO</b>	222
6.1 – <i>O patrimônio nacional como um laboratório de oportunidades</i>	225
6.2 – <i>Entre a prática da conservação e a técnica para resolver conflitos</i>	238
6.3 – <i>O interesse pela intervenção no cotidiano técnico</i>	245
6.4 – <i>A formação de uma ética coletiva no campo da preservação</i>	252
6.5 – <i>Estou no patrimônio até hoje por idealismo</i>	255
<b>7 CONCLUSÃO: A NARRATIVIDADE NA PRESERVAÇÃO</b>	259
<b>REFERÊNCIAS</b>	283

## 1 INTRODUÇÃO

Preservar os sentidos e os valores de lugares, objetos e documentos é próprio do humano e ocorre de formas distintas, conforme a cultura dos sujeitos e das sociedades dessa preservação. Podemos identificar na atuação preservacionista um campo de disputas - de tensão e de poder -, pois este é um universo de articulação política no sentido amplo, nas esferas públicas, privadas e no âmbito coletivo. A construção de patrimônios e a atribuição de valores aos espaços e objetos transformados em bens culturais, objetificados, como se refere Gonçalves (1996), compõem a semântica patrimonial, ou seja, é a ordem simbólica, *a priori*, que constitui o patrimônio cultural e a sua singularidade identitária para uma cidade, um país, uma sociedade ou um determinado grupo humano. Por outro lado, a preservação, bem como o planejamento, sempre estiveram na pauta central de governos autoritários. A preservação cultural, no Ocidente, aponta para um conjunto de conceitos e práticas construídas sobre a premissa de salvaguardar os bens que são recodificados a partir das ações de proteção. Essas práticas implicam na negociação de valores atribuídos aos bens preservados ou a serem preservados, portanto, estão inseridas no âmbito da política – como forma construída pelas instâncias de governo e pelos chamados guardiões do patrimônio - do registro de informações e da conservação patrimonial. A transformação nos modos de preservar está, portanto, diretamente ligada às construções técnicas e políticas vivenciadas cotidianamente por aqueles que atuam na linha de frente da preservação.

Se compreendermos que a preservação compõe um campo do conhecimento, além de uma prática política, estamos reconhecendo a existência de abordagens distintas, de paradigmas em determinadas épocas e contextos, de discontinuidades, assim como de teorias propostas no contrafluxo de linhagens intelectuais predominantes. É a transformação desse olhar sobre o que significa, para nós mesmos, salvaguardar os produtos do espírito humano, parafraseando Cesare Brandi, em seus ambientes de representatividade, mas, sobretudo, de disputas e de como podemos nos valer deles em outros momentos, carregando uma ideia de sustentabilidade cultural e de acesso às técnicas, às tecnologias, à informação e, sobretudo, aos patrimônios, que permeia a preocupação em rediscutir este tema. Reconhecer que o discurso preservacionista se intensifica e se reavalia em tempos de debate sobre as transformações urbanas, que compreendem mudanças físicas, sociais, econômicas e culturais,

é admitir que esses arranjos reflexivos caminham juntos, ou seja, são dialógicos, carregando nos seus percursos ritmos e disparidades naquilo que se inserem seus marcos conceituais.

Ainda podemos inferir que o trabalho com o patrimônio e, conseqüentemente, com a preservação, está relacionado a um olhar-se da sociedade a partir de um espelho próprio, para construir uma melhor gestão de si mesma. A consciência desse processo de reflexividade, conceito cunhado pelo sociólogo Henry-Pierre Jeudy (2001), pode nos auxiliar no entendimento da preservação da ordem simbólica de uma sociedade. Entretanto, Jeudy nos alerta para os perigos dos princípios da reflexividade, alegando que o olhar a si mesmo no próprio espelho, graças a um jogo bem organizado de representações culturais, pode nos levar, por um lado, a um gozo coletivo e, por outro, a uma saturação. Esse conceito está construído na obra de Jeudy especialmente para pensar as ações patrimoniais voltadas – visivelmente – ao turismo, as quais colocam a mostra ou em superexposição, as formas da cultura urbana. O autor destaca ainda, de forma recorrente em sua obra, que o patrimônio se apresenta de maneira a objetivar e enquadrar a memória coletiva e sua preservação deveria estar diretamente ligada à transmissão de sentidos, à gestão da conservação desses bens e não a essa objetivação da memória.

É, portanto, através dos agrupamentos teórico-conceituais das noções de preservação, conservação, patrimônio, acesso aos bens culturais, planejamento e sustentabilidade urbana que esta pesquisa busca questionar, a partir das narrativas e dos discursos dos sujeitos e da análise dos conteúdos expostos nessas falas, as formas, os códigos, as motivações, as disputas e as lógicas de preservação do patrimônio cultural urbano nas sociedades complexas contemporâneas. Esta tese se propõe, inicialmente, ao estranhamento diante de um universo bastante próximo ao da pesquisadora que aqui se apresenta – no âmbito das negociações políticas da preservação - para, enfim, promover um mergulho conceitual sobre o que se assume preservar, quais os modos dessa preservação ou de uma cultura da preservação, se assim podemos denominar e, em que medida, opera-se com as questões objetivas (ligadas às práticas) e subjetivas (relacionadas aos significados, à individualidade dos sujeitos e às especificidades das sociedades) nos processos de preservação.

A cultura não existe isolada, nem independente do espaço, ao contrário, ela e o ambiente são indissociáveis, como observa o jurista Carlos Marés de Souza (1997). Este é um ponto e uma perspectiva a ser considerada nesta tese, o qual abre para um debate sobre as conformações do espaço da cidade, muitas delas decorrentes da legislação urbana e do panorama político que abrigam os sujeitos da pesquisa.

Para a autora desta tese, o tema da preservação a acompanha há mais de dez anos, quando, entre os anos de 1999 e 2001, realizou um estágio técnico na 12ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Porto Alegre. Um pouco antes dessa experiência profissional, a então arquiteta em formação havia fundado, em parceria com um colega de graduação, o artista plástico André Venzon, um grupo de debate sobre patrimônio cultural na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Salvarch, como foi denominado este grupo, recebeu apoio de alguns professores da faculdade sensíveis à carência dessa pauta na cinquentenária faculdade. Entre os apoiadores, a professora aposentada Glenda Pereira da Cruz, ministrante das disciplinas de história da arquitetura e o falecido professor José Albano Volkmer, notório militante no campo do patrimônio e da arquitetura no Estado. Esse grupo buscou atuar em diálogo com membros do International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) - o ICOMOS no Rio Grande do Sul -; do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), do próprio Iphan, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) e da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural ligada à Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre (Epahc-SMC/PMPA). As reuniões do grupo aconteceram ao longo dos anos de 1998 a 2000, concomitantemente a uma reformulação do currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, o qual passou a oferecer a disciplina de Técnicas Retrospectivas, em 2000. Esta disciplina, com ementa dedicada ao estudo do patrimônio, da preservação e da conservação, para estudantes de arquitetura, passou a ser ministrada na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, sendo que sua proposta inicial partiu do próprio Iphan-DF (nacional) aos cursos de arquitetura pelo país.

Nesse período, a autora da tese desenvolvia suas atividades como estagiária do Iphan junto à equipe técnica, sob a coordenação do superintendente, o arquiteto Luiz Fernando Rhoden, do arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, da arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira e demais técnicos. A equipe do Iphan-RS desse período era formada predominantemente por arquitetos, além de uma engenheira, um arqueólogo, um restaurador e funcionários da área administrativa. O trabalho dos estagiários de arquitetura estava voltado para o exercício do levantamento cadastral, uma importante ferramenta de preservação<sup>1</sup> em áreas de bens tombados, sobretudo em áreas formadas pela interferência dos processos de imigração alemã, italiana e lusitana. Trabalhava-se ainda com edição de mapas dos entornos de áreas tombadas,

---

<sup>1</sup> Como instrumentos de preservação podemos destacar o levantamento cadastral de edificações, o conhecido cadastro, os inventários, os registros, as leis de tombamento, as estratégias de educação patrimonial e as intervenções sobre os bens culturais.

os chamados perímetros de preservação, em todo o estado do Rio Grande do Sul (RS). Acompanhava-se a organização de seminários e outros eventos de capacitação do Iphan, os quais eram habitualmente realizados em cidades com importantes sítios tombados ou com bens tombados individualmente, como Antônio Prado e São Miguel das Missões.

O envolvimento com o universo da preservação motivou a autora, que aqui escreve, a fazer as aproximações, até então restritas às áreas da arquitetura, do urbanismo e da história, sempre com uma busca pela compreensão do fenômeno da cidade e das noções de cultura. Mais adiante, já no final do curso de Arquitetura, em 2002, foi possível começar a pensar no planejamento urbano e na preservação do patrimônio como estratégia possível para o planejamento das cidades brasileiras. Desde 2009, a prática docente na área de Preservação e Conservação de Bens Culturais, como professora dos cursos de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia da UFRGS, tem sido fundamental para repensar teorias e conceitos desse campo de conhecimento, a partir da Arquitetura e do Urbanismo, porém, em perfeito diálogo com as áreas dedicadas à reflexão e atuação a partir deste tema.

Do ponto de vista da reflexão sobre as decisões técnicas e políticas no planejamento e na gestão da cidade, que passou a abrigar a preocupação pelos centros históricos e pelas áreas degradadas, após os processos de industrialização e em decorrência das mudanças nas suas formas de comunicação, nossa trajetória acadêmica e profissional nos possibilita a analisar o centro dessas estratégias. No planejamento urbano, observamos a substituição aparente das ações reguladoras sobre a cidade - as quais, no início do século XX, buscavam a concretização de imagens de renovação, de verticalização, de higienização - por um posicionamento discursivo mais próximo de uma gestão colaborativa e comunicativa. Essa forma de planejar a cidade se apresentou como um conjunto de possibilidades de proposição de estratégias integradas de ação sobre áreas de interesse cultural, ambiental e mesmo áreas consideradas de risco ou de ocupação irregular.

Da mesma maneira, é importante identificar as singularidades da gestão urbana, para, enfim, buscar a compreensão da gestão do patrimônio cultural da cidade, tendo em vista que esta última nos leva a reavaliar os próprios conceitos de urbano e cultura, com todas as suas implicações interdisciplinares. Cabe, nesse sentido, repensar as noções de planejamento e de preservação à luz dos campos de articulação e negociação política, a fim de identificar convergências e divergências nas suas formas, nas suas estratégias e nos seus conceitos.

A preservação e a conservação de áreas centrais, os chamados Centros Históricos, caminham, tradicionalmente, no sentido de retomada da fisionomia original, da autenticidade,

buscando refazer a paisagem, os lugares e alguns traçados, bem como grifar monumentos e sítios guiados por uma avaliação histórica. Novos programas, projetos e ações, com forte apelo na reformulação de posturas econômicas e de articulação política, são propostos a partir dos anos 2000, no Brasil, para reabilitação de centros e parcelas urbanas. Nesse sentido e em consonância com a justificativa centrada nos valores de lugares, a principal estratégia para realização de intervenções estaria concentrada no exame do potencial de instrumentos a serem adotados sobre esses bens. A estratégia estaria, portanto, concentrada na análise de instrumentos crivados a partir de um diagnóstico que desejaria conhecer aquilo que explica esse território específico, do que ele se compõe, que forças o mantém, como ele chegou a ser o que é, suas práticas e suas formas de apropriação, como observa Marcelo Lopes de Souza (2006) nas suas proposições relativas a compreender lugares e territórios nas cidades.

Por outro lado, devemos observar muito atentamente as estratégias discursivas que viabilizam os projetos urbanos preservacionistas. Como problema para esta tese questionamos sobre a forma discursiva dessas estratégias no que tange à atuação dos técnicos, ao investimento expressivo de agências financiadoras internacionais e à legitimação desses projetos nos espaços políticos construídos para este fim. Quanto às justificativas para construção dos referidos projetos para a cidade, esta tese coloca como hipótese central de que o discurso da ruptura e da crise, no sentido cunhado por Georg Simmel (2006), na funcionalidade do espaço e, mais apuradamente, na morfologia que proporcionava o pleno uso desses espaços de valores culturais, seria reconstruído a cada nova proposta de intervenção. É próprio afirmar com isso de que alguns sujeitos entrariam em acordo com esses discursos, reproduzindo-os, intencionalmente ou não, a fim de viabilizar as reformulações, reconfigurações e reabilitações urbanas dos chamados centros históricos.

Um exemplo profícuo para esta investigação das formas de gerir a cidade em termos de preservação, nos anos 2000, é a implantação e execução, em nível nacional, do Programa Monumenta/BID. O Programa Monumenta no Brasil contemporâneo, em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), figurou como o principal programa de preservação da cultura urbana e arquitetônica brasileira, atualmente em vigor em 26 cidades<sup>2</sup> de porte pequeno, médio e grande. Sua importância analítica esteve centrada nas inovações no

---

<sup>2</sup> As 26 cidades contempladas com o Programa Monumenta são: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG). Fonte: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em 21 dez 2011.



gerenciamento econômico e financeiro, através da proposta de emprego de recursos expressivos e da realização de obras macroestruturais em centros históricos. Calcado na experiência de Quito, o Programa Monumenta foi instituído no final de 1999 pelo Ministério da Cultura (MinC), com apoio técnico da UNESCO, do próprio Iphae, das prefeituras das cidades contempladas com ele e em parceria com Caixa Econômica Federal.

Cabe contextualizar aqui brevemente a referência histórica para implantação do Monumenta no Brasil. A capital do Equador sofreu, em 1988, um abalo sísmico que danificou gravemente os monumentos do seu Centro Histórico, já inscrito, na ocasião, como Patrimônio da Humanidade. O retorno considerado positivo a partir das ações de restauração e dinamização cultural de Quito, promovidas pela instituição de um fundo com recursos do BID, levou o Banco, em 1995, a propor ao Ministério da Cultura do Brasil um programa similar. O programa brasileiro esteve, desde sua concepção, voltado às principais cidades históricas do país e previsto a ser implantado pelas administrações municipais. O MinC passou a oferecer ao programa, a partir de 1999, sua capacidade de gestão de recursos financeiros. A orientação técnica, por sua vez, seria conduzida por técnicos do Iphan. Essa mobilização política tinha a intenção, segundo relato de técnicos e gestores do programa, de implantar um conjunto de ações referidas ao perfil de cada cidade, abarcando a restauração de monumentos públicos com a qualificação de espaços urbanos de valor histórico, passando pelo financiamento de proprietários de imóveis privados igualmente reconhecidos como significativos para a cidade, a arquitetura e a transformação social do contexto em reabilitação, chegando até a execução de ações culturais de variados perfis. Na lista dessas ações, encontramos a descrição e execução de projetos de capacitação profissional em ofícios relacionados à conservação do patrimônio de cada sítio e a valorização das suas expressões culturais.

É necessário frisar que o Monumenta não se configura, em momento algum, como legislação urbana, mas como programa de intervenções - incluindo projetos e ações arquitetônicas, sociais e econômicas - com período e recursos limitados de ação. Outro ponto a ser destacado é a permanente recorrência do uso das expressões monumento e patrimônio histórico nos discursos falados e escritos do programa, provavelmente como traço herdado da semântica da preservação no Brasil originada das ações do Iphan.

Na capital gaúcha, o Monumenta passou a vigorar em 2001, sendo antecedido, em 1999, pelo processo de tombamento em nível nacional do Sítio Histórico que envolveu as áreas das Praças da Alfândega e Praça da Matriz. Recorrendo ao documento Perfil do Projeto

do Monumenta em Porto Alegre, observam-se uma primeira lista de técnicos e gestores envolvidos com o Projeto na capital gaúcha<sup>3</sup>, sendo que alguns deles sofreram remanejamento junto às suas instituições, como Epahc e outras secretarias e órgãos da PMPA, do Iphae e do Iphan. A Unidade Executora do Projeto (UEP), abrigada em Escritório Técnico situado nos Altos do Mercado Público, é composta, até 2010, por uma coordenadora, dois arquitetos, um historiador e um administrador. Outra questão a ser ponderada ao longo da tese está relacionada à formação da maior parte desses sujeitos no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Salienta-se, entretanto, que esta pesquisa não esteve restrita a observar e analisar a trajetória de arquitetos.

A figura do técnico entrevistado, aqui denominado como *sujeito da preservação* é colocada em primeiro plano, a fim de compreender seus modos de operar com o patrimônio cultural, suas formas de produzir e reproduzir discursos, tomando suas trajetórias sociais e as narrativas biográficas como fonte de análise. É característico do técnico – em sua maioria arquitetos – dedicarem “uma vida inteira” ao patrimônio e tecerem suas redes sociais a partir dos projetos que contemplam sua motivação em preservar, nem que seja apenas no discurso. É recorrente ainda que os projetos e mesmo as instituições tenham êxito nos seus propósitos em função desse envolvimento dos seus técnicos.

Observamos, assim, que a preservação pode se configurar e se transformar a partir dos sentidos e das mudanças no campo do planejamento urbano, ao passo que o planejamento, realizado nas instituições públicas, passou a incorporar as questões da preservação como primordiais na condução de planos e projetos, a partir dos apelos de sua função social e das novas roupagens adquiridas pela legislação. Esse entrelaçamento preservação-planejamento é verificado nas dinâmicas de diagnóstico, valorização e intervenção urbana, situando-se nesta tese como parte da hipótese anteriormente apresentada.

Verificamos que a preservação é parte da história da humanidade, apresentando-se com o foco no patrimônio enquanto monumento, sobretudo no século XVIII, e carregando o sentido de valores agregados, atribuídos e em confronto (e conflito) de interesses. Avançamos

---

<sup>3</sup> Unidade executora do projeto – Equipe técnica: Briane Bicca, Cleandro Krause, Luiz Merino Xavier, Maria Inês Lottermann Braga, Rogério Malinsky, Ronald Bahlis Lemes, Zita Possamai. IPHAN – 12ª SR: Débora Magalhães da Costa, Luiz Antônio Bolcato Custódio. IPHAE: Doris Maria de Oliveira, Mirian Sartori Rodrigues, Ana Maria Beltrami, Lisete Jardim, Roberto Sawitzki, Frinéia Zamin. PMPA: Andréa Mostardeiro Bonow, Alessandra Andrea Both, Boaventura Pacheco Feijó, Carlos Vinícius, Ludwig Viegas Soares, Guilene Salerno, Helena Vitória Machado, Jéferson Nunes, José Juvenal Gomes, Luciane Gottfried Adami, Maria Bernardete Medeiros, Maria de Fátima M. dos Santos, Maria Erni Coutinho Marques, Sandra Mara Pereira, Sílvia Giugliani. Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. Perfil do Projeto, 2001.

nessa reflexão acompanhando a proposição de José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>4</sup> (2009), quando ele sugere abordar o patrimônio como categoria de pensamento, reconhecendo, com isso, limitações e possibilidades que essa noção nos oferece. No âmbito da negociação política, verificamos sujeitos dispostos à reprodução de discursos moldados e amplamente aceitos no jogo de tensão entre as políticas de preservação - no sentido antigo de congelamento do patrimônio e de descaracterização - através das intervenções maiores na cidade. Não podemos, no entanto, ficar restritos a uma leitura unidirecional da preservação. Ela se conforma na dinâmica das mudanças físicas, sociais, econômicas e culturais das cidades, assumindo novos sentidos e influenciando ações de gestão e planejamento urbano.

A atuação com o patrimônio, a definição de bens tombados, a luta pela preservação “é maior do que eu mesmo”, como nos afirma um informante, pois, em última instância, “somos idealistas e acreditamos que podemos transformar o mundo [ou salvar as relações de identidade] com tudo isso”. Nesse grande grupo, os sujeitos da preservação identificam sua relação com a questão macro-urbana, a qual coloca na linha de frente da atuação a economia, a análise sociológica da cidade e mesmo se utiliza dos instrumentos do urbanismo e do planejamento urbano como lógicas para gerir o patrimônio. No outro lado, não antagônico, porém distinto, os sujeitos relacionam sua atuação profissional a um fazer eminentemente arquitetônico, ou seja, técnico voltado ao objeto e amarrado a um saber histórico construído com frequência na sua formação como arquitetos e, para alguns deles, como professores das disciplinas de teoria e história da arquitetura. Essa visão de que o bem cultural arquitetônico e urbano carrega um valor histórico primordial e motivador das ações de preservação é ainda reproduzida, como visão hegemônica, na formação desses profissionais e utilizada, para o bem e para o mal, na justificativa das ações e intervenções a serem propostas e realizadas. Os demais valores que podem estar relacionados são compreendidos de maneira menos clara ao longo do exercício profissional.

Este sujeito que atua na linha de frente da preservação urbana e que permanece nesse ofício ao longo de sua trajetória profissional, o qual chamaremos, de forma recorrente na pesquisa, de técnico, é aquele que sabe operar com os códigos da política deste campo, estando preparado para construir o *discurso da crise* de determinadas parcelas urbanas em

---

<sup>4</sup> Devemos ponderar que a categoria de patrimônio, como nos indica Gonçalves (2009), possui um caráter milenar. “Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria patrimônio também se faz presente nas sociedades tribais”. (Gonçalves, 2009, p.26). A partir dessa colocação o autor nos sugere lembrar que nas sociedades primitivas verificamos que o patrimônio não se relaciona ao sentido de acumulação, ao contrário, pode assumir o propósito de redistribuição ou de destruição.

consonância com interesses políticos de governo, muitos dos quais, partidários. O imaginário deste campo de atuação está, por conta dessas características, marcado pela imagem da ruptura e do esgotamento formal e funcional – o qual pode estar na essência da justificativa dos projetos de preservação, afirmando ou contrariando uma realidade urbana e social, é também atingido após um período exíguo nos processos de implantação das intervenções. Com isso, propomos aqui pensar que uma pequena parcela dos técnicos da preservação atua de forma consciente frente à “morte anunciada” das parcelas urbanas reabilitadas a partir de falsos discursos da crise urbano-estrutural, contrapondo uma parcela maior que não consegue perceber a intenção política desse discurso. Objetivos distintos no centro dos projetos e das políticas urbanas de preservação estão relacionados a visões de mundo e ao *ethos* de profissionais que se dedicam às rearquitecturas.

Se debater a preservação do patrimônio, conforme nos alerta Jeudy (2001), é contrapor à discussão de memória, pois o patrimônio preservado é sinônimo de uma cultura objetiva controlada, discutir como os programas de preservação cultural são contemporaneamente concebidos e geridos, por quem eles são administrados e executados, de que maneiras esses atores distintos operam com os códigos desse campo de atuação, leva-nos a identificar imagens que podem ser recorrentes nesse universo e que, portanto, podem compor o imaginário da preservação cultural nas cidades brasileiras.

Como desafio metodológico para esta pesquisa, seguimos os estudos do planejamento urbano, sempre como uma análise qualitativa, tomando a obra de Marcelo Lopes Souza (2006) como protagonista em nosso debate. No âmbito do imaginário social-urbano retomamos Benjamin (2006) e Pesavento (2002a), nos estudos de memória coletiva buscamos Eckert e Rocha (2005) e outros autores da antropologia social urbana, os quais ampliaram sobremaneira as possibilidades de avaliar o sistema de imagens que convergem no plano das políticas e de seus espaços de discussão, bem como a relação dos produtores do espaço urbano, conforme acepção de Roncayolo (1980) com as injeções de atenção dadas às áreas centrais de cidades brasileiras. É a partir da trajetória social, da experiência e da vivência dos sujeitos da preservação que percorremos esse universo e buscamos decifrar os códigos de uma defesa ao acesso à cidade ou da defesa ingênua da reconstrução de espaços em pleno vigor urbano e social, porém de pouco interesse e valor econômico e político. Certamente a aproximação com as ciências humanas nos estudos de planejamento urbano representa um exercício pleno do princípio interdisciplinar desta área que se dedica a estudar a cidade e nos alerta para outras fronteiras epistemológicas.

Esta tese está organizada de maneira a abrir o debate conceitual no Capítulo inicial, denominado *Por uma epistemologia da preservação*, com o delineamento do contexto teórico do campo analisado a partir da construção das noções de preservação, conservação e patrimônio e à luz de teorias e ações reconhecidas nessa área. A breve revisão histórica de posturas frente à preservação foi necessária para aproximar o leitor das intenções reflexivas da tese e da defesa pela caracterização de uma epistemologia do campo da preservação. Apresentamos aqui as principais motivações para a realização da pesquisa sobre a cultura da preservação no contexto urbano, social e político de Porto Alegre, especialmente grifando o desafio de promover um cruzamento disciplinar para este fim. A construção teórico-metodológica da tese aparece descrita em seus métodos, técnicas e nos procedimentos de investigação adotados com base motivadora inicial na observação de experiências etnográficas, as quais possibilitaram identificar similaridades e diferenças nos caminhos metodológicos aqui adotados. Observar contextos, grupos sociais e sujeitos em suas narrativas biográficas e nos seus discursos, nesta tese, serviu de escopo para rever o planejamento urbano, do ponto de vista de suas práticas.

É no capítulo *Tempos de transição nas políticas para a cidade*, que se faz a leitura dos instrumentos de planejamento no Brasil como contexto mais amplo e, em Porto Alegre, como foco da tese, pensando-os como mecanismos de preservação. Esse capítulo contextualiza e relaciona as práticas de planejamento e preservação brasileiras, desde o início do século XX, período em que ainda não se explorava todo o potencial de controle da preservação no cotidiano do planejamento, passando pela construção de um patrimônio nacional nos anos 1930 até a década de 60, bem como de uma legislação de proteção e registro desse patrimônio nos anos 1970 e 80, percorrendo ainda as políticas urbanas no contexto porto-alegrense até os anos 2000. Trabalhamos com as noções de enobrecimento, em Leite (2007), e de acesso à cidade e à cultura através de uma aproximação com as questões dos direitos culturais, como direitos à identidade cultural, à interação e à vida social. Objetiva-se identificar traços recorrentes nos discursos voltados à preservação enquanto reconhecimento de identidades e patrimônios e aos processos de urbanização como movimentos de construção da cidade e de sua imagem. Trechos das entrevistas já estão aqui analisados. Utiliza-se como fontes de pesquisa documentos locais, nacionais e pesquisas focadas nesse tema.

O capítulo 4 da tese, *Muito discurso, poucas definições*, constitui-se a partir da observação participante feita em espaços de debate, fóruns temáticos sobre as transformações na cidade de Porto Alegre, promovidos pela Câmara de Vereadores e por entidades de classe,

ao longo do ano de 2008. Foi nesse ano que a cidade foi tema de um seminário intitulado *Porto Alegre, uma visão de futuro*. O capítulo trata de uma observação mais ampla do panorama político da capital gaúcha na primeira década dos anos 2000, tendo em vista a implantação de políticas preservacionistas consoantes aos princípios estratégicos do planejamento da cidade. Entende-se a observação participante como instrumento metodológico para coleta de dados em campo e a elaboração de diários como recurso igualmente metodológico com foco na relação da pesquisadora com seu objeto de estudo. Para o debate do campo político, autores como Hannah Arendt (2007) são recorridos a fim de promover a reflexão sobre a política enquanto manifestação da liberdade humana.

O capítulo 5, *É aqui que se faz a cidade*, traz a análise das entrevistas realizadas como duas técnicas experientes, ligadas à prefeitura de Porto Alegre, sendo a primeira arquiteta aposentada da Secretaria de Planejamento Municipal e a segunda, também arquiteta, aposentada do principal órgão de preservação brasileiro, o Iphan. Retoma as especificidades do método aplicado em campo, promovendo uma reflexão sobre a atuação dos chamados sujeitos do planejamento e da preservação. Nesse capítulo ainda é proposto o debate sobre memória coletiva, a fim de culminar na análise sobre a importância da figura do narrador nesse percurso.

Em *De volta à casa do patrimônio* abordamos, a partir da análise do conteúdo das entrevistas com três técnicos, a relação desses sujeitos com a lógica do planejamento, desde a concepção de projetos pioneiros para a cultura nacional, passando pela condução de programas e intervenções voltadas ao patrimônio. O primeiro informante nessa etapa da pesquisa foi um técnico do Iphan no Rio Grande do Sul, considerado pelos seus pares como uma referência na área; a segunda, uma arquiteta com passagem pelos principais órgãos de preservação em Porto Alegre, sendo eles Iphan, Iphae e Epahc, a qual desperta para a preservação no canteiro de obras de restauro. O último informante com depoimento aqui analisado apresenta uma trajetória diretamente ligada ao estudo da história da arquitetura e da intervenção arquitetônica, atuando ainda na linha de frente, portanto política, de órgãos como o Iphan e o Iphae em Porto Alegre. Consideramos nesse capítulo as vinculações institucionais desses técnicos e a formação de redes no campo da preservação e do planejamento. São feitas ponderações sobre as interrelações políticas e afetivas com o patrimônio e as intervenções a ele propostas e realizadas.

É na conclusão que se aprimora a questão inicial da pesquisa, provocando a repensar a preservação no planejamento, especialmente através da interpretação da materialidade urbana,

nas imagens da verticalização e da higienização propostas na legislação para a cidade. Entende-se que a preservação precisa ser planejada e articulada nas instâncias políticas - as quais podem ser claramente identificadas ou não. Essa conclusão ilumina o percurso teórico-metodológico e empírico para desenvolver a pesquisa. Entende-se que a motivação por participar desses processos de construção do patrimônio e de atribuição de valores é eminentemente política, pois a preservação e o planejamento – como campos de disputas, de tensão e de articulação – configuram-se, em suas etapas de implantação, através de espaços para sonhar e decidir coletivamente, ou, segundo Simmel, em espaços motivadores da transformação de suas sociedades. As formas dessas sociabilidades apresentam recorrências e significados que identificam esse imaginário da preservação e, do mesmo modo, do planejamento. São práticas entrelaçadas e interdependentes, pois planejar o que deve ser modificado, substituído, preservado implica em um autoconvencimento dos valores atribuídos e dos critérios definidos para ação, intervenção e conservação das feições urbanas.

## 2 POR UMA EPISTEMOLOGIA DA PRESERVAÇÃO



**Foto 1 - Igreja Nossa Senhora das Dores, Porto Alegre, RS, Brasil.**

Fonte: levantamento fotográfico do Centro Histórico de Porto Alegre, acervo do Programa Monumenta, Porto Alegre, 2001. Autor: arquiteto Cristiano Lindenmeyer Kunze.



A provocação do historiador da arte André Chastel sobre o campo da preservação parece ser adequada para iluminar os conflitos presentes nessa área, quando ele afirma que “o patrimônio reconhece-se pelo fato de que sua perda constitui um sacrifício e que sua conservação pressupõe sacrifícios” (Chastel apud Poulot, 2009, p.17). Pois estamos revirando uma seara que, vista à distância, parece resistir às reformulações conceituais, porém, ao nos aproximarmos dela, deparamo-nos com muitas disputas de ordens diversas, sobretudo éticas. Não é apenas a modernidade que recebe no contrafluxo – ou no centro - das suas proposições a preservação. Se passamos muito tempo falando em preservação, conservação e restauração de monumento e talvez ainda estejamos pensando a partir daí, de acordo com Dominique Poulot, estamos vivendo um tempo de debate de valores, de atribuição de valores aos bens materiais e imateriais e é através desses valores que vamos construir patrimônios e desconstruir, propositalmente, parcelas urbanas em perfeito curso de suas dinâmicas.

Cabe, portanto, refletir acerca de discursos e teorias da preservação, em diversas áreas do conhecimento, a fim de identificar princípios que regem nosso pensamento contemporâneo ocidental sobre o que é (para nós) preservar. Para esta tarefa, desmembraremos expressões aplicadas corriqueiramente nesta área, algumas vezes de forma imprecisa, descontextualizada ou equivocada. É o caso da constante referência à necessidade de atentarmos para a preservação da memória. Já nos referimos ao conflito apontado por Jeudy (2001) sobre os processos de preservação e de memória. Vale, por conseguinte, desenvolver um raciocínio no sentido de nos questionarmos se é a memória o objeto preservado ou se é ela que preserva, no sentido de manter vivos os suportes que a evocam, legitimando e qualificando bens móveis, imóveis e imateriais. Se a memória não é um objeto, mas um fenômeno social, como nos alerta Maurice Halbwachs (2006), e sua massa de lembranças é adaptável ao conjunto de nossas percepções do presente, ou seja, a memória se recria a cada novo presente, portanto ela não é apreensível aos significados da preservação, pois esta, por sua vez, está relacionada à noção de salvaguarda<sup>5</sup> e de ação objetiva sobre o bem cultural.

---

<sup>5</sup> Por salvaguarda, vamos adotar o sentido apontado por Maria Cristina Bruno (1996), na qual ela situa a salvaguarda como parte das funções das instituições preservacionistas, no caso os museus, e que essa salvaguarda contempla a conservação (ação objetiva sobre a matéria) e a documentação ou o registro biográfico de objetos, obras e outros bens patrimoniados (BRUNO, 1996, p. 14). Ampliaremos esse sentido, indicando que programas e projetos para a cidade atingem a salvaguarda, como registro e conservação, nas suas ações práticas sobre a materialidade e, portanto, atuando na linha objetiva, como aponta Jeudy. No caso dos planos, enquanto leis urbanas, vamos compreender que eles propõem a salvaguarda enquanto posturas e políticas.

Ocidentalmente, a preservação durante a Idade Média até a Idade Moderna, carregava o sentido de reverência à grandiosidade do mundo antigo e, mais adiante, às marcas nacionais, oficiais e de um passado monumental. Françoise Choay (2001) constrói uma rica leitura sobre a consolidação da noção de Monumento para o Ocidente e grifa no seu texto que “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver suas identidades senão pela duração e pela memória” (Choay, 2001, p.113), ou seja, a memória é agente dessa preservação, a qual se manifesta nos seus arranjos físicos e sociais e no tempo, aproximando a afirmação de Choay ao conceito de duração construído pelas antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2005). Mais adiante, Choay esclarece sobre a dialética implícita na destruição e preservação de monumentos, afirmando que

romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico. (Choay, 2001, p.113)

O monumento integrado às novas configurações urbanas é preservado pela ação da memória, ou seja, é legitimado, reconhecido, renovado e tornado acessível, cotidianamente, aos e pelos grupos humanos. Seu uso como traçado, ambiente ou como ruína se justifica, validando esse lugar no rol de bens sustentáveis. A conformação desses bens segue a organicidade da tessitura urbana e, para serem alvos de preservação, é necessário que se mantenham inseridos no campo das transformações e, sobretudo, dos interesses dominantes do governante da hora. Se entendermos que a cidade compõe “um organismo vivo, que se concebe como totalidade integrada e controlada por dispositivos de equilíbrio”, de acordo com Kevin Lynch (1997, p.10), distanciamo-nos do princípio do colecionismo e trazemos uma perspectiva de complementaridade e interdependência. Com isso, podemos nos valer da provocação de Jeudy (2001) para entendermos o que ele denomina como “captura museográfica” de lugares e conjuntos urbanos. Para Jeudy, a preservação de parcelas urbanas é uma atitude arbitrária, pois vai contra a natureza mutável no plano físico e social da cidade e contra o sentido de memória e de cultura. Como sugere o autor sobre o chamado patrimonialismo, “preservar a memória é uma aberração” (Jeudy, 2001, p.56), considerando uma imposição, por parte de governos e órgãos mantenedores de políticas públicas promoverem a institucionalização de centros históricos, ignorando as mudanças, os esquecimentos próprios dos atos de rememoração e as discontinuidades que caracterizam os produtos da ação humana no seu *locus* original.

Por contraponto à questão urbana, é aceitável pensar que os museus, por serem lugares de representatividade de temas e tipologias, preservam objetos enquanto suportes de memória. No ato de formar coleções, o museu está deslocando o objeto do espaço de sua transformação, promovendo, através de um *tipo* de preservação dele, o que Henry Bergson (2000) identifica como reconhecimento por imagens, além da narração de fatos e outros temas nas pesquisas e interações com espectadores. Assim, o museu, diferentemente da cidade, abriga, por concepção, objetos originalmente descontextualizados e tornados justificáveis graças aos rearranjos promovidos nos atos do colecionismo e dos processos curatoriais e museais que os envolvem. No caso dos museus, a preservação tem um sentido temporal, pois é quando colecionamos e elencamos nosso patrimônio a ser musealizado, durante as pesquisas, os registros e as ações de conservação, bem como nos processos de concepção e realização de exposições que se dá a ler os objetos, tornando-os acessíveis e, portanto, promovendo a preservação. É ainda quando esse objeto ou o seu conjunto agrupado ou reagrupado retorna, musealizado, a sua comunidade de origem, que amarramos o ciclo de preservação que justifica a existência dos museus. Preserva-se, no âmbito dos museus, aquilo que pode representar um conjunto maior e que possa ser retido, retirado, singularizado desse todo para formar um novo conjunto, justamente por ser expressão de um coletivo que se transforma.

Quando agregamos ao debate da formação das coleções museológicas e dos organismos urbanos o termo patrimônio cultural, estamos nos referindo à reconceituação do objeto e do espaço à noção de síntese de valores visíveis e invisíveis. Consideramos além da matéria, da história e das imagens a ela vinculadas, pretextos de testemunhos altamente relevantes aos grupos sociais, à nação e à humanidade e, sobretudo, de força das pressões políticas. Segundo Choay (2001), a valorização carrega uma ambigüidade e uma noção de mais-valia. “É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar” (Choay, 2001, p.212), fazendo aqui uma ponte com as colocações de Jeudy sobre os sentidos da preservação voltados ao turismo e ao controle do estado, prioritariamente. Determinar e agregar valor a um objeto ou um lugar ainda não patrimonializado é uma estratégia que parte de um sistema maior, mais complexo e subjetivo nas suas ações, porém, conformador desse campo de disputas que é a preservação.

## 2.1 - A preservação a partir das ações objetivas sobre a matéria

Para refletirmos o princípio de valorização, enquanto ação carregada de subjetividade, devemos identificar tendências e estilos de conservar objetos, documentos e lugares, de forma preventiva e reparadora, ou seja, através da análise das ações objetivas sobre os bens culturais, a fim de desvendarmos intenções políticas de preservação (Fig. 1). A conservação urbana e arquitetônica se refere à manutenção de estados de uso, das condições de utilização dos espaços e pode ser de caráter preventivo ou reparador. Esse conceito está intimamente ligado à prática sobre o bem material, diferindo, assim, da preservação. Philip Ward (1992) salienta que um conservador atua tanto na conservação quanto na preservação, pois ao conservar um objeto, um documento ou um acervo, ele está preservando a informação nele contida ou a ele relacionada, bem como os valores a ele identificados.

No caso do restaurador, a atuação sobre o estado físico e as discussões acerca da autenticidade do objeto marcam, necessariamente, uma nova etapa na trajetória do objeto. Por mais que essa discussão seja polêmica, as características originais de um bem restaurado são alteradas. Para que se restaure um bem patrimonializado, todas as intervenções a ele destinadas são decididas, essencialmente, por comissões de ética ou por uma ética e um conjunto de conceitos que vigoram na época e no local dessa intervenção, pois a ação sobre o objeto vai além da estrutura física, abarca uma imagem a ser preservada.

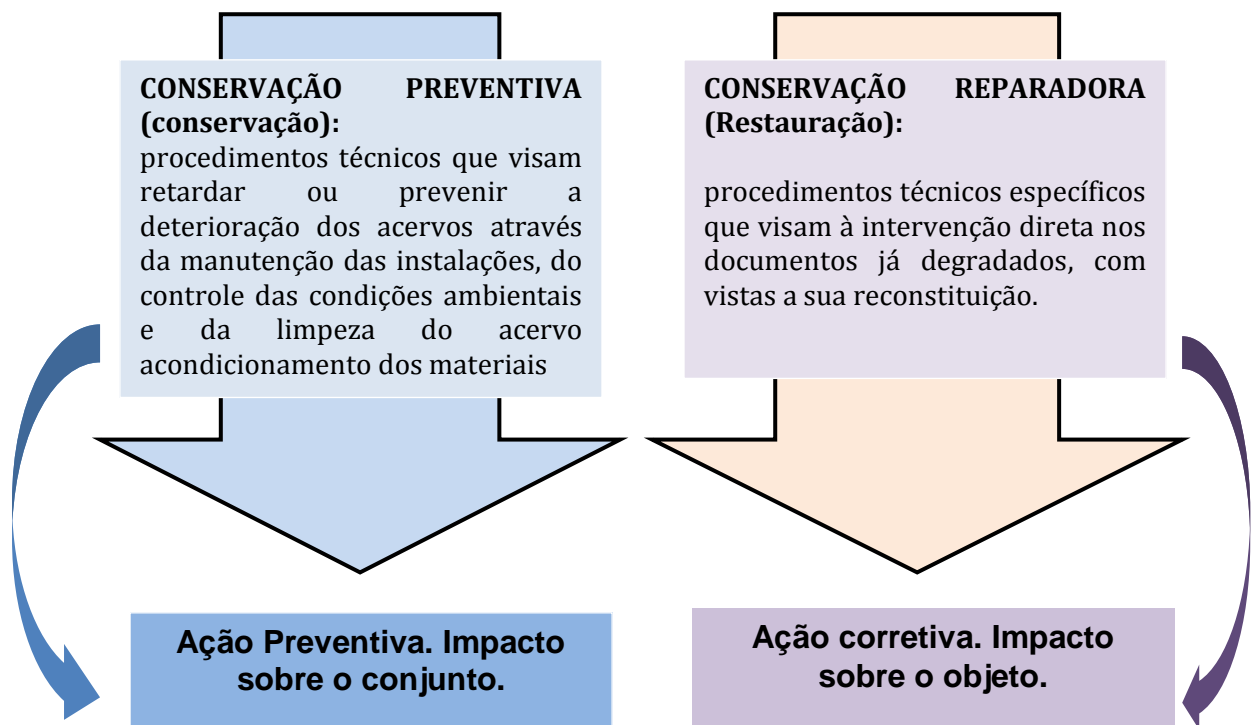
No âmbito da conservação preventiva (Fig. 2), as ações, aparentemente, flexibilizam-se, pois elas podem e devem ser tomadas sobre um acervo de bens e informações maior que aquele definidor do chamado patrimônio cultural. A conservação ultrapassa os limites de foco sobre o objeto, atuando sobre a integridade de conjuntos documentais. É característica de essa conservação deter-se em dados intrínsecos e extrínsecos da conservação de arquiteturas, objetos e documentos, tais como a composição dos objetos/documentos, sua estrutura, seus processos de fabricação, sistemas e técnicas construtivas, as condições do ambiente que os abrigam, as rotinas de manutenção das condições de usufruto desses objetos ou bens materiais. Segundo o conservador Sérgio Conde de Albite Silva (1998),

a conservação é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte da informação, aumentar sua permanência e prolongar a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras. (Silva, 1998, p.10).

Nessa linha descritiva, inferimos que a conservação tem objetivos práticos mais evidentes no sentido de buscar uma ampliação do seu leque de ação sobre acervos, atuando – de maneira metodológica – diretamente no meio que acolhe o objeto/documento/monumento. Ainda segundo Silva (1998), “os critérios para determinar quais as coleções teriam o privilégio de serem salvas nasce no seio das instituições e remetem a suas políticas” (Silva, 1998, p.12). O autor, no referido texto, está preocupado em refletir a construção conceitual dos termos preservação, conservação e restauração e mesmo da dimensão política da tecnologia, especialmente ligada às questões de transmissão de informação.

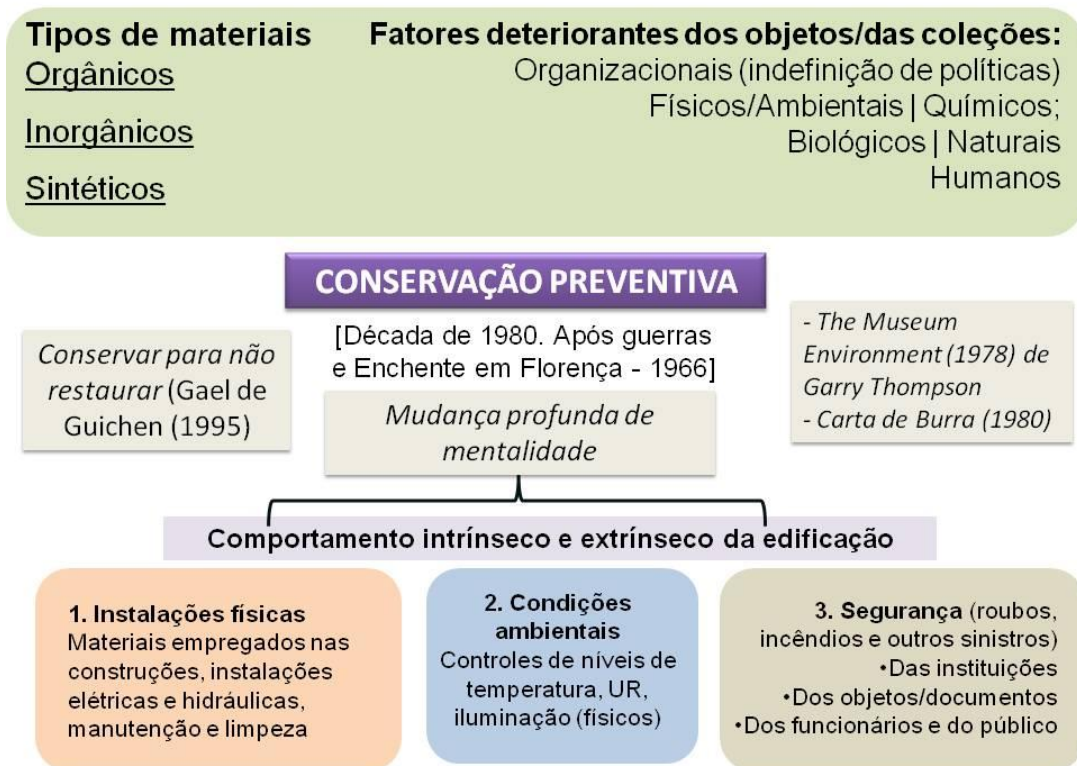
**Fig. 1** – Esquema para compreensão da preservação com o “guarda-chuva” das ações políticas em uma instituição e que a conservação se apresenta subdividida em preventiva e reparadora.

**PRESERVAÇÃO:** políticas que englobam os aspectos financeiros, materiais e humanos, adotados para gerir a conservação dos acervos. Define planejamento (critérios) e rotinas para distintos acervos (quanto ao uso, à tecnologia, ao valor da informação e aos valores atribuídos). Possui caráter gerencial e administrativo nas instituições. É também a finalidade das instituições que abrigam acervos.



Fonte: edição da autora a partir da pesquisa da conservadora Lorete Mattos, servidora junto à Biblioteca Central da UFRGS. 2009.

**Fig. 2** – Esquema que relaciona aspectos da Conservação Preventiva em instituições museológicas e outras unidades de informação tais como bibliotecas e arquivos.



Fonte: edição da autora, 2009.

A conservação preventiva em instituições museológicas e unidades de informação apresenta foco centrado na análise das condições ambientais de espaços que abrigam acervos, conforme aprimoramento metodológico nos anos 1990 e 2000. Seus princípios datam dos anos 1980, período de amadurecimento sobre as perdas decorrentes das grandes guerras e também da enchente que devastou acervos importantes em Florença, na Itália, em 1966. A partir de então, sobretudo nos estudos referentes à conservação de acervos em museus, bibliotecas e arquivos, passamos a incorporar a discussão sobre os ambientes que os abrigam. O sentido de prevenção também passou a ser considerado em outras áreas do conhecimento como a segurança do trabalho, com os estudos aprimorados de ergonomia, e mesmo nos debates urbanos.

No Brasil, é relativamente recente a pesquisa sobre o gerenciamento ambiental de museus, bibliotecas e arquivos, o qual se refere ao diagnóstico das condições de macro, médio e microambientes de acervos, sendo que, no primeiro, consideramos o contexto geográfico,

topográfico, urbano e social que envolve as edificações. No plano do chamado meioambiente dos acervos, conforme definição do professor Luiz Antonio Cruz e Souza (2008), coordenador do Laboratório de Ciência da Conservação (LACICOR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e principal referência nacional no estudo dessa metodologia de análise sobre a conservação de acervos, tratamos das tecnologias e técnicas construtivas das edificações, do período de construção desses prédios que abrigam acervos, muitos do quais reciclados, de pisos e revestimentos, dos tipos e formatos de aberturas, do pé direito dos espaços de acervo – os quais indicam a possibilidade de ventilação higiênica e de condições de habitabilidade, entre outros fatores. Além disso, o meioambiente do diagnóstico de conservação deve considerar as instalações elétricas e hidráulicas, bem como da iluminação e dos níveis de temperatura e umidade relativa do ar, sendo que essa última relação deve ser manter o mais próxima de 50% em ambientes de acervo de forma geral e especialmente para acervos muito sensíveis, formados por materiais orgânicos.

Por fim, nessa linha mais técnica de compreensão dos ambientes de acervos, os microambientes compreendem os invólucros, os recipientes, as pastas e os suportes onde os objetos e documentos são acondicionados, levando ainda em consideração os armários, os arquivos e as estantes nos quais esses documentos e objetos são armazenados. No caso da conservação, tanto a preventiva quanto a reparadora, contemporaneamente, sempre vamos considerar as interações entre materiais (Tabela 1), ou seja, sempre vamos buscar evitar ou minimizar as interações químicas e físicas (Tabela 2), para que os objetos e documentos permaneçam estabilizados, lembrando que estamos aqui nos referindo a lugares que abrigam acervos físicos.

**Tabela 1** – Tipos de materiais presentes em acervos.

Orgânicos:	Papel (presente na maior parte dos acervos). Fotografia. Tela. Madeira. Têxteis. Couro. Lã.
Inorgânicos:	Pedra. Cerâmica. Metais. Vidro
Sintéticos:	Acrílico. Plástico. Nylon. Couro e têxteis sintéticos. Polietileno (PE). Poliestireno (PS). Isopor ou poliestireno expandido (EPS)

Fonte: edição da autora, 2011.

O sentido de estabilização, bastante claro nos ambientes de acervo de museus, por exemplo, como as reservas técnicas, é aplicado na arquitetura e nos conjuntos urbanos com a conotação de manutenção das características e de formas identificáveis dos seus usos originais, diante de processos de degradação e mesmo de destruição. Utilizamos ainda a noção

de consolidação de edificações nas suas feições adquiridas ao longo do tempo, entre elas na forma de ruína como tal.

Certamente esse debate técnico nos indica muitas aberturas para a reflexão conceitual, sempre levando em consideração a época em que a discussão está colocada. Conforme nos alerta Granato (2007), a preocupação com a proteção dos bens culturais, com os símbolos das civilizações, é antiga. Já no Egito, na Idade Antiga (3400 A.C. – 476 D.C.), organizava-se uma série de objetos e tesouros para serem enterrados juntamente com seus donos, nas suas tumbas. As câmaras das pirâmides, onde essas relíquias eram guardadas de modo hermético, protegiam seu conteúdo da ação de todo o tipo de agente (humano ou biológico), além de resguardar valores de identidade atribuídos a esses objetos. Ainda no exemplo dos documentos, não podemos negar a importância da Igreja, sobretudo na Idade Média, como agente de preservação de manuscritos e obras de arte.

**Tabela 2** – Fatores deteriorantes dos materiais em acervos.

Físicos/ambientais:	Iluminação. Variações de temperatura e Umidade Relativa (UR)
Químicos:	Oxidação. Hidrólise. Reação de ácidos dos poluentes sobre os materiais
Mecânicos:	Dilatação térmica. Higroscópico.
Biológicos:	Fungos. Bactérias. Insetos xilófagos. Roedores
Humanos:	Manuseio incorreto. Produção de condições para desenvolvimento de agentes biológicos. Vandalismo. Desconhecimento sobre formas de acondicionar. Incêndios. Guerras
Naturais:	Inundações. Abalos sísmicos. Deslizamentos de terra.

Fonte: edição da autora, 2011.

Historicamente, a conservação reparadora (conceito adotado a partir dos anos 1980) ou a restauração passou a despertar maior interesse técnico e científico a partir do *Quattrocento*, quando autoridades intelectuais (sobretudo o clero) e artísticas aventaram monumentos e objetos de arte da Antigüidade, a fim de incorporar essas imagens à lista de principais testemunhos humanos. Para Choay, “um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma” (2001, p.44). Choay atenta para a instituição da Antigüidade Clássica como território da arte,



indicativo de valores a serem preservados. Entretanto é de se considerar que “não se podem colecionar os templos e anfiteatros romanos. Não se pode mobilizar a paixão do colecionador para protegê-los” (Choay, 2001, p.52). Proteger significaria aqui resguardar o monumento na sua imagem original, a fim de formar uma coleção (urbana) de antigüidades, como se isso fosse possível. Conservar, por conseguinte, demandaria aprimoramento técnico e, paralelamente, o estabelecimento de acordos políticos de uso e de valor.

A ambivalência diante dos monumentos da Antigüidade Clássica preconizou, na Europa medieval e renascentista, estados de proteção vigilante, por vezes radical e denúncias indignadas às mutilações e desconfigurações, as quais se estenderam ao longo do século XIX. Os estudos dos vestígios antigos, pelos humanistas, caracterizaram-se pela ambigüidade, pois, para os clérigos do século VIII ou XII, o mundo antigo foi, ao mesmo tempo, inacessível (impenetrável) e imediatamente codificável (próximo), conforme assinala Choay:

*Impenetrável*, pois os territórios romanos ou romanizados tornaram-se cristãos, a visão pagã do mundo não vigora mais, ela não é mais concebível. As expressões literárias ou plásticas, tornadas indecifráveis pela perda de referente, reduziram-se a formas vazias. *Próximo*, pois essas formas vazias, ao alcance da vista e da mão, são imediatamente passíveis de transposição (...) para o contexto cristão, em que são interpretadas de acordo com códigos já conhecidos (2001, p.38-39)

É possível perceber a adequação aos códigos da cultura humanista dos sentidos transmitidos por objetos e lugares do mundo antigo, motivando a valorização e conservação desses bens, pois eles passaram a fazer sentido àquelas nações. Como esses lugares, textos e objetos antigos não mais dispunham da memória narrada, tornou-se viável essa transferência e familiarização. Essa reflexão é fortuita quando pensamos nas apropriações de Centros Históricos por parte de projetos de reabilitação e requalificação. Reabilitar suas formas originais pode significar a tentativa de restaurar condições que as gerações atuais desconhecem, numa busca, em vão, por imagens que não mais pertencem aos grupos humanos que desses espaços usufruirão. Esses projetos podem, por outro lado, instaurar novas apropriações, desde que eles indiquem e potencializem códigos mínimos de interrelação com seus consumidores, de acordo com conceito de Roncayolo (1980).

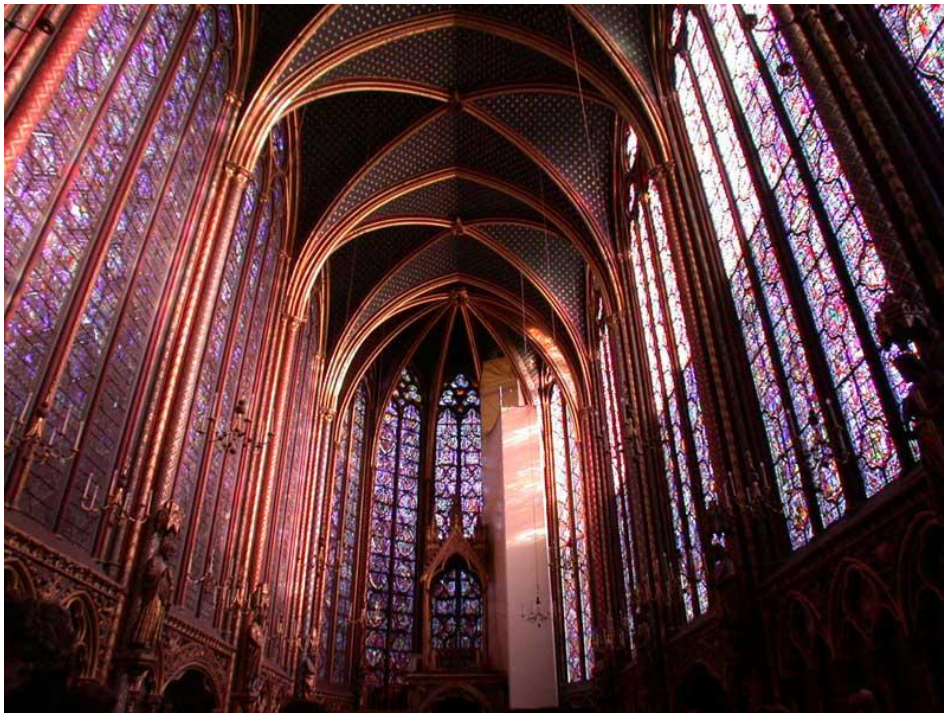
Como os modos de preservar, conservar – de maneira preventiva objetos e documentos e como manutenção dos usos, no caso urbano e arquitetônico - e restaurar são resultantes das políticas e das contradições de cada época, vale observar, mesmo que brevemente, o intrigante século XIX. É nesse século que a conservação com base científica se inicia. No âmbito da conservação “destacam-se os trabalhos de Sir Humphrey Davy,

presidente da Royal Society, em 1820, estudando os papiros de Pompéia e realizando estudos sobre as causas de sua degradação” (Granato, 2007, p.8). Granato observa ainda a publicação dos primeiros livros sobre o tema, *Die Konservierung von Altumsfunden* (A Conservação de Antiguidades), quando a conservação passou a ser uma disciplina profissional.

No estudo da restauração de edificações, especialmente, ao longo dos Oitocentos, destacamos o confronto franco-britânico diante da defesa pela restauração artística em contraposição a não-restauração. A atuação do arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc e suas proposições favoráveis à restauração, especialmente para a arquitetura gótica, revelam-nos o outro lado do panorama cultural da França dominado pelos ideais clássicos. “A arquitetura oficial seguia uma estética dita acadêmica, de derivação clássica” (Viollet-le-Duc, 2000, p.17). Nesse ambiente de busca por novas feições da arquitetura, a restauração realizada e defendida por Viollet-le-Duc vinha revirar o princípio de adequação da forma à função, da estrutura à forma e da ornamentação ao conjunto, ou seja, concebendo o que o francês entendia como um sistema ideal e fechado em si dessas arquiteturas e de suas intervenções. A marca de sua auralidade sobre os monumentos restaurados era assumida em tom dogmático na sua teoria, grifando que: “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (Viollet-le-Duc, 2000, p.29). Esse notório argumento do francês para a intervenção nos abre leituras variadas sobre a consistência das justificativas adotadas na e para a conservação-restauração de bens móveis ou imóveis.

A posição de Viollet-le-Duc era oposta à do inglês John Ruskin, o qual pregava absoluto respeito pela matéria original, dando origem e influenciando muitos preservacionistas no chamado Movimento Anti-restauração (*Anti-scrape movement*). Travava-se na Europa, em torno de uma polêmica sobre a possibilidade de, por um lado, dar nova face ao bem restaurado, a fim de constituir a desejada pureza de estilo e, por outro, limitar a intervenção a um tipo de conservação a qual se caracterizaria mais pela contemplação do objeto e pela sua relação harmônica com o ambiente. Nesse sentido, Ruskin, com sua escrita hermética e carregada de aforismos, alerta para a observação às obras do Homem (culturalmente produzidas) em perfeito diálogo com a grande obra de Deus (a Natureza). Sua teoria pode ainda estar relacionada à observância cuidadosa da conservação como protagonista nos movimentos de preservação, ainda não no sentido adotado pela preventiva na segunda metade do século XX.

**Foto 2** – Interior da Catedral de Sainte-Chapelle, Paris. Exemplo da imagem a qual Viollet-le-Duc estava buscando nas suas ações objetivas sobre o patrimônio.



Fonte: pesquisa na internet. Disponível em < <http://sainte-chapelle.monuments-nationaux.fr/fr/> > Acesso em 17 fev 2010.

Em fins do século XIX, o arquiteto italiano Camilo Boito levantou a bandeira contra as complementações estruturais e as construções adjacentes realizadas sobre os edifícios antigos, alegando com isso a destruição do espírito original da edificação. Boito, mediando os antagonismos de Viollet-le-Duc e Ruskin, construiu sua teoria sob os princípios da intervenção mínima e claramente identificável. Aparentemente na mesma linha de Boito, porém reavaliadas as técnicas de restauro, já na década de trinta do século XX, a Carta de Atenas – documento indicativo para as ações no campo da preservação arquitetônica e urbana internacionalmente - registrou a preocupação em respeitar o caráter histórico e artístico dos monumentos. Ainda se referia a monumentos e a aspectos históricos, mas sua compreensão era menos restrita a eles, tendo em vista que já se levava em consideração as particularidades urbanas que produziam os referidos monumentos. Estava difundido, antes da própria carta entrar em vigor, de que as intervenções realizadas sobre os bens patrimoniais deveriam carregar a marca de seu tempo no emprego de materiais, na execução através de técnicas modernas e na feição final.

Na década de 1960, a Carta de Veneza pareceu ser expressivamente mais rígida nas suas cláusulas, apontando a restauração na sua excepcionalidade, a qual deveria primar pela conservação de valores estéticos e históricos, fundamentando-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Estaria subliminarmente expresso, nos termos da carta, a preservação da autenticidade do bem patrimonial como valor documental.

Devemos sempre ponderar, na leitura das inúmeras cartas patrimoniais existentes, pois elas indicam caminhos para uma deontologia ou ética da preservação. No caso específico da Carta de Veneza, a arquiteta Beatriz Mugayar Kuhl (2010) faz uma análise crítica observando, primeiramente, a universalidade do seu texto, se ela é possível, pois as cartas são pensadas para culturas distintas e deverão ser interpretadas como tal. Esses textos universais, se bem aproveitados pelos países, podem servir de base para a formulação de documentos normativos no campo da preservação. “É importante ter em mente que a carta contém uma série de princípios-guia, ou diretrizes, o que é algo muito diferente de regras ou de um receituário para a sua aplicação” (Kuhl, 2010, p. 289). A Carta de Veneza representou também um alargamento na definição do que é bem cultural. Kuhl avança na sua pesquisa elucidando aspectos do contexto de elaboração da carta.

A arquiteta analisa depoimentos de Raymond Lemaire, redator da Carta, o qual aponta para uma motivação, prévia à realização do congresso de Veneza, para a criação de um organismo de especialistas em monumentos. Essa proposta derivou de mobilizações durante o primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos de Paris, em 1957. De acordo com a autora:

Em particular, Piero Gazzola, que esteve à frente do encontro de Veneza, tinha esse intento, pois sentia necessidade de uma instituição do gênero em seus trabalhos como especialista da Unesco. Isso ficou ainda mais evidente durante os trabalhos para salvar os templos em Abu Simbel, no Egito, em que Gazzola constatou quão importante foi a colaboração com o Icom. Já o estatuto do Icomos foi baseado, em linhas gerais, no do Icom, instituição-irmã, da qual recebeu pleno apoio. Georges-Henri Rivière, um dos fundadores do Icom, foi grande incentivador da criação do Icomos, acreditando em seu papel relevante para assegurar um futuro para o patrimônio. No Congresso de Veneza, porém, houve uma cisão, pois alguns participantes que não haviam sido eleitos para a comissão organizadora da nova instituição pretenderam criar uma associação paralela, que seria *voltada estritamente a arquitetos e engenheiros especializados em preservação*. A ideia-base do Icomos era outra: a de um órgão que acolhesse todas as disciplinas e competências envolvidas na salvaguarda de bens culturais. Esse processo foi efetivado na assembléia-fundadora, de 1965, em Varsóvia, que elegeu Gazzola para a presidência; Lemaire, secretário-geral; e Maurice Berry, para a tesouraria. O Icomos foi bem acolhido por René Maheu, então Diretor-Geral da Unesco, e imediatamente admitido como

organização de consultoria e colaboração, categoria B; dois anos mais tarde, passou à categoria A. No que se refere a aspectos operacionais, um apoio significativo veio do Ministro da Cultura da França, André Malraux, que ofereceu uma sede em Paris e apoio financeiro regular para o secretariado. (Kuhl, 2010, p.290. Grifo da autora).

O Icom, portanto, foi instituição-chave na criação do Icomos e também da organização intergovernamental que é o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), em 1956. Esse foi um período de criação dessas organizações internacionais compostas expressivamente por arquitetos e profissionais que atuam com conservação de acervo museológicos e demais bens culturais. No caso do ICCROM, ele contou com a participação ativa de Cesare Brandi, nas suas formulações, o qual representa, ainda hoje, um dos teóricos mais consultados nessa área.

É necessário lembrar que a restauração estava anteriormente voltada à ação sobre a materialidade, sobre o suporte da obra de arte ou da obra de valor histórico. Cabe o registro de que os anos sessenta, segundo Choay (2001) representam um divisor de águas nas formas de pensar e atuar na preservação e conservação. Ainda sobre a Carta de Veneza, a partir da leitura de Kuhl (2010), podemos observar que a carta indica o restauro crítico como método a ser adotado nas intervenções, o qual, ao mesmo tempo em que acolhe os princípios fundamentais do restauro filológico – relativo ao respeito pelas várias estratificações do bem e a diferenciar a ação contemporânea –, também os associa ao tratamento da dimensão formal das obras, trazendo para a discussão teorias estéticas e questões relacionadas à percepção próprias da primeira metade do século XX. É postura inovadora considerar as dimensões – formal e documental – concomitantemente, através de uma relação dialógica.

A respeito dos valores estéticos e históricos, devemos nos remeter à teoria brandiana para compreender em que nível eles estão dispostos nesse período. O arquiteto italiano Cesare Brandi publicou, em 1963, a Teoria da Restauração, obra que representou um novo marco na produção científica sobre restauro. Para ele e, em certa medida, também para aqueles que formularam a Carta de Veneza, essas instâncias – estéticas e históricas – especialmente a segunda, já incorporavam a visão de testemunho cultural. A restauração era definida como um momento metodológico de intervenção sobre a matéria, porém “salvaguardando as condições ambientais que asseguram a melhor fruição do objeto” (Brandi, 2004, p.27).

Brandi direcionou seu foco de análise não para a ideia de monumento, mas de obra de arte. A obra de arte é, para Brandi, vista como parte do seu contexto de formação. É ali que

ela acontece na sua plenitude e não em outro lugar. Essa leitura deve ser feita pelo restaurador antes e durante a intervenção. A partir do exemplo da ruína, tomado por Brandi para explicar a instância histórica, é possível ampliar a noção de histórico para cultural. A ruína, para Brandi, é “tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (2004, p.67). Para o autor, ela deve ser consolidada como ruína, na forma e na imagem de ruína, preservando seu *status quo* e reconhecendo sua qualificação como tal. Ela é mais que testemunho de fatos, de técnicas construtivas, de tecnologias talvez em desuso, ela é registro de outras apropriações a serem reconhecidas no espaço urbano.

A teoria brandiana, datada dos anos sessenta do século XX, é altamente inovadora nas suas proposições conceituais, pois traz, subliminarmente, a definição de respeito às especificidades dos espaços, dos contextos e das diferentes manifestações urbano-sociais. Do ponto de vista das arquiteturas e da manutenção da relação entre elas e o meio que as concebeu, Brandi dá um salto a uma visão que ainda não está plenamente absorvida nos debates da preservação. Outro tema por ele abordado e de vanguarda para seu tempo é o respeito e a valorização à ruína como tal.

Do ponto de vista da legislação e das cartas patrimoniais indicativas para as posturas na preservação e nas intervenções, podemos ponderar sobre textos e discursos de caráter universal. Destacamos aqui as considerações de Lemaire sobre a validade da Carta de Veneza no âmbito da restauração. Para o autor,

a Carta contém valores que continuam atuais; a maioria dos membros do órgão não se conscientizou de outras formas de salvaguarda, como praticadas tradicionalmente em outras culturas; a unanimidade obtida com a Carta de Veneza dificilmente ocorreria para um novo texto ou, mesmo, para o texto revisto (Lemaire apud Kuhl, 2010, p.300).

Kuhl (2010) nos alerta para o fato de que a carta não possui valor universal, como aponta Lemaire, pois ela é válida para intervenções em monumentos históricos – conforme definição de Alois Riegl no início do século XX, mas não para qualquer monumento. Riegl (1984) define monumento como artefato-instrumento criado para celebrar fatos, datas, pessoas, ritos, crenças e, define ainda, monumentos históricos, os quais Choay mostra ser um conceito construído pelos europeus, portanto, aplicável àquele contexto. Se o monumento carrega o sentido de celebração, conforme Riegl (1984), o documento, por sua vez, é suporte de informação, que representa, reconstrói ou prova um fenômeno físico ou intelectual, de

acordo com Briet apud Smit (2008). Assim sendo, se o documento é evidência, qualquer objeto pode ser entendido como tal. Existe, certamente, uma ampla teoria no âmbito das ciências da informação preocupada em discutir a identificação do objeto como documento.

Em outro sentido, se considerarmos o documento a partir de uma acepção ampla que nos leva a imagem do artefato (mesmo arquitetônico), podemos nos valer da proposição de Silva (1998) e Conway (1996) para compreender que a preservação carrega um caráter definidor de critérios, ações, projetos, programas e planejamento de tudo o que se refere ao gerenciamento desses documentos (ou objetos), de acervos, incluindo recursos financeiros, materiais e humanos. Ela está a serviço da conservação, do ponto de vista de que, sem a preservação enquanto política ou conjunto de políticas institucionais e governamentais, a conservação e suas rotinas não acontecem.

A restauração, por sua vez, tem como base central a postura ética do profissional, da instituição ou do órgão responsável pelo bem cultural, em consonância com o pensamento crítico e científico da época e, em primeira instância, dos interessados no usufruto do bem que sofrerá a intervenção. Apropriando-nos da reflexão de Silva (1998) sobre a dimensão política da tecnologia, na qual ele propõe a definição das *tecnologias da preservação* como “um conjunto de conhecimentos, procedimentos e equipamentos necessários ao tratamento dos documentos (...) possibilitando acesso quanto à forma e ao conteúdo” (Silva, 1998, p.14), revisamos nossa leitura sobre a intervenção arquitetônica e urbana. No caso da decisão de qual a intervenção adequada para um tipo de bem, sendo ele objeto, documento ou monumento, reportamo-nos à noção de que a adequação projetual para edificações e espaço urbano está intimamente ligada à legitimação, em todas as instâncias - de diagnóstico, interpretação e intervenção propriamente dita. A forma de realizar essas instâncias ou etapas é a chave do sucesso ou do esgotamento de seu uso e, conseqüente, perda de seus valores.

## **2.2 - O patrimônio cultural nas sociedades e nas narrativas**

Tratando do patrimônio documental como aquele que nos transmite informação, podemos aprimorá-lo, chegando à noção de patrimônio cultural, como aquele que nos transmite informação e significados, definido no universo simbólico de um grupo social ou de uma nação, revelando valores a ele agregados. O antropólogo José Reginaldo Santos

Gonçalves (2003) propõe ir mais adiante, compreendendo patrimônio como categoria do pensamento, conforme indicamos anteriormente. Gonçalves (2003) lembra que é próprio da tradição antropológica o estudo das categorias do pensamento, originadas da análise de categorias exóticas ao pensamento ocidental, tais como tabu, mana, magia, mito. Nesse sentido, o desafio proposto pelo autor é avaliar os inúmeros empregos da palavra patrimônio tão familiar em nosso cotidiano e constatar em que medida ela está presente em sistemas de pensamento modernos ou tradicionais.

Ao apontar para outros ambientes e tempos de uso da noção de patrimônio, o autor reforça a ideia de que ela está presente onde existe vida social, ou seja, onde se formam sociedades, no sentido amplo, portanto, onde histórias são narradas, onde há interação e vinculação. Gonçalves alerta que “nem todas as sociedades constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter bens” (Gonçalves, 2003, p.22), exemplificando essa afirmação com o caso da cultura dos *kula* trobriandês e do *potlatch*, no noroeste americano, na qual o propósito dos bens é redistribuição e destruição.

Outro aspecto a ser tensionado nessa linha é de que as qualificações do patrimônio como econômico, financeiro, cultural ou genético, são construções históricas. A própria história e a política são construções dependentes do contexto que as produz. Essas divisões identificadas na categoria patrimônio nem sempre tiveram fronteiras tão delimitadas, afirma Gonçalves, assim como abordamos anteriormente em relação à consolidação da noção de monumento, apontada por Choay (2001) e mesmo de documento em Mensch (1994).

O patrimônio é resultado da objetificação da cultura, segundo Gonçalves (1996). Para essa reflexão, o autor toma como ponto de partida o pressuposto antropológico segundo o qual os indivíduos, assim como seus propósitos, suas ações e seus contextos, são culturalmente modelados. Como recurso para essa objetificação, deparamo-nos com os arranjos narrativos da história e da antropologia voltadas à invenção de patrimônios, especialmente nacionais. Gonçalves (1996) entende a forma narrativa pelo uso do enredo, por meio do qual os acontecimentos são rigorosamente interconectados em uma estrutura sequencial, com um começo, um meio e um fim. É a partir dessa forma e também do uso de alegorias que a realidade etnográfica e histórica sobre o patrimônio é produzida e inventada, configurando uma totalidade coerente. O autor alerta ainda para um processo ilusório presente nos discursos de objetificação da nação, que consiste na tentativa de superar ou transcender a distância ou ausência (da nação) por meios narrativos. “Sendo esta uma tarefa interminável, as



narrativas nacionais estão sendo sempre contadas e recontadas, assim como ocorre com os mitos” (Gonçalves, 1996, p.21).

Na sua compreensão da narrativa nacional como um processo de objetificação da cultura, o autor propõe pensarmos em termos de um “sistema de objetos” (Gonçalves, 1996), cuja intenção, na formação de coleções, por exemplo, é de apropriação e recodificação do patrimônio. Observamos aqui a criação, no Brasil, do Museu Histórico Nacional através do Decreto n. 1596, de 2 de agosto de 1922, o qual limitava em seu objeto, já no preâmbulo, que

será da maior conveniência para o estudo da História da Pátria reunir os objetos a ela relativos que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-las em museu, que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra, por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto de nosso passado. (Decreto Lei 1596/1922).

Eis a intenção de que o museu pudesse, através de suas especificidades como instituição de tratamento metodológico e científico do patrimônio, criar e fazer reverberar um discurso sobre a nação brasileira. Para Gonçalves (1996), a nação pode ser identificada como uma “comunidade imaginada”, conforme obra de Anderson apud Gonçalves (1996), e suas construções discursivas podem ocorrer através da literatura, da língua nacional, da raça, da religião, de um conjunto de leis ou enquanto uma política de Estado e mesmo uma política cultural. Assim, desdobramos esta assertiva para a compreensão de que as propostas descabidas para proteção, registros e intervenções dos bens materiais ou imateriais compõem, da mesma maneira, esse universo imaginário das políticas de preservação<sup>6</sup>.

Regina Abreu (2007) nos alerta para o papel central dessas categorizações numa concepção linear de tempo, na qual os acontecimentos são considerados históricos, definitivos e irreversíveis. Ao tratar do tempo linear e cíclico para refletir a memória social, Abreu observa que

enquanto a concepção linear está diretamente associada à noção de história, que, no Ocidente moderno, vai ser objeto de todo um aparato técnico e metodológico específico diretamente relacionado à ideia moderna de ciência, por outro lado a concepção cíclica de tempo está diretamente associada ao contexto mítico-religioso. (2007, p.264).

Ambas concepções de tempo merecem relevo no estudo da preservação dos patrimônios, por não serem excludentes, pois, mesmo que, essencialmente, concentremo-nos

---

<sup>6</sup> Ainda sobre a construção do patrimônio nacional e das políticas de preservação no Brasil ver a obra de Antônio A. Arantes, Maria Cecília Londres Fonseca, Márcia Sant’Anna, Mariza Veloso Motta Santos e Silvana Rubino.

em iluminar a memória e o imaginário coletivos, no âmbito dos sujeitos, não podemos ficar alheios aos discursos históricos que nos remetem ao tempo do mundo. Devemos ainda estar atentos para a reversibilidade e a repetição dos acontecimentos narrados, como assinala Abreu (2007). Vale considerar que, à luz dessas questões relativas à noção de tempo linear ou cíclico, no caso brasileiro, sofremos de uma visão crônica de que os artefatos se relacionam com uma visão de tempo que não volta atrás, ou seja, ainda ligado a uma noção de patrimônios como monumentos históricos. No Brasil, reconstruções rituais são incompatíveis com os preceitos de intervenção adotados sobre nosso patrimônio e, se ocorressem, constituiriam falso histórico. Certamente esse debate está inserido num campo de disputa política, entre seus atores.

Abreu salienta para a necessidade de observarmos que “a dominação e o privilégio de uma concepção de tempo sobre outras pressupõe conflitos e um jogo significativo de perdas e ganhos” (Abreu, 2007, p.265). A autora frisa que, diante da perspectiva de patrimônio das sociedades tradicionais, temos muito a nos autoavaliar como sociedades ocidentais, complexas e dedicadas a extensas teorias e grandes planejamentos para conhecer, valorizar, inventariar, tomar e restaurar nossos bens, numa obsessão coletiva pelos patrimônios, como destaca Gonçalves (2007).

### **2.3 - Síndromes de destruição total e outros excessos no contexto da preservação**

Nesse debate sobre preservação, conservação e narrativas do patrimônio, não podemos esquecer que estamos tratando de um campo de forças e disputas políticas e que a patrimonialização, como nos alerta Poulot (2009) coincide amplamente com a tradição da cultura erudita. A preservação e a consequente conservação de obras de arte, nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, dependeram de processos intelectuais e políticos de leitura e interpretação dessas obras como documentos, bem como da caracterização de seus autores/artistas e de seus contextos. O tempo da erudição, no século XVII, apoiava-se na preocupação com as fontes, como destaca Poulot (2009), numa definição hierárquica dessas fontes. Nada mais político e hierárquico do que pensar na objetivação das culturas nacionais em museus. O museu, contemporaneamente passou a ser visto, não apenas como espaço de representação (de elites) e campo profícuo para estudos de história cultural, mas como instituição preparada para receber, tratar e devolver o patrimônio à sociedade. Se esse

patrimônio vem de uma sociedade que se transforma, no museu esse patrimônio passará pela musealização, a qual o devolverá conservado, pesquisado e transformado para a interpretação e o reconhecimento dessa sociedade.

Pela cidade, os lugares para lembrar fatos também eram eleitos e passavam por uma valoração e um inventário que os colocavam na posição de representativos de toda a sociedade. Não tão distante dessa realidade, a qual legitimava o chamado patrimônio edificado a partir de preceitos de uma intelectualidade nacional. Outro aspecto a ser frisado neste momento, acerca de excessos nessa área, é a construção de um discurso sobre a destruição e a necessidade de intervenção. É possível pensarmos que o aprimoramento na forma de encarar o patrimônio edificado como urbano e, o urbano como dinâmico, está na preocupação bem recente dos órgãos de preservação com o chamado patrimônio imaterial. Se ele é registrado e não tombado para manter o sentido de transformação próprio dos rituais, o patrimônio urbano também poderia incorporar alguma estratégia de proteção que observasse e respeitasse as dinâmicas sociais.

Retomaremos essa questão mais adiante, mas devemos lançá-la desde já, a fim de refletir as posturas impositivas e equivocadas, que são recorrentes, no campo do patrimônio. Ainda por excesso, Choay nos fala sobre um olhar de consumo para o patrimônio, na criação de um mercado, o qual se desgasta e esgota, como tantos outros.

A historiadora Marcia Chuva, técnica do Iphan no Rio de Janeiro, produziu uma pesquisa densa de doutorado sobre o período de construção do patrimônio nacional, a qual recebeu o curioso título de “Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil” (2009). Em sua tese, Chuva nos provoca a refletir as décadas de 1930 e 1940 no Brasil como período basilar na construção de uma identidade nacional, institucionalizada, inventariada e, porque não dizer, tombada. Para Chuva (2009):

As relações estabelecidas entre intelectuais e Estado, nas décadas de 1930 e 40, foram engendradas a partir de uma dada forma de gestão estatizada de bens simbólicos, na forma de proteção, privilegiando, no âmbito de uma construção de um “patrimônio nacional”, os objetos arquitetônicos, como bens simbólicos que materializariam (e objetivariam) a “memória nacional”. (Chuva, 2009, p.78).

No contexto do debate de Chuva (2009), durante o Estado Novo, a palavra proteção recebeu relevo. A autora ilustra as intenções de uso da então proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no texto do ministro Gustavo Capanema a Getúlio Vargas que viria se tornar o Decreto-Lei 25/1937, nossa Lei de Tombamento no Brasil, ainda em vigor. A

justificativa do ministro apontava para uma terrível ameaça de interesses individuais sobre o precioso patrimônio que apenas a ação do Estado poderia protegê-lo. Aplica-se aqui a noção de tutela do patrimônio pelo Estado. Na tese da autora:

O exercício de uma forma de ação do Estado na gestão desses bens simbólicos, visando construir sentimentos de pertencimento ao dar materialidade à ideia de nação com a invenção do chamado patrimônio histórico e artístico nacional, foi um dentre os vários recursos de produção de representações do Brasil e da nação brasileira em que se configuram estratégias de controle social. (Chuva, 2009, p. 80)

Outro aspecto a ser destacado na pesquisa de Chuva (2009) está na relação dos intelectuais da Semana de 1922 com as políticas de formação do Iphan e da construção de um patrimônio nacional. A história da preservação no Brasil, segundo a autora, ficou marcada pela relação entre conservação do passado e modernização do futuro, especialmente pelo envolvimento de modernistas nesse processo. Os sentidos da arquitetura como obra de arte, na acepção brandiana, estariam ligados à arquitetura colonial, a qual nomeava a nação. Ouro Preto era (e ainda é nas políticas de preservação) nosso ícone máximo do patrimônio urbano e as novas construções naquela cidade, sobretudo as projetadas por Oscar Niemeyer e Lucio Costa, mantiveram a pureza das linhas e o equilíbrio próprio do período colonial. Lucio Costa defendia que, tanto uma arquitetura quanto outra, seguia critérios de beleza e verdade, como obras de arte em perfeito diálogo. Se a arquitetura colonial deveria ser preservada a todo custo, a modernista, única que criava uma interlocução satisfatória no espaço com a primeira, igualmente deveria ser preservada. Talvez estivéssemos diante de um anúncio da criação de novas organizações de arquitetos, a exemplo do período de articulação política da Carta de Veneza, só que desta vez dedicadas ao modernismo, como podemos aqui nos remeter ao trabalho desenvolvido pelo *International Committee for Documentation and Conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the Modern Movement* – o Docomomo.

No panorama internacional, não podemos deixar de lado a obra *Lugares da Memória* (1984), do francês Pierre Nora. Entre as dimensões construídas historicamente no campo da preservação do patrimônio estão aquelas conhecidas a partir da produção desse autor, especialmente na década de 1980. Identificamos que a busca de Nora pela reflexão do longo processo de construção do Estado-Nação francês, inventariando os lugares onde os símbolos do tema nacional se firmam como fragmentos de memória, é necessária para o autor anunciar o desaparecimento da memória. Para Nora, o principal sintoma do fim da memória é a forma como ela protagoniza as discussões em voga na época, as quais se ampliaram nas outras duas

décadas. A memória, segundo o autor, está evidentemente substituída pela História, pois as referências humanas aos contextos destruídos se perderam. Cabe aqui relativizar as colocações de Nora, identificado como um clássico no estudo da memória, porém sob a perspectiva histórica.

Regina Abreu (2006) analisa o texto de Nora, chamando a atenção para o ponto de partida da política de preservação francesa, no século XVIII, cujos objetivos consistiam em inventariar, ou seja, identificar, reconhecer e inscrever, no contexto da propriedade nacional, as obras consideradas imprescindíveis para a nação. Este exemplo serviria de parâmetro a toda moderna sociedade ocidental. A memória social, então, cumpriria o papel de abrigar essas narrativas oficiais do Patrimônio Nacional, sem atingir a essência do cotidiano de cada cidade ou país, portanto, não dando vez e voz à memória coletiva.

Nessa linha de construção de patrimônios nacionais, no Brasil e na França, devemos lembrar que esses processos ocorreram dentro ou muito próximos dos órgãos de governo, os quais se mostraram exagerados e desmedidos nas suas argumentações. No caso europeu, o patrimônio preservado e mesmo institucionalizado cumpriu a função de dissipar a ignorância e de despertar o espírito público e o amor pela pátria. No Brasil, a legitimação patriótica esteve embrenhada a uma política de governo nacionalista e, acima de tudo, centralizadora. Tudo ganhou grandes proporções quando os interesses dos governos estiveram em jogo.

Numa outra perspectiva, Gonçalves (2007) pondera acerca de um inflacionamento da categoria patrimônio “sobretudo depois de sua ilimitada expansão semântica expressa pela noção de patrimônios intangíveis” (p.24). Esse inflacionamento pode trivializar o potencial descritivo e analítico da categoria patrimônio, eliminando, conseqüentemente, sua força como instrumento de luta pelo reconhecimento público de grupos e de indivíduos. Choay (2001) alerta, no mesmo sentido, para uma “exaustividade simbólica, em detrimento da heterogeneidade das culturas, dos usos e das épocas às quais pertencem os bens acumulados” (p.240). A humanidade, que ainda não tem clareza do significado da expressão diversidade cultural, acompanhou, desde o tempo da pedra lascada até a era das indústrias e, agora, das redes virtuais, uma antropologização de nossa espécie, ou ainda, segundo Choay citando Marx, “a transformação da terra em mundo humano” (Choay, 2001, p.241). Como decorrência dessa antropologização, a seleção e a eleição de patrimônios, que em outros tempos estava ligado à instituição, agora se tornou uma mentalidade, aponta Choay. Nesse contexto, a própria noção de patrimônio intangível ou imaterial pode ser confundida com a dimensão simbólica do bem.

Ainda sobre as incompreensões da tangibilidade e intangibilidade, tomamos como exemplo o depoimento do antropólogo Gilberto Velho (2007) acerca dos conflitos e das negociações durante as tramitações do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia, em 1984. O autor destaca que as discordâncias sobre a necessidade de tombamento do terreiro, por parte dos membros do conselho do então SPHAN, eram da ordem da cultura daqueles sujeitos envolvidos com as políticas do patrimônio. Muito mais do que estratégias políticas favoráveis, ou não, ao reconhecimento de tal bem imaterial como de valor nacional, revelou-se, nesse processo, a discussão sobre qual deve ser a “simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil” (Velho, 2007, p.252). O autor avança na sua reflexão sobre os valores associados ao tombamento alertando que

quando conselheiros argumentavam que não se podia tomar uma religião, certamente entendiam que o tombamento de centenas de igrejas e de monumentos católicos se teria dado apenas por razões artístico-arquitetônicas, o que não nos parecia correto (Velho, 2007, p.253).

Estamos, por um lado, frente um tempo acelerado de revisão conceitual da categoria patrimônio, assim como dos modos de atuação política sobre objetos, documentos e lugares, e, de outro, sem saber muito bem como lidar com tudo isso, numa busca às referências de outros tempos, mas que parecem fazer pouco sentido na semântica política atual. Se esses embates se mostram cotidianamente nas determinações de valores culturais é porque eles duram no tempo e estruturam o imaginário da preservação.

#### **2.4 – Construindo as bases para a leitura do imaginário da preservação**

As pesquisas sobre preservação do patrimônio cultural urbano, no âmbito do Planejamento Urbano e Regional, têm se apresentado relacionadas às teorias próprias do campo da preservação e da conservação, bem como do urbanismo, da arquitetura e, sobretudo, da história. No caso da conservação, comumente encontramos referências oriundas das ciências exatas e da terra, como a química, a física e as geociências. Tendo em vista a proposta desta tese pela desconstrução e reelaboração dos conceitos envolvidos no entendimento do universo que compõem a preservação, a inclusão da filosofia neste percurso é fundamental.

A perspectiva analítica que está proposta nesta tese tem início na experiência da autora com a metodologia do imaginário social-urbano, na pesquisa realizada sobre a representação da cidade (de Porto Alegre) através do cinema. A dissertação<sup>7</sup> defendida no PROPUR-UFRGS, em 2006, apresentou a análise, aos pares, de filmes em curta-metragem que provocaram a reflexão de temas como o *tempo*, sob a perspectiva da história cultural, o *olhar* (sobre a cidade) e o *lugar*, construído pela leitura intertextual e pelos percursos e discursos na cidade. Apesar da formação da autora, essa pesquisa representou uma nova fase no trato da cidade como objeto de reflexão.

No universo referencial do imaginário social-urbano e da história cultural, as técnicas benjaminianas<sup>8</sup> de montagem aparecem como princípio para a construção da história. A coletânea de materiais mostra a planta da obra benjaminiana a partir de determinados grupos temáticos e imagéticos, tais como: o *flâneur* e a massa, o herói no contexto da Modernidade, a (cidade) prostituta, entre outros, que expressam a vida social da época. Desvendar a cidade, a partir desta abordagem, envolveria identificar essas imagens, conceituá-las levando em consideração o contexto que as produziu e, enfim, dispô-las para novas interpretações, as quais assumiriam um caráter eminentemente histórico. Baseada na leitura da obra de Walter Benjamin (WB) e mediada pela interpretação de Willi Bolle e Sandra Pesavento, o estudo do imaginário social-urbano se configura como um:

sistema de representações coletivas, textos, palavras, imagens e sons que se colocam no lugar do mundo, confirmando, negando ou transfigurando esse universo percorrido no espaço e no tempo. Pode-se então deportar o imaginário urbano às formas como o objeto – a cidade – e as relações encenadas nesse palco são percebidas, identificadas e dotadas de sentido. (Cuty, 2006, p.11)

O desafio nesta tese, entretanto, foi a de contemplar um estudo interdisciplinar permeado, inicialmente, pela revisão das teorias do imaginário social-urbano, porém, assumindo o interesse em operar com as teorias contemporâneas do imaginário e da memória coletiva. Nesse sentido, devemos observar o cuidado em respeitar matrizes teóricas distintas, muitas delas concebidas no centro da discussão sobre Modernidade, transformações urbanas e sociais ao final do século XIX, porém com conduções reflexivas diferentes. A aproximação com as teorias no campo das ciências humanas, no caso da autora desta tese, foi possível através das disciplinas cursadas junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

---

<sup>7</sup> Dissertação intitulada Cinema & Cidade: Porto Alegre entre a lente e a retina, sob orientação da profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento.

<sup>8</sup> Refere-se ao método de montagem proposto pelo filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940).

da UFRGS, no total de quatro<sup>9</sup>, e do contato com os grupos de pesquisa - que tratam de antropologia urbana, visual e da imagem -, junto ao Ppgas/Ufrgs. A tese, portanto, se propõe ao exercício da aplicação teórica no âmbito do planejamento urbano, tomando como motivação para sua revisão metodológica outras áreas do conhecimento, entre elas a antropologia e a sociologia urbana.

É importante destacar que a abordagem aqui aplicada segue a compreensão da cidade e da preservação do patrimônio cultural urbano a partir da observação participante e da análise da trajetória dos sujeitos da preservação, das formas de sociabilidade em espaços de debate urbano, da figura do narrador como condutor e construtor da memória e da interrelação entre fatos, objetos, lugares e os sujeitos que os compõem. Além disso, esta pesquisa buscou operar com os sentidos de narratividade em Paul Ricoeur, da teoria das formas e da tragédia da cultura em Georg Simmel, de uma aproximação com o conceito de imaginário e espaço fantástico da memória em Gilbert Durand. Devemos grifar a importância, para a tese da obra de Maurice Halbwachs, sobre memória social e memória coletiva; da releitura da obra de Kevin Lynch sobre a imagem da cidade e, sobretudo, do conceito de imaginabilidade na compreensão da configuração urbana; bem como pelos antropólogos brasileiros, Gilberto Velho, nos estudos da antropologia urbana, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha sobre imaginário, memória coletiva e etnografia da duração, especialmente aplicadas ao contexto porto-alegrense.

Nas reflexões sobre política buscamos referência conceitual na obra de Hannah Arendt. Ainda devemos aprimorar a discussão sobre preservação do patrimônio e direito à expressão da identidade coletiva através dos estudos sobre direitos humanos e direitos culturais, ainda recentes no Brasil, mas com referência em Teixeira Coelho, especialmente.

A obra de Walter Benjamin é inicial para os estudos urbanos sobre imaginário, sobretudo no que se refere à análise do contexto urbano e histórico que abriga o universo desta pesquisa. Em seus estudos sobre Baudelaire (1989), o filósofo deixa claro que, para ele, a construção da imagem da cidade está diretamente relacionada à compreensão da visão sobre o sujeito na cidade, nesse caso, do poeta em questão. Ele é personagem que a configura e ela, a cidade, o compõe. O *flâneur* – imagem criada a partir da interpretação da atuação de

---

<sup>9</sup> Em 2005, cursei Antropologia Visual e da Imagem; no primeiro semestre de 2008, cursei a disciplina de Individualismo, Sociabilidade e Memória e, no segundo semestre, de Tópico Especial em Antropologia Social VI Imaginário e Memória, todas ministradas pelas professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Ainda em 2008, realizei estágio docente na disciplina Pesquisa Social III: Método Qualitativo, ministrada pela profa. Cornelia Eckert. Acompanhei, durante três semestres, seminários, cursos e jornadas organizadas pelo PPGAS-UFRGS, pelos grupos de pesquisa BIEV e Navisual.



Baudelaire na cidade moderna - é o contemplador que nos revela feições da cidade em transformação. O *flâneur* é o personagem apto a identificar as alterações realizadas na cidade a partir da implementação de planos e projetos urbanos, mas essa constatação é bastante singular, pois existe sempre uma carga moral em tudo o que se revela (Fig. 3). Este tipo urbano traz na sua prática de vagar pela cidade uma embriaguez nutrida não apenas por aquilo que o nutre sensorialmente, mas por algo experimentado e vivido. Conhecer uma cidade, que é o resultado de um determinado panorama político é, em essência, reconhecê-la, pois os traços de posturas éticas, constituição moral e articulações políticas são lidos pela memória.

Há ainda uma dialética da flânerie, do (ser) visto e do escondido, a qual se decifra na figura do homem da multidão (Foto 3). Sobre Baudelaire, Walter Benjamin (WB) destaca a ambivalência do sentimento do poeta quanto às multidões. Ainda que percebida a desumanização trazida pelas grandes cidades, Baudelaire procurava a massa; queria estar sozinho, mas na multidão. Tal postura pode ser explicada pela crença de Baudelaire na potencialização da capacidade criativa a partir de uma atmosfera e um terreno hostis. Afirma que “para viver a modernidade, é preciso uma constituição heróica” (Benjamin, 1989, p.73).

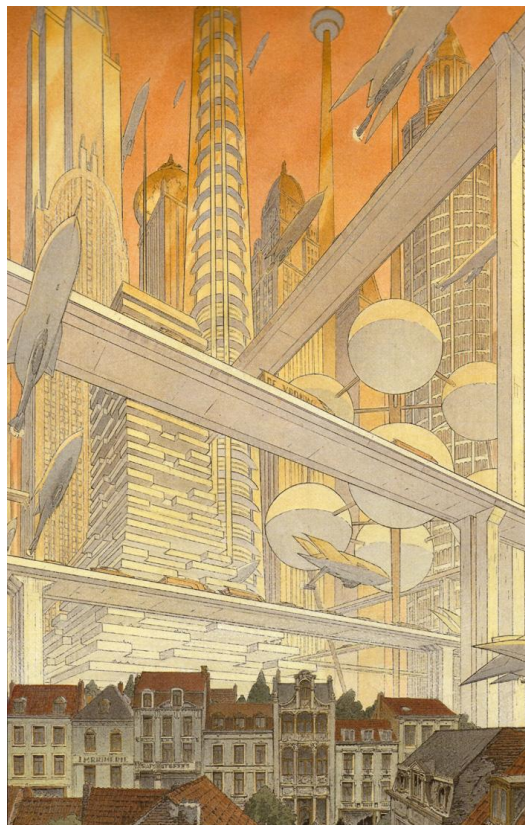
Na operacionalização do espaço da modernidade, Benjamin compara o homem da multidão ao *flâneur*. Ao consolidar-se a modernidade, a tranquilidade do *flâneur* dá lugar ao comportamento maníaco do primeiro. O ritmo contemplativo é substituído pela pressa, pela insegurança; as pessoas se vêem como concorrentes; os interesses privados imperam; os controles sociais são exacerbados; a caminhada despreziosa do *flâneur* dá espaço à ânsia por mercadorias: as vitrines não são mais apenas apreciadas na sua estética, mas seu conteúdo passa a ser desejado descompassadamente. A mercadoria assume um papel de “entorpecente da multidão inebriada” e dá o tom do momento.

**Foto 3** - Representação de um contexto dinâmico e distante. A figura do homem da multidão poderia estar inserida em um universo semelhante. Plano plongée.



Fonte: foto da autora a partir da projeção do VHS. Filme *Miragem* (1993), de Jaime Lerner.2005.

**Fig. 3** – Fantasias urbanas de François Schuiten. Intenção de retratar o contexto de transformação acelerada, em diferentes níveis. Plano contre-plongée (de baixo para cima), a fim de potencializar a percepção da verticalidade das novas construções. O conjunto antigo e preservado encontra-se “sufocado” pelos edifícios monumentais.



Fonte: Schuiten, Brusel, 2001.

Benjamin assinala que os grandes centros urbanos testemunham o retorno da selvageria ao que chama síndrome da civilização. A multidão metropolitana despertava medo, repugnância e horror naqueles que a viam pela primeira vez. O conforto, a ideia de lar tão difundida pela burguesia é, para Benjamin, a busca pelo isolamento, uma tentativa de se distanciar da desestrutura que a própria classe dominante vinha construindo. Outro ponto a ser destacado na obra deste autor é a crítica à uniformização, à homogeneização da indumentária, do comportamento, dos gestos. Walter Benjamin avança nesta crítica abordando a especialização da atividade produtiva. Aqui, o filósofo retoma Marx para ressaltar que, no capitalismo, o grande propulsor da modernidade e das multidões das grandes cidades – ao contrário do artesanato – é o meio de trabalho utilizado pelos operários. Assim, é a máquina, com seus movimentos premeditados e repetitivos, que acaba por ditar a ação do trabalhador e de sua época.

Benjamin compara o choque vivido pelo indivíduo que passa na multidão à vivência do operário com a máquina. Dessa forma, afirma que Edgar Allan Poe e Charles Baudelaire, ambos literatos inseridos naquele contexto, não possuíam tal noção do processo industrial. Todavia, declara que Baudelaire interessava-se “por um processo, em que o mecanismo reflexo e acionado no operário pela máquina pode ser examinado mais de perto no indivíduo ocioso, como em um espelho” (Benjamin, 1989, p.127). Diante disso, traça o antagonismo entre jogos de azar e trabalho, citando Allan Poe:

o jogo ignora totalmente qualquer posição conquistada. Méritos adquiridos anteriormente não são levados em consideração, e é nisto que o jogo se distingue do trabalho. O jogo (...) liquida rapidamente a importância do passado, sobre a qual se apóia o trabalho (Benjamin, 1989, p.27).

Entretanto, Benjamin ressalta que Allan Poe considerava o trabalho altamente diferenciado e afirma que não é o que ocorre com os operários de fábrica e os não-qualificados. Fazendo alusão ao trabalho automatizado, afirma que “o arranque está para a máquina, como o lance está para o jogo de azar” (Benjamin, 1989, p.127), justificando que essas ocupações são isentas de conteúdo. Fazendo menção à “litografia de Senefelder que representa uma casa de jogo”, em que cada jogador é tomado por sua paixão, Benjamin identifica um mecanismo que se apodera dos jogadores, fazendo com que eles ajam de forma automática, como os transeuntes do texto de Poe e as personagens de Bergson. Contudo, para Baudelaire, a figura do jogador é complemento da figura do gladiador, pois, apoiado em

Börne, Benjamin declara que os jogos de azar foram introduzidos pela burguesia para desmoralizar os homens. Assim, é traçado um paralelo entre o desejo e o tempo: “aquele pertence à categoria da experiência” (Benjamin, 1989, p.129); este é preenchido e estruturado pela experiência. O tempo a que Benjamin se refere é o definido por Joubert: “se encontra mesmo na eternidade (...) é um tempo que não destrói, aperfeiçoa, apenas” (Benjamin, 1989, p.129). De posse disso, WB afirma que o recomeçar é a ideia reguladora tanto do jogo quanto do trabalho assalariado, ou seja, são vazios de experiência.

O tema da multidão se fez presente ainda na literatura do século XIX, quando Victor Hugo é resgatado por Benjamin para ilustrar o novo significado assumido por esta expressão. Benjamin afirma que o escritor francês foi um dos primeiros a perceber que a constituição das massas nas grandes cidades mudaria de forma significativa as relações sociais. Victor Hugo, conforme Benjamin, atribui títulos coletivos às suas obras, como *Os Miseráveis*, *Os trabalhadores do Mar*, algo pouco comum na época, colocando-se ao lado da massa que o acompanha e que ele acompanhava. Abaixo, trecho de Hugo apud Benjamin:

A noite e a multidão, nesse sonho hediondo,  
Vinham, engrossando-se juntas as duas,  
E, nessas regiões que nenhum olhar sonda,  
Mais o homem era numeroso, mais a sombra era profunda.  
(1989, p.57)

No mesmo contexto, entretanto com postura diversa, encontramos um sujeito-imagem benjaminiano que certamente nos interessa nesta pesquisa. É o colecionador, aquele que desempenha a função de preservar valores identificados em meio à tamanha mudança urbana e social. O colecionador de Benjamin cumpre a importante tarefa de selecionar esses valores, descontextualizá-los, no momento da retirada de seu contexto de origem, para, enfim, passá-los a compor um novo universo que apenas ele conhece os códigos. Este personagem é um alegorista e, porque não dizer, um preservacionista e construtor de patrimônios, na imensa rede formada por Benjamin, na sua leitura da cidade moderna. Para o autor, “o verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representá-las em nosso espaço [e não nos representar no espaço delas]” (Benjamin, 2006, p.240). O autor está aqui nos falando de uma apropriação dessas coisas, de objetos e de valores encontrados nessa sociedade em transformação.

WB afirma que o colecionador, ao retirar os objetos de suas relações funcionais, constrói um novo contexto para eles, porém, esse processo não explica o seu comportamento, apenas nos faz atentar para esse personagem. Benjamin nos fala de um princípio de

organização (e catalogação) do mundo, por parte do colecionador, talvez indicando uma lógica orgânica para esse sistema, pois o contexto e a trajetória do objeto não devem ser esquecidos. Sua percepção sobre o mundo é delicada, como nos explica a seguir:

O colecionador consegue lançar um olhar incomparável sobre o objeto, um olhar que vê mais e enxerga diferentes coisas do que o olhar do proprietário profano, e o qual deveria ser comparado ao olhar do fisiognomista. Entretanto, o modo como este olhar se depara com o objeto deve ser presentificado de maneira ainda mais aguda através de outra consideração. Pois é preciso saber: para o colecionador, o mundo está presente em cada um de seus objetos e, ademais, de modo organizado. (Benjamin, 2006, p.241)

Interessa-nos operar com esses personagens modernos benjaminianos, a fim de desvendar posturas, imagens e sentidos presentes no campo da preservação e na atuação dos sujeitos da preservação contemporâneos em relação com a cidade. É da leitura da cidade, aquela que compõe esses sujeitos, que podemos, enfim, reconhecer a composição (os traços) desses sujeitos, seus destinos, como nos fala WB ao se referir ao trabalho dos fisiognomistas.

Em seus ensaios sobre “Paris, a capital do século XIX”, Benjamin (2006) conseguiu atingir o conceito de cidade grande, através da análise de fragmentos e desníveis culturais em suas pesquisas no campo da história e da tradução literária<sup>10</sup>. Benjamin capturou e analisou vestígios de atos e fatos, posturas e valores considerados menores na escritura da história, porém carregados de expressão cultural, a fim de interpretá-los. Para o autor, o princípio do seu método da montagem é a base de sua historiografia e já constitui, por si só, uma interpretação, pois o ato de agrupar os fragmentos é único se pensado a partir de quem o realiza. “Os procedimentos de montagem sublinham o seu caráter de ‘obra aberta’, fazendo com que o leitor se torne co-autor do texto, efetuando a montagem por sua conta.” (Bolle, 1994). Para Benjamin, a historiografia, como construção, pressupõe um trabalho de destruição e desmontagem, que tem por objetivo formar uma constelação, onde o passado se junta, como num relâmpago, com o agora. “Apoiado nos procedimentos do cinema e do sonho, Benjamin penetra no imaginário coletivo da Modernidade, dialogando com o mito”, como afirma Bolle (1994).

O segundo autor na linha interpretativa é Paul Ricoeur (1913-2005). Ricoeur é um pensador fundamental no estudo da decifração das formas e das etapas da narrativa, do tempo e da cultura. Ao relacionar memória e narratividade, ele retoma a imagem de tornar presente a

---

<sup>10</sup> Tradução carrega aqui o sentido de interpretação.

ausência; ausente que como simples irreal seria, portanto, o imaginário. Ricoeur (1993) nos fala em três estágios de leitura da imagem a ser analisada, os quais podem ser entendidos da seguinte maneira: na (1) pré-figuração, contextualização ou identificação da imagem a ser analisada, o pesquisador questiona-se sobre o que é a imagem, de onde ela vem, quem a produziu e qual sua trajetória; na (2) figuração ou configuração, o pesquisador encontra-se diante da trama propriamente dita, da informação que se apresenta à leitura, com seus nexos e suas nuances; no último estágio, na (3) refiguração ou pós-figuração, saímos da imagem ou da obra, estabelecemos leituras correlatas ou novas conexões a partir de nossas indagações e de nosso conhecimento, promovendo assim uma interpretação completa, complexa e intertextual. Entende-se nesta pesquisa que a pré-figuração está contemplada através da aproximação com as teorias, os conceitos que perpetuam no campo da preservação e mesmo o contexto político do ambiente urbano estudado, sendo que a figuração se dá a partir do contato com a trama política e social narrada pelos técnicos entrevistados, do ponto de vista das suas trajetórias sociais. A refiguração ou leitura das políticas de preservação se revela pelo olhar da pesquisadora na tessitura da tese e no estabelecimento de relações temáticas e conceituais.

No que tange à noção de trajetória construída através da história de vida, cabe recorrer a Pierre Bourdieu (2007), autor que nos conduz a pensar a trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Michel De Certeau (1994), por sua vez, grifa a importância da noção de trajetória no sentido da unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos e não a figura que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou acrônico.

Através da construção teórica em Benjamin e Ricoeur, com apoio nos conceitos de trajetória social em Bourdieu e De Certeau, podemos excursionar pelas principais categorias propostas pela tese, da preservação dos patrimônios, no plural e mesmo da recuperação das trajetórias, a partir das narrativas. Entretanto, é preciso elucidar outros desafios colocados à pesquisadora no encontro com os estudos sobre imaginário e memória coletiva e mesmo, inicialmente, com o método etnográfico, como “exercício interativo/reflexivo onde sujeitos, objeto e contexto são pensados como uma totalidade relacional”, como assinala Eckert (1998). Sendo um exercício de reflexão sobre o trajeto de construção metodológico nesta tese e constante avaliação do campo do planejamento urbano, vale discorrer um pouco mais sobre outros autores aqui tomados como fundamentais.

## 2.5 - A preservação sob a ótica da memória e do imaginário coletivo

O mitólogo Gilbert Durand (1996) sinaliza o imaginário como um lugar do entre-saberes. O autor afirma que o imaginário não é uma disciplina, mas um tecido conjuntivo entre as disciplinas, o reflexo ou a reflexão que acrescenta os significados ao significante, “o apelo do sentido”. Essa noção de entre-saberes indica uma coerência do imaginário que ultrapassa as divisões disciplinares. Assim, ele [o imaginário] não está no urbanismo, nas ciências sociais ou nas humanidades, ele está no entorno, nas sobras, nas rebarbas como uma “reserva de museu, do conjunto de todas as imagens passadas e possíveis produzidas pelo homo sapiens sapiens”, conforme Durand (1996, p.231).

O imaginário é sistêmico (Durand, 1996) e se configura em imagens plurais, díspares e muitas delas divergentes. Ele é sempre simbólico e, como sistema de imagens, injeta-se, pouco a pouco, em todas as disciplinas. “As letras e as artes de todos os tempos haviam sido o refúgio tolerado do imaginário” (Durand, 1996, p. 232). O autor denomina as constelações de imaginário ou as grandes transformações, fases visíveis e distintas da evolução temporal do imaginário de uma cultura como bacia semântica. O sentido por ele indicado para bacia semântica pode nos trazer pistas sobre as fases de decadência de estilos arquitetônicos, por exemplo, as quais se configuram como momentos de grande informação e fragilização das instituições. Reiteradamente esta teoria pode nos provocar a refletir a construção dos discursos de crise na preservação urbana.

Em sua densa produção intelectual sobre o homem, os mitos e as imagens, Durand (2002) nos contempla com um estudo sobre As estruturas antropológicas do imaginário, por ele apresentado como um repertório das grandes constelações imaginárias. Neste livro, o autor destaca que o Imaginário aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. Com o foco centrado nos estudos sobre o simbolismo imaginário, Durand mergulha na antropologia, conjunto de ciências que estudam o *homo sapiens*, e propõe que a investigação situe-se no que ele chama *trajeto antropológico*, por ele definido como “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico social” (Durand, 2002, p.63). Esta posição, segundo o autor, afasta “os problemas de anterioridade ontológica” à pesquisa, tendo em vista que ele postula, definitivamente, que “há gênese recíproca que oscila do gesto pulsional ao meio material e social e vice-versa” (Durand, 2002, p.64). Com isso, o autor afirma que o imaginário nada mais é que esse trajeto e que o símbolo,

entendido como o próprio trajeto, é sempre o produto dos imperativos biopsíquicos pelas intimações do meio.

No cruzamento entre memória e imaginário coletivo, portanto relacionado aos grupos sociais, cabe uma menção à obra *Ciência do Homem e Tradição* (2008), em que Durand dedica-se a ilustrar as transmutações de valores epistêmicos sobre o homem, entre eles o chamado Homem Ocidental (da civilização ocidental) e a figura do Homem Tradicional, ou seja, aquele que opera sobre o mundo através de um pensamento simbólico. Nesta obra, o autor defende inicialmente a tese de que

o sentido da imagem do homem – o que faz com que a imagem do homem seja um símbolo que remeta a um significado *vivido* – só se recupera realmente se separarmos a imagem das “metamorfoses”, ou seja, dos desvios que tiveram a ambição de “forçar” o sentido simbólico para substituí-lo pela dissecação não vivida dos conceitos, das definições claras e distintas, das extensas correntes da razão (Durand, 2008, p.13).

Para essa demonstração, Durand escolhe o Ocidente, tendo como propósito restituir a figura do homem tradicional através da interpretação da ciência. O autor se refere a uma duração mais longa do mundo e do homem tradicional que aquela proferida pela História ou pela Paleontologia. Para ele, os historicismos são mitos produzidos pelo homem e que não produzem o homem.

Essa obra de Durand nos possibilita ainda encontrar pistas sobre como entender o pensamento simbólico, aquele que conhece várias camadas de durações e várias regiões e que, para o autor, é gnóstico, diferentemente do pensamento científico, agnóstico, ou seja, que acredita apenas no que vê. O pensamento simbólico procura o sentido e o que o domina em seu processo é a pluralidade qualitativa. Sobre a experiência espacial, Durand assinala que um espaço pensado é substituído, pelo homem tradicional, por um *espaço vivido*. Vivido, para o autor, significa constituído pela vida e não apenas preenchido pela vida, o que caracterizaria um espaço experimentado.

Encontramos essa noção de *sentido* e de *vivido*, e da concepção simbólica do tempo, na obra de Durand (2008), como aquele que permite, simultaneamente, a reintegração do passado e a adivinhação ou profecia do futuro. Essa concepção está internalizada na obra sobre a memória coletiva, as formas de sociabilidade e os itinerários urbanos das antropólogas Eckert e Rocha (2005). Esses conceitos são trabalhados, pelas autoras, a partir da observação da cultura no social, das formas de viver e de narrar os tempos vividos, o urbano, para, assim, atualizar conceitos de método e do estudo da “cidade como objeto temporal” (2005). Essa



construção teórica feita para a interpretação da cidade está apoiada em uma ideia de Tempo coletivo enraizado no território urbano a partir de gestos, práticas, dramas de seus habitantes, espelhando referenciais culturais de um passado coletivo, como as autoras pontuam em sua obra.

A noção de espaços vividos está presente na obra de Eckert e Rocha (2008), na qual as antropólogas do ambiente urbano reconhecem etnógrafos e cidadãos como uma “comunidade dialógica no âmbito de um campo semântico” (Eckert & Rocha, 2008), ou seja, no contexto da cidade onde vivem e pesquisam. Assim, o pesquisador em campo, conforme o método trabalhado por elas, encontra-se igualmente interessado em agenciar a interlocução com o habitante-narrador de suas experiências na cidade, bem como em se auto-observar e se descobrir nessa relação, resultando, por fim, em uma produção intelectual única e movente, no sentido de se transformar ao longo do processo de pesquisa. Essa produção cumpre ainda a tarefa de interpretar uma cultura de sujeitos e grupos que narram e são narrados pela cidade, ação primordial para o pensar e o fazer urbano.

O tradicional distanciamento do pesquisador da urbe em relação ao *corpus* de pesquisa, provocado pelas teorias e pelos métodos quantitativos, fazendo com que sua escrita seja obrigatoriamente deslocada do eu, aqui não se mantém. Essa forma de escrever e interpretar (-se) na cidade – proposta pela etnografia e aplicada na investigação antropológica da cidade moderno-contemporânea, conforme denominação de Gilberto Velho (2006), representa uma mudança significativa na experiência urbana do pesquisador oriundo do campo das ciências sociais aplicadas, especialmente do Planejamento Urbano e Regional, área que se formou a partir de uma base interdisciplinar compreendida pelo urbanismo, pela geografia, pela economia, pela história e pelas ciências sociais, especialmente a sociologia e as ciências políticas.

No caso da pesquisa antropológica sobre imaginário e memória coletiva, a observação da cidade na sua materialidade – em seus equipamentos urbanos, por exemplo, se dá pela mão (ou pela voz) de seus habitantes, ou nos leva a eles, tendo em vista que o espaço se justifica e se representa no modo como ele é visto, sentido, criado e recriado por seus usuários na figura de narradores. Conforme assinalam Eckert e Rocha (2010) “não são as representações sobre a cidade em suas lógicas e feitos externos que o habitante racionaliza, mas a interpretação que faz de sua própria experiência de sujeito da memória que o inscreve num mundo amalgamado de sistemas práticos e sistemas simbólicos”.

Sendo assim, identificamos outra ruptura na maneira de pensar o espaço urbano, considerado, por outros autores, soberano e detentor do tempo nas suas feições, na suas fachadas e estruturas físicas, quando se referem a imóveis deteriorados ou em ruínas. Na visão da antropologia urbana, as ruínas são muito mais que apenas o resultado do abandono, elas são “gesto do esquecimento” (Eckert e Rocha, 2005) e para entendê-las é preciso pensar na sua inserção na cidade. Brandi já anunciara, nos anos sessenta, a relevância e a vinculação das ruínas na paisagem e na identidade urbana.

Orientadas pela leitura de Georg Simmel, Maurice Halbwachs, Gaston Bachelard e Gilbert Durand, as antropólogas citadas nos ensinam a perceber que o tempo não está ali expresso nas paredes descascadas e mofadas, nos compartimentos desconfigurados, mas no espaço fantástico (Durand, 2008) da memória daqueles que habitam ou habitaram esse lugar. Como as ruínas protagonizam os debates sobre preservação de bens culturais, cabe discorrer, mesmo que brevemente, sobre elas, em contraponto com a visão aproximada sobre um tempo descontínuo e a instabilidade estética própria do mundo moderno. A ética, por sua vez, nesse contexto em transformação, vai se moldando igualmente nas interações sociais.

Se tomarmos a teoria das formas de Georg Simmel, sobretudo de tragédia da cultura, estaremos considerando que algumas medidas de preservação fixam e deterioram lugares de referência cultural, por conta da ideia de impossibilidade de transformação desses espaços e da sobredeterminação de uma cultura objetiva sobre a cultura subjetiva. É preciso aceitar que algumas formas da cidade, diante das relações sociais e das práticas de interação carregam o sentido que as eternizam no tempo, enquanto outras se deterioram. É possível aproximar aqui a crítica feita por Jeudy (1990) sobre a chamada preservação da memória em centros históricos. Argumenta Jeudy (1990) que isso é uma imposição à memória coletiva, uma tirania, um caminho da monumentalização, a qual transforma as cidades em museus. Para o autor, o patrimônio é um modo de gerir a memória, ao passo que a memória pode sobreviver sem uma concepção impositiva patrimonial, conforme destacamos anteriormente. O autor destaca como positiva as intervenções contemporâneas que ocorrem em prédios antigos, por exemplo, aquelas feitas em Berlim<sup>11</sup> e mesmo em Buenos Aires e outras cidades pelo mundo. Ele interpreta ainda que o princípio patrimonial é um princípio terapêutico, sobretudo em tempos de angústia coletiva diante das transformações urbanas e ambientais.

---

<sup>11</sup> Estamos aqui nos referindo às obras de requalificação de orlas, ferroviárias no caso de Berlim, objeto de projeto após a queda do muro, em 1989. Podemos ainda nos referir ao projeto no Puerto Madero em Buenos Aires, reconfigurando as edificações e o traçado urbano da zona portuária (projeto iniciado igualmente em 1989).

Autores como Benjamin e Simmel abordaram amplamente a condição humana em contextos em transformação acelerada. Eckert e Rocha, por sua vez, recorrem à obra de Simmel para tratarem da memória vivida pelos habitantes na cidade, a qual pode ser esse contexto em mudança. Salientam que

no jogar o social, como diria Georg Simmel para definir a sociedade, importa situar o esforço da produção de sentido que relacione o indivíduo à coletividade, que situe o urbano no social, que mapeie as ações de sujeitos na cidade a valores éticos, em que embasam seus projetos de vida e formas de interagir no mundo social” (Eckert e Rocha, 2005, p.93)

O referencial adotado nesta pesquisa procura nos fazer refletir sobre os conjuntos de imagens que povoam os sujeitos do planejamento e da preservação, o tempo de fazer técnico e político nas suas múltiplas faces, relacionados, portanto, ao saber e ao viver o âmbito das decisões para a urbe. Tomando os ambientes de decisão política e técnica a partir da trajetória social dos entrevistados, o caminho proposto para esta investigação foi a observação participante e a interpretação dos depoimentos dos sujeitos pesquisados os quais integram uma coletividade.

Eckert e Rocha (2005) definem outro conceito que deve ser entendido na investigação da memória coletiva, por elas denominado como “jogos de memória”, com o qual se entende o movimento de lembrar e esquecer presente nas narrativas biográficas, no sentido de mergulhar “nos meandros das imagens do tempo que configuram o conteúdo dinâmico da imaginação criadora” (Eckert e Rocha, 2005, p.102). O ato da escrita das pesquisas que operam com esta perspectiva

define a capacidade de recriar as formas culturais que tais fenômenos adotam e permite exercitar a habilidade de lhes dar vida novamente, agora na forma escrita, com base em uma estrutura narrativa (Eckert e Rocha, 2005, p. 102).

Eckert (1998) nos fala sobre o uso dos relatos e das narrativas biográficas nas pesquisas de caráter etnográfico. Na revisão do seu texto, a autora esclarece sobre a teoria que aborda os relatos orais de vida e as histórias de vida, citando Jean Copans, que “as histórias de vida são relatos individuais e imagens particulares que se somam a tantas outras formas de coletar dados, todos por sua vez relativizados dentro dos objetivos da ‘demárche antropológica’”. (Eckert, 1998, p.3). Copans, segundo Eckert,

esclarece o quanto esse método [histórias de vida] não se basta a si mesmo. Essa técnica é utilizada como importante fonte de pesquisa, mas sua importância maior se dá na medida da sua correlação com as demais fontes de dados do método etnográfico: a convivência prolongada que permite uma observação antropológica elaborada, o conhecimento dos ritmos e espaços da vida cotidiana, os complexos eventos coletivos, as múltiplas redes sociais onde os indivíduos circulam e negociam identidades (Eckert, 1998, p.4).

Cabe esclarecer que esta tese não adotou a etnografia como método de pesquisa, ainda mais por estar inserida em outra área do conhecimento, que não a antropologia. O método etnográfico foi tomado como motivação para rever as metodologias de pesquisa no planejamento urbano. Valemo-nos, sim, das técnicas de observação participante e entrevistas não diretivas, as quais serão detalhadas mais adiante.

Para a construção teórica aqui proposta, foi necessário retomar as reflexões sobre cidade e patrimônio tecidas por Eckert e Rocha em *A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: porque e como preservar o passado?* (2006) e *A cidade: Sede de sentidos* (2007). As autoras estão aqui dedicadas a observar a cidade como fenômeno, no sentido adotado pelos autores da Escola de Chicago que, segundo elas, foram os primeiros a se interessarem pela desestruturação das megalópoles decorrente da concentração de grandes massas humanas.

Em *O fenômeno urbano* (1967), o organizador Otávio Velho considera, na introdução do livro, o próprio planejamento urbano com uma das questões latentes a serem consideradas no âmbito das ciências sociais. Velho (1967) observa que, ao estudar a cidade como um ‘organismo social’, Park se coloca em nível ecológico e sociológico frente ao chamado fenômeno urbano. Simmel (1967), por sua vez, radiografa a metrópole moderna a partir da figura do blasé. Na análise de um contexto formado por indivíduos altamente especializados, o autor sinaliza para uma dependência direta desses sujeitos aos demais membros dessa sociedade. O grave problema na vida moderna, de acordo com Simmel (1967) está na busca pela autonomia e individualidade diante “das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (p.13). Em sua palestra transcrita na obra, o autor coloca como tarefa responder à pergunta sobre como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas dessa sociedade.

Na perspectiva de observação das dinâmicas sociais de destruição e de transformação presentes na chamada cidade moderno-contemporânea, afirma-se a necessidade de investigar e interpretar a memória individual e de grupos humanos que configuram a cidade, a fim de

chegar aos sentidos dessa cidade pesquisada. Se o caminho proposto pela antropologia urbana, através dos estudos de Eckert e Rocha (2005) está nessa linha, devemos entender que a reflexão não seguirá uma reescrita da história, mas uma escuta de narrações e narrativas dos habitantes da cidade em foco, sendo eles técnicos, políticos ou demais participantes do fazer urbano.

As noções de memória, segundo as autoras, “são geradas e ressaltam-se os aspectos dialéticos, contraditórios e conflituosos na forma como emergem no interior das produções do conhecimento humano” (Eckert e Rocha, 2005, p.103-104). Com isso, é entendido que a memória conforma-se como uma linguagem de símbolos, pois elas compreendem ação inteligente do sujeito humano sobre o mundo. Se a memória, ainda em Eckert e Rocha (2005) é um espaço de construção de conhecimento, sua análise nos proporciona atingir a origem da relação do sujeito que narra sua trajetória, no caso dos sujeitos aqui analisados, no “momento intangível de enlaçamento do eu com o mundo” (p.104).

Em *A cidade e suas crises*, o patrimônio pelo viés da memória: porque e como preservar o passado? Eckert e Rocha (2006) nos propõem pensar o patrimônio e as formas de preservação a partir da compreensão de uma cidade que forma e é formada por seus habitantes e suas memórias. Nessa leitura, existe uma necessidade de mútua compreensão tanto da cidade, que abriga lugares, personagens e ações, muitas vezes de crise e violência, quanto dos seus próprios habitantes e seus itinerários, bem como em seus espaços de sociabilidade. Elas grifam que

se somos a cidade, a cidade é nosso contexto. (...) Entende-se essa mensagem de diferentes formas, como um sistema comunicativo. Não reagimos a ela apenas psicologicamente, sem negligenciarmos aqui esse aspecto, mas comunicativamente, cultural, social e historicamente (Eckert e Rocha, 2006, p.3).

Com isso, Eckert e Rocha atingem um ponto central nesta reflexão sobre a cultura de preservar, buscando compreender que todos os espaços da cidade, institucionais, políticos, habitacionais, destinados ao lazer ou ao trabalho, abertos ou privados, carregam a predisposição para serem considerados de relevância cultural, entendendo que o que está em jogo nesse reconhecimento são “as formas de vida social no meio urbano, as multiplicidades e as singularidades que encerram o vivido humano no interior desse espaço existencial criado pelo homem da civilização” (Eckert e Rocha, 2006). A partir da noção por elas trabalhadas de memória do “narrador dessa cidade”, os espaços, os processos e os atos por ele rememorados também estarão predispostos à preservação. No entanto, sabemos que as etapas para a

legitimação das imagens a serem preservadas são muito mais complexas na sua leitura e voltadas a uma compreensão individual, de alguns poucos, pois dependem mais de interesses do que de desejos e aspirações coletivas.

Com esse referencial motivador para a revisão dos métodos e das técnicas de pesquisa adotadas no planejamento urbano, sinalizamos que foram utilizados para esta tese: (1) observações participantes apresentadas no capítulo 4 - *Muito discurso, poucas definições*; (2) entrevistas não diretivas com técnicos ligados ao planejamento urbano e aos órgãos de governo voltados à preservação, descritas e analisadas nos capítulos 5 e 6; (3) Pesquisa na imprensa sobre intervenções e propostas para o Centro Histórico de Porto Alegre, bem como acerca das ações do Programa Monumenta em Porto Alegre e no Brasil; (4) Permanente revisão bibliográfica da produção no campo da preservação do patrimônio, das teorias que tratam de imagem, imaginário, memória coletiva, políticas para a cidade e planejamento urbano.

Foram realizadas para a tese, o total de dezesseis entrevistas não diretivas com quatorze técnicos, no período de 2008 a 2011, todas de acordo com o roteiro a seguir (Tabela 3):

**Tabela 3 - MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA | entrevista nº 1 | Data:**

Projeto (tese de doutorado): *A cultura da preservação nas políticas urbanas*

Pesquisadora: Jeniffer Cuty

Período:

Tempo total:

Entrevistado:

Nome completo:

Idade:

Formação:

Cargo/função na instituição/período de atuação:

Local de trabalho:

Contato:

Objetivos: Identificar estratégias de formação de redes sociais; conflitos como motivação na implantação e execução de projetos e planos; campos de disputa distinguindo atores e grupos sociais; relação hierárquica nas instâncias da prefeitura, do Estado e do Governo Federal; cotidiano dedicado à construção de políticas urbanas e de preservação, com influência direta da formação técnica e da lógica do planejamento.

	<b>Pontos da entrevista</b>	<b>Conceitos</b>
<b>Trajatória social e formação de redes sociais</b>	1. Formação e atuações profissionais 2. O diálogo com diferentes atores, técnicos/especialistas, políticos e comunidade. Espaços, relações e cotidiano na instituição e na prática profissional. Formação de redes para elaboração e execução de projetos. 3. Conhecimento na área de preservação de bens culturais 4. Hierarquias na prefeitura, no Estado e no governo federal	Visão de mundo   <i>Ethos</i>   Valores Formas de sociabilidade Percepção e representação no campo político Campo de disputa Negociação Redes sociais Conflito   Crise
	5. Como vê Porto Alegre (aspectos urbanos, arquitetônicos, sociais)	Compreensão de cidade e do patrimônio urbano Estética urbana

Quanto à realização das entrevistas, elas seguiram o roteiro acima apresentado, caracterizando-se como não diretivas, conforme observa Thiollent (1982), a fim de aprofundar qualitativamente a investigação. Devemos considerar as críticas frente a esta técnica, sobretudo no que se refere a privilegiar

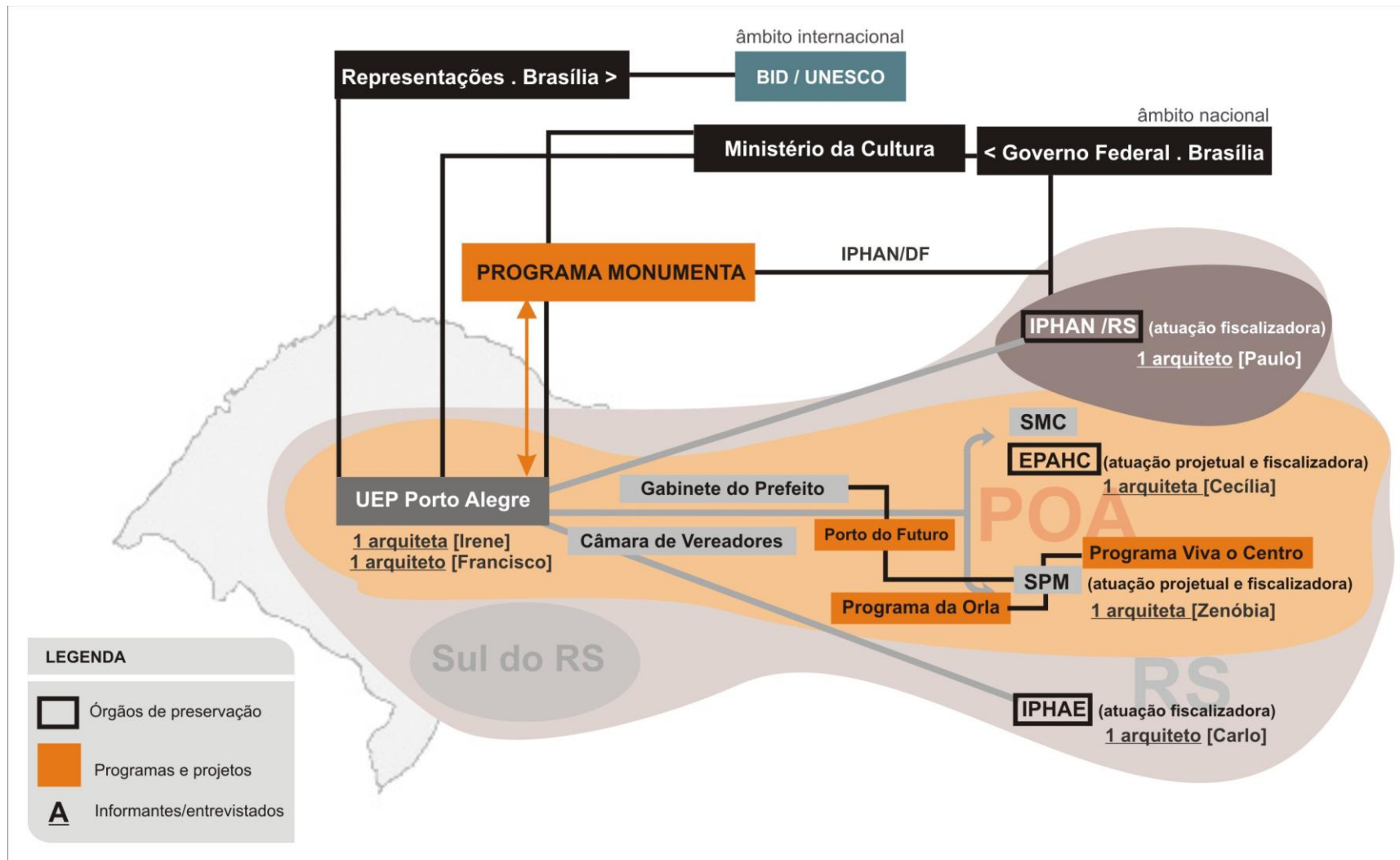
as pessoas de classe superior, que são acostumadas ao discurso político e a suas abstrações. Tais pessoas sabem responder politicamente a uma pergunta política, embora seja em termos polidos e neutralizados (Thiollent, 1982, p.81).

O autor pondera que essa crítica não invalida a técnica, pois o objetivo não é comparar pessoas com graus de instrução distintos nos seus desempenhos em entrevistas que podem conter teor político. É importante ainda esclarecer que o contato com os entrevistados descrito na primeira parte dos capítulos “É aqui que se faz a cidade” e “De volta à casa do patrimônio” foi facilitado, por um lado, pelo convívio com eles em reuniões de grupos de classe, pela relação social em disciplinas e atividades do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS e pela atuação profissional na área da preservação de bens culturais. Por outro lado, havia a intenção de entrevistar representantes do setor de planejamento urbano de Porto Alegre, bem como das instituições de preservação do estado e do país.

A respeito das entrevistas, Thiollent esclarece ainda que, acima de tudo, pretende-se “explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem” (Thiollent, 1982, p.81). Buscou-se ainda, mesmo que não de forma proposital no início da pesquisa, observar as relações de mulheres em cargos hierarquicamente reconhecidos, com trânsito político significativo no âmbito do governo municipal, estadual e federal, e desempenhando funções de caráter técnico com um forte sentido de planejamento. Essas técnicas já estavam listadas no quadro de interrelações institucionais, construído para delimitação do campo de estudo. Esse quadro e os demais sujeitos nele indicados serão analisados nos capítulos 5 e 6, porém ele está apresentado a seguir (Fig. 4):



Fig. 4 - Quadro das inter-relações institucionais, destacando os entrevistados para a tese.



Fonte: edição da autora, 2008.

Questionamos subliminarmente ao longo desta construção teórico-metodológica onde está o referido valor cultural de bens protegidos ou inventariados para preservação. Para tanto seria relevante interrogar sobre a forma como os consumidores e os produtores da cidade (Roncayolo, 1980) se reconhecem, ou seja, relacionam-se diante do chamado patrimônio cultural compreendendo que o espaço público ou privado, monumental ou vernacular, compõe a cidade de muitos tempos vividos e narrados. A cidade como palco de intervenções urbanas e sociais é o lugar de muitos sentidos, assim como as construções populares comumente feitas pelas próprias mãos de seus moradores, os espaços de convívio nas praças, nos parques, institucionalmente constituídos ou não, os pequenos prédios residenciais da arquitetura protomodernista com seus revestimentos em mica e seus adornos ortogonais, não tão destacados na paisagem como os monumentos ecléticos ou os neoclássicos.

Vale enfim predispor-se a interpretar a cidade na sua complexidade, riqueza e mesmo nas sombras cotidianas, assim como o cientista deve empreender a superar os obstáculos epistemológicos que se mostram no âmago do próprio ato de conhecer, como nos fala Gaston Bachelard (1996). Para o pesquisador urbano, habituado a olhar a cidade pela “canha de cima”<sup>12</sup>, num macrozoneamento de questões e motivações retiradas do palco urbano e social, aceder ao método etnográfico, mesmo que apenas como motivação de pesquisa e às teorias antropológicas do imaginário e da memória coletiva é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado, parafraseando o mestre Bachelard, nas suas acepções sobre a formação do espírito científico.

---

<sup>12</sup> Expressão utilizada em aula pelo prof. Leandro Marino Vieira Andrade (Faculdade de Arquitetura/UFRGS), nas disciplinas ligadas à teoria e ao projeto urbano, anos 1990.

### 3 TEMPOS DE TRANSIÇÃO NAS POLÍTICAS PARA A CIDADE



**Foto 4 - Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e Memorial do Rio Grande do Sul, junto à Praça da Alfândega, Porto Alegre, RS, Brasil.**

Fonte: levantamento fotográfico do Centro Histórico de Porto Alegre, acervo do Programa Monumenta, Porto Alegre, 2001.

Autor: arquiteto Cristiano Lindenmeyer Kunze, 2001.

Este capítulo contextualiza e relaciona as práticas do planejamento urbano em Porto Alegre, desde o início do século XX até os anos 2000, com vistas a identificar de que maneira a preservação está colocada, ou não, nos discursos desses documentos. Será analisada a legislação urbana e específica de preservação, bem como projetos e programas voltados à qualificação do espaço urbano. Utilizam-se fontes de pesquisa documental e publicações voltadas ao tema. Objetiva-se mostrar a cidade de Porto Alegre a partir dos discursos desses documentos e de depoimentos de técnicos em comparação com um panorama político nacional.

Cabe aqui um preâmbulo histórico sobre a formação do tecido urbano de Porto Alegre. Do ponto de vista das grandes intervenções urbanas macroestruturais, a capital gaúcha registrou mudanças significativas especialmente no período da chamada industrialização, entre 1890 a 1945<sup>13</sup> e, após o final da Segunda Guerra Mundial, a metropolização, conforme denominam as arquitetas Dóris Maria Muller e Celia Ferraz de Souza (2007). A fase da industrialização foi marcada pela elaboração e execução de planos urbanísticos envolvendo grandes obras de embelezamento, higienização e de arruamentos, objetivando a abertura de avenidas que pudessem interligar o Centro – onde tudo acontecia – com o resto do território, ainda pouco habitado. As obras deste período, entre elas a inauguração do Cais do Porto, em 1922, e a abertura das avenidas Borges de Medeiros, entre 1924 e 1928 e, Farrapos, em 1940, foi o reflexo mais significativo da intenção de que a capital deveria se comunicar de maneira rápida e eficaz com sua região de abrangência.

O Cais do Porto, as ruas, as avenidas e as estradas, como a própria BR 116, representaram a modernização dos eixos e dos acessos da cidade. Suas feições se deram pela imagem da grande caixa de rua, com calçamento e canteiro central, e pelas arquiteturas, entre elas ecléticas, que se disseminaram na Porto Alegre do início do século XX. Devemos considerar ainda a imagem art déco e protomodernista, sobretudo na Avenida Farrapos e no seu entorno; e modernista, no prolongamento da Avenida Borges de Medeiros (Foto 5). Na segunda fase aqui apontada, a partir de 1945 até os dias atuais, ainda de acordo com Souza e Muller (2007), a cidade se expandiu para a periferia e ocorreu a formação de nucleações ou centralidades nas adjacências e também dentro da cidade. Essa segunda metade do século XX foi marcada por um panorama internacional de reafirmação das identidades e promoção, em

---

<sup>13</sup> Fase da industrialização da capital gaúcha, segundo divisão sugerida pelas arquitetas Celia Ferraz de Souza e Dóris Maria Muller, em *Porto Alegre e sua evolução urbana*, 2007. Para as autoras, após 1945, a cidade passou por uma metropolização, a qual representou além de um período de expansão das funções, ligadas à indústria e ao setor terciário, para sua região metropolitana, uma densificação da área central.

ampla escala, de congressos e fóruns de especialistas a fim de debater mecanismos de preservação do patrimônio, sobretudo o edificado e urbano. No entanto, a capital gaúcha ainda estava estruturando sua malha principal e ocupando áreas antes inacessíveis.

**Foto 5** – Avenida Borges de Medeiros, no lado moderno, ainda com prédios menores e com os charmosos telhados de quatro águas, bem característicos de Porto Alegre. Imagem de um importante monumento da cidade, o viaduto Otávio Rocha. Período: 1940.



Fonte: site Skyscrapercity. Disponível em < [www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com) >  
Acesso em: 07 abr. 2011.

A construção do Viaduto Otávio Rocha representou, não apenas um avanço técnico e tecnológico implantado no principal eixo de ligação centro-sul da cidade, como a possibilidade de configuração de obras públicas as quais poderiam ser tratadas como marcos urbanos, pontos de referência na leitura da cidade e monumentos de valores técnicos, históricos e artísticos a serem preservados. A foto acima nos mostra ainda uma travessia pelo viaduto que nos revela outros valores a serem conhecidos e preservados. Lembrando Lynch (1997), o autor nos fala que a imagem ambiental é resultado de um processo bilateral entre observador e ambiente. A imagem, para Lynch, é testada, num processo de constante interação. Assim, “a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente

entre observadores diferentes” (Lynch, 1997, p.7). Ela é outra entre os habitantes da cidade e, certamente, é mais diversa entre os estrangeiros e visitantes.

### **3.1 – A primeira onda modernizadora da cidade (anos 1910-20)**

Para a interpretação do discurso do Plano de Melhoramentos (1914), tomamos por base pesquisas que tratam da compreensão de um contexto político, econômico e urbano sobre o Centro de Porto Alegre, suas praças voltadas ao comércio e aos poderes, a região dos aterros e, sobretudo, a abertura da Borges de Medeiros e a construção do Cais do Porto. A arquiteta Celia Ferraz de Souza (2010), em sua tese de doutorado, dedica-se ao estudo do Plano de Melhoramentos (1914), salientando a importância dessa proposta para a modernização da cidade e ainda grifando o nome da Comissão de Higiene, Saneamento ou de Melhoramentos na história do urbanismo e do planejamento urbano em Porto Alegre. A grande contribuição do plano apontada pela autora está na proposta das obras viárias, muitas das quais realizadas décadas depois.

Augusto Alves (2003), por sua vez, afirma na sua dissertação que a proposta de construção do Porto em Porto Alegre, entre os anos de 1895 e 1930, era parte de um projeto do governo republicano que tinha como intenção reformular o eixo que ligava a Praça da Matriz até a Praça da Alfândega, onde seriam erigidos importantes prédios públicos, alterando a feição daquela área do Centro. É dessa primeira metade do século XX que identificamos o chamado urbanismo higienista como estratégia modernizadora da cidade, calcado nos sentidos de circular, sanear e embelezar e, acima de tudo, nos princípios do urbanismo francês e do positivismo fortemente presente nas ações do Estado nesse período. Para Alves (2003), o sentido de circular estava relacionado ao projeto nacional de circulação de mercadorias pelos portos, através do Plano de Melhoramentos dos Portos da República (1907) e da modernização dos demais sistemas de transporte e circulação do comércio no país. Por saneamento, entende o autor que a construção do Porto possibilitaria, de forma eficaz, resolver um problema crônico de insalubridade, promiscuidade de atividades e falta de ordenação espacial da orla com o Guaíba. Por fim, o embelezamento estaria a cargo de uma grande estrutura de ferro, doada pelo governo francês, para simbolizar a porta de entrada da

cidade, a qual, não por acaso, foi a primeira obra entregue à cidade pela ação do Programa Monumenta<sup>14</sup>.

A pesquisa de Alves (2003) está baseada nos relatórios da Secretaria de Obras Públicas, os quais descortinam o pensamento de engenheiros, urbanistas e administradores públicos da época e as influências internacionais ali expressas. O saneamento, conforme o pesquisador, estava colocado como prioridade nas ações das Intendências, paralelamente aos serviços de segurança pública e educação. Em 1914, na gestão municipal de José Montauray foi elaborado o Plano de Melhoramentos e Orçamentos, apresentado ao intendente pelo engenheiro João Moreira Maciel, então membro da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital. O Plano de Melhoramentos, como é conhecido, é considerado o primeiro plano urbanístico (ou projeto) para a cidade de Porto Alegre, como um todo. Suas principais características estão na busca por uma nova imagem à cidade, a ser conquistada pela abertura de ruas e avenidas, a criação de praças ajardinadas e uma significativa reformulação da área central. O projeto do Porto, entretanto, foi incorporado pelo Plano, bem como o aterramento junto à margem norte, o qual deu origem às avenidas Mauá e Sete de Setembro.

Na leitura do relatório do Plano de Melhoramentos nos deparamos, logo no início, com a seguinte meta do projeto: melhorar, conservando. Certamente a preocupação preservacionista mais difundida em nosso imaginário – de manutenção das características de espaços, a fim de dar acesso às futuras gerações a essa parcela urbana entendida como patrimônio - não estava ali colocada. A conservação se referia à redução de custos nas obras a serem feitas, sobretudo de alargamentos de ruas, tendo em vista a escassez de recursos da prefeitura. O texto apresentado pelo relatório não se apresenta como científico e, portanto, não tem a pretensão de produzir uma teoria. Ao contrário, ele segue claramente os preceitos positivistas e republicanos da época, fazendo uma leitura bastante consciente da situação da cidade, sem destacar monumentos ou outros valores a serem preservados ao longo das gestões municipais. Tanto Souza (2010) quanto Alves (2003) salientam a atuação dos engenheiros na gênese das reformas urbanas desse período em Porto Alegre e no Brasil. Assim, a conservação assumia um caráter técnico, na sua essência. Souza (2010) observa, no entanto, que a racionalidade técnica apresentada não era apenas uma, mas se revelou, na sua pesquisa, como muitas formas sucessivas de racionalidade. A modernização, por fim, não incluiu a valorização da estética, da técnica arquitetônica e de parte da configuração urbana existente.

---

<sup>14</sup> O Portão Central do Cais foi tratado no projeto do Programa Monumenta em Porto Alegre como Projeto de Arranque, e a restauração da estrutura e a colocação dos vidros foi entregue à cidade, em solenidade aberta ao público, em 2003.

A valorização das imagens da época ficou a cargo de fotógrafos e outros artistas (Fotos 6 e 7). É importante destacar a intenção de possibilitar fluidez no trânsito e no sistema de circulação como um todo, incluindo a proposta de abertura das perimetrais. Havia ainda a indicação do projeto do Theatro Municipal, a ser localizado junto ao Mercado.

Esse plano se caracterizou pela intenção de definir um novo traçado para a cidade, referindo-se a configurações de uma futura cidade, sem maiores apelos às formas e às linhas arquitetônicas existentes. Quando da indicação dos imponentes prédios dos Correios e Telégrafos (atual Memorial do Rio Grande do Sul) e da Delegacia Fiscal (Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS), eles serviram apenas como referência espacial na localização das novas propostas. No caso da proposta de embelezamento do Parque da Redenção, o plano indicava a instalação de obras de arte, fontes, grutas e grupos de estátuas. Fica a questão se o olhar de técnicos e administradores públicos, nessa época, ainda não estava sensibilizado para outros monumentos/documentos e a possíveis valores a ele agregados, pois se centravam nas intenções de modernização, progresso e ampliação das ruas, para, um pouco mais adiante, receber as edificações mais altas que seriam erguidas a partir da segunda década do século XX.

Entretanto, devemos ter em mente de que as mobilizações mais fervorosas em um sentido de renovação e modernização pelo mundo vieram seguidas pelo movimento preservacionista e pelo debate identitário. Outro ponto a ser ponderado, sobre este período é de que não havia um sentido de conjunto urbano colocado nos textos dos técnicos, especialmente os engenheiros. Essa noção foi bastante significativa na delimitação de áreas de interesse sociocultural, como era referida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1970. A noção de conjunto auxiliou, no contexto porto-alegrense, no entendimento de preservação de bens culturais, de bens representativos de grupos sociais (coletivo) e mesmo da sociedade.



**Foto 6** – Vista do Centro e do Cais de Porto Alegre a partir da margem oposta à cidade, em 1888.



Fonte: Memória Visual de Porto Alegre – 1880-1960 (2008).

**Foto 7** – Cais da Alfândega em 1900.



Fonte: Memória Visual de Porto Alegre – 1880-1960 (2008).

A leitura da cidade a partir das fotos e das pinturas é carregada de nuances que as plantas e os planos não trazem. Na foto 6 está clara a ocupação de casas baixas e alguns prédios mais imponentes, os quais, na maior parte dos casos, de uso público. No alto da colina, à esquerda da foto, a antiga Igreja Matriz. Na foto 7, verificamos a edificação pública,

com dois pavimentos, com o tradicional telhado de quatro águas, bastante usual em Porto Alegre e, ao fundo, a ponta da chaminé do Gasômetro. As sólidas edificações neoclássicas, com eixos simétricos claramente definidos nas fachadas e nas plantas, já compunham a paisagem urbana do Centro de Porto Alegre, entretanto não eram vistas pelo planejamento de então. Muito próximo do trecho retratado ou muito distante, do outro lado da margem, essas imagens igualmente não auxiliam na construção da noção de conjunto urbano, até mesmo porque talvez ele ainda não estivesse configurado minimamente.

Letícia Coelho (2011), em sua dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, interpreta o método de montagem de Walter Benjamin de maneira a propor uma metodologia de leitura da paisagem urbana, através das fotografias de Porto Alegre feitas a partir do Guaíba. Em sua pesquisa, sob o aporte da história e da geografia cultural, a autora define como critérios de análise do seu *corpus*, a forma, a função e a estrutura observadas nas imagens. Os agrupamentos elencados quanto à forma são: a abrangência visual (o zoom), o ângulo de visão, o ponto de vista, os eixos compositivos, o formato da fotografia, os temas/assuntos registrados e os períodos. Na interpretação proposta pela autora para a parcela central de Porto Alegre, especificamente o trecho do Cais da Alfândega, ilustrado acima, está a seguinte descrição:

A Praça da Alfândega e os equipamentos no seu entorno, também identificados como núcleo estruturador da paisagem, é outro importante espaço na vivência da cidade. Ao longo dos períodos analisados esse agrupamento destaca-se na paisagem, configurando-se como marco formal, funcional e estrutural. A praça abriga remanescentes dos três períodos, caracterizando-se, assim como os outros núcleos identificados, como resultado de uma superposição espaço-temporal de grande significação coletiva. O espaço, utilizado pela população desde o final do século XVIII, surgiu com o núcleo inicial da cidade. As atividades aí desenvolvidas eram relacionadas ao Guaíba e à função portuária que movimentava o pequeno povoado através de estruturas de trapiches e galpões. Em frente a um dos principais trapiches localizava-se a então chamada Praça da Quitanda, onde esteve o primeiro mercado da cidade e a primeira alfândega. Com a construção de um novo prédio para a Alfândega e a consequente urbanização da praça, o mercado seria transferido para o Largo do Paraíso (atual Praça XV de Novembro). (...) A Praça da Alfândega era o ponto mais indicado para a localização da plataforma de embarque e desembarque de passageiros, assim, as obras do cais iniciariam a partir desse trecho, sendo uma das intervenções a construção do Pórtico Central do Cais, no prolongamento do eixo central da praça, reforçado visualmente pela implantação de uma ampla avenida (atual Avenida Sepúlveda). (Coelho, 2011, p.219-220).

O método explorado pela autora é descritivo e considera a superposição de camadas espaço-temporais, conforme matriz teórica da história cultural. No caso desta tese, somamos

esta possibilidade de leitura da paisagem às imagens do Centro de hoje, as descrições e interpretações de pesquisadores, dos técnicos (os sujeitos da pesquisa) e da imprensa, como um conjunto imagético que compõe parte de um imaginário, o qual é complementado pelas formas como são realizadas as ações sobre essas parcelas urbanas e, sobretudo, pela memória narrada a partir desses espaços.

### **3.2 – A construção do patrimônio nacional (anos 1930-40) e o campo dos direitos culturais na contemporaneidade**

As décadas de 1930 e 40 são férteis para reflexão da política preservacionista embrenhada nas políticas de governo no Brasil, entretanto no contexto porto-alegrense devemos observá-las com cuidado. Segundo pesquisa do arquiteto Paul Nygaard (2005) sobre as bases doutrinárias dos planos diretores em Porto Alegre, identificamos um período de baixo confronto político no contexto local, frente às intervenções e mudanças na cidade, sobretudo por conta da realização de grandes obras viárias. Essas obras estavam preparando o terreno urbano para obras de maior impacto visual e social. Nygaard (2005) descreve o período entre 1914 e 1938, como de realização de obras iniciadas na gestão do prefeito Otávio Rocha (1924 a 1928) e Alberto Bins (1928 a 1937). Cabe, no entanto, destacar a pesquisa realizada entre 1936 e 1943, pelo engenheiro Edvaldo Pereira Paiva, como apontamento dos problemas e das dificuldades para o crescimento da cidade. A visão ampla e complexa dessa pesquisa é inovadora no contexto do planejamento de Porto Alegre, pois nela havia indicativos econômicos e sociais, criticamente analisados e entendidos como participantes da compreensão da cidade, que antes não acompanhavam as propostas urbanas, especialmente quando nos referimos ao Plano de Melhoramentos (1914).

A gestão do prefeito Loureiro da Silva (1937 a 1943), não gratuitamente, foi marcada pelas grandes obras viárias em Porto Alegre. Como reflexo direto da política nacional da ditadura de Vargas, a prefeitura aproveitava a

oportunidade de uma época discricionária, realizava rapidamente (sic) as grandes desapropriações necessárias que em outra ocasião teria sido impossível (...), e também pela facilidade de obter determinados empréstimos que seriam menores e mais difíceis em outras circunstâncias. (Macedo, 1968, p.112)

O principal documento elaborado nessa época, em termos de reconhecimento das características da cidade e de apoio às novas propostas é o chamado Anteprojeto do Plano Diretor, elaborado por Arnaldo Gladosch, em 1943. Ainda como uma reverberação das formas e das posturas da política nacional desse período, de autopromoção, o Anteprojeto representou o primeiro documento na orientação do engenheiro Paiva para a realização de um plano diretor em três etapas. Essas três etapas se caracterizavam, nessa primeira leitura da cidade, através do (1) Anteprojeto; na elaboração do (2) Expediente Urbano como um documento detalhado que apontava e interpretava fatos, fenômenos e funções da cidade e, por fim, no (3) Plano Diretor como uma correção do Anteprojeto à luz dos produtos do Expediente Urbano.

Do ponto de vista da interpretação da cidade antiga – núcleo urbano de formação da cidade e de concentração das suas principais funções, até a primeira metade do século XX – em comparação com o crescimento para os arraiais -, o texto de Gladosch se refere a uma cidade antiga ordeira e sistemática, em contraponto aos tumores que passaram a representar as novas ocupações. O tom das propostas desse urbanista estava baseado nos preceitos da técnica e da ciência, em voga na época, não podemos nos esquecer. As finalidades do urbanismo, para Gladosch, “consistem não só num embelezamento em si da cidade, mas, também, num saneamento geral, tanto do ponto de vista higiênico e técnico, como também, social-econômico” (Nygaard, 2005, p.143).

A discussão da preservação arquitetônica e urbana não estava em pauta, mas podemos inferir algo nesse sentido. Primeiramente pensando que a cidade estava crescendo, transformando-se e que, as obras viárias, estavam preparando a casa para uma mudança muito maior. Ponderamos ainda que, se a cidade ordenada era a parcela antiga, o atual Centro Histórico com seus limites que foram sendo definidos por interesses diversos, e ela era reflexo do crescimento ligado ao abastecimento, ao comércio e a tudo o que chegava pelo Porto. O Porto representava a parte nova desse centro, transformada pelos regramentos que estavam sendo implantados e, não podemos esquecer, pelas possíveis desapropriações obtidas no governo Loureiro da Silva. Não foram apenas as ocupações de arraiais e de beiras de novas vias que configuraram as intenções dos planos e das políticas urbanas nessa época. Essas intenções estiveram marcadas no espaço de disputa de poder, de legitimidade, de visibilidade e de representação sobre o que é o centro da cidade. Como o foco estava em transformar rapidamente, os sentidos de preservação não eram percebidos ou vinham a favor da

legitimação das políticas ou, ainda, eram outros sentidos invisíveis à interpretação histórica desse período.

O desejo pelas grandes obras estava marcado no discurso, conforme destaca Nygaard, da fala de Gladosch sobre o Estado Novo, afirmando que “os poderes públicos não se constituem mais por representantes de ‘pequenos agrupamentos eleitorais’, sendo agora ‘servidores da coletividade nacional’, como uma obra administrativa a realizar” (Nygaard, 2005, p.148). Pois a cidade de Porto Alegre nos parece marcada por uma busca pela implantação de uma imagem a ser alcançada – da cidade moderna, verticalizada, pois ela era sinônimo de uma cidade desenvolvida. Essa imagem perseguida ainda se mostrava distante das coletividades ou dos sentidos que atribuímos a elas nos dias de hoje.

No âmbito nacional, a preservação, sim, estava em pauta e era debatida diretamente entre governo e intelectuais, ou ainda podemos dizer que os interesses dos intelectuais estavam em concordância com a política do governo Vargas. Se no contexto porto-alegrense o período de baixo confronto político foi um tempo de transformação do traçado da cidade, o qual possibilitaria a reconfiguração do Centro e, mais ainda, que essa transformação estava em condução por engenheiros, no panorama nacional, a negociação interna acontecia entre modernistas e governo federal, o qual buscava deixar sua marca como construtor de um campo específico para articulação de políticas de patrimônio e preservação, claro, sob custódia dos interesses nacionais. O debate, ainda utilizado por preservacionistas e sujeitos de governo, para retratar um passado colonial, que foi a marca mais legítima do Brasil na configuração do futuro, estava sendo alimentado neste período de nacionalismo. Chuva (2009) observa que “não se trata de um campo de preservação cultural em autonomização, mas de uma forma própria de administrar, visando à monopolização do saber via racionalização burocrática” (p.111). Esses aspectos se tornaram visíveis nas práticas de conservação e restauração empreendidas pelo, então, SPHAN. A construção do patrimônio nacional, como nos referimos no primeiro capítulo, e a adoção de práticas e estratégias de preservação seguiam, nessa época, uma relação estreita e de interdependência entre os campos políticos e intelectuais em nível nacional, remetendo a um contexto carioca, especialmente, por ser este o *locus* do governo federal e o espaço da mescla de períodos históricos como o Brasil colonial e o modernismo brasileiro.

O projeto de centralidade do poder nacional, a partir de 1937, com o Estado Novo, impôs a proliferação de agências públicas, “cujas atribuições abarcaram os diferentes domínios do social”, segundo análise de Chuva (2009). A historiadora grifa a importância de

analisarmos o impacto do ano de 1937, no período comumente identificado entre 1930 e 1945. A autora alega ainda que nesse período inexistiu homogeneidade e registrou nacionalismos diversos. O golpe de 1937 instituiu com clareza uma política intervencionista e efetivamente nacionalista federal, ainda que suas bases tenham sido traçadas na década de 1920. Esse nacionalismo se concretizou, muito marcadamente, pela criação de instituições e normas de controle social e, nesse rol normativo, encontramos a Lei de Tombamento no Brasil, o Decreto-Lei 25/1937<sup>15</sup>, o qual traz no seu texto os caminhos para uma preservação legalizada. Mário de Andrade foi o intelectual que redigiu o anteprojeto da lei, depois revisto e transformado no decreto. Um ponto central a ser observado é a interferência direta do Estado no direito de propriedade, “então submetido aos preceitos constitucionais de ‘função social da propriedade’ e de ‘interesse público’. A subjetividade de tais preceitos deu sustentação à ação estatal relativa à temática patrimonial” (Chuva, 2009, p.167).

Se no contexto porto-alegrense as obras de abertura e alargamento do traçado viário estavam “a todo vapor”, nesse período, graças à possibilidade de desapropriação sem maiores burocracias, a discussão nacional de proteção e tombamento valia-se do mesmo recurso de uso do direito da propriedade sob a bandeira da função social dessa ação. Chuva (2009) vai adiante na sua reflexão, apontando que:

A suposta oposição entre público e privado ficava garantida por lei e, ao mesmo tempo, diluída nas relações em jogo e nas trocas simbólicas que o próprio instrumento legal legitimava. Além daquilo que se pode extrair da construção da lei, essas relações foram melhor desvendadas a partir da rotinização das práticas do Sphan, que teve nesse aparato jurídico seu suporte de legalidade. (Chuva, 2009, p.167)

Carlos Marés de Souza Filho (1997) faz uma análise conjunta entre a Lei de Tombamento e a Constituição Federal de 1988, apontando para uma nova hermenêutica sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O autor destaca que o objeto de proteção do Decreto Lei 25/1937 é “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”. O interesse público, conforme o jurista, é reconhecido pela vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil ou ao excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Conforme o autor:

---

<sup>15</sup> Vale consultar, na obra de Chuva (2009), o quadro comparativo construído pela autora que identifica no texto do Anteprojeto da lei, elaborado por Mário de Andrade, e no texto final da lei, os seguintes pontos em suas similaridades e divergências: (1) finalidades do Sphan, (2) Aplicação, (3) o que pertence ao Pan/Phan, (4) condições de pertencimento/inclusão, (5) finalidades dos Livros do Tombo, (6) procedimentos para tombamento (inclusão), (7) conselho consultivo.

essa conceituação difere muito da adotada na Constituição, que considera patrimônio cultural o conjunto de bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. A diferença está em que a nova Constituição liga a História e os eventuais valores à expressão de uma cultura nacional; é, portanto, nacionalista e popular. (Souza Filho, 1997, p.50)

Souza Filho (1997) considera esse conceito presente na Constituição como próprio de países que também vinculam o seu patrimônio a manifestações de suas culturas nacionais. No caso do Brasil, o autor aponta para a intenção de garantir a valorização da profunda diversidade do ser cultural brasileiro, entendimento que não está presente nos termos do Decreto-Lei n. 25/37. A lei de tombamento nacional não está voltada para a proteção das manifestações diretas da cultura brasileiras, mas daquilo que, no Brasil, é reconhecido como cultura universal.

Entramos num ponto de reflexão dos sentidos da preservação local e das possibilidades, ou impossibilidades, de proteção de um patrimônio universal. Souza Filho (1997) nos auxilia a pensar que o Decreto-Lei 25/37 é um verdadeiro Código de Tombamento de bens culturais, mas que não se configura como um Código de Preservação desses bens. A preservação, nessa linha de raciocínio, implicaria na compreensão de contexto, de processo e de transformação presente nas narrativas e nas interações sujeitos-objetos. O conteúdo do tombamento e da proteção, nas suas diversas formas, está acima, em importância, da forma.

Podemos inferir que o centro do país nas décadas de 1920 até os anos 1940 estava dedicado na formação, rápida e autoritária, de um patrimônio nacional. O Rio Grande do Sul e sua capital, enquanto periferias políticas, ainda estavam ampliando o traçado urbano e defendendo a verticalização como imagem a ser perseguida no planejamento.

A antropóloga peruana Selma Baptista dedica sua obra “Uma concepção trágica da cultura” (2006) para refletir os sentidos de nação e país através de uma etnografia voltada a observar a relação entre centro e periferia, tendo a cultura indígena como ponto de tensão. A autora aponta para a constatação das buscas por hegemonias em países e regiões periféricas, as quais resultam em novos conflitos (étnicos, políticos) e produtos híbridos. A proposta, por ela apontada, de uma crítica cultural

se constrói como um ponto que se distancia do simples interesse pela descrição dos outros culturais e traz às experiências etnográficas como experimentos que, ao serem reunidos coletivamente, nos sugerem a possibilidade de relacionar as incontáveis críticas dispersas em certos

contextos, com outras em contextos distintos, de forma comparativa, diluindo, de certo modo, a oposição entre centro e periferia<sup>16</sup> (Baptista, 2006, p.14).

Na linguagem do urbanista, precisaríamos começar a apontar para um diagnóstico mais criterioso para compreender o nosso patrimônio, ou mesmo para construí-lo. Do ponto de vista de Baptista, sua defesa ao equilíbrio das relações éticas e de autorrevelação dos grupos sociais, das periferias e mesmo do nacional, está indicado em uma “nova antropologia mundial, de abertura ao diálogo entre as antropologias existentes” (Baptista, 2006, p. 15) e, por que não dizer, das áreas do conhecimento que operam com esses temas. Essa postura dialógica está interligada ao reconhecimento do caráter pluricultural das nossas sociedades. Essa compreensão pode ainda resolver a questão nacional referente à revisão do Decreto Lei 25/37, identificada, como sinalizamos anteriormente, por Souza Filho (1997), como um limitado Código de Tombamento. Na passagem desse sentido de proteção, que congela o bem, vislumbramos um sentido de legislação e de preservação que operam com as dinâmicas urbanas, a diversidade, as diferenças, a identidade, o nacionalismo e o pluralismo cultural. Podemos ainda instaurar um debate inicial sobre direitos culturais como centro das questões de preservação não apenas nas grandes cidades e nos centros tombados, tendo em vista que são esses os direitos que asseguram a expressão da identidade cultural de grupos sociais pela cidade e em interação com outros grupos.

Entendemos que a preservação do patrimônio cultural carrega, na sua essência, um diálogo estreito com a filosofia dos direitos culturais, pois ambas as manifestações tem por finalidade a vinculação dos indivíduos com seus ambientes culturais, durante os seus processos de identificação, os quais implicam no direito de aceder aos recursos necessários para essas apropriações. Por ambientes culturais, entendemos os lugares de interação entre sujeitos, sujeitos e objetos, e não apenas os espaços que abrigam acervos físicos e patrimônios.

Podemos ainda observar que tanto a preservação enquanto estratégia social e política, quanto os direitos culturais são mecanismos criados no âmbito dos debates identitários, entretanto, a preservação aqui retratada como instrumento de construção do patrimônio nacional está ainda distante do sentido de visibilidade coletiva colocado pelos direitos culturais. O filósofo Walter Benjamin já alertara em sua produção sobre a modernidade de que nosso maior bem está e acontece no coletivo. Benjamin, em sua teoria, nos faz atentar

---

<sup>16</sup> Tradução livre da autora.



para uma perda da experiência em tempos de grandes e profundas transformações urbanas e sociais e, no caso do período aqui analisado, anos 1920 a 40, de fortes vinculações políticas. Para WB, experiência é conceito que tensiona a relação dialética com a sua compressão de vivência, pois a experiência se manifesta na interação coletiva, ao passo que a vivência é solitária. No caso das definições de leis e outros instrumentos reguladores, fica evidente a necessidade de amplo debate, a fim de evitar imposições, interpretações equivocadas e dicotômicas sobre a lógica da preservação.

Ainda na linha da construção de sentido no âmbito do coletivo e da interação, Simmel (2006), em sua Teoria das Formas, preocupa-se com as formas como as sociedades se mantêm, a partir das quais se verifica a atuação de forças de destruição e de conservação dos agrupamentos. Simmel (2006) salienta seu entendimento de sociedade como “todas as reciprocidades de ação estabelecida em uma unidade permanente ou passageira” (p. 48). Outra afirmação importante é a de que

a sociedade (...) parece estar instruída para existir eternamente, e é por esta razão que ela chega a totalizar conquistas, forças, experiências que a elevam bem acima das existências particulares e dos seus perpétuos recomeços. (Simmel, 2006, p. 50)

A sociedade, segundo o autor, corre maiores riscos na medida em que depende tanto mais da efêmera individualidade de seus membros. As mudanças de conduta, de deslocamentos de interesses, de contínuas variações de forma são outro fator de conservação das sociedades. Para o autor, é necessário que as sociações se oponham a fim de se conservarem, ou seja, é necessário que ocorra o confronto com o Outro e a decorrente transformação das sociações. Essas últimas ponderações do autor são valiosas na análise aqui proposta, pois verificamos, em princípio, que o espaço de conflito é primordial para a condição de sobrevivência das sociações, dos temas e, conseqüentemente, do patrimônio, da legislação a ele relacionada e dos espaços de construção dos direitos. Se ignorarmos as diferenças e achatarmos as nuances de uma sociedade, estamos abrindo mão do confronto e do conflito motivador do debate. A diversidade, por sua vez, só seria identificada a partir, novamente, da interação.

Cabe ainda lembrar que, segundo Simmel, os valores sociais se baseiam nos efeitos dos indivíduos e não nos valores do ser humano. A humanidade é aqui vista como a

síntese totalmente peculiar dos mesmos elementos que resultam na sociedade. (...) O que nos une à humanidade como um todo, e no que podemos contribuir para seu desenvolvimento comum, seriam os interesses

científicos e religiosos, por exemplo, o aperfeiçoamento estético da personalidade, a produção puramente material que não partisse de nenhum princípio utilitário (Simmel, 2006, p.54).

O patrimônio cultural, na relação harmônica entre cultura objetiva e subjetiva está ao dispor dos atos de rememoração dos atores que junto a eles interagem, a fim de se reconhecerem a partir desses objetos e lugares, para, enfim, interpretá-los conforme suas visões de mundo. No caso dos direitos culturais, aqui em questão, são eles que autorizam cada indivíduo ou sujeito representante de um coletivo a desenvolver a criação de suas capacidades. Conforme o suíço Patrice Meyer-Bisch (2011) “eles permitem a cada um alimentar-se da cultura como a primeira riqueza social; eles constituem a substância da comunicação, seja com o outro ou consigo mesmo, por meio de obras” (p.28), objetos, lugares, narrativas – materiais ou imateriais. Ainda sobre o desafio da vinculação entre indivíduos e ambientes culturais, Meyer-Bisch afirma que o vínculo, diferentemente da interação, exprime-se por meio de direitos, liberdades e responsabilidades em “viver sua identidade como um processo nunca acabado de realização de si, inseparável de um reconhecimento social” (Meyer-Bisch, 2011, p.28). O autor aponta ainda para os efeitos dessa vinculação com um retorno ao corpo, ao sujeito, às coisas e aos ambientes. A expressão diálogo entre culturas, conforme Meyer-Bisch (2011), só tem sentido quando nos referimos à interação entre os sujeitos dessa vinculação, os quais carregam as referências culturais a patrimônios, tradições, disciplinas, comunidades e instituições.

O patrimônio que nos representa e através do qual devemos estabelecer as vinculações que nos reconhecerão como sujeitos dotados de direitos culturais, torna-se o primeiro alvo de ataques estrangeiros, no sentido desse Outro em situações de guerra, por exemplo. Tomamos a imagem dos bombardeios a monumentos valorados como representativos das nações durante as duas Grandes Guerras Mundiais, levados a cabo com a finalidade de desmoralização dos países atingidos. O desmantelamento dos patrimônios materiais, imateriais e das formas de manifestação das sociedades, em grandes guerras ou guerras étnicas e religiosas, foi o principal motivador para a criação da carta sobre os direitos humanos, a partir da Declaração de 1948, no então recente pós-Segunda Guerra. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, ainda em 1966, os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os quais passaram a vigorar dez anos depois, em janeiro de 1976.

Teixeira Coelho (2011) observa que as necessidades culturais que estão apontadas no debate sobre direitos humanos e, mais recentemente culturais, são necessidades de vida social,

política e cultural ou, simplesmente de vida e interação. Para o autor, os direitos culturais “deram consistência e conteúdo a palavras como liberdade” (Coelho, 2011, p.8), a qual deve ser permanentemente revista:

Liberdade de pensamento e de expressão já deveria ser algo suficientemente claro. Não basta que me seja garantido o direito de subir num caixote em praça pública e dizer o que me passa pela cabeça. Importa que essa liberdade possa ser exercida no interior de um sistema no qual as palavras e atos façam pleno sentido entramado, e esse sistema tem um nome hoje: vida cultural. A vida cultural é um complexo de proposições e relações que dão pleno sentido à liberdade. É a ela que a declaração dos direitos culturais se refere. (Coelho, 2011, p.8)

O autor nos auxilia a compreender de que tudo acontece no social, portanto na interrelação entre sujeitos e, novamente, nas suas formas de interação. Se não tivermos, por exemplo, o direito assegurado de participar das decisões políticas de um país, seremos privados de nossos direitos humanos fundamentais de vez e voz sobre a constituição de um Estado que nos representa. Pior do que isso, estaremos privados de representação da nossa identidade cultural num panorama macrossocial e político. Cabe ao Estado aceitar e compreender a sua responsabilidade de preservação da vida cultural, por maior que seja a carga subjetiva dessa atribuição, e não de criar ou produzir um novo universo cultural, hermético e restrito a vontades de poucos. Avançando nesse debate, podemos ainda inferir sobre o cuidadoso manejo entre direitos culturais e individuais. Coelho (2011) propõe a reflexão sobre o exemplo da mutilação de mulheres em tribos africanas sob alegação de que esse procedimento é parte de uma característica cultural. Com isso, o autor afirma que:

um dos direitos culturais centrais, o direito à diversidade, não opera apenas entre as culturas (...), mas no interior de uma cultura, de modo que faça valer os direitos individuais, plena e estritamente individuais. (Coelho, 2011, p.10)

Diferença e diversidade são conceitos distintos que podem caminhar juntos. Por diferença tomaremos a imagem das características de determinada etnia, de um indivíduo seguidor de determinada religião e mesmo de uma pessoa com deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual. Podemos dizer que a diferença nos mostra a visão de mundo de cada um de nós e mais do que isso. No confronto entre as diferenças, teremos a diversidade de formas, portanto social e cultural. A representante da ONU no campo de direitos culturais, a socióloga paquistanesa Farida Shaheed (2011), declara que, ao longo do seu mandato, em vigor na comissão especial voltada a esse tema, busca aquecer o debate referente às questões de participação, de acesso e contribuição no que tange à vida cultural sem nenhuma

discriminação, com foco na implementação dos direitos culturais dentro do sistema educacional, da liberdade de pesquisa científica e da atividade criativa. A consultora compreende que essa discussão deverá promover o direito ao progresso científico por parte das nações, ao acesso ao patrimônio cultural, à perspectiva de abordagem dos direitos de gênero, de pessoas com deficiências e de não nacionais. Além disso, a permeabilidade dessa política poderá localizar novas prioridades de proteção e novos (espaços para construção de) direitos culturais nos âmbitos nacionais, regionais e locais.

Se ponderarmos que a diversidade cultural não é um fim em si mesmo, mas um recurso a ser preservado, iremos em busca dos mecanismos para preservá-la e incorporá-la no debate sobre a preservação do patrimônio urbano e na construção e revisão de leis voltadas à proteção da cultura e às manifestações de cultura nos espaços urbanos. Na linha de frente encontraremos o exercício dos direitos, das liberdades e das responsabilidades culturais, implicando na compreensão de que cada um de nós deve participar dessa forma de preservação, sobretudo através da manifestação (ética, livre e responsável) da diversidade. Meyer-Bisch observa que “o reforço dos direitos culturais dentro do sistema dos direitos humanos permite, ao mesmo tempo, uma proteção ampliada dos direitos e das liberdades individuais e constitui uma condição necessária à preservação do capital formado pela diversidade cultural” (Meyer-Bisch, 2011, p.31), portanto, pelo confronto e mesmo pelo conflito (Simmel, 2006). Esse capital é, por certo, mais amplo que o patrimônio formado por monumentos, documentos, objetos musealizados, lugares reconhecidos como *locus* de rituais. Nessa ampliação de patrimônio reconhecível e passível de preservação, podemos nos aventurar na leitura de temas contemporâneos, de períodos de construção da cidade (no caso dos anos 1930-40 em Porto Alegre) e do patrimônio nacional desse mesmo período, de formas cotidianas e mesmo de narrativas que prefiguram um novo olhar sobre nós mesmos e refiguram de maneira universal.

### **3.3 – Em busca de uma representação do progresso (anos 1950-70)**

A década de 1940 nos trouxe, no contexto porto-alegrense, uma investigação de características urbanas, sociais e econômicas da cidade, através do trabalho do engenheiro e urbanista Paiva (1942), da maior relevância para novas ações políticas de transformação nas feições e nas relações de escala urbana. Paiva é considerado um personagem fundamental na

definição dos modos de pensar e fazer o planejamento urbano em Porto Alegre, que vigoraram desde os anos 1930 até a década de 1980.

O engenheiro Paiva, formado pelo Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura de Montevideu, revelou-se um político na linha reformista da urbanística, como observa Nygaard (2005), acreditando que a solução para os problemas da cidade estavam na compreensão dos fatores de ordem econômica, social e política, os quais escapam da técnica da urbanística e que apenas com a implantação de um novo nível de evolução da coletividade que se poderia resolver as contradições fundamentais da cidade. A intenção de Paiva estava claramente definida no sentido de uma orientação reguladora das atividades que se processam sobre o espaço ocupado. “A finalidade dos Planos Diretores modernos é transformar os núcleos coletivos em organismos econômicos harmônicos” (Nygaard, 2005, p.156), eliminando assim as tensões e as possibilidades de convívio das pluralidades. É nessa linha de compreensão da cidade que Paiva realizou a pesquisa do Expediente Urbano, em 1942, e, mais adiante, entregou ao então prefeito Leonel Brizola (gestão 1956 a 1958), o 1º Plano Diretor de Porto Alegre.

Podemos inferir, com esse panorama político do planejamento urbano em Porto Alegre, até os anos 1970, quando da proposta do 1º Plano de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, a utilização do contexto histórico de formação da cidade, a exemplo do que foi feito por Lucio Costa no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, como argumento para ações de modernização. No texto do Plano Diretor de 1959 encontramos ainda uma referência aos preceitos modernistas da Carta de Atenas dos CIAM. Foram as quatro funções definidas pela Carta - habitar, trabalhar, circular e cultivar o espírito - que justificaram a Lei de Zoneamento e a planificação então propostas e implementadas ao longo de duas décadas. O texto do plano ainda carregava um desejo de pioneirismo por parte dos seus autores, no que se refere ao tratamento científico das questões urbanas e, especialmente da proposta da Lei de Zoneamento, o qual iria solucionar a desordem na ocupação da cidade. A verticalização da cidade, sobretudo do Centro, foi possível graças, entre outros fatores, à liberação de índices de aproveitamento oportunizada no Regime Urbanístico.

**Fig. 5** – Alegoria de Deusino Varela, representando a evolução urbana de Porto Alegre.



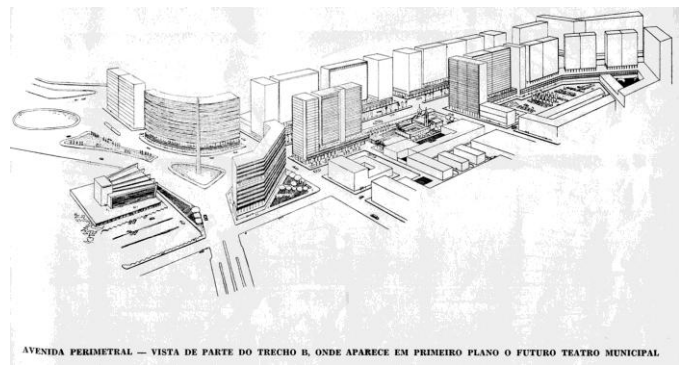
Fonte: Expediente Urbano, 1942.

**Foto 8** – Vista geral do Centro de Porto Alegre, década de 1990.



Fonte: acervo BIEV/UFRGS.

**Fig. 6** – Axonométrica da ocupação em massa na Avenida Perimetral, proposta no plano de 1959.



Fonte: 1º Plano Diretor, 1959.

Com a verticalização e a conseqüente densificação anunciadas, garantidas por lei e realizadas ao longo de duas décadas na cidade, uma reavaliação do planejamento em Porto

Alegre e uma reação protetiva ao espaço natural e edificado da cidade, foram implementadas através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1979), nas denominadas Áreas de Interesse Paisagístico e de Interesse Socio-cultural.

O 1º PDDU foi proposto na forma de modelo espacial, organizado em Unidades Territoriais, indicando usos na cidade. O plano apresentou três ideias centrais que acusavam uma ausência de controle do poder público sobre a relação de crescimento da população e de suas demandas. Essas demandas poderiam ser dimensionadas em padrões numéricos e a os problemas da cidade poderiam ser resolvidos a partir de um desenho eficaz. No âmbito da preservação, destacamos conceitos dispostos no plano, na forma de critérios para identificação de edificações de interesse sociocultural, conforme disposto abaixo:

#### PDDU - CAPÍTULO V – Da Paisagem Urbana

##### Seção II – Das Edificações de Interesse Sócio-cultural

Art. 232 – Edificações de interesse sócio-cultural são aquelas que por seu valor formal, funcional, construtivo ou tradicional constituem-se elementos representativos do processo civilizatório brasileiro.

[...]

Art. 233 – A identificação das edificações de interesse sócio-cultural será feita, através do Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano, mediante os seguintes critérios:

- I – valor arquitetônico, tradicional ou ambiental;
- II – uso atual;
- III – acessibilidade;
- IV – conservação;
- V – recorrência regional ou local;
- VI – raridade formal;
- VII – risco de desaparecimento;
- VIII – antiguidade;
- IX – compatibilização com a estrutura urbana

(1º PDDU, Porto Alegre, 1979)

Os critérios acima listados representaram, por certo, uma visão de vanguarda na leitura e interpretação da cidade, porém ainda estavam ligados a uma noção de patrimônio nacional, de acordo com o Art. 232. O plano inovou ao tratar de edificações com seus valores diversos, como foi amplamente compreendido o patrimônio urbano na década de 1970, indicando ainda a noção de valor ambiental e de compatibilização com a estrutura urbana, portanto,

carregando a noção de conjunto. O plano apresenta o acesso ao patrimônio e à informação em termos formais, funcionais, construtivos ou ligados às técnicas tradicionais; conservação desses bens, talvez indicando a não descaracterização (poderíamos nos referir, portanto, a um dos sentidos da preservação); raridade formal, tratando de bens singulares na sua morfologia e técnica; antiguidade e risco de desaparecimento, todos propostos como critérios para identificação de bens como de interesse sociocultural. É importante grifar, nessa leitura, que esses bens não estão tratados como monumentos históricos, mas como elementos que compõem a cidade.

A preservação, por sua vez, é motivada pelo olhar técnico sobre a arquitetura, já trazendo indícios de preocupação com o entorno desses bens. Ela aconteceu, na primeira vez, na forma de lei urbana. Um pouco antes de o PDDU passar a vigorar na cidade, dois decretos-lei indicavam medidas de preservação urbana. O primeiro, em 1976, vedou a instalação de determinadas atividades como bancos, supermercados e outros, nos pavimentos térreos das edificações localizadas na área central. O segundo, o Decreto Lei n.6224/1977, permitiu a instalação das atividades vedadas, desde que a ocupação promovesse a restauração das edificações tradicionais.

A arquiteta Ana Lucia Meira, em sua pesquisa de mestrado, aponta a década de 1970 como um período a ser cuidadosamente analisado no que tange às políticas públicas<sup>17</sup> para a preservação e à participação popular nessa trajetória, foco principal de sua análise. Segundo a autora, é a partir da década de 1960 que a participação<sup>18</sup> dos cidadãos nas decisões pela preservação do patrimônio acontece no contexto porto-alegrense. No que se refere à relação da preservação com as políticas urbanas, Meira (2004) observa que a preservação no Brasil,

em nível municipal, foi efetivada tanto através de leis de tombamento específicas quanto pelos instrumentos de planejamento urbano – planos diretores, leis de uso do solo, etc. Há casos, como Porto Alegre e Florianópolis – municípios pioneiros, e São Paulo, onde os dois mecanismos são empregados. Em Curitiba e Recife, apenas os dispositivos urbanísticos dispõem sobre a preservação. (Meira, 2004, p.73)

---

<sup>17</sup> Meira (2004) adota o sentido de políticas públicas aplicado por Márcia Sant’Anna (1995). Sant’Anna afirma que “as políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto ao nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado” (Santanna, 1995, p.37).

<sup>18</sup> A autora entende participação como “a parte da gestão que se realiza com os atores sociais direta ou indiretamente envolvidos no processo e que pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública” (Meira, 2004, p.70).



Os mecanismos de preservação, na forma de lei de tombamento e leis urbanas, inventários com fins de identificação e tombamento, foram sendo aprimorados no início dos anos 70. A Lei Orgânica da cidade, de 1970, traz indicativos de preservação, os quais foram propostos pela Câmara Municipal de Vereadores, contrariando o caminho usual de instituição de procedimentos de salvaguarda pelo poder executivo. No Título IV – Da Ordem Social e Cidadania, da Lei Orgânica, no Capítulo I - Dos Direitos e Garantias dos Municípios e do Exercício da Cidadania, encontramos o seguinte artigo:

Seção VIII - Da Cultura

[...]

Art. 196 – O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural e histórico por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

[...]

§ 5º – O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

(Lei Orgânica, Porto Alegre, 1970)

No parágrafo acima descrito, encontramos o indicativo de responsabilidade do PDDU sobre a proteção tutelar do patrimônio. Ainda neste período, não podemos esquecer a importância da listagem de itens a serem preservados em Porto Alegre, apontados pela comissão de 1971<sup>19</sup>. Em 1974, uma nova comissão foi formada, especialmente, por arquitetos e historiadores, os quais revisaram a listagem proposta pela comissão anterior. Como destaca Meira (2004), a comissão de 1974 teve uma atuação mais ampla ao propor sugestões complementares como a criação de um Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural, a criação de incentivos fiscais aos proprietários e modificações no Plano Diretor. O relatório da comissão de 74 levou dois anos para ser transformado na Lei 4317/1977, dando cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei Orgânica. Segundo Meira (2004):

o trabalho das comissões da década de 70 não se restringiu aos valores de monumentalidade e excepcionalidade implicados no imaginário da proteção federal. Essa constatação fornece o primeiro indício de que as representações instituídas pelo poder público municipal, ao menos parcialmente, não se

---

<sup>19</sup> Relatório final da Comissão designada pela Portaria 209/1971, encaminhado em 10 de dezembro de 1971 ao Prefeito Telmo Thompson Flores, contendo uma listagem de cinquenta e nove itens agrupados por temas, a serem preservados. A comissão levou em conta critérios históricos, artísticos e culturais, privilegiando as referências européias. Fonte do relatório: Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

alinham como o imaginário consagrado pelo patrimônio histórico e artístico nacional. (Meira, 2004, p.80)

A autora avança no seu propósito de refletir a proteção em Porto Alegre, incluindo edificações e conjuntos urbanos considerados vernaculares ou de valor menor. Ela se utiliza da classificação do Thesaurus Experimental de Arquitetura para observar o panorama dos bens imóveis tombados no âmbito municipal. Antes da década de 1970, as ações no sentido da preservação, em Porto Alegre, buscavam apoio do Iphan, desde os anos 1930. Para a arquiteta Elena Graeff, técnica da Epahc/SMC (In: Possamai, 2001), a criação das comissões de 70 representou a possibilidade inédita da realização de uma “versão de um inventário de bens significativos para a história da identidade da cidade”, na qual se encontra ainda a predominância de exemplares de arquitetura luso-brasileira. Não à toa que essas arquiteturas estavam na lista de prioridades de preservação.

No caso do PDDU, o grupo responsável pela elaboração das diretrizes do item Subárea de Paisagem Urbana, entre eles o arquiteto Moacyr Moojen Marques, apresentou uma nova listagem que arrolava aproximadamente 2000 imóveis, localizados em diversos bairros da cidade, confirmando a preocupação dos planejadores em relação à amplitude geográfica das ações preservacionistas. Nesta listagem estavam classificados dois tipos de imóveis, sendo eles: os de interesse sociocultural, que deveriam ser preservados, e os de adequação volumétrica, que poderiam ser substituídos.

Interessa-nos, no entanto, nesta tese, analisar as estratégias utilizadas pelo poder público em Porto Alegre e mesmo pelas comissões de técnicos para definirem o que deveria ser preservado e de que maneira essa preservação seria levada a cabo. Observamos que o caminho da articulação política em espaços de debate urbano foi amplamente utilizado. O conflito nesses espaços era certamente motivador para a continuidade das ações. Os relatórios produzidos pelos técnicos foram, mais adiante, transformados em leis e influenciaram diretamente na definição da lei máxima urbana, o PDDU (1979) e o PDDUA que entraria em vigor a partir de 1999.

### 3.4 – A preservação nas estratégias de transformação da cidade (anos 1980-00)

A inclusão de sentidos dos atos e processos de preservar na legislação urbana em Porto Alegre, iniciada na década de 1970, influenciou o aprimoramento da compreensão de que a preservação e as políticas urbanas podem estar diretamente ligadas. Ainda debatemos as formas como estamos preservando, o que estamos preservando e o que isso significa para nós, mas, certamente, essa discussão é possível graças às mobilizações das comissões dos anos 1970, da promulgação de leis a partir dos relatórios dessas comissões, dos dispostos no PDDU, de 1979 e, finalmente, da lógica de estratégias de atuação urbana e da incorporação do conceito de sustentabilidade no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), a partir de 1999. Segundo a arquiteta Maria Tereza Albano, em sua dissertação de mestrado:

enquanto o 1º PDDU é produzido em pleno período autoritário, o 2º PDDUA é produto típico de um momento de revisão de posturas, dentro do processo e redemocratização do país. Assim, enquanto um inova propondo, por exemplo, a participação possível, o outro se consolida, desde o seu início, como projeto que tem, na participação da cidadania na discussão da cidade, seu pressuposto fundamental. (Albano, 1999, p.171).

O PDDUA consolidou a denominação do Centro Histórico (Fig. 7), com a definição de seus limites (Avenida Mauá, Avenida Loureiro da Silva e Borges de Medeiros), assim como espacializou o conceito de patrimônio ambiental (Fig. 8), organizado em três níveis: (1) Áreas Especiais de Interesse Ambiental, (2) Lugares de Interesse Ambiental e (3) Unidades de Interesse Ambiental. As Áreas Especiais correspondem às chamadas Áreas Funcionais do PDDU e as unidades constituem-se nas antigas edificações de interesse sociocultural. Também houve uma importante descentralização das áreas a serem preservadas na cidade. No que tange à sustentabilidade, conforme hipótese de Meira (2004), há uma ênfase na participação das comunidades e dos grupos sociais em Porto Alegre, a partir dessa época.

Em 1993 iniciou-se, em Porto Alegre, um novo processo de planejamento participativo, o qual culminou com a realização, em 1996, do Congresso Cidade Constituinte. Neste momento, foram discutidas e aprovadas diretrizes que contemplaram aspectos como a implantação de um Programa de Corredores Culturais para a cidade visando, prioritariamente, à qualificação das áreas comerciais do Centro através do patrimônio arquitetônico, instalação de equipamento de mobiliário urbano, disciplinamento da publicidade e do uso do espaço

público e do comércio informal, a ser proposto em conjunto pelas instituições e associações ligadas à preservação, ao comércio, à indústria e aos moradores da área central da cidade.

Observa-se que essas diretrizes assumidas pela Secretaria Municipal da Cultura, na forma de Programa do Corredor Cultural, trouxeram à área central de Porto Alegre, especialmente à Rua da Praia, a possibilidade de discussão sobre o que estava sendo descaracterizado ou reciclado e de que forma vinham ocorrendo essas modificações. Mais do que a preocupação com aspectos arquitetônicos, buscou-se possibilitar a reflexão sobre identidade cultural dos antigos e novos habitantes do Centro, conforme proposta reflexiva do arquiteto Luiz Merino Xavier (In: Possamai, 2001). Xavier teceu considerações sobre a degradação ocorrida nas áreas centrais das principais cidades brasileiras, afirmando que esse processo:

é fruto de uma intensa valorização imobiliária ocorrida nos primeiros decênios do século XX. A estrutura urbana brasileira do século XX havia herdado do século anterior um modelo morfológico colonial baseado na residência unifamiliar. Esse modelo permaneceu inalterado até as primeiras décadas deste século. Foi apenas com o processo de industrialização que algumas capitais brasileiras passaram a ter as tipologias mistas (unifamiliares e comerciais), em suas áreas centrais, paulatinamente substituídas por tipologias multifamiliares (Xavier, In: Possamai, 2001, p.56).

A verticalização de áreas de centralidade representou, além do impacto morfológico do arranha-céu, uma nova forma de morar e de trabalhar, permitindo, inicialmente, uma intensa revalorização econômica e simbólica das áreas centrais das cidades brasileiras. Entretanto, sua aplicação abusiva, sem controle de qualidade do espaço e do conforto da população, sem relação adequada com a caixa das ruas e sem previsão de vagas de estacionamento, trouxe, muito rapidamente, consequências negativas sobre a área central já a partir da década de 1960. A alta densidade ali instalada e os problemas decorrentes, como trânsito intenso e falta de segurança, afastaram a população residencial daquela área. Ao Centro coube, a partir daí, a função especializada de um ponto de negócios, serviços e compras, com um fluxo elevado de pessoas durante o dia e restrito à noite. Esse esvaziamento fora dos horários comerciais sofreu uma inversão a partir das sucessivas crises da década de 1980, quando as antigas edificações passaram a ser ocupadas pelos setores populares, em busca de acesso aos serviços oferecidos pelo Centro, bem como de aluguéis baratos e da urbanidade imaginada como marca desse espaço.

Xavier (In: Possamai, 2001) entende que a elite cultural, aquela que consumiu ativamente o Centro na primeira metade do século, relacionou-se de forma dúbia com essas

transformações, revelando um sentimento de perda do espaço de sua memória. Suas referências ainda estão nos antigos cafés, nas livrarias e confeitarias sempre citadas, mas muitas delas inexistentes. A Rua da Praia abrigou muitos desses lugares e, ainda hoje, é a grande interface urbana e cultural do Centro de Porto Alegre. Historicamente, ela se comportou como vitrine de quem passa, quer ver e ser visto. Atualmente, ela é entendida nas suas muitas faces. Sua fragmentação caracterizada pela mistura de atividades comerciais e culturais, bem como residenciais, suscita a sua compreensão em diversos níveis, os quais acusam um manejo sensível desse processo.

A partir deste quadro de análise foram formuladas as diretrizes do Programa Corredor Cultural de Porto Alegre, tomando como ponto de partida a via mais simbólica da cidade: a Rua da Praia. Qualquer ação nesta rua, certamente, acarretaria um reflexo imediato em todo o Centro, conforme afirmam os idealizadores do programa na capital gaúcha. Ao contrário do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, o Corredor Cultural em Porto Alegre não foi regulamentado por lei, mas respaldado nas diretrizes do Congresso da Cidade. Ele se valeu não de ações fiscais ou legais, mas, conforme proposta do próprio programa, buscou se constituir através de estratégias que poderiam interferir na relação afetiva da população da cidade, da região, do Estado e dos turistas com o Centro. Cabe questionar essa estratégia do projeto sobre por onde andam os moradores e habitués da Rua da Praia e quem são eles? O projeto, no entanto, visou promover a convivência de feições urbanas e arquitetônicas representativas de períodos distintos, de culturas, de etnias, de segmentos sociais. Com vistas a novas ações no Centro, o Corredor Cultural cumpriu seu papel de programa piloto, tendo em vista que, no final da década de 1990, a cidade iniciou um novo processo com a implantação de outros programas de abrangência local, como o Viva o Centro e, nacional, como o Programa Monumenta.

Cunegatto (2009) em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social buscou etnografar o cotidiano da Rua da Praia. Dada a dificuldade de construção da rede de informantes, a antropóloga ilustra sua entrada em campo a partir da possibilidade de eventos como o programa Viva o Centro, promovido pela Prefeitura de Porto Alegre e, sobretudo, pelo contato com representantes da Universidade da Terceira Idade (Uniti), Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Ufrgs. Ao retratar seus informantes, Cunegatto (2009) faz referências às senhoras, de classe média, moradoras da Rua da Praia:

Em relação a essas senhoras, pude perceber maior diferenciação entre os universos “da casa” e “da rua” devido a sua pertença a uma “classe media”,

uma vez que suas concepções de “casa” são fundamentadas em atributos como particularidade, privacidade e sigilo, os quais se encontram no domínio do “sagrado”. Dessa forma, as portas das moradias foram abertas para mim à medida que fui me tornando mais íntima dessas mulheres, pois mantinha relações com as pessoas de sua confiança. Em suma, fui adentrando pouco a pouco o espaço da casa, fazendo em alguma medida parte dele, nem que apenas como uma convidada a quem se delega histórias de vida.

Essas interlocutoras só poderiam ser encontradas em seus espaços domésticos, já que essas não se caracterizam como habitués atuais da Rua da Praia, diferindo da relação que se estabeleceu com as pessoas que identifiquei como pertencentes a estratos populares, os atuais habitués da rua. (Cunegatto, 2009, p.47-48).

A pesquisa de Cunegatto (2009) traz uma leitura da rua a partir das memórias e das formas de sociabilidade dos habitués atuais e dos habitués de outrora, conforme distinção atribuída pela autora. A forma de apropriação dos traços da rua pela própria pesquisadora em diálogo com as falas de seus informantes nos proporcionam uma polifonia de usos e percursos significativos dessa artéria urbana, entretanto, ainda pouco visíveis aos projetos e aos planos para a cidade.

No caso do planejamento urbano, a formulação do PDDUA e sua implantação introduziram uma alteração conceitual em relação aos bens, através da delimitação de Áreas Especiais de Interesse Cultural, compreendendo o cultural como um sentido mais amplo. Essas mudanças incluíram regimes urbanísticos específicos com vistas à potencialização e à valorização de qualidades ambientais diferenciadas. Os sentidos da preservação passaram a ser mais flexíveis e adaptados às novas formas de interpretar a cidade, entretanto ainda carentes de mecanismos metodológicos para atingir as nuances de usos e ocupações urbanas.

Destacamos abaixo os artigos do Capítulo IV – Da qualificação ambiental – presente no PDDUA, o qual compreende que o patrimônio ambiental abrangeria os patrimônios, cultural e natural. Observamos os significados atribuídos às definições para as edificações de Estruturação e de Compatibilização:

Art. 14 – Integra o Patrimônio Cultural, para efeitos desta lei, o conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não – ambiências, parques urbanos e naturais, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis – que conferem identidade a estes espaços.

Parágrafo único. As edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização, nos termos de lei específica, observado que:

I – de *Estruturação* é aquela que *por seus valores atribui identidade ao espaço*, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza;

II – de *Compatibilização* é aquela que *expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno*, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial.

Art. 18 – Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

I – Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, que envolve ações e políticas que permitem identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, tais como restauração e potencialização de áreas significativas, e criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação.

[...]

Cap. VII – Seção III

Subseção II – Das Áreas de Interesse Cultural

As áreas Funcionais de Interesse Paisagístico e Cultural identificadas na Lei Complementar nº 43/79 (PDDU), são incorporadas a esta Lei, passando a denominar-se de Áreas de Interesse Cultural, e serão objeto de reavaliação, que poderá alterar seus limites e seus regimes urbanísticos, ou mesmo suprimi-las.

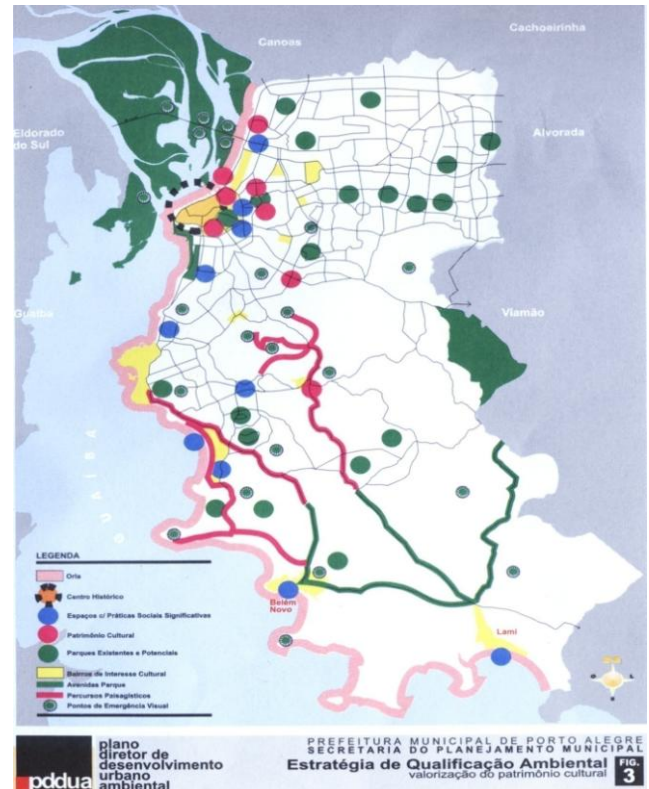
(PDDUA, Porto Alegre, 1999. Grifos da autora)

Grifamos ainda, nesta tese, a representação das estratégias do PDDUA em mapas da cidade zoneados, conforme as figuras que seguem:

**Fig. 7** – Macrozonas. Observa-se a delimitação do Centro Histórico.



**Fig. 8** – Estratégia de Qualificação Ambiental.



Fonte: PDDUA, Porto Alegre, 1999.

Neste percurso de análise das estratégias de compreensão da cidade como sua preservação, devemos lembrar a trajetória da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (Epahc) da Secretaria Municipal da Cultura (SMC/PMPA). A Epahc ganhou relevo no contexto porto-alegrense a partir de 1989, ao dar início ao trabalho de inventário da área central de Porto Alegre. O projeto tomou proporções que envolveram outros órgãos, assim como ampliou sua cobertura em bairros próximos ao Centro. Grande parte dos imóveis da listagem de 1974 já havia sido descaracterizada ou demolida, conforme relatos de funcionários da equipe. A partir desse projeto passaram a ser valorizados exemplares significativos da arquitetura dos anos quarenta, cinquenta e sessenta, característicos do período da art déco e do modernismo. Como consequência da nova postura do governo municipal frente à preservação nas áreas urbanas, a Epahc reformulou os fundamentos para a valorização dos bens.

Na lista de critérios para seleção de áreas especiais encontramos a definição de instâncias de valores. A primeira delas elencada é a instância cultural, a qual se refere ao



significado adquirido por uma área ou lugar no contexto urbano; a instância morfológica, por sua vez, trata de aspectos peculiares da configuração física em termos de qualificação arquitetônica e urbana; a instância paisagística faz referência à incidência de visuais significativas aos bens e aos conjuntos urbanos e ao grau de qualidade ambiental e, por fim, a instância funcional consagra o potencial de animação de uma determinada zona urbana, uma vez que a dinâmica das atividades é um componente importante da caracterização da identidade local. Esse último critério parece indicar um sentido de legitimidade do espaço, medido pela apropriação dos grupos sociais a ele. No entanto, não podemos ser ingênuos em acreditar que essas classificações não têm origem e foco no potencial turístico das áreas analisadas.


A Epahc realizou o inventário urbano, de acordo com a definição da área de estudo, buscando a coincidência com a divisão dos bairros do Município, seguindo os mapas conceituais do PDDUA. As ruas foram percorridas uma a uma e todos os prédios que foram considerados passíveis de preservação, ainda partindo do ponto de vista estético e funcional oriundos do campo da arquitetura e do urbanismo, foram registrados em fichas específicas. Nessas fichas constavam características arquitetônicas e construtivas dos prédios, tais como tipologia, morfologia, tipo de construção, além do estado de conservação e dos critérios de preservação. A ficha deveria ser complementada com fotos do prédio e também com anotações de peculiaridades ornamentais. Posteriormente, todos os prédios arrolados seriam estudados mais detalhadamente, com a execução de levantamentos de interiores, cadastrais e de pesquisas históricas. Baseado nas fotos e nas fichas foram feitos desenhos para cada testada de quarteirão (Fig. 9) identificado como área de compatibilização. Os perfis de volumetria e os perfis detalhados, caracterizando os prédios arrolados. Essa metodologia está ainda vigorando no órgão municipal de preservação.

**Fig. 9** – Desenho da testada de um quarteirão inventariado.



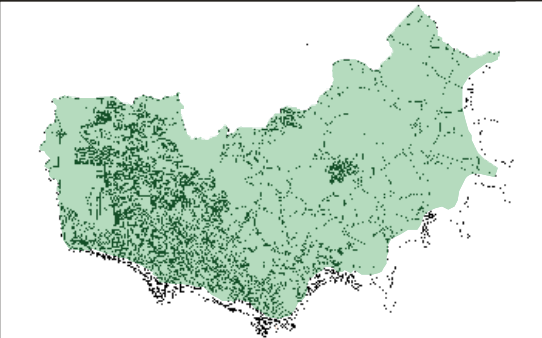
Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA.

**Fig. 10** – Exemplo de ficha cadastral de edificação, preenchida durante a realização do Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre.

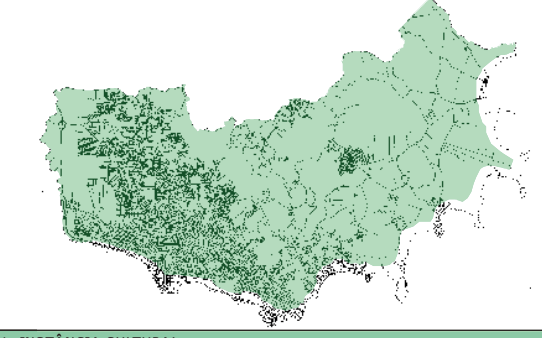
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO ALEGRE											
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE											
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - EPAHC											
ENDEREÇO <u>Independência, 456</u>					S <u>01</u> Q <u>03</u>						
BAIRRO _____ DENOMINAÇÃO <u>Casa Godoy</u>					UTS _____ UTP _____ P <u>3</u>						
MORFOLOGIA	ENTORNO	HOMOGÊNEO	HETEROGÊNEO	TRÁFEGO	ALTA	MÉDIA	BAIXA	PECULIARIDADES ORNAMENTAIS - Vitrais - Platibanda - detalhes - Avental Janelas - Gradil das Esquadrias - Esquadrias - Moldura Porta			
	ÉPOCA		<input checked="" type="checkbox"/>	VEÍCULOS	<input checked="" type="checkbox"/>						
	ESTILO		<input checked="" type="checkbox"/>	PEDESTRES		<input checked="" type="checkbox"/>					
	USO		<input checked="" type="checkbox"/>	DENSIDADE		<input checked="" type="checkbox"/>					
	ALTURA		<input checked="" type="checkbox"/>	URBANO ( <input checked="" type="checkbox"/> )		RURAL ( )					
ALINHAMENTO		<input checked="" type="checkbox"/>									
RECULO LAT.											
TIPOLOGIA	IMPLANTAÇÃO			Nº PAVIMENTOS: <u>4</u>							
	RECULO DE ALINHAMENTO			PÉ DIREITO + <u>5,00</u> m							
	RECULO LATERAL ESQ.			PÓRÃO							
	RECULO LATERAL DIR.			SCTÃO			<input checked="" type="checkbox"/>				
	OCUPA TODO LOTE			GARAGEM							
ESTILO/ÉPOCA:			DATA:								
USOS	USOS	PÚBLICO	HAB. COLETA	HAB. UNIF.	COMERC.	INDUSTR.	SERVIÇOS	COMUNIT.	VALORES DE PRESERVAÇÃO		
	ATUAL		<input checked="" type="checkbox"/>								<input checked="" type="checkbox"/> ARQUITETÔNICO
ORIGINAL			<input checked="" type="checkbox"/>						<input checked="" type="checkbox"/> TRADICIONAL E/OU EVOCATIVO		
									<input checked="" type="checkbox"/> AMBIENTAL		
									<input checked="" type="checkbox"/> DE USO ATUAL		
									ACESSIBILIDADE PARA RECICLAGEM		
									DE CONSERVAÇÃO		
									<input checked="" type="checkbox"/> DE RECORRÊNCIA REGIONAL		
									RARIDADE FORMAL		
									RARIDADE FUNCIONAL		
									RISCO DE DESAPARECIMENTO		
									<input checked="" type="checkbox"/> DE ANTIGUIDADE		
									<input checked="" type="checkbox"/> DE COMPATIBILIZAÇÃO COM A ESTRUTURA URBANA		
									GRAU DE PRIORIDADE ( )		
ESTRUTURA VERTICAL											
CONCRETO		ALV. TIJOLO	ALV. PEDRA	ESTRUT. MADEIRA	OUTROS						
<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>								
ABERTURAS: ARCO ABATIDO ARCO PLENO ARCO OGIVAL VERGA RETA											
PORTAS (Nº)		<input checked="" type="checkbox"/>									
JANELAS (Nº)					<input checked="" type="checkbox"/>						
ESQUADRIAS:		ORIGINAIS ( <input checked="" type="checkbox"/> )	AUSENTE ( )	MADEIRA ( <input checked="" type="checkbox"/> )	METAL ( <input checked="" type="checkbox"/> )						
COBERTURA											
Nº DE ÁGUAS: <u>2</u>		TELHA: FRANCESA ( <input checked="" type="checkbox"/> )									
BEIRAL ( )		PLATIBANDA ( <input checked="" type="checkbox"/> )	FIBROCIMENTO ( ) METÁLICA ( )								
ÁGUAS FURTADAS ( )		COBERTURA IMPERM. ( )									
		CAPA-E-CANAL ( ) OUTRA ( )									
ESTADO DE CONSERVAÇÃO											
BOM ( )		REGULAR ( <input checked="" type="checkbox"/> )	RUIM ( )								
PERIGO POTENCIAL ( )		RUÍNA ( )									
										SITUAÇÃO	
										Interesse sócio-cultural	
OBSERVAÇÕES											
Raro exemplar da arquitetura Art-Nouveau com valor nacional											
DATA <u>28.06.93</u>											
PESQUISADOR											
DB / EA / EG / SD											

Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA.

**Figs. 11 e 12 - Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, conforme estratégia do PDDUA.**

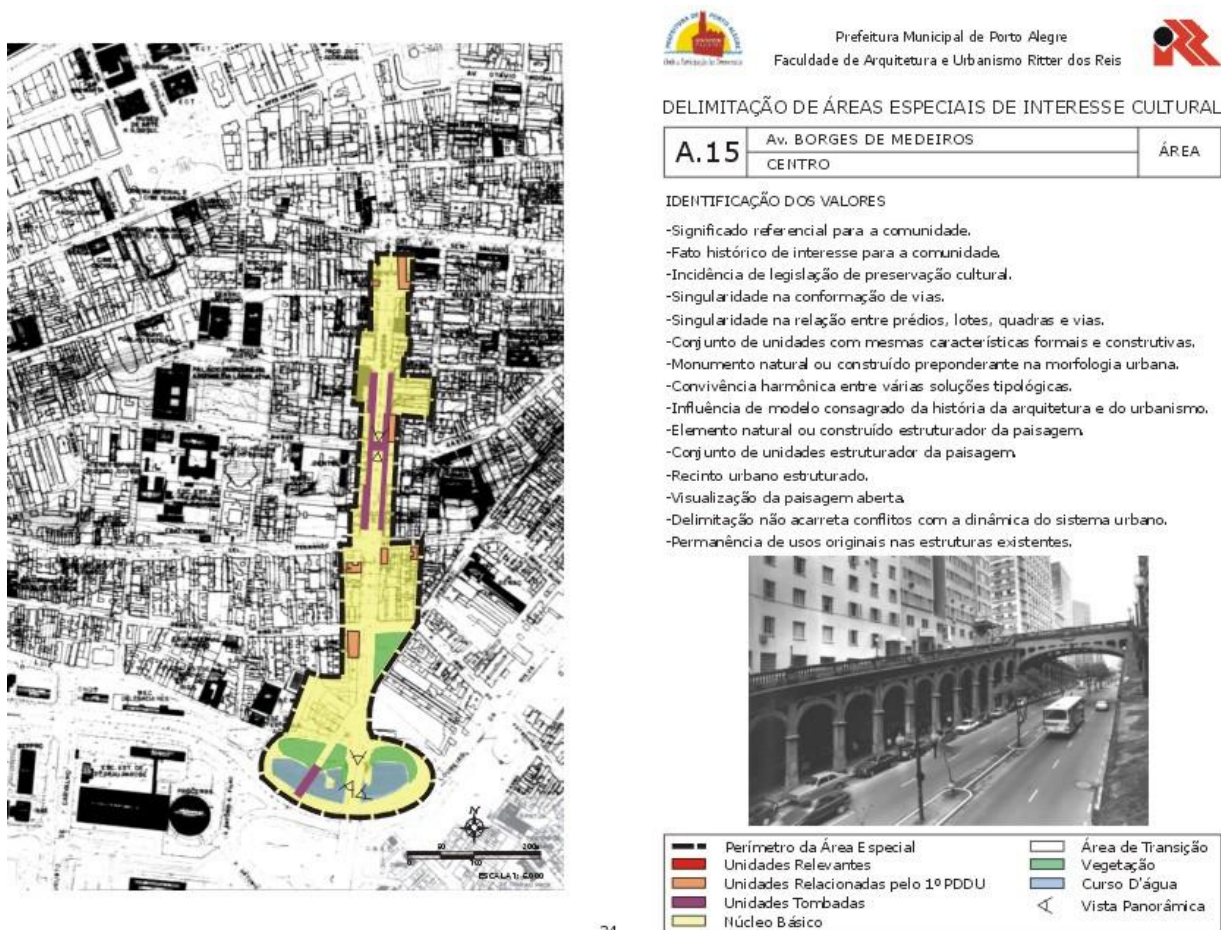
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
	Lugar	Área	Área	Lugar	Área	Área	Lugar	Lugar	Lugar	Área	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	
	Casa de Cultura Mário Quintana	Rua da Praia	Av. Borges de Medeiros	VARIIG	Jardim Lindóia	Neugebauer	FIATECI	Rua Zamenhoff	Rua Couto de Magalhães	Hospital Militar	Rua Paraíba	Rua São Carlos	Praça Florbela	Morro Roldoni	Rua Xavier Fereira	Hidráulica Moinhos de Vento	Praça Japão	Colégio Concórdia	
	<b>1. INSTÂNCIA CULTURAL</b>																		
	1.1 relação de vizinhança	espaço propicia a integração dos moradores das redondezas																	
	1.2 práticas sociais	espaço abriga uso recorrente pela população																	
	1.3 eventos sociais	espaço abriga uso especial pela população																	
	1.4 significado social	significado referencial para a comunidade																	
	1.5 referência histórica	fato histórico de interesse para a comunidade																	
	1.6 reconhecimento oficial	incidência de legislação de preservação cultural																	
	<b>2. INSTÂNCIA MORFOLÓGICA</b>																		
	2.1 traçado viário peculiar	singularidade na conformação das vias																	
	2.2 tecido urbano peculiar	singularidade na relação entre prédios, lotes, quadras e vias																	
	2.3 unidade tipológica	conjunto de unidades com mesmas características formais e construtivas																	
	2.4 elemento referencial	monumento natural ou construído preponderante na morfologia urbana																	
	2.5 diversidade tipológica	convivência harmônica entre várias soluções tipológicas																	
	2.6 referência historiográfica	influência de modelo consagrado da história da arquitetura e do urbanismo																	
	<b>3. INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA</b>																		
	3.1 elemento referencial	elemento natural ou construído estruturador da paisagem																	
3.2 conjunto estruturador	conjunto de unidades estruturador da paisagem																		
3.3 cenário peculiar	cenário urbano estruturado																		
3.4 panorama peculiar	visualização da paisagem aberta																		
<b>4. INSTÂNCIA FUNCIONAL</b>																			
4.1 compatibilidade	delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano																		
4.2 potencial de reciclagem	estrutura passível de adequação funcional																		
4.3 uso tradicional	permanência de usos originais nas estruturas existentes																		
4.4 uso peculiar	presença de atividade de caráter excepcional																		

	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
	Área	Lugar	Área	Lugar	Lugar	Lugar	Área	Área	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Lugar	Área	Lugar	Área	Lugar		
	Três Figueiras	Rua Sofia Veloso	Colégio Americano/IPA	Rua Santa Terezinha	Rua Augusto Pestana	Praça Bozano	Petrópolis	Rua Guararapes	Av. Bastian	Igreja Santo Antônio	Rua Tobias Barreto	Rua Nossa S <sup>ta</sup> Medianeira	Rua Dom João VI	Vila dos Comerciantes	Av. Teresópolis	Colégio Cruzeiro do Sul	Belém Velho		
	<b>1. INSTÂNCIA CULTURAL</b>																		
	1.1 relação de vizinhança	espaço propicia a integração dos moradores das redondezas																	
	1.2 práticas sociais	espaço abriga uso recorrente pela população																	
	1.3 eventos sociais	espaço abriga uso especial pela população																	
	1.4 significado social	significado referencial para a comunidade																	
	1.5 referência histórica	fato histórico de interesse para a comunidade																	
	1.6 reconhecimento oficial	incidência de legislação de preservação cultural																	
	<b>2. INSTÂNCIA MORFOLÓGICA</b>																		
	2.1 traçado viário peculiar	singularidade na conformação das vias																	
	2.2 tecido urbano peculiar	singularidade na relação entre prédios, lotes, quadras e vias																	
	2.3 unidade tipológica	conjunto de unidades com mesmas características formais e construtivas																	
	2.4 elemento referencial	monumento natural ou construído preponderante na morfologia urbana																	
	2.5 diversidade tipológica	convivência harmônica entre várias soluções tipológicas																	
	2.6 referência historiográfica	influência de modelo consagrado da história da arquitetura e do urbanismo																	
	<b>3. INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA</b>																		
	3.1 elemento referencial	elemento natural ou construído estruturador da paisagem																	
3.2 conjunto estruturador	conjunto de unidades estruturador da paisagem																		
3.3 cenário peculiar	cenário urbano estruturado																		
3.4 panorama peculiar	visualização da paisagem aberta																		
<b>4. INSTÂNCIA FUNCIONAL</b>																			
4.1 compatibilidade	delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano																		
4.2 potencial de reciclagem	estrutura passível de adequação funcional																		
4.3 uso tradicional	permanência de usos originais nas estruturas existentes																		
4.4 uso peculiar	presença de atividade de caráter excepcional																		

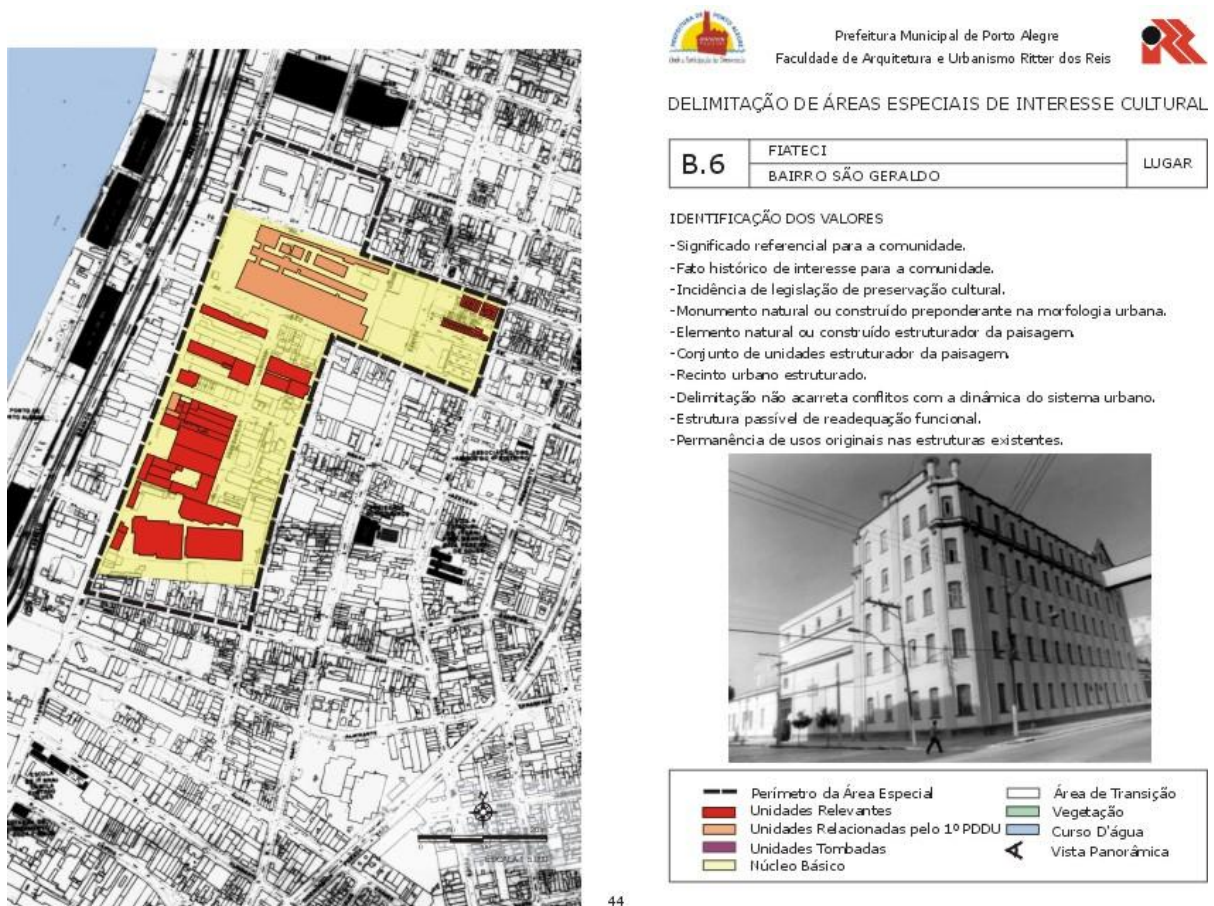
Fonte: arquivo da EPAHC, SMC/PMPA.

**Fig. 13** – Projeto de pesquisa e proposição da Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, realizado pela EPAHC – SMC/PMPA, em cooperação científica com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. Abaixo, ficha de uma área, no caso a Avenida Borges de Medeiros. “Áreas são entendidas como porções do território com características diferenciadas, que estruturam a paisagem atribuindo-lhe identidade, com repercussões em nível macro na cidade”.



Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA.

**Fig. 14** – Projeto de pesquisa e proposição da Delimitação de Áreas de Interesse Cultural, realizado pela EPAHC – SMC/PMPA, em cooperação científica com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. Abaixo, ficha de um lugar, a Fiateci, localizada no Bairro São Geraldo. Lugares são, conforme definição da proposta, “porções do território situadas ou não em Áreas, que permitem identificar a ocorrência de conjunto de elementos culturais e naturais relacionados entre si, que por seus valores, são passíveis de ações de preservação”.



Fonte: acervo da EPACH-SMC/PMPA.

Nessa nova conceituação do patrimônio urbano em Porto Alegre ainda encontramos a definição de Unidades, as quais são compreendidas como elementos pontuais naturais ou culturais que possuem valor significativo, passíveis de ações de preservação. Com essas definições podemos inferir que a noção de monumento não compõe mais o vocabulário da preservação, pelo menos em termos de planejamento urbano. É possível que essa noção esteja ainda presente nos debates preservacionistas estanques ou alheios, se isso é possível, ao planejamento.

O valor histórico pode ou não estar presente na descrição de bens inventariados ou tombados. Mesmo em conjuntos urbanos que são identificados primordialmente por esse

valor, pois retratam períodos significativos da história de uma cidade, de um estado ou do país como, por exemplo, Ouro Preto (antiga capital de Minas Gerais), outros valores podem ser ali encontrados. Campello (1994) escreve que “o que nos atrai [nesses conjuntos tombados], (...) é uma questão de caráter visual: a aparente unidade de suas imagens, de seus tecidos urbanos” (p.117). Campello aponta, com isso, para o valor morfológico dos centros históricos construídos.

A necessidade estética passou a ser considerada em tombamentos, de modo mais consciente, nos últimos registros, entre eles aqueles que são produto da aplicação de estratégias de inventário utilizadas em Porto Alegre a partir do PDDUA. Por estratégia de estruturação, o PDDUA (2000) define que é aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza. Paisagem assume o sentido de conformação de uma aparente unidade, legível e assimilável na sua identidade como ambiente que envolve espaço físico, práticas sociais e demais relações simbólicas. Coelho (2011a), numa linha benjaminiana e própria da história cultural na interpretação da cidade, pontua que “a paisagem possibilita um olhar para a cidade que integra diversos aspectos da relação sociedade-natureza, e, ao expressar diferentes momentos da ação de uma cultura sobre o espaço, é também uma acumulação de tempos” (p.15). A autora, no seu método de descrição e interpretação da paisagem, defende que o estudo da paisagem deve ser incorporado “enquanto instrumento e subsídios para ações e políticas de planejamento urbano e de preservação do patrimônio cultural” (Coelho, 2011a, p. 244). Na perspectiva da geografia,

a paisagem representa uma expressão material e simbólica do sentido que a sociedade dá ao meio e, que para além de uma análise estrita das formas, faz-se necessário a busca pela substância da paisagem na relação entre forma e conteúdo, materialidade e representação, paisagem e imaginário coletivo (LUCHIARI, 2001, p.15-16).

A paisagem no centro das questões do planejamento e como um dos sentidos do patrimônio urbano pode ainda nos falar de uma imaterialidade desse patrimônio. Pensar o patrimônio urbano com base no imaterial deve nos trazer pistas para aprimorar a compreensão das dinâmicas urbanas a serem entendidas pela preservação de parcelas e conjuntos da cidade.

O PDDUA trouxe outro conceito de estratégia que é a chamada compatibilização, a qual expressa relação significativa com a estruturação e seu entorno, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial. Com a cidade interpretada a partir de

estratégias, a legislação urbana no Brasil e, especialmente em Porto Alegre, passou a contribuir para ampliar e complexificar os sentidos da preservação e, mais profundamente, dos tipos de valores atribuídos aos bens. A elaboração da lei urbana ao longo dos anos 1990 foi uma etapa de amadurecimento na metodologia de análise da cidade e passou a indicar caminhos para o que deveria e poderia ser preservado, delimitando seus critérios.

No centro das questões urbanas e como foco na história da cidade, cabe aqui dar voz a um técnico entrevistado nesta pesquisa, que se mostrou mais próximo das ações cotidianas da prefeitura de Porto Alegre e da reflexão sobre planos, programas e projetos. *Francisco*, como optamos chamá-lo, é reconhecido por seus colegas da prefeitura como um “grande conhecedor da história da cidade”. Jovem, arquiteto de formação, na faixa dos quarenta anos, Francisco concedeu a entrevista em um café nos Altos do Mercado Público de Porto Alegre. Foi bastante direto na sua descrição referente à formação em arquitetura e ao início de sua vida profissional como estagiário na Metroplan<sup>20</sup>. “Ali eu fiquei 6 anos (...) trabalhando com Planejamento Urbano. Eu tinha algum envolvimento com o patrimônio histórico porque eu conhecia muita gente dentro da área”, destacou Francisco. Como os demais entrevistados, Francisco começou a trabalhar com instrumentos de preservação, sobretudo com inventário e cadastro, a partir do planejamento. Relatou:

Eu fiz plano diretor de Triunfo, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga e outras cidades. E aí a gente incluiu sempre a questão do inventário do patrimônio histórico. Fizemos um convênio com o IPHAN e com o IPHAE e a gente fazia junto e conheci bastante gente destes órgãos. (Entrevista concedida em 22 de junho de 2009).

Convicto de que o planejamento é seu maior interesse, Francisco insistiu em falar que “o meu foco foi e te digo que é ainda a questão do planejamento urbano, planos diretores e urbanismo, esse é meu gosto”. Sua relação com o patrimônio sempre esteve ligada à questão da cidade, a qual ele diz ser a “questão mais ampla”. O patrimônio “não é o centro da minha atenção, nunca foi”, reiterou. O arquiteto salientou sua compreensão de que o trabalho com a cidade envolve pensar no patrimônio, sem sobrepor os desejos preservacionistas às demandas

---

<sup>20</sup> Metroplan é a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, ligada à Secretaria de Obras do governo do estado do RS. Em sua apresentação institucional “A Metroplan (...) tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios. Atua em gestão e planejamento no âmbito estadual e, na medida de suas atribuições, predominantemente na Região Metropolitana de Porto Alegre (31 Municípios), Aglomerações Urbana do Nordeste – AUNE (10 Municípios); Aglomeração Urbana do Sul – AUSul (5 municípios) e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (20 municípios). Nestas áreas estão localizados cerca de 5,4 milhões de habitantes, representando aproximadamente 51% da população gaúcha, ocupando 7% da área territorial do Estado, onde se concentra cerca de 70% da economia do Rio Grande do Sul.” Disponível em < <http://www.metroplan.rs.gov.br/> >. Acesso em 25 jan 2012.

de transformação. Por outro lado, as intenções reguladoras de planos diretores e projetos urbanos também devem estar igualmente contempladas às necessidades de preservação. Dito separadamente parece-nos mais apropriado pensar que a consciência dessas demandas de transformação e preservação, caminha de modo conjunto e, portanto, inseparável. Esta seria uma visão ampla sobre as dinâmicas urbanas e a qual pode também contribuir para a definição de qual o papel da preservação no planejamento das cidades. Essa questão deve estar colocada desde o primeiro instante de concepção de planos e projetos, assim como deveria ocorrer, por exemplo, com o tema da acessibilidade.

O técnico acrescentou ainda que “eu faço questão de dizer desde o início que eu não sou um sacerdote do patrimônio histórico. Eu procuro ver ele de uma forma muito crítica”. Um ponto central observado na fala de Francisco é a permanente referência ao patrimônio histórico, como se, de um lado, o valor histórico fosse o único presente nos debates preservacionistas e, de outro, que os militantes da salvaguarda desse tipo de valor fossem os mais radicais e intransigentes nas suas defesas.

Para Francisco, as ações de preservação são colocadas como o resultado de muita pesquisa e ação política eficaz. “Tudo precisa ser muito bem explicado, faz parte de um discurso”, afirmou. Nesse sentido, as convicções do arquiteto sobre a necessidade de estudos aprofundados para a proteção, a valorização e, quem sabe, a promoção do patrimônio mostraram-se abertas. Em contraponto a essa abertura, sua fala trouxe uma restrição evidente na compreensão do que estaria na lista de bens a serem elencados como patrimônio, exclusivamente aqueles que contam sobre um passado. Essa visão é bastante contrária ao que foi analisado até aqui, mas figura ainda, com bastante vigor, no imaginário da preservação.

Na retomada da narração sobre sua trajetória, Francisco salientou a importância de ter feito concurso para a prefeitura e ter ido trabalhar na Epahc, a convite de uma colega que era então diretora da equipe. Naquele período, final dos anos 1990, a equipe de patrimônio da prefeitura estava iniciando os seus trabalhos, com a certeza de que havia muito para ser conhecido sobre Porto Alegre. Francisco acabou assumindo tudo o que envolvia o Centro, tendo em vista a sua experiência na Metroplan. Rememorar esse período provocou uma motivação aparente no arquiteto:

eu peguei a questão do Corredor Cultural era um programa que estava sendo gerenciado, tinha sido colocado como uma diretriz de governo a partir do congresso da cidade criação de corredores culturais e como piloto o Corredor Cultural da Rua da Praia, então, eu peguei a coordenação disso. (...) a gente montou um grupo de trabalho, por exemplo, no corredor cultural especificamente do mobiliário urbano e a gente fez toda uma proposta de



regularização do mobiliário urbano na rua da praia, a gente fez uma ação bem efetiva na secretaria do meio ambiente para letreiros que até hoje é parâmetros pra eles pra regularização de letreiros em áreas mais históricas ou de patrimônio na cidade. Várias ações, várias coisas a gente trabalhou. E eu acabei me envolvendo com um grupo que tava se formando. (Entrevista concedida em 22 de junho de 2009).

Havia naquela época, conforme seu relato, uma margem para criação no campo do patrimônio, possibilitada pelas características da gestão municipal. Cabe destacar aqui que não apenas a preservação se transformou com o planejamento, do ponto de vista técnico, mas seu universo e sua semântica foram ampliados a partir das novas propostas políticas. Francisco indicou, portanto, na sua fala, que essa abertura do campo do patrimônio foi um dos fatores centrais para o seu direcionamento para essa área. Fica uma questão, com esse relato, se o planejamento urbano nesse período, nas instâncias de governo municipal, passava uma imagem de declínio? De qualquer maneira, Francisco não se comprometeu a falar sobre isso.

### **3.5 – Um programa para a cidade-objeto ou para os seus habitantes?**

Porto Alegre, 1999, em resposta à solicitação de tombamento federal do conjunto urbano das Praças da Matriz e da Alfândega, a 12ª Superintendência do Iphan se mobilizou para a elaboração de um parecer técnico, o qual convergia favoravelmente para que o Sítio Urbano recebesse o registro federal. O texto apresentado pelo Iphan, com pouco mais de trinta páginas, salientava as características da formação da cidade, de sua conformação à beira do lago-rio, de sua trajetória política de lutas e resistências. Um discurso bastante conhecido a quem pesquisa a história da cidade, o qual vinha justificar, tecnicamente, o tão esperado tombamento, que representava a primeira etapa de uma nova fase de projetos de preservação pelo centro da cidade.

Nessa época, eu era estagiária do Iphan e acompanhei de perto essa elaboração. Sem ter muita consciência de que isso representava o passo fundamental para que o Programa Monumenta fosse implantado em Porto Alegre, dispus-me a pesquisar e editar imagens e tudo o mais que pudesse auxiliar.

O entrevistado Francisco falou sobre o exemplo de cooperação interinstitucional que ocorreu na cidade em função desse processo de tombamento do sítio histórico. Os três órgãos

de preservação atuantes na capital gaúcha contrataram profissionais ou delegaram ao seu corpo técnico a tarefa de pesquisa, argumentação e solicitação do tombamento, que resultou no parecer final favorável de autoria do notório Nestor Goulart Reis Filho: “ele está no Rio. Parecer super legal, até a gente tem que recuperar uma cópia dele, porque é uma aula, uma aula de urbanismo”, comentou Francisco.

O tombamento do conjunto das praças da Matriz e da Alfândega foi realizado com êxito e possibilitou, portanto, a implantação do Monumenta em terras sulinas. Um quadro político e técnico em harmonia com as intenções do projeto seria o próximo passo. A perspectiva pela vinda do Programa para a cidade era de entusiasmo para uns e de contrariedade para outros, afinal, haviam muitas peças a serem mexidas, não apenas no contexto local, mas, sobretudo, no contexto administrativo, técnico e burocrático federal.

Cabe, no entanto, ilustrar o panorama nacional da década de 1990 no que tange às políticas de preservação. Em 1995, o Ministério da Cultura do Brasil iniciou as tratativas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sob a bandeira da política estratégica, das condições de sustentabilidade ao usufruto do patrimônio edificado e urbano e ao entendimento de áreas centrais e identificadas como de interesse como pólos culturais. O Programa Monumenta foi criado em 1997, segundo documentos publicados pelo MinC, com o objetivo de fornecer recursos para recuperação do patrimônio urbano e edificado, identificado como de valor histórico e cultural, de cidades de grande, médio e pequeno porte no Brasil. Parte dos recursos foi financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na forma de empréstimo ao governo federal, o qual o repassaria para as prefeituras. Os municípios, por sua vez, administrariam esses recursos, disponibilizariam equipe técnica para elaboração e fiscalização dos projetos e se comprometeriam em obter o restante dos recursos.

Em 1998, sete cidades brasileiras foram escolhidas para integrarem o programa, sendo elas: Ouro Preto (MG), Olinda (PE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Até 2001, outras dezenove cidades passaram a integrar essa lista, entre elas Porto Alegre. Como estratégia de ampliação territorial do programa no país, oficinas baseadas no método ZOPP foram realizadas nas novas cidades integrantes do programa para definir os perfis do projeto de cada local. No caso de Porto Alegre, o Perfil do Projeto estava organizado em avaliações urbanas, sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais, dispostas em dez cadernos. Além dos imóveis públicos que seriam restaurados, imóveis privados também compunham a lista à espera de investimento.

Antes disso, ainda nos anos 1980, as agências multilaterais de fomento, entre elas o BID, começaram a manifestar interesse na área cultural. Os motivos apresentados para esse interesse eram o reconhecimento de que os fatores culturais passavam a ocupar uma nova posição estratégica na elaboração de projetos gerais de desenvolvimento. As agências se valiam de conceitos em voga na época para justificar o apoio ao campo cultural. A possibilidade de promoção de desenvolvimento sustentável - provavelmente em função das possibilidades de aquecimento do mercado de turismo - e da geração de empregos e renda estava em alta na lista de objetivos centrais das agências.

Para esta reflexão, trazemos parte do depoimento da técnica aqui chamada como Irene, arquiteta aposentada do Iphan, mas em pleno exercício no campo do gerenciamento de projetos de preservação no Brasil. Foram três entrevistas realizadas com Irene, em outubro e novembro de 2008 e maio de 2009. A primeira entrevista ocorreu em outubro de 2008, na qual Irene observou que os programas internacionais são muito lentos, especialmente por conta dos entraves burocráticos. Para ilustrar a complexidade do programa, Irene explicou sobre os mecanismos de gestão que compõem cada processo de abertura de edital para obras, os quais envolvem a aprovação de inúmeros órgãos, entre eles o Iphan, o Iphae, a Epahc, o Compahc, o governo federal (Brasília), o BID, a Procuradoria do município, a SMOV, enfim, é uma grande engrenagem criada para viabilizar as restaurações. “Quanto menor a cidade, maior o efeito do Programa”, destacou a entrevistada, fazendo referência à necessidade de uma estrutura administrativa e técnica minimamente amadurecida, para a eficácia do programa.

No relato sobre sua trajetória em Brasília, Irene trouxe informações ricas para a compreensão do contexto de formação do Monumenta no âmbito da Unesco. Ela sugeriu que a sua presença na área cultural da Unesco teria marcado o início de uma fase técnica no órgão internacional, até então desprovido de equipe experiente. Ela avançou retratando as articulações políticas da época, as quais antecederam a efetiva implantação do Programa Monumenta no Brasil, conforme transcrição da entrevista realizada em 28/10/2008:

Aí em 96, eu consegui aposentadoria do IPHAN, já montando esse setor de cultura da Unesco, aí. (breve interrupção). Aí, bom, em 1995, teve uma reunião em Olinda, não, teve uma reunião do Banco Interamericano, dos delegados como eles chamam do Banco Interamericano, em Recife e o ministro, que era o Weffort, levou o diretor geral, o Ives, à Olinda e ele ficou muito preocupado com a situação de Olinda, que tava bem ruim nessa época mesmo, e aí ofereceu ao governo brasileiro de fazer um programa à semelhança de um programa que o BID já tinha em Quito, isso eu já te

contei... (...) Aí, um dia ia mudar esse representante da Unesco no Brasil, esse espanhol, porque isso na Unesco é normal, periodicamente mudam, eles fazem um tipo de um giro. Tanto que esse espanhol foi pro Uruguai e um outro entrou. Aí esse outro que eu nem conhecia, entra na minha sala, assim, senta e fala: - olha, tu vais coordenar um programa que a gente combinou lá em Olinda.

Essa descrição trouxe a imagem de uma proximidade física entre técnicos e políticos, única, em Brasília. Técnicos de diferentes formações, dirigentes de organismos internacionais, presidente do Iphan, Ministro da Cultura e Presidente da República, todos compartilhando de um mesmo espaço, apesar das divergências políticas. Essa interação espacial, a interrelação e a interdependência entre sujeitos e instituições não deve, portanto, ser confundida com uma relação estreita entre esses agentes. Todos pareciam se conhecer, mas nem todos partilhavam da mesma visão sobre o patrimônio e menos sobre as estratégias de ação na cidade. Collor, Houaiss, Weffort compunham a narrativa da informante.

A respeito da contratação de outros técnicos, ela esclareceu que “... tudo que é de ministério, o governo federal é muito lento, não pode contratar pessoas, só através de concurso, aquilo tudo e a Unesco tem mais agilidade”. Novos agentes passaram a compor o seu relato, entre eles os economistas:

Isso no começo era tudo uma coisa só palavreada, isso depois nos detalhes foram amadurecendo, como é que faria, como não faria. E pra isso, pra poder fazer essa modelagem do programa foram contratados alguns economistas, especialmente, que já tinham trabalhado na modelagem de outros programas com o banco mundial, o banco interamericano. (...) Pra ir delineando dentro daquela ótica do banco. Porque, na verdade, na modelagem quem mandou mais foi o banco. Porque o banco já tinha procedimentos bancários, o banco não dá um tostão, é tudo dentro do procedimento dele é toma lá dá cá. (Trecho da entrevista de 28/10/2008)

Esse foi, conforme Irene, um importante aprendizado para o Iphan e para o governo federal. Para o órgão de preservação nacional e para o Ministério da Cultura ainda não havia notícia de uma experiência de administração de tanto recurso, em uma escala tão grande. O Monumenta nascera com enormes possibilidades e entraves maiores ainda.

Em diálogo com as colocações de Irene, outro técnico do Iphan gaúcho, aqui identificado pelo cognome Paulo, traz a sua interpretação dos atos e dos rumos do próprio Iphan a partir do Monumenta. O BID, conforme relatou Paulo, queria instituir algo assim, mas o Iphan não teve visão para entender a amplitude e as possibilidades do programa, de acordo

com a interpretação do arquiteto. O Iphan “colocou uma equipe mínima pra gerenciar um orçamento previsto 12 vezes maior que o do Iphan”, salientou o técnico. A incapacidade de administração do programa também foi marcada pela atuação das prefeituras, pois “inicialmente os projetos não eram bons, (...) porque havia muito a visão da visibilidade do projeto, só que a visibilidade tem que ser dada sobre a consistência”, destacou ainda.

O Monumenta conseguiu mobilizar o governo a criar uma regra ou uma lei sobre a parceria público-privado, fato que deve ser melhor estudado tanto no planejamento urbano quanto nas áreas que operam com as questões econômicas e jurídicas. Do ponto de vista da administração do Iphan sobre o Monumenta, Paulo sinalizou que:

o enquadramento brasileiro do Monumenta ele foi do jeito que deu pra ser dentro da legislação, das cabeças, das possibilidades, das oportunidades e ele está sendo reproduzido. O que que ainda não está, definitivamente, equacionado, do meu ponto de vista, sem querer criticar? É que ele ainda não é um programa do IPHAN. Ele já está no IPHAN, e hoje o presidente do IPHAN é presidente do Monumenta, mas o Monumenta ainda não é do IPHAN. (Entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Bastante crítico, o depoimento de Paulo contrapõe ao tom discreto da fala de Irene. Ela salientou que foi estreita e decisiva sua atuação junto ao programa, mantendo sempre uma visão do panorama nacional. Em sua fala sobre as reuniões para aprimoramento do Monumenta, outros agentes são mencionados, entre eles gestores de bens culturais, gestores de cidades históricas, secretários de cultura e os representantes do Iphan. Na compreensão sobre o que era patrimônio e mereceria ser preservado, Irene observou que existia um mecanismo muito claro à disposição de todos, nesses ambientes de debate coletivo:

isso era mais definido, felizmente, já pelas fichas, elas eram bem boas. Então a pessoa não podia dizer “ah, aquilo não é patrimônio. Não, mas ta aqui ó, ta aqui a ficha.” Era tudo projetado, projetado em tela, assim. Claro que às vezes surgiam dúvidas, como eu falei: nunca ninguém tinha ouvido falar em Maragogipe, e a ficha, claro que não pode abordar tudo, não podia abordar a paisagem natural, não tinha condições de abordar todo ambiente. (Entrevista concedida em 19 de maio de 2009)

E quanto ao patrimônio imaterial? Ela esclareceu que esse conceito é muito mais recente. A Unesco estava começando a trabalhar com isso em 2001 e o BID não manifestava interesse. O foco, desde a concepção do programa, era o patrimônio edificado, urbano, especialmente as obras, ou seja, aquelas ações visíveis e dedutíveis de imposto. O imaterial

ainda implicava em um sentido coletivo que não estava claramente difundido nos órgãos de preservação e nas agências de incentivo.

A reflexão sobre essas práticas não esteve presente na fala de Irene. Ela demonstrou uma motivação em relatar os fatos, as estratégias para viabilização do Programa Monumenta, sempre com isenção político-partidária. As lembranças são de quem esteve plenamente mergulhada nesse processo e ainda estava naquele momento da entrevista. Seu maior comprometimento era em me passar as informações, com indicação de lugares, de nomes e de instituições, a fim de que eu mesma montasse essa rede e tentasse construir uma narrativa desse panorama nacional.

Quando ela passou a se referir ao contexto porto-alegrense, declarados elogios foram dirigidos à organização da prefeitura. Ela disse que:

Olha, eu trabalhei em muita prefeitura por esse Brasil. (...) aqui, é uma prefeitura muito bem montada e tinha resposta pra tudo, coisa extraordinária, fico completamente bestificada, até hoje, bons técnicos, bem organizada em relação a outras. Claro que tudo é relativo, se for comparar com cidades de outros países tem muitas lacunas e tem mesmo. (Entrevista concedida em 19 de maio de 2009).

É nesse momento da entrevista que Irene confirmou que sua função sempre foi a de articular com essas instâncias tão distintas, locais, nacionais e internacionais, característica fundamental para quem se envolve com um programa de tamanha complexidade administrativa.

Paulo, por sua vez, na sua leitura sobre a criação do Monumenta, destacou que o programa estava na lista de projetos sustentáveis do então Ministro da Cultura, Francisco Weffort. “Ele queria injetar recursos que gerassem recursos e que se multiplicassem enquanto recursos e que gerassem recursos indiretos, por meio de impostos”, sinalizou. Em linhas gerais, a implantação do Monumenta, segundo o informante, foi possível em cidades que passaram a ter ou que já dispunham de uma gestão empresarial, em diálogo harmônico com o modelo proposto pelo BID. O tema do enobrecimento (ou *gentrification*) em centros históricos veio como exemplo do que foi feito pelo mundo, em termos de gestão pública de recursos. No caso de Docklands, em Londres, Paulo destacou que a prefeitura, ao invés de aplicar o plano diretor, ela decretou:

que aquela área é uma área sob renovação, logo ela passa pra ter um regime especial e um tempo de concessão pra essa corporação pra que regulamente,

o órgão aprova a regulamentação, busca os recursos, construa as obras, e depois de terminado o negócio, devolve.

O debate sobre cidade, os processos políticos e administrativos de enobrecimento ou gentrificação, na entrevista de Paulo, surgiu, através das questões do Monumenta. Observamos, com isso, que a compreensão sobre os processos de transformação física e simbólica da cidade, de acordo com Bidou-Zachariassen (2006), devem considerar as dinâmicas múltiplas que ocorrem no ambiente urbano e que partem de atores políticos, econômicos e sociais. Para uma interpretação da cidade, na fala de Paulo, seria necessário colocar em relevo as estratégias de requalificação propostas, entre elas o Monumenta, mas também as formas tradicionais de evolução urbana.

No caso do Monumenta, podemos problematizar sobre o objetivo da sua proposta centrada na dinamização dos centros históricos através dos mecanismos de gerenciamento de recursos. A promoção da diversidade social, almejada pelos projetos que levam em consideração as dinâmicas apontadas por Bidou-Zachariassen (2006), eliminam, em certo aspecto, a temida exclusão promovida pelos processos de enobrecimento. O investimento, a reabilitação de edificações e parcelas urbanas e a consequente apropriação de camadas médias em prédios tradicionais são características encontradas nas entrelinhas da proposta e na efetiva implantação do Monumenta, como podemos verificar na análise de reportagens ao longo da primeira década de implantação do programa na capital gaúcha. As inovações do programa estariam, conforme sugere Paulo, a cargo das articulações de volumosos recursos ainda não operados pelo Iphan e de agentes distintos, nas negociações realizadas pelas unidades executoras.

Francisco, o técnico da prefeitura, citado anteriormente, destaca a importância do trabalho projetual junto ao Programa Monumenta. Ele frisou a satisfação pessoal promovida pelo acompanhamento de todo o processo de implantação de projetos, desde a formatação, à contratação das equipes e à revisão de orçamento. Complementou:

Isso também, não é que não tivesse que ter, eu fiz questão de participar disso. (...) estou na comissão de licitações, eu acompanhei as licitações todas. (...) O que eu acho legal do Monumenta é que ele está me dando esta aula. Aula de trabalhar com projeto grande.

Historicamente, entretanto, como observa Kara José (2007), os financiamentos relacionados à recuperação de patrimônio têm sido embutidos em projetos mais amplos de

áreas urbanas maiores, destacando-se os incentivos para turismo cultural. “Isto é justificado pelo reconhecimento do turismo como a maior indústria em termos mundiais, da qual o patrimônio histórico faz parte como infraestrutura” (Kara José, 2007, p.152). Observamos ainda que esse ciclo de investimentos de agências internacionais na América Latina manteve o foco econômico, pois não se tratava apenas de incremento à indústria do turismo, mas de aquecimento imobiliário em áreas consideradas degradadas e abandonadas após o período industrial. A própria mídia não deixou passar a vez com o andamento dos projetos, aproveitando o debate sobre a qualificação urbana e arquitetônica do Centro Histórico de Porto Alegre (assim denominado oficialmente por lei, desde 2008), para divulgar que profissionais liberais e empresários passaram a preferir o centro da cidade para morar.

Na interpretação sobre o programa, consideramos que o Monumenta sempre levou em conta os imóveis privados como foco de recuperação, sobretudo aqueles destinados à habitação. Assim, uma das reais finalidades do programa estaria indicada, por conta da destinação habitacional, na requalificação urbana através do enobrecimento. Devemos sempre lembrar ainda que o investimento tem origem no BID. As propostas e os discursos para as requalificações, com outros nomes e outros momentos, promovidas pelo BID em parceria com organismos federais, estaduais e municipais, revelaram-se semelhantes.

A imagem negada pelos programas e projetos pode estar diretamente relacionada à transformação que os centros urbanos sofreram com a expansão das cidades. Nesse movimento, os centros passaram a se caracterizar como zonas de comércio popular ou especializado, frequentemente de importância regional, como observa Helena Menna Barreto Silva, na apresentação da obra organizada pela urbanista Bidou-Zachariassen (2006):

[Os centros são] cheios de vitalidade e concentram oportunidades, mas refletem o descuido do poder público com a qualidade dos espaços, os quais também permitem a visibilidade da pobreza e as diversas formas de sobrevivência buscadas pelos pobres (Barreto Silva In: Bidou-Zachariassen, 2006, p.13).

Em discursos tradicionais sobre reabilitações de centros históricos, a utilização do conceito de diversidade social seria aplicada como justificativa para as campanhas de mobilização de ocupação residencial por parte das camadas médias. Conforme Neil Smith (In: Bidou-Zachariassen, 2006), esse conceito aparece ligado ao objetivo de que o centro não permaneça como território exclusivamente de pobres, seja como símbolo, moradia ou lugar de consumo (p.14). Esse discurso da inclusão vem seguido da noção de exclusão, pois o movimento para que os pobres igualmente ocupem o lugar dos ricos não ocorre como



tamanha organização, mobilização na mídia e articulação política e econômica. Ainda nessa linha reflexiva, o professor Leite (2010) avança na construção teórica sobre o tema do enobrecimento, o qual é caro para o planejamento urbano e as ciências sociais. Em sua teoria, encontramos significativa contribuição conceitual para:

[a avaliação dos] processos contemporâneos de enobrecimento urbano, sobretudo no que se refere às práticas de consumo cultural do patrimônio histórico e à formação dos espaços públicos em suas interfaces com os usos e *contra-usos* desses espaços enobrecidos. (Leite, 2010, p. 74). Grifo da autora.

Por *contra-usos*, Leite traz a imagem da ocupação do espaço enobrecido pela população indesejada, quando da proposta de reabilitação urbana. Na definição em sua obra, Leite (2007) entende os *contra-usos* como a formação de socioespacialidades e a construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado. O autor, na confluência entre o debate sociológico e o instrumental metodológico da antropologia, argumenta que tanto a espetacularização da cultura quanto a verificação de *contra-usos*, em suas recorrências, contribuem para fazer “desses espaços lugares de disputas práticas e simbólicas que resultam numa espécie de *contrarevanche* da cidade, que esvazia as práticas interativas e desertifica os espaços antes enobrecidos” (Leite, 2010, p.74). Essa argumentação teórica, baseada na observação de contextos no Brasil e no exterior, faz com que pudéssemos avançar no questionamento sobre as práticas políticas no campo da preservação.

Temos, a partir da fala dos entrevistados, especialmente das colocações de Paulo e no cruzamento com a teoria mais contemporânea sobre enobrecimento, um importante ponto de tensão desta tese. A provocação do sociólogo Leite (2010) quanto a uma exaustão das cidades ou das parcelas urbanas resultantes do período de industrialização, as quais são o foco dos grandes projetos urbanos de reabilitação ou, como ele prefere chamar, de grandes intervenções urbanas, coloca-nos diante de significativas contradições no campo do planejamento e da preservação, nos seus sentidos mais atuais. Verificamos na revisão da literatura sobre a preservação de que a etimologia da palavra e a trajetória do seu emprego junto às instâncias artísticas, arquitetônicas e urbanas, apontam para a transformação da noção de guarda e mínimo acesso, para, contemporaneamente, acesso amplo e universal dos bens culturais ou identificados como tal. Os projetos de reabilitação, em certa medida, procuram reconstituir feições originais e (re) qualificar usos e ocupações de espaços, a partir de critérios pouco abrangentes e menos universais. O termo revitalização ainda entraria em uma

autodenúncia de exclusão de moradores e usuários de parcelas urbanas que estão, conforme a leitura técnica e política, necessitando de vitalidade.

Na linha das contradições das propostas de enobrecimento, a teoria do sociólogo Leite (2010) aponta para a vulnerabilidade das áreas enobrecidas, desde a sua concepção, tendo em vista que elas, em algum momento, atingirão um esgotamento no interesse de seus usuários mais abastados. A consequente ocupação de moradores de rua e demais habitantes menos desejados parece ser, neste caso, inevitável.

Devemos, porém, avançar nessa reflexão buscando compreender não os reais motivos para o enobrecimento, questionamento já amplamente debatido nas ciências sociais e sociais aplicadas, mas como as propostas de enobrecimento ou de projetos que contemplem assumidamente (ou não) esse propósito chegando a cabo nas instâncias políticas e técnicas. É de se pensar que, na retomada da hipótese desta tese, as propostas de reabilitação tenham origem na legitimação compartilhada entre as instâncias de poder que articulam politicamente esses projetos, sendo eles os técnicos e os sujeitos que ocupam cargos políticos no período de concepção e viabilização das obras. Essa legitimação se daria, em grande medida, na construção e reprodução de um discurso da crise, da ruptura total de áreas escolhidas para esses projetos e, mais ainda, de tragédia da cultura, no sentido simmeliano.

Para Simmel, em Waizbort (2000), o conceito de cultura está posto na relação de sujeito e objeto. A cultura é “a síntese única do espírito subjetivo e do espírito objetivo” (Simmel apud Waizbort, 2000, p.123). O processo cultural em Simmel é visto sob o prisma de uma circularidade sujeito-objeto e objeto-sujeito. Waizbort destaca que:

A tragédia da cultura é essa transformação descontrolada e desintegradora dos meios em fins: o homem, o verdadeiro fim, torna-se meio; o objeto, o verdadeiro meio, um fim em si mesmo, ao qual os homens acabam por se submeter. O caso mais pungente desta transformação (...) é o dinheiro. (...) Simmel afirma que o homem converte-se em um mero ‘suporte’ da coação dos objetos, e não propriamente um sujeito. (Waizbort, 2000, p. 128).

Nesse sentido, o objeto-fim das propostas e dos projetos de enobrecimento nem sempre estão claros a todos os atores envolvidos com o processo de negociação. É possível pensar que a negociação (apenas) ocorra entre agentes que compreendem suas intenções e saibam operar com a mensagem subliminar de transformação de uma área como espaço (objeto) de interesse turístico, ou seja, de mercado ou ainda de mero exercício projetual e político. É possível ainda relativizar esse sentido maquiavélico das propostas de intervenção

urbana em centros históricos, ponderando que uma parcela dos técnicos envolvidos não esteja claramente dedicada a simples venda do seu trabalho qualificado. Ponderamos ainda que os técnicos que assumem posições de liderança em projetos dessa natureza dominam os códigos da negociação política, a qual não necessariamente é partidária.

Ainda por tragédia, podemos citar o conceito a partir da obra de Paul Ricoeur (1991), na qual ele afirma ser a tragédia “representativa [mimésis] não de homens, mas de ação, de vida e de felicidade (a infelicidade reside também na ação), e o fim visado é uma ação e não uma qualidade” (Ricoeur, 1991, p. 171). Com isso, pensamos que a tragédia é a representação do “que” e não do “quem”, embora o primeiro se refira ao segundo, grifando a dialética dessa relação.

A respeito disso, o técnico Francisco observou que, do ponto de vista da postura política diante da gestão de projetos na prefeitura, as relações são bem difíceis, pois a condução de projetos começa na administração de um partido e continua na gestão de outro. Francisco falou ainda sobre a vontade do novo governo em fazer tudo diferente do outro, como que por vaidade. Nesse momento, ele decidiu se manifestar sobre a questão da vinculação político partidária, dizendo que não mantém qualquer vínculo, entendendo que um técnico precisa ter espaço para a crítica e precisa ser isento:

se tu quiser saber eu digo em quem eu voto, normalmente. Mas eu não sou filiado a nenhum partido, porque eu faço questão tanto aqui quanto na Universidade de poder ser crítico em relação as coisas que estão acontecendo, seja em qualquer partido que estiver no poder, a função de um técnico é ser isento. (Entrevista concedida em 22 de junho de 2009).

No contexto porto-alegrense, Francisco explicou que as vinculações partidárias que ocorrem, mesmo dentro do Monumenta, não atrapalham na eficácia do projeto. Existe um documento que foi produzido logo no início da implantação do programa, o qual foi elaborado por representantes das principais entidades do Centro. Ele serve como referência para tudo o que foi feito e precisa ainda ser feito em termos de preservação. As questões colocadas no debate de construção desse documento estiveram voltadas à compreensão dos principais problemas do Centro, quais os prédios e as áreas mais degradadas, como isso interfere na dinâmica do bairro e da cidade, enfim. “Era uma conversa que começava no amplo e ia chegando no específico. (...) foi uma linha de ação, conscientizar as pessoas a respeito da importância do patrimônio, uma outra linha de ação, promover ações econômicas”, isentas de vinculações político-partidárias, destacou o arquiteto.

Outra entrevistada que retrata sua visão sobre a atuação técnica no campo da preservação foi Suzana, nome ficto. Suzana, arquiteta por formação, na faixa dos cinquenta anos, refere-se no seu depoimento, de forma apaixonada, que entende o campo do patrimônio marcado pela militância. Em meio a muitos nomes de técnicos, políticos e instituições, a informante faz um desabafo:

Essa área que a gente conhece e que é tão difícil de chegar a um resultado, que é um processo de construção contínua e que a gente começa lá do início em que tu eras louco, desacreditado, sabe, sempre remando contra a maré. Isso a gente continua, remando contra a maré. Mas, e aí quando a gente volta e que percebe nitidamente que ele é um processo de construção cotidiano e de militância. Ele é um processo militante. Porque quem não tem este espírito militante na área não vai adiante porque é muito difícil. É uma batalha, tu tens que lutar, não pode arredar pé. Por isso eu sempre digo que ele é um trabalho militante. (Entrevista concedida em 18 de junho de 2009).

Se para Francisco, o programa Monumenta conseguiu minimizar os efeitos das mudanças de gestão nas cidades, portanto, partidárias, para Suzana a mudança de governo pode marcar a viabilidade ou a inviabilidade de projetos. É recorrente, segundo sua fala, que um técnico, um grupo de técnicos precise esperar o tempo de uma gestão, em média quatro anos, para colocar em prática um projeto. Este é outro lado da discussão sobre o domínio de códigos e a manipulação de interesses no jogo das intervenções urbanas.

Utilizar a marca ou a bandeira de determinado projeto é medida usual em campanhas políticas e em tempos de desejada renovação urbana. Pode ser ainda que, em outro sentido, os sujeitos envolvidos no processo não estejam plenamente cientes dos códigos que os compõem. A seguir, apresentamos duas reportagens selecionadas para a reflexão sobre a construção de “um novo centro em Porto Alegre” a partir do Monumenta e dos projetos da prefeitura para requalificação urbana do centro.

**Fig. 15** - Reportagem publicada no caderno Geral de Zero Hora, com título “Centro Renovado” e subtítulo “O coração da Capital volta a ser cobiçado”. Publicada em 20 fev. 2011.

32 Geral

ZERO HORA DOMINGO, 20 DE FEVEREIRO DE 2011

# CENTRO RENOVADO

## O coração da Capital volta a ser cobiçado

Após décadas de êxodo de pessoas e negócios, o centro da Capital começa a receber uma nova leva de moradores, pontos comerciais e serviços, um dos sinais mais festejados de sua revigoração

**SUZANA ENGLERT**  
Relações públicas que está se mudando com o marido para um apartamento de 210 metros quadrados, na Praça Dom Feliciano

As mudanças no Centro serviram de incentivo. Apostamos na revitalização



**ITAMAR MELO**

Depois de um tenso mergulho no abandono e na degradação, o bairro que serviu de farol para os gaúchos ao longo dos séculos volta a ter luz. Revigorado pelo investimento de milhões de reais em restaurações e pela retirada do comércio informal que atravancava suas ruas, o Centro vive um momento de virada. Um dos sinais mais festejados é a chegada de uma nova leva de moradores, que promete reverter a sangria populacional responsável pela debandada de 15 mil pessoas, um terço do total, entre 1980 e 2005.

O notável é que a motivação dos recém-chegados é a mesma dos que procuravam um endereço na região em seu período áureo, os anos 40 e 50 do século passado, quando o bairro era sinônimo de elegância. A geração que desembarca agora escolhe o Centro porque ele se tornou glamoroso mais uma vez. Em grande parte, trata-se de um movimento de jovens antenados, com profissões ligadas à criação. É uma turma formada por designers, publicitários, arquitetos e artistas que reformam apartamentos com décadas de história para conferir-lhes um ar contemporâneo. São as águas passadas do Centro movendo novos moinhos.

### Moradia é lastro de recuperação

Um prédio da Avenida Siqueira Campos recebeu uma dezena de moradores com esse perfil. Os publicitários Ismael Goli, 34 anos, e Mariana Balestra, 30 anos, foram dos primeiros a chegar, cinco anos atrás. O casal trocou o Menino Deus por um apartamento de 220 metros quadrados com vista para as ilhas do Delta do Jacuí em praticamente todas as janelas.

— Sou gourmet, e o Mercado Público é onde acho ingredientes que não encontro em outro lugar — elogia Goli.

Uma das pessoas mais indicadas para explicar a opção do casal e o que ela significa para Porto Alegre é justamente a mãe de Mariana Balestra, a professora da Faculdade de Arquitetura do Uniritter Maria Isabel Marocco Milanez. A arquiteta enxerga, depois de décadas de declínio, a existência de uma ação orquestrada para a recuperação da área central. A grande reviravolta, na sua avaliação, foram as obras do Monumenta. Uma parceria entre a prefeitura e o Ministério da Cultura, o programa investiu desde 2002 perto de R\$ 12 milhões no restauro de edificações públicas e privadas e tem uma série de obras em andamento, totalizando R\$ 21,8 milhões.

— Quando uma área é recuperada, a tendência é de que surjam iniciativas no entorno. Esse processo gerou um movimento de retorno, ténue ainda, de jovens formadores de opinião. Isso é importante: a moradia é o lastro da recuperação — observa a professora.

Um indício de que Maria Isabel pode estar certa é um fenômeno percebido por outra moradora do edifício da Siqueira Campos. Em 2005, quando mudou com o marido para o local, a designer Márcia Steyer, 45 anos, deparava com reações de preconceito sempre que mencionava morar no Centro.

— As pessoas faziam cara feia. Agora, telefonam para saber como conseguir apartamento aqui — conta.

A nova fase também está permitindo a vinda de quem já se sentia atraído, mas era repellido pela situação de abandono e deterioração. O arquiteto Mário Englert, 55 anos, passou parte da infância brincando na Praça da Matriz, perto da residência do avô. No final dos anos 90, quando decidiu mudar-se de um edifício situado na Praça Dom Feliciano. Mas não foi possível convencer a mulher, a relações públicas Suzana, 56 anos. O casal acabou no Moinhos de Vento.

No ano passado, quando decidi-

ram-se por nova mudança, o Centro estava diferente. Desta vez, foi fácil convencer Suzana. Ela e o marido se mudaram para um apartamento de 210 metros quadrados no prédio da Dom Feliciano em janeiro e estão no meio de um processo de reforma que inclui a derrubada de paredes e a interligação de ambientes.

A nova fase se reflete nas estatísticas do mercado imobiliário. Em alguns meses de 2010, o Centro perdeu pela primeira vez o posto de bairro com mais imóveis usados à venda.

**Na escolha do apartamento com vista para o Delta do Jacuí, Ismael Goli (ao lado) apostou em atrações como proximidade com o Mercado Público**



itamar.melo@zerohora.com.br

Fonte: acervo pessoal da autora.

**Fig. 16** - Reportagem publicada no caderno Geral de Zero Hora, com título “Centro Renovado” e subtítulo “O futuro em construção”.  
Publicada em 20 fev. 2011.

34 Geral ZERHO HORA DOMINGO, 20 DE FEVEREIRO DE 2011

# CENTRO RENOVADO

## O futuro em construção

### O que está prometido

Os próximos meses prometem novidades importantes ao Centro, algumas com atraso considerável em relação ao cronograma:

**1**



**Multipalco**

Prometido para 20 de setembro de 2006, o complexo cultural Multipalco Teatro São Pedro, de seis pavimentos e 15 mil metros quadrados, depende da arrecadação de R\$ 18 milhões para ser terminado. Com os R\$ 27 milhões aplicados desde 2003, a estrutura física foi erguida, uma laje com restaurante e concha acústica foi entregue e um estacionamento subterrâneo de três andares passou a operar. Faltam basicamente obras internas, que incluem um teatro italiano de 650 lugares, um teatro de oficina e 11 salas especializadas. José Roberto Diniz de Moraes, coordenador do projeto, diz que, com dinheiro em caixa, a obra seria terminada em no máximo dois anos.

**2**



**Praça da Alfândega**

Em obras há dois anos, a Praça da Alfândega deve ter o seu miolo entregue recuperado e com o desenho original, do começo do século passado (foto menor), até a próxima Feira do Livro. Segundo Briane Bicca, coordenadora do Monumenta, a obra atrasou por imprevistos como a descoberta das antigas fundações da alfândega durante as escavações. A renovação do perímetro deve ficar para 2012. Uma área lateral vai receber módulo de serviços, com café, floristas, bancas de revistas e outros estabelecimentos.

**Cais deve ser o grande elemento de vitalização**

O projeto, elaborado por um grupo de empresas de Brasil e Espanha, gerou entusiasmo entre os gaúchos. Divididos em três setores, os dois quilômetros do cais seriam transformados em um centro de compras, cultura, lazer e negócios, devolvendo à vida aquela região. Perto da Usina do Gasômetro, o porto seria integrado à cidade por meio de uma área verde com prolongamento até a Praça Brigadeiro Sampaio, passando por cima da Avenida Presidente João Goulart.

— O cais será o grande elemento de vitalização, o grande diferencial. Estou muitíssimo otimista, porque nunca estivemos tão perto — acredita a coordenadora do Projeto Monumenta, Briane Bicca.

Outra intervenção decisiva que demora a sair do papel é oxigenação do Centro por meio da redução no número de ônibus em circulação. Hoje são 33 mil viagens diárias para a região. A prefeitura vem acenando desde 2007 com os Portais da Cidade, um projeto que promoveria redução do número de coletivos no Centro sem reduzir o número de passageiros e eliminando as rodoviárias a céu aberto.

Segundo Izabel Matte, coordenadora do Gabinete de Planejamento Estratégico da prefeitura, estão sendo tomadas neste mês decisões de cronograma que vão permitir finalizar o processo de financiamento da obra.



**3**

**Cais do Porto**

O projeto para recuperar dois quilômetros de cais promete uma transformação do local em centro de compras, lazer e negócios. Há décadas sucessivos planos foram descartados, mas agora há razão para otimismo, já que o projeto está pronto e existe um consórcio habilitado.

**4**

**Praça da Matriz e General Câmara**

A recuperação, também a cargo do Projeto Monumenta, esbarrou na falta de empresas interessadas em tocar a obra. Uma nova licitação está em preparo e deve ser lançada no mês de abril. As obras incluem a restauração do monumento a Júlio de Castilhos, a recuperação do pavimento da praça e o alargamento de uma das calçadas da Rua General Câmara.

**5**

**Caixa Cultural**

O centro cultural da Caixa, no antigo Cinema Imperial, já esteve previsto para 2006. O prazo atual é o final deste ano, com inauguração em 2012. Em 2010, a obra andou a passo lento, enquanto se definiam questões ambientais como a remoção de um pedaço de grandes dimensões na base do edifício. A questão foi resolvida mês passado. Com aplicação de R\$ 16,5 milhões na obra e de R\$ 6 milhões em materiais, terá teatro, museu, cafeteria e livraria.

**6**

**Bonde Histórico**

A ideia de trazer de volta os bondes ao centro, por meio de uma linha turística, é antiga e ainda não está garantida. A prefeitura está lançando um edital para estudo de viabilidade. O plano é de um trajeto circular, saindo do antigo abrigo dos bondes da Praça XV, seguindo até o Gasômetro pela Sete de Setembro e voltando ao abrigo dos bondes pelas ruas da Praia e Vigário José Inácio. O caminho cruza com cerca de 30 casas de cultura e museus.

**7**

**Centro Administrativo**

Depois de enfrentar dificuldades para encontrar um imóvel disponível, devido à revalorização do Centro, a prefeitura inaugura em março, na Siqueira Campos, um Centro Administrativo Regional para esclarecer dúvidas da população e solicitar serviços. Também começam a atuar no Centro oito agentes para fiscalizar desde alvarás comerciais até placas publicitárias. Esse tipo de fiscal, uma novidade, só não atuará no trânsito.

Fonte: acervo pessoal da autora.

Na primeira reportagem, de autoria de Itamar Melo, observamos a imagem de um apartamento amplo, com uma bela vista para o Guaíba, e com a frase, ao lado, referindo-se às mudanças no centro que serviram de incentivo para que profissionais liberais, “jovens antenados, com profissões ligadas à criação”, passassem a querer morar no centro. A chamada, logo acima, indica décadas de êxodo de pessoas e negócios no Centro, em um movimento interrompido, agora, pelos sinais de revigoração, confirmados pela presença de novos moradores. “Moradia como lastro de recuperação” é o subtítulo da matéria que traz o depoimento de publicitários, arquitetos e artistas em uma reconstituição desses laços de afeto com o lugar.

Na segunda matéria, no mesmo caderno e com a mesma manchete indicando renovação e construção do futuro, observamos projetos arquitetônicos e urbanos descritos a partir de consulta do Programa Monumenta em Porto Alegre e, entre esses projetos, a chamada remodelação do Cais do Porto. Festejado o projeto para o cais nesta reportagem, ele é colocado como elemento de vitalização da área central da cidade.

Ambas reportagens apontam para a reprodução de um discurso de vitalidade da área central conquistada através do grande programa de preservação e, em essência, de intervenção nas formas, nos usos e nas ocupações dos espaços. Nenhum dos sentidos de preservação até aqui discutidos se aplicam, neste caso. O conceito antigo de guarda e acesso restrito dos valores atribuídos a este lugar estaria aqui violado, pois a proposta do grande projeto urbano é de mudança e de nova configuração, sobretudo do Cais do Porto. No caso do conceito contemporâneo de acesso amplo e universal estaria comprometido pelo tom aplicado à matéria próprio da linha do enobrecimento.

Antes da publicação dessas reportagens, em 2011, o mesmo jornal publicou algumas matérias sobre o Centro Histórico. Com nome e sobrenome, o bairro Centro passou a responder por essa nova denominação em decorrência de lei sancionada em janeiro de 2008. A intenção da série de reportagens parecia estar centrada na valorização das características arquitetônicas e ambientais do Centro, cumprindo, por conseguinte, a tarefa de preservar revelando formas, funções e valores.

No caso do Monumenta, a movimentação em torno do nome do projeto é maior que a própria eficácia dele. Conforme o Regulamento Operativo do Monumenta nacional, o programa apresenta objetivos a longo e curto prazo. Os de longo prazo estão voltados para a preservação de áreas prioritárias do patrimônio cultural urbano sob proteção federal, o aumento da consciência patrimonial e preservacionista da população brasileira, o

aperfeiçoamento de sua gestão e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação. A curto prazo objetiva-se aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de intervenção. “A ideia de que o patrimônio restaurado seja capaz de produzir recursos para sustentar as melhorias financiadas pelo programa é o ponto apresentado como inovador” (Kara José, 2007, p.161). Além da extensa lista de regulamentações para formatação dos projetos e dos tradicionais investimentos exigidos como contrapartida para obtenção de empréstimos, o BID coloca em contrato a disponibilização de recursos públicos para promoção de parcerias entre setor público e iniciativa privada. Temos aqui um bom exemplo de intenção de firmar um empreendimento misto a fim de estabelecer uma dinâmica autossustentável ao projeto urbano e à política de preservação.

Por outro lado, devemos estar atentos para o cotidiano deste programa e de outros, na operacionalização de obras, contratação de empresas, custos especializados e interesses públicos e privados. Uma auditoria do Tribunal de Contas constatou, através do comparativo entre o gasto inicial previsto nas ações, o tempo de utilização dos recursos e o custo final das obras, considerando que os entraves burocráticos praticamente impedem que o programa avance nos seus propósitos. Fica, ainda, o questionamento se esses entraves são propositais, no sentido de dispersar o foco de atenção nos objetivos macroeconômicos do programa, ocupando sobremaneira os sujeitos envolvidos com sua viabilização ou se eles são resquícios de lógicas ineficazes de gerenciamento.

Entretanto, não podemos perder de vista que a eficácia desse e de outros programas de preservação e intervenção urbana é produto também de um panorama político embrenhado nos espaços e nas instâncias técnicas, políticas e sociais das cidades que os abrigam. Cabe observar e refletir sobre esses espaços, a fim de aprimorar nossas questões referentes ao planejamento da preservação urbana.



## 4 MUITO DISCURSO, POUCAS DEFINIÇÕES



**Foto 9 - Oficina promovida pela Associação Viva o Centro. Porto Alegre, 2006.**

**Foto 10 - Manifestantes em plenária da Câmara de Vereadores. Porto Alegre, 2008.**

Fonte: site da PMPA. Disponível em <  
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/> > Acesso em 27 de abril de 2008 e Foto da autora, 2008.

*Ao se transporem seis rios e três cadeias de montanhas, surge Zora, cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. Mas não porque deixe, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações. Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza e raridade. O seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota. Quem sabe de cor como é feita Zora, à noite, quando não consegue dormir, imagina caminhar por suas ruas e recorda a sequência em que se sucedem o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leva ao porto. Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor.*

*Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.*

Calvino, 1997

\*\*\*\*\*

O recorte aqui apontado indica para a análise de discursos e performances em espaços de debate sobre a cidade. Na linha de frente desses debates estão os profissionais envolvidos com o planejamento urbano e a preservação de bens culturais, identificados como técnicos. A observação considera a relação desses técnicos junto às entidades de classe, aos órgãos de governo (municipal, estadual e federal), bem como dos técnicos com agentes políticos da capital gaúcha, tendo em vista a implantação de programas e projetos de intervenção urbana que se propuseram consoantes aos princípios estratégicos do planejamento da cidade. Entende-se a observação participante como técnica de pesquisa, no qual o pesquisador se desloca ao *locus* dos informantes, neste caso, as associações políticas e de classe, para coletar e interpretar informações relativas ao cotidiano e, portanto, à cultura desses sujeitos. Eckert (1998) assinala que essa técnica de pesquisa [a observação participante]

se faz através do postulado do relativismo cultural que ensina que os comportamentos das pessoas e as construções sociais devem ser apreendidas

desde sua própria cultura, para só então conquistar um plano comparativo e uma perspectiva generalizante. (Eckert, 1998, p.2).

O exercício de observação é novo para a autora da tese, ainda mais porque ele implica em um distanciamento da sua própria cultura, a qual é compartilhada com os técnicos entrevistados e observados. Em seu texto clássico no campo das ciências sociais, Roberto DaMatta (1987) nos fala sobre as dificuldades do pesquisador em investigar a sua própria cultura, num esforço primordial de transformar o familiar em exótico através de um desligamento emocional, já que a “familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora e, assim, veio do estômago para a cabeça.” (p.168). O autor se interessa, nesse trecho da obra, em refletir os *anthropological blues*, ou o conjunto de tristezas do antropólogo que está em campo, investigando culturas tão distintas ou tão familiares a sua.

Compreende-se, portanto, o desafio de se auto-investigar através de movimentos de imersão na cultura em foco e de distanciamento mediado pelas construções científicas, a fim de restituir uma memória dos grupos sociais pesquisados. Outro ponto relevante a ser considerado, conforme leitura da dissertação de Anelise Gutterres (2010) citando Rabinow e Malinowski, é a problematização sobre os limites das concepções de formas coletivas como objetos de estudo, a qual

é a garantia da incerteza, da perda da familiaridade para com o fenômeno e, por sua vez, é o caminho prévio para o entendimento e para a geração de outras familiaridades, que para seguirem dinamicamente sendo compreendidas precisam de outros problemas e outras incertezas. (Gutterres, 2010, p.29)

No percurso de observação do panorama político porto-alegrense, de fins dos anos 2000, outras questões se formaram para motivar a ida a campo. Outras técnicas de pesquisa consideradas novas à pesquisadora estão na escrita dos diários de campo e nas descrições dos ambientes observados. Esta tese, por sua vez, toma essas técnicas como instrumentos a serem conhecidos, aplicados e avaliados, sem, no entanto, ter a pretensão de se apresentar como uma escrita etnográfica.

A escrita etnográfica, conforme Eckert e Rocha (2002), “configura-se na própria tríade autor/tradutor/texto na conformação da prática investigativa ao oportunizar ao antropólogo a sistematização de seus pensamentos interiores e a construção de ações estáveis em relação à cultura e à sociedade pesquisada” (p.3). A autora desta tese tomou o método clássico do campo da antropologia como exercício para aprimoramento das próprias formas de

investigação urbana e do debate da preservação das feições da cidade em diálogo com as transformações inerentes às cidades em todos os contextos e períodos históricos.

Os anos 2000 são marcados pela proposta de programas estratégicos para ação – política e técnica - na cidade e, anunciam ainda, a realização de obras expressivas do ponto de vista tecnológico, econômico e urbano no Brasil. Os fóruns, os seminários e as plenárias realizadas na segunda metade dos anos 2000, sobretudo ao longo de 2008, tiveram ainda o caráter peculiar de promover reuniões de debates amplos, por um lado, e, bastante específicos, por outro, sobre o chamado futuro da cidade. Esse futuro, como tema central de uma série de eventos organizados pelos órgãos de governo e pelas entidades de classe, apresentou-se como um tempo indefinido, mesmo com a perspectiva de realização de obras viárias, da implantação de novos sistemas de transporte na cidade, entenda-se do metrô na capital gaúcha e da construção de grandes equipamentos urbanos, entre eles estádios de futebol. A iminente realização de um evento esportivo de âmbito internacional no país, a Copa do Mundo de 2014, envolvendo Porto Alegre, possibilitou a reavaliação do papel de planejadores, urbanistas e arquitetos sobre as interfaces, as interferências e, especialmente, as necessidades de suas atuações efetivas e contínuas nas decisões de caráter político-urbano.

O campo inicial da tese esteve compreendido na participação em fóruns temáticos realizados em congressos da área técnica e política, em sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, assim como em outros espaços de representação e de manifestação das relações entre executivos, técnicos e comunidade interessada no debate de caráter preservacionista e de planejamento urbano.

Na cancha de baixo, melhor dizendo, no plano cotidiano da cidade, cumpre trazer o tom da leitura sobre o contexto da realização desse primeiro evento observado e das suas grandes expectativas políticas e estruturais. Destaco trecho do meu diário de campo com as primeiras questões que me cercavam naquele momento, bem como uma imagem que provocava pensar a cidade que temos:

O trem passa logo ali, interligando-nos à região metropolitana e ao sonho de uma mobilidade urbana eficiente – acessível em vários sentidos, ecológica e economicamente corretas na sua implantação a médio e longo prazo – e representando o resultado visível de determinações políticas e administrativas de um momento da vida da cidade ou mesmo da ação do chamado planejamento urbano e regional. PUR: expressão composta e difícil de ser explicada, mas bastante compreensível para quem diz fazer a cidade, seus projetos e suas transformações. Neste primeiro parágrafo aproveito o fôlego do “envolvimento político com a causa urbana” para grifar alguns conceitos que mereceriam atenção e cuidado no seu emprego, entre eles as

próprias noções de cidade e de transformação. Quando se fala em transformação da cidade se pensa em tempo (será mesmo?), em duração (algo muito novo na minha escrita) e a partir daqui os estudos urbanos - situados no Planejamento Urbano e Regional (agora como área de conhecimento) - não mais dão conta sozinhos da tarefa de desvendar esses processos, pois lhe faltam muito mais do que instrumentos teóricos, mas predisposição a olhar e escutar de outra maneira o que se apresenta. Esse novo olhar subentende descobrir muitas cidades – vividas, habitadas – pois, ao que tudo indica, a cidade parece não ser apenas formada por prédios, ruas e praças. A imagem da chegada pela cidade pela Avenida Mauá não conseguiu transpor o muro de concreto que nos separa do trem – aquele que carrega pessoas. O muro pode até representar uma metáfora da minha própria formação – sólida (!), fixada na percepção de um espaço quase inabitado -, afinal, as pessoas praticamente não aparecem nas “nossas” fotos. Muito próximo dali, no limite do muro que grifa até onde podemos ir, está uma parcela de cidade altamente densificada, o Centro de Porto Alegre e suas altas edificações – claramente detectadas pelos técnicos do planejamento. Entretanto, o colorido – e o reflexo - das construções, que parecem beirar o Guaíba, está um pouco turvo ao olhar do especialista urbano. Se propusermos uma aproximação ao interior dessas edificações (ou do trem que passa), buscando uma identificação das dinâmicas e das estéticas sociais da cidade, a visão técnica parece não mais cumprir seu papel, pelo menos não com total nitidez. (Diário de campo, 18 de junho de 2008).

**Foto 11** - Vista de trecho do cais da Avenida Mauá, a partir do Guaíba.

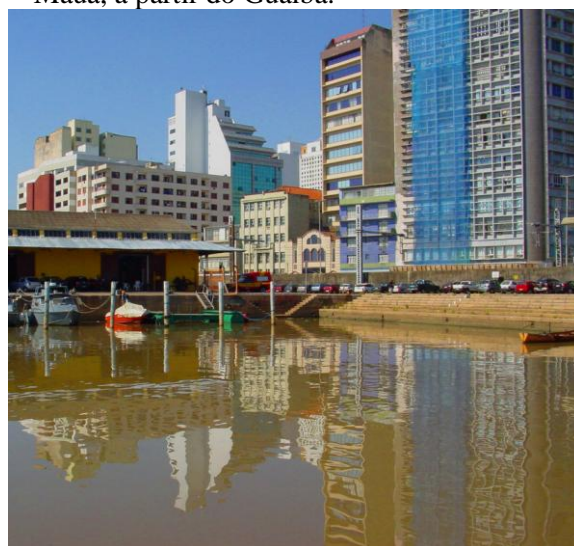


Foto de autoria de: Nauira Zanardo Zanin. Edição da autora, 2008.

A foto saturada nos mostra a água que beira a cidade dos prédios, aquela que está em pauta no fórum. São tantos os espaços de discussão sobre esta visão da cidade que este parecia ser mais um evento na nossa agenda. Pois bem, este seria um momento especial, porque não

era um campo qualquer, mas uma reunião de conhecidos, colegas, alguns amigos e muitos parceiros de militância política e cultural. Além da observação feita nas sessões desse fórum, foram observados debates no Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (IAB-RS) e sessões da Câmara de Vereadores sobre temas como a construção e ampliação dos estádios de futebol do Grêmio e do Internacional e as indefinições sobre o destino do Pontal do Estaleiro e da Orla do Guaíba. Ainda ao longo de 2008, foram realizadas visitas orientadas à Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) e entrevistas não diretivas com técnicos envolvidos com o planejamento urbano e a preservação em Porto Alegre, de acordo com a tabela a seguir.

**Tabela 4** – Organização dos primeiros espaços de observação da pesquisa. Observação das inter-relações entre os temas debatidos. Ano 2008.

1º semestre de 2008	2º semestre de 2008	Âmbito
Fórum “Porto Alegre: uma visão de Futuro”. (De maio a julho)	Sessões na Câmara Municipal de Porto Alegre sobre as obras do Pontal do Estaleiro e dos estádios de futebol. (De outubro a dezembro).  Realização de duas entrevistas não diretivas com técnicos ligados ao município (de outubro a dezembro)	<b>Municipal</b>
Não foi verificada mobilização dos órgãos do Estado para promoção de debate sobre os temas em pauta no município e nas entidades de classe.	Sem mobilização específica para tratar dos assuntos em pauta junto aos órgãos municipais.	<b>Estadual</b>
Reunião da Comissão de Urbanismo do IAB/RS, sobre a criação do Instituto de Planejamento Urbano em Porto Alegre (14 de julho).	Reunião com candidatos à prefeitura, na Câmara Municipal de Porto Alegre, organizada pelo IAB/RS (12 de setembro).	<b>Entidades de classe</b>

Fonte: edição da autora, 2010.

Detive-me, portanto, durante três meses na observação de espaços de debate acima citados. Na origem das questões colocadas antes da ida a campo, a busca por uma reavaliação da efetiva atuação de urbanistas em momentos de encaminhamentos da política para a cidade. Entendíamos que ali estariam, nas sessões da Câmara de Vereadores, por exemplo, a primeira instância política que criaria condições de concretização de planos, de projetos já traçados ou

a serem traçados. Mais ainda, essa observação seria a chave para entrada na casa dos planejadores do dia-a-dia, os funcionários da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) e mesmo para o contato com possíveis informantes.

Seguindo o aporte teórico compreendido nas ciências sociais aplicadas e nas ciências humanas, tomamos como fundamento que o campo político se estrutura ao lado de outros domínios da vida social, como a religião e a economia. A antropologia da política hoje, como nos alerta Steil (2001), tem buscado apontar para o tradicional no moderno em contextos que se pretendem altamente racionalizados e regidos pela grande política. Devemos ainda estar atentos na observação das práticas políticas que se manifestam no cotidiano dos nativos, os quais podem ser os técnicos e a própria autora da tese, nos rituais que podem confrontar atores e instituições, bem como nas performances que podem, enfim, carregar enorme densidade simbólica.

#### 4.1 - A cidade dos prédios e o fórum dos especialistas

Iniciamos a narrativa desta reflexão no ano de 2008, a partir da observação do ciclo de eventos intitulado “Porto Alegre, uma visão de futuro”<sup>21</sup>. Esse ciclo foi organizado pelo jurista João Carlos Brum Torres e pelo jornalista Marcello Vernet de Beltrand, com a colaboração dos arquitetos Benamy Turkienicz, Jorge Guilherme Francisconi, Luis Antonio Lindau e da economista Maria Alice Lahorgue. O livro elaborado a partir dos debates

---

<sup>21</sup> **PORTO ALEGRE: uma visão de futuro** | Coordenador Geral: João Carlos Brum Torres | Local: Teatro do Prédio 40 | PUCRS | Programação:

14/05: **MOBILIDADE URBANA** | Coordenador Luis Antonio Lindau

- Planejamento e mobilidade sustentável
- Circulação viária
- Transporte coletivo

21/05: **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** | Coordenadora: Maria Alice Lahorgue

- Indústria e Serviços Tradicionais
- Saúde e Tecnologia
- Culturais Turismo e Lazer

11/06: **Urbanismo sustentável** | Coordenador: Jorge Guilherme Francisconi

- Saneamento e Meio Ambiente
- Habitação Popular
- Relações Público Privadas na Construção da cidade

18/06: **DINÂMICA E ESTÉTICA URBANA** | Coordenador: Benamy Turkienicz

- Identidade urbana e dinâmica de bairros – Rômulo Krafta
- Patrimônio arquitetônico: criação e preservação – Carlos Eduardo Comas
- Paisagens, shoppings, praças, parques e monumentos – Tânia Rossari

22/07: **FÓRUM DE ENCERRAMENTO**

realizados foi publicado um ano depois. Nele, salta aos olhos a apresentação do projeto, sob o título *A consciência urbanística da cidade*, texto escrito pelo então presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Sebastião Melo. No texto acalorado de Melo (2009), o vereador se mostra orgulhoso em devolver à opinião pública, através da publicação que reuniu as discussões técnicas sobre a cidade, grifando ainda mais a importância da realização de fóruns tão qualificados quanto aquele. A estranheza, por ele apontada, está na surpresa por não ter notícias da realização de eventos similares em Porto Alegre, ainda mais por esta ser uma cidade mundialmente reconhecida por ter inventado o orçamento participativo e, portanto, ser palco acostumado aos debates coletivos.

Com essas provocações do vereador, compartilhamos com ele o questionamento sobre em que momento da história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul houve a ruptura na relação entre urbanistas e poder público, se ela realmente ocorreu? Podemos ainda inferir que, se essa ruptura não for confirmada, chegaremos à conclusão de que esses laços sempre estiveram bastante próximos, porém, não foram publicamente assumidos. Talvez esta interrelação de técnicos e políticos ou gestores da cidade não seja tão evidente para esses próprios sujeitos.

Ainda na linha do caráter inovador do evento, o organizador João Carlos Brum Torres (2009) salientou no seu texto que as tratativas para a realização do evento implicaram em complexos acertos institucionais e operacionais, mas, acima de tudo, promoveram, para se manter politicamente correto, um enraizamento comunitário de significativa força política. Entre as propostas mais ousadas estava a criação do Instituto de Altos Estudos Urbanos em Porto Alegre, a exemplo do existente em outras cidades no país, como o famoso IPPUC<sup>22</sup> em Curitiba.

Após um longo elogio à modernização administrativa da Câmara de Vereadores, Torres (2009) detalhou ao leitor a proposta do projeto “Porto Alegre, uma visão de futuro” e destacou que o foco estava na investigação, no mapeamento e na recomendação de um conjunto de macro-alternativas para os próximos vinte anos de Porto Alegre, além da

---

<sup>22</sup> IPPUC é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, órgão ligado à administração da capital paranaense. No âmbito da preservação, as informações contidas no site do instituto alegam que “a primeira preocupação formal com o patrimônio cultural de Curitiba acontece em 1941, com o tombamento do acervo do Museu Paranaense e a segunda, umas poucas indicações contidas no Plano Agache (1942). Mas é partir de 1966, que são tomadas as primeiras medidas efetivas - ainda em âmbito estadual - para o tombamento do antigo Paço Municipal - hoje Museu Paranaense -, da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e do Belvedere, com ruínas da Praça João Cândido. O Plano Diretor de Curitiba, de 1966, estabelecerá diretrizes para uma política municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural. Em 1971, através do Decreto nº 1.160, é criado e delimitado o Setor Histórico de Curitiba”. Informações disponíveis em < <http://ippucweb.ippuc.org.br/ippucweb/sasi/home/default.php> > Acesso em 20 abr 2012.



canalização dessas recomendações a fim delas se transformarem na base programática do referido instituto voltado ao desenvolvimento da cidade.

Nesse projeto, o debate sobre as políticas de preservação estava colocado, não gratuitamente, no grupo da Dinâmica e da Estética Urbana, combinando uma tarde de conversas sobre o patrimônio arquitetônico. No subtítulo do GT, o qual me propus observar, lá estava a tensão entre criação e preservação. Estava ainda latente a dúvida se esses são conceitos que convergem, divergem ou se complementam? Ainda não sabíamos, ao longo dos debates, aonde chegaríamos (inserindo-me como participante do debate e das inquietações), porém estávamos realmente curiosos para observar este momento.

Na obra publicada sobre o evento, ainda, no item dedicado à Estética Urbana e à discussão sobre preservação, Torres (2009) reitera que a qualidade urbana está relacionada a uma “consciência urbana ilustrada, vale dizer de uma visão que, formada a partir da visão de arquitetos e de urbanistas de talento, seja capaz de empolgar a opinião pública” (Torres, 2009, p.39). O autor, assim, nos mostra que a perspectiva na qual compreende a questão urbana é de que a qualidade depende diretamente da intervenção do técnico, que deve ser criativo e talentoso, a fim de sensibilizar a sociedade, persuadir os agentes políticos e as autoridades administrativas, bem como os investidores. Talvez o talento na articulação política seja o de maior peso nessa lista. Entre os exemplos apresentados, encontramos *cases* de Curitiba, Barcelona e Baltimore, consideradas, pela leitura dos palestrantes e do público que ali estava, como cidades que se recriaram através do planejamento, subtendendo-se ao controle que essa lógica implica, bem como a partir dos chamados bons projetos arquitetônicos.

O acesso a esse espaço foi franco, pois o fórum “Porto Alegre, uma visão de futuro” estava aberto a inscrições de público interessado, com alguns privilégios aos profissionais arquitetos e estudantes de arquitetura. Entre os temas lançados nesse período, para debate de especialistas e técnicos, a sempre recorrente preocupação em reavaliar o plano diretor.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental vigora na capital gaúcha desde 1999, representando um conjunto de normas, as quais estão dispostas em modelos espaciais e representações esquemáticas que visam interpretar a realidade urbana e social da cidade e promover o desenvolvimento do Município. A complementação e a revisão de planos compõem apenas uma face do planejamento urbano, a qual se transforma até a proposta de uma nova lei, tendo em vista que aquela que está em vigor deverá se tornar obsoleta na sua leitura da realidade e, ainda, inadequada às demandas e às características assumidas pela cidade e por seus grupos de interesse distintos.

Voltando à cena do fórum, logo na minha chegada, percebi grupos de técnicos falando a mesma língua, ou seja, dominando o mesmo vocabulário e exercitando, entre si, suas capacidades de argumentação. Reunidos para discutir possíveis encaminhamentos acerca do patrimônio urbano edificado, sentiam-se bastante motivados a demonstrar seu conhecimento, mais do que realmente partilhar propostas viáveis sobre o problema em questão.

Destaco trecho do meu diário de campo de junho de 2008, refletindo momentos de divergência e conflito detectados na observação da oficina no Fórum:

O primeiro a falar no pequeno grupo que aderi, um arquiteto de expressiva participação junto às entidades de classe e junto ao mercado de arquitetura porto-alegrense, defendeu uma reavaliação dos discursos sobre patrimônio, salientando que “esta prática seria mais importante que a ação”. Reservando-se ao que lhe pareceu coerente (mesmo chamando discurso de prática), passou a palavra e baixou a cabeça – num gesto de quase indiferença com o que seria falado a seguir. Sem maiores digressões, o segundo a falar – um funcionário da Secretaria de Planejamento Municipal – expôs sua “visão objetiva” da cidade que precisa de uma gestão eficiente, referindo-se a uma “equação econômica que deveria atingir os interesses gerais”, para, com isso, solucionar qualquer problema relativo à preservação do patrimônio. Para ele, o mais importante é entender que existe um sistema econômico e uma gestão pública “destoantes” e “tudo precisa funcionar como um *bom negócio*”. Lembrei das colocações feitas na defesa que assisti no dia anterior, sobre o mercado de arte e a logística empresarial que administra grandes eventos. Seria possível pensar que, o empresário que investe em arte e na sua circulação está “imprimindo uma marca de competência e qualidade”, a qual o Estado (poder público) não conseguiria realizar. Para este empresário, está tudo em perfeita ordem, em perfeito funcionamento e o seu retorno nesse investimento está no prestígio da empresa, no cumprimento e na visibilidade de sua responsabilidade social, sendo que tudo isso representa um ótimo negócio. Estaria, então, este funcionário do município sugerindo que as ações sobre o patrimônio material pudessem (ou deveriam) ser privatizadas ou, pelo menos, administradas pelo empresariado? (Trecho do diário de campo de 18 de junho de 2008)

Observei momentos de tensão, iluminando interesses divergentes expostos na visão de cidade de cada um. Objetivos contrapostos podem assinalar, conforme Simmel, forças integradoras do grupo que se forma, o qual se mostra concentrado nas discussões por uma cidade a ser construída. Simmel defende que o conflito, no interior do grupo social, deve ser cultivado a fim de garantir condições de sobrevivência. A oposição de pontos de vista, nesse sentido, “permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais (...) nos afastaríamos a todo custo” (Simmel, 1993, p.127).

Ao menos no discurso, identificamos conflito. O debate sobre a preservação parece carregar o estigma de uma discussão pelo chamado preservacionismo. Se tentarmos conceituar preservação e preservacionismo a partir da observação dos debates públicos e mesmo na Universidade, deveríamos colocar a preservação como um reflexo da transformação, portanto necessária e disposta (a quem a pratica) em dialogar com as novas formas urbanas, arquitetônicas, sociais e políticas. Por preservacionismo tomaríamos a imagem de um movimento fadado à derrota em campos políticos, pois se vende reacionário, fechado e dicotômico. Como tantos outros problemas urbanos, de planejamento e gestão, que nascem dicotômicos, o preservacionismo preferiria sobre um mundo polarizado entre os bens culturais tombados, de valor eminentemente histórico, que falam por nós, representando-nos de maneira a permanecerem intocados, até mesmo a alterações estruturais necessárias para o uso atual. Do lado oposto, estariam os profissionais, arquitetos e engenheiros, bem como os empreendedores, dispostos a adequar e renovar, colocando os valores inabaláveis abaixo e, na menor perda, desconfigurando-os.

No trecho do diário, verificamos a intenção evidente do primeiro participante a se manifestar no grupo por uma mudança no discurso, a qual iria provocar uma efetiva mudança nas práticas. Na observação do grupo, constatamos ainda que não havia, de forma declarada, um sujeito da preservação conhecedor das estratégias políticas e da trajetória da cidade. Perguntamo-nos, como isso, se era o conflito que estava ali colocado ou a crise, pois a cena tinha origem na inflexibilidade dos discursos e na aparente indisposição à escuta.

O conflito, segundo Simmel, assegura a continuidade e a conservação da forma e da sociedade. A tragédia, por outro lado, seria a ameaça da impossibilidade de transformação através da desagregação total dos grupos envolvidos e da impossibilidade de realização de espaços de discussão e de construção coletiva, por mais que eles pareçam se repetir na sua forma e no seu conteúdo. Por tragédia entende-se ainda a perda de tensão entre contrários, quando sobra apenas um lado político, a exemplo dos tempos de ditadura militar no Brasil. Se observarmos as ações sobre a cidade e as áreas de interesse cultural, podemos nos referir a objetivação da cultura que se dá através de tombamentos de edificações ou mesmo da fixação de determinadas imagens sobre áreas urbanas, lugares, grupos e indivíduos configurando, também, a chamada tragédia da cultura sugerida por Simmel.

No âmbito das discussões sobre o que fazer (nas intervenções) e como fazê-las, observo a multiplicidade de pontos de vista sem amarração, talvez em função da falta de um coordenador junto ao grupo analisado ou mesmo de hierarquia:

o grupo acabou se dispersando em conversas paralelas, cada um querendo assegurar que seu ponto de vista estaria contemplado em um dos cinco tópicos que deveriam ser entregues à coordenação da oficina. Pareceu-me evidente a fragilidade desses momentos de discussão, mesmo entre profissionais que “falam a mesma língua”. Cada um, a sua maneira, preocupava-se em defender pontos de vista particulares sobre o tema em questão, mas não necessariamente dedicaram-se a compreender os dos demais. Falou-se em “pactuar um conceito de patrimônio ambiental que contemplasse a dimensão das práticas sociais”, a partir dos argumentos de dois participantes do grupo, entretanto não se buscou entender o que seriam essas “dimensões sociais” e o tal “patrimônio ambiental”. Tratou-se ainda de propor “inventários e categorizações em diferentes escalas dos bens materiais, segundo critérios a serem consensuados”, porém de maneira genérica, sem delimitar quais seriam os critérios. Quando a arquiteta que estava representando o IAB/RS tentou abordar o tema da educação patrimonial e das chamadas *identidades* locais, ninguém mais estava interessado em trabalhar em grupo. (Trecho do diário de campo de 18 de junho de 2008)

No fechamento da oficina e da minha observação naquela tarde de junho, no Centro de Eventos da PUC/RS, lá estavam listadas as propostas projetuais que deveriam ser executadas, sem sabermos muito bem como,

entre elas a Revitalização do Porto e de boa parte da extensão da orla de Porto Alegre. Em relação às políticas públicas, os grupos enfatizaram a importância da ação predominante do poder público e da promoção de uma gestão eficaz. Outras propostas enquadraram-se na linha da discussão patrimonial e de “valores” a serem trabalhados em diferentes níveis de formação. A satisfação dos participantes da oficina em estarem ali – discutindo e sonhando decidir – culminou no aplauso final e nas feições de missão cumprida. (Trecho do diário de campo de 18 de junho de 2008)

Ao final, chegamos ao mesmo resultado de reuniões fechadas entre preservacionistas. A disposição contra esses sujeitos (preservacionistas) não é a mesma de reformulação das propostas. Depois de muita discussão, o resultado foi o suspiro de alívio em terem participado, exposto suas ideias, enganando-se de que estavam alterando algum encaminhamento que não houvesse já sido anunciado pela imprensa ou por outros meios sobre o destino da cidade. O coordenador da sessão, por sua vez, restringiu-se a falar bonito, em tom confiante e motivador, em consonância com o que todos, ou quase todos ali esperavam.

## 4.2 – Interação e identidade na casa dos urbanistas

A respeito do narrador que transmite sua experiência, que garante a conservação dos saberes e da cultura, recupero a imagem da segunda reunião que observei, desta vez na casa dos técnicos, o Instituto de Arquitetos do Brasil. Na ocasião, convidados e a Comissão de Urbanismo do IAB/RS estavam reunidos para analisar possibilidades para a criação do Instituto de Planejamento Urbano em Porto Alegre, esboçado nas oficinas do fórum. Meu interesse estava focado em perceber determinismos e outras características nas apresentações e no debate. Esse momento seria como um laboratório de avaliação das nuances entre comportamentos, ponderações e argumentações. A sala estava ocupada com aproximadamente trinta pessoas, a maior parte arquitetos aposentados. A reunião se deu na forma de um painel, sendo que o primeiro palestrante apresentou uma estrutura clara e definida do que seria o instituto em Porto Alegre:

O arquiteto que abriu os trabalhos estava preparado com um PowerPoint que mostrava um projeto “quase executivo” de Instituto de Planejamento em Porto Alegre. O esquema de criação do instituto era interessante, porque partia dos exemplos no Brasil – como o IPPUC em Curitiba, o COPE-Rio – e na Europa, como o I.A.U.R.P. (*Institut d’Aménagement et d’Urbanisme de la Région Parisienne*) de Paris. Esta seleção mereceria muitos parênteses e muitas notas de rodapé, sobretudo para contextualizar os institutos no âmbito das administrações, da cultura urbana e política de cada cidade (e país), da época de implantação de cada um, de suas atribuições e vinculações. Um dos espectadores (na platéia) sugeriu que tomássemos como modelo essa instituição específica para formularmos a “nossa”. Uma colega arquiteta sutilmente entrevistou dizendo que “precisamos construir a nossa ideia, a partir da nossa experiência”. Ele, no entanto, salientou que conhecia melhor o exemplo estrangeiro (francês) que os nacionais. Com a sua fala, muito me questionei sobre os determinismos da profissão do arquiteto que precisa apresentar sempre um discurso convincente sobre suas ideias e seus conceitos imaginados. (Trecho do diário de campo de 14 de junho de 2008).

Com essa performance, lembramos que o arquiteto, no seu dia-a-dia, é aquele que imagina o tempo todo a fim de apresentar soluções e opera com a lógica do trabalho processual. Para a criação de um órgão de planejamento, o técnico acima descrito alinha uma ideia e a defende em público. Este momento de construção coletiva se transforma num momento de convencimento coletivo. A experiência no trato do que mostrar, como revelar e argumentar é fundamental para o êxito do projeto, que, afinal, seria o resultado de uma pesquisa criteriosa, do exercício de imaginação e de representação de quem o elabora. Vale

recuperar, com mais um trecho do diário, a proposta desse arquiteto, para o tão desejado Instituto:

O arquiteto deu sequência a sua apresentação descrevendo as características do que poderia ser o “nosso” instituto de planejamento urbano. Na proposta dele, o *Instituto*, em Porto Alegre, teria um forte apelo à pesquisa urbana (provavelmente feita por e para arquitetos), a exemplo do que ocorre em Curitiba, e seria administrado por um *núcleo duro*, multidisciplinar na sua concepção (utópica, na minha). Essa coordenação assumiria um *status* internacional e realizaria a articulação com outras agências de planejamento pelo mundo. Além da chamada “pesquisa urbana”, o instituto elaboraria projetos através de uma equipe dinâmica (teríamos aqui uma crítica à falta de dinamismo no campo do planejamento e talvez junto aos órgãos públicos?!) que conduziria o *Atelier de Projetos Urbanos*, o qual se encarregaria também da promoção de debates sobre programas como o PAR, o Sistema de Orçamento, entre outros. O terceiro eixo do instituto seria o *Centro de Referência*, que funcionaria como uma “vitrine” para o instituto e para tudo o que vem sendo feito na cidade na área de projeto urbano, planos, ações, enfim. Não poderíamos deixar de expor maquetes, afinal “não é todo mundo que lê plantas”, ironizou o arquiteto. O palestrante ilustrou a proposta citando o Pavilhão do Arsenal de Paris, lembrando que Porto Alegre tem um Memorial do RS mal utilizado, os armazéns do Cais em desuso – os quais seriam um “lugar dos sonhos”, segundo ele, para a implantação do Centro. Sua explanação e defesa da proposta do “instituto dos sonhos”, declaradamente voltado à pesquisa urbana em Porto Alegre (pouco interdisciplinar pelo que entendi) me fez lembrar o formato dos painéis de projeto na faculdade. Preparávamos nossos projetos, devidamente graficados e, claro, muito bem conceituados, e – o mais importante – muníamos-nos de espírito publicitário para vender nossas ideias. Se conseguíssemos perceber olhares atentos e satisfeitos ao nosso redor, poderíamos respirar aliviados, pois tínhamos cumprido com êxito nossa tarefa (da semana). Os famosos painéis são experiências cômicas (e às vezes trágicas) na formação de todo arquiteto. Entretanto, são exercícios fundamentais para quem vai encarar os temidos “clientes” na vida profissional. Nosso colega “arquitetário” me fez sentir como uma cliente pouco disposta a comprar uma proposta fechada, bonitinha, bem graficada, colorida e com um discurso convincente. Considerarei a apresentação dele destoante da proposta da reunião, que era discutir e construir o “modelo” do instituto, tudo isso, claro, coletivamente. (Trecho do diário de campo de 14 de junho de 2008).

Poderíamos, de um lado, colocar-nos atentos sobre a especificidade de quem é aquele que está falando e o que exatamente está defendendo, mas nosso objetivo concentra-se em identificar práticas recorrentes e a conservação dos espaços de discussão entre técnicos, as quais podem trazer indicativos de viabilidade da preservação, nas suas formas diversas. Nesse sentido, podemos nos valer dos estudos de memória coletiva a partir da obra de Halbwachs (2006), a fim de acrescentarmos elementos a esta análise. Se pensarmos que a memória, segundo Halbwachs (2006), é um fenômeno social, não fixo, pois se dá na interação com o outro, ou seja, é transmitido na reciprocidade da vida social, podemos afirmar que ela é

constituída por um grupo. O grupo que partilha momentos de discussão, também reproduz suas vivências entre si e com outros grupos. Isso nos leva a interpretar a prática política de argumentação e convencimento.

No contexto observado, o segundo palestrante nos possibilitou lembrar ou construir referências sobre o planejamento urbano em Porto Alegre através de dados de sua pesquisa desenvolvida na universidade.

Fazendo referência à presença da “velha guarda do planejamento” naquela reunião, entre eles seus ex-professores da UFRGS, o novo palestrante nos leva a pensar na própria sigla da SPM: Secretaria de Planejamento Municipal, destacando que ela não carrega o “urbano” na sua definição, talvez porque o “urbano”, na época de sua criação, fosse ainda uma incógnita. É interessante observar que o quadro de funcionários da SPM, ainda hoje, é formado predominantemente por arquitetos (mais de 90%). Lembra que a SPM foi criada, curiosamente (ou não), em 1975. Para quem acompanha a pesquisa sobre o planejamento na cidade e no país, a década de 1970 é bastante contraditória e merece especial atenção. Nesse período, segundo o palestrante, o planejamento no Brasil passou a ser uma área de desejo e de poder, “o cargo de ministro de planejamento era altamente cobiçado. Nessa época, de um lado, os políticos estabeleciam relações clientelistas, enfraquecendo a política no país e, de outro, os técnicos assumiam cargos e funções em secretarias e ministérios”. Talvez o arquiteto que ali falava estivesse se referindo ao fortalecimento da “tecnocracia” (?). Ainda sobre as secretarias, ele chama atenção para o caso de cidades do interior, onde a secretaria da fazenda assume o planejamento urbano, sendo que a secretaria de planejamento apenas “confere índices”, como “uma espécie de escritório de despachante”. O palestrante pinça outras questões curiosas, como a tradução portuguesa do livro de Le Corbusier – *Manières de penser l’Urbanisme* – “As maneiras de pensar o urbanismo” e, a brasileira, “Planejamento Urbano”. Com isso, ele nos provoca a reavaliar o emprego das expressões *urbanismo* e *planejamento urbano*, e tudo o que pode acarretar os seus usos. Ao final de sua fala, salienta que se nos detivermos na proposta do CMDUA para a criação do Instituto de Planejamento Urbano em Porto Alegre, veremos que lá está descrita: “a prefeitura autoriza que se crie uma autarquia, uma fundação ou uma empresa pública”, ou seja, pode tudo! O importante é saber o que queremos com esse instituto (nós quem?), o que faremos com isso e para quem trabalharemos. (Trecho do diário de campo de 14 de junho de 2008).

Na mesma mesa de debates, observamos abordagens declaradamente distintas. Na primeira fala, o arquiteto apresenta uma proposta fechada, pronta para ser executada. A interação com o público, que ali assistia e se propunha pensar conjuntamente caminhos possíveis, estava direcionada ao estímulo em pensar que “é possível”, “temos tudo para fazer”, “olhem a riqueza do que estou lhes trazendo”. Na segunda apresentação, o arquiteto nos leva a refletir de onde viemos, ou seja, qual a origem do nosso planejamento e, ainda, o que a etimologia das palavras pode indicar no sentido dos conceitos e das intenções políticas.

O último a falar na mesa composta pela Comissão de Urbanismo do IAB/RS foi um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS). Muito mais pragmático e objetivo, o desembargador acrescentou ao debate possibilidades legais para a criação do Instituto:

o magistrado iniciou sua fala dizendo que estava meio perdido com tantas expressões e preocupações “idealizadas” de uma questão concreta: a criação de um instituto de planejamento para a cidade. Para ele, a proposta apresentada pelo primeiro arquiteto a falar naquela noite era um *modelo acabado* destinado ao *conhecimento* (pesquisa) – o qual conflitava com os propósitos das universidades – e que ele não conseguia ver esse modelo implantado em Porto Alegre. Sobre a provocação histórica do segundo arquiteto, a respeito do planejamento na década de 1970, o desembargador nos deu uma aula. Comentou que o planejamento surgiu na ditadura militar como instrumento (ou atividade) autoritário. O primeiro esboço de uma política urbana no país foi feito pelo arquiteto Francisconi. O primeiro Plano de Desenvolvimento foi feito no período militar e a avaliação do discurso “progressista e modernizador” rende muitas teses, conforme o desembargador. Para o último palestrante da noite, definir, criar e implantar um Instituto de Planejamento Urbano em Porto Alegre é como montar um “robô”. Esse “robô” precisa ter uma estrutura clara, com finalidades definidas (para serem bem executadas) e deve ter alguma imunidade, assim como ocorre com a universidade. “Se o governo municipal muda, também, a entidade deve mudar, até por uma questão de observância do princípio democrático”, afirmou o desembargador. As possibilidades de implantação de um instituto – conforme a legislação – são as seguintes: como *empresa pública*, a exemplo de São Paulo; como *sociedade de economia mista* – citou exemplo do Banrisul – “o calo do RS”; como fundação privada – que não exerce poder de império; e como *autarquia*, ou seja, executa funções em paralelo com a administração central, a exemplo do DMAE, da Corsan, do IPHAN. O magistrado demorou-se na explicação da gestão e da estrutura de cada possibilidade, porém observou que o mais importante é “ter uma definição do que pretendemos com esse instituto” e “se ele irá fiscalizar ou não, empurrando a responsabilidade ao poder público”. Por fim, ele sugeriu a criação de uma fundação, tendo em vista que, “muito provavelmente, não queremos que o nosso robô faça fiscalização ou proibição”. (Trecho do diário de campo de 14 de junho de 2008).

A proposta do desembargador foi conclusiva e, pelo observado naquela noite e mesmo no fórum, inexequível. Definir o que queremos com esse instituto representaria viabilizar uma ideia que é mais atraente como sonho do que como realidade. Para que isso acontecesse, seria necessário nos voltarmos para nós mesmos, observarmos nas nossas características como técnicos, profissionais do planejamento urbano, moradores ou habitantes de Porto Alegre. Seria necessário dar ouvidos à colega arquiteta que se manifestou durante a apresentação da proposta do primeiro palestrante, como em reação ao encantamento pelo modelo europeu. Teríamos ainda que nos ouvir e ouvir àqueles que viveram algumas gerações de planejamento



na cidade, junto às universidades, às entidades de classe e aos órgãos da prefeitura. Ouvir, sim, o maior desafio de todos. Criar interlocução para as propostas desse instituto ou de outras demandas sociais implicaria em aprender a construir coletivamente.

Ricoeur (1991), em sua obra voltada ao estudo da interpretação, reitera a importância da interlocução com o outro na compreensão do si-mesmo. Sua teoria nos leva à reflexão do próprio conceito de sujeito, ao qual aderimos nesta tese e de um outro que é constitutivo desse sujeito da análise, que deseja ser e se esforça para existir. Na linha dialética que nos filiamos na pesquisa, Ricoeur nos faz conhecer um sujeito através de inúmeras e distintas mediações, especialmente presentes nas obras da cultura que ele (o sujeito) produz e em que se reconhece. No estudo da alteridade, esse sujeito não é o eu de uma representação dada, mas ele se descobre como si-mesmo ao ponto de chegada de um longo percurso, pela retomada reflexiva de suas ações e criações. A identidade, por sua vez, em Ricoeur (1991) está na narrativa e na ética, as quais o autor considera como os dois modos de presença do outro em nós. Ele afirma ainda que não existe narrativa eticamente neutra.

As identidades nas narrativas, a partir da obra de Ricoeur, auxiliam-nos a compreender os deslocamentos do eu nas construções das narrativas dos próprios sujeitos desses espaços de debate sobre suas ações. Ao falarem deles mesmos e de seus pares, eles narram suas histórias como um outro, pois é necessário se construir fora do eu. Os hábitos do sujeito que narra e também o seu *ethos* de formação proporcionam uma “sedimentação que confere a ele uma espécie de permanência no tempo” (Silva, 2008, p.104). Ricoeur nos auxilia, sobremaneira, a refletir sobre as narrativas autobiográficas, as quais serão analisadas nos próximos capítulos desta tese. No entanto, sua teoria é aplicável na leitura do contexto de discussão política tendo em vista que uma parte expressiva das justificativas para a construção de uma nova cidade e de novos mecanismos de avaliação do planejamento e, conseqüentemente, da preservação, estão calcadas nas narrativas de caráter coletivo ou da construção de uma identidade coletiva.

A qualidade e a complexidade de uma proposta projetual, como a criação do referido instituto, estaria relacionada à riqueza de experiência dos participantes desse processo, assim como de suas vivências, no sentido cunhado por Benjamin (1993), de ter experimentado determinadas práticas técnicas e políticas. A ação da memória ativada pelo convívio em grupos de discussão é fundamental para a conservação dos processos de gestão urbana e, principalmente, para a renovação dos conceitos de planejar e preservar, os quais seguirão a ética dos grupos envolvidos.

Nesses dois espaços de discussão, os urbanistas estavam almejando planejar para que a transformação decorrente das ações encadeadas por programas e projetos pudessem cumprir – de forma harmônica – os sentidos de renovação e preservação, ou ainda, de preservação como mecanismo de dar a ver e a conhecer a identidade local.

Simmel nos auxilia a refletir a configuração, a dinâmica e os conflitos dos espaços de discussão e de participação aqui focalizados. O autor refere-se a uma estetização da vida social na identificação de formas, entre elas as sociações reguladas por códigos de interação, pensando, portanto, numa conceituação para reuniões que ocorreram no IAB/RS e no fórum citado. O autor vai além da identificação dessas formas, afirmando que ele “vê sociedade onde há reciprocidade” (Simmel, 1993, p.48), ou seja, interação e troca. Podemos então nos valer de sua teoria para analisar os grupos técnicos incumbidos da tarefa de solucionar obstáculos ao planejamento, à gestão da cidade e do patrimônio, apresentar propostas inovadoras e, assim, ir além da representação projetual de cidades, configurando, entre si, sociedades com objetivos comuns entre seus membros.

Se, de um lado, observamos grupos ligados por relações mútuas, de outro questionamos o estímulo para a recorrência de sociações formadas pelos mesmos técnicos discutindo os mesmos temas. Simmel nos auxilia a resolver a questão sobre o que é a sociedade e a entender como e por que ela se conserva, apontando para o prazer de estar reunido. Esse prazer denota uma situação que provocaria o fenômeno da sociabilidade ou “a forma lúdica de sociação” (Simmel, 1993, p.50). O autor se refere ainda a um impulso de sociabilidade, o qual “se desvincilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de sociabilidade em sentido rigoroso” (Simmel, 1993, p.51). Voltar-se para esses ambientes de sociabilidade é refletir, inclusive, a necessidade de estar sociado e de se sentir parte do processo de decisão sobre os rumos da cidade. Apenas uma pequena parcela das propostas levantadas poderá apresentar-se viável do ponto de vista técnico. Porém, muitas delas não terão vontade política para serem aplicadas.

Outros aspectos a considerarmos, nos contínuos atos de planejar e de refletir os processos coletivos, referem-se à experiência, no sentido adotado por Benjamin (1994), dos técnicos imersos na gestão urbana. Benjamin associa os textos que tratam da experiência à noção de enfraquecimento, seja da aura da obra de arte pelas muitas reproduções, pelo esvaziamento das grandes narrativas e pela atrofia da experiência, conforme exposto aqui anteriormente. Sobre isso, poderíamos destacar a prática política de se reunir para propor

entre si soluções urbanas como uma motivação e uma experiência a ser transmitida. O importante, para garantir a transmissão e a continuidade da própria ideia de planejamento é o exercício coletivo de estar reunido em um ambiente aparentemente participativo e democrático, o intercâmbio de experiências e a construção de narrativas, as quais, para Benjamin, têm uma dimensão utilitária. Essa utilidade, conforme o autor, pode consistir em um ensinamento moral ou em uma sugestão prática, um provérbio ou uma norma de vida. De qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Por sua vez, o significado que Benjamin atribui ao conselho é inusitada: o conselho não seria propriamente uma resposta a uma pergunta, mas algo que poderia permitir e favorecer a continuidade de uma história que está se desenrolando e que poderia, portanto, tomar diversos caminhos.

Eckert e Rocha (2002), em artigo que reflete o estudo das narrativas, da leitura e da escrita etnográfica, analisam a afirmativa de Benjamin sobre o fim da arte de narrar, considerando-a equivocada se aplicada aos fazer etnográfico. Elas explicam que, para o autor, o fim da narrativa e da figura do narrador estaria relacionado às transformações do mundo urbano-industrial. Dessa maneira, estariam condenados

os últimos círculos vitais nos quais se originava a linhagem dos narradores. Aos seus olhos, a condição artífice dos velhos mestres da narração, a tecnologia da viagem e a técnica do cultivo da terra, orientadas para o interesse prático no sentido de fornecer conselhos ou lições de vida, esvaziavam-se com o crescimento da sociedade moderno-contemporânea. (...) Lembrando-nos de Georg Simmel (1979), poderíamos concluir, na trilha de tais pensamentos, que, para Walter Benjamin, a vontade subjetiva de unificação formal do conhecimento acabaria por opor, no corpo dos postulados do mundo moderno, o pensamento lógico abstrato da ciência a uma *démarche* simbólica (indireta) do pensamento e do universo pensado. (Eckert e Rocha, 2002, p.6).

Para as autoras, o estudo das narrativas possui um significado primordial para a compreensão da antropologia das sociedades complexas. As narrativas representam “uma rica fonte de aprendizagens sobre a arqueologia do gesto que orienta parte de sua prática profissional, ou seja, a da escritura” (Eckert e Rocha, 2002, p.6). Na intenção de avaliar a importância da escrita e a forma de sua construção do ponto de vista da etnografia, as autoras salientam ainda que a antropologia buscou inspiração também no romance tradicional, em que, citando Benjamin, mas contrariamente à reivindicação do autor, a “subjetividade do narrador comprova-se na força para produzir esta ilusão” (Eckert e Rocha, 1994). Desta maneira, podemos compreender que, salvo os diferentes objetivos de revisão metodológica, esta pesquisa também carrega na sua escrita a interferência da tradução de sua autora, a qual, em muitos momentos, encontrou-se mergulhada na sua vivência solitária para esta tessitura. A

vivência, individual, também se revela na forma e na força de cada conjunto de palavras que buscam descrever e interpretar o objeto analisado.

A vivência, conforme acepção benjaminiana, também se manifesta nos fóruns, nos debates e nas sessões coletivas, de forma a cumprir o seu papel de introspecção. A experiência, que se dá na interação, segundo Benjamin, e que irá originar a essência da narração, nem sempre ocorre em grandes espaços de identidade política da cidade.

### **4.3 - Dos meandros técnicos ao palco de ações políticas**

No âmbito das sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre destaco a observação que fiz no debate organizado pelo IAB/RS com os candidatos à prefeitura de Porto Alegre, em 12 de setembro de 2008. Na mesa, estavam presentes candidatos que, aqui, serão identificados pelos partidos ou por suas coligações: representante da coligação “Porto Alegre é mais”; representante da gestão do momento, representante pelo Psol e representante pelo PT. Dos sete candidatos à prefeitura, naquele momento, estavam presentes apenas quatro candidatos a vice-prefeitos dispostos a falar para um público de especialistas em cidade. Destaco trecho do meu diário de campo, quando da minha chegada ao plenário:

Fui uma das primeiras espectadoras a chegar. Apenas alguns diretores do IAB e três velhinhos (dois senhores e uma senhora beirando os oitentas anos) muito indignados com a política e com o plano diretor, talvez arquitetos aposentados, estavam por ali. Acomodei-me num lugar estratégico, bem na frente, para não perder nenhum detalhe da esperada discussão. Já era 19h, horário previsto para o início do debate, e apenas um dos candidatos havia chegado. O representante da coligação “Porto Alegre é mais” estava com duas assessoras e deixou à disposição de quem quisesse o programa de governo<sup>23</sup>. Logo ficamos sabendo que os candidatos não viriam, apenas os “vice”. Esta foi uma mudança de última hora, mas não a levei muito em consideração naquele momento. (Trecho do diário de campo de 12 de setembro de 2008).

---

<sup>23</sup> Coligação “Porto Alegre é mais” foi formada pelos partidos PCdoB, PPS, PSB, PR, PMN, PTdoB e PTN.

A dinâmica, na ocasião, proposta pelo IAB/RS era ilustrar, com um PowerPoint, as questões encaminhadas<sup>24</sup> aos candidatos, todas referentes à arquitetura, ao urbanismo e ao planejamento urbano em Porto Alegre, para que, logo em seguida, cada candidato tentasse responder num tempo máximo de doze minutos sobre “qual sua visão para o futuro da nossa cidade”. A apresentação se referia à transformação urbana de Porto Alegre nas últimas cinco décadas, aos espaços de discussão como o Fórum Social Mundial e o fórum “Porto Alegre, uma visão de futuro”, os investimentos no projeto “Entrada da Cidade” e, novamente, a falta de qualidade arquitetônica em Porto Alegre. Os candidatos pareciam indiferentes, como se tudo fosse tão óbvio, sobretudo aquele que foi o primeiro a falar.

Assim que o candidato da coligação “Porto Alegre é mais” começou a expor o seu discurso padrão sobre a gestão da cidade sustentável e o papel mediador do poder público, a candidata pelo PSTU uniu-se aos demais na mesa. O representante da coligação identificou uma subdivisão no planejamento da cidade: a primeira mais global, relativa ao regramento proposto pelo PDDUA e a segunda referente à gestão pública, conduzida, segundo ele, conforme uma visão local e regionalizada da dinâmica urbana e das desordens observadas na ocupação do solo. Ele apontou ainda para a necessidade de integração entre as secretarias (SMOV, SPM, da Fazenda) e para a fundamental continuidade no planejamento, a qual poderia ser obtida através da criação de um Instituto de Planejamento Urbano em Porto Alegre. Sem deter-se às questões formuladas e muito menos às pessoas que ali estavam e, que teoricamente permaneceriam até o final, o candidato falou em seu tempo e pediu para se retirar. Sua saída causou surpresa e constrangimento aos demais candidatos, sem falar na desaprovação imediata da plateia.

---

<sup>24</sup> No último email que recebi sobre o debate, estavam descritos os temas sugeridos pela Comissão de Urbanismo do IAB e dizia o seguinte: O IAB-RS está promovendo um encontro com os candidatos à prefeitura da Capital, no dia 12 de setembro, às 19h, na Câmara Municipal, com objetivo de discutir especificamente os temas relativos à arquitetura e urbanismo na visão de cada candidato. São apresentados quatro temas aos candidatos, em ordem sorteada no momento, dando prazo de dez minutos para as respostas. Os temas são:

1. *Modelo de Desenvolvimento da Cidade*: O desenvolvimento da cidade deve ser obtido a qualquer custo, em detrimento do ambiente e qualidade de vida? Como a cidade deve se adaptar à futura crise ambiental e de energia que assola a civilização industrial no século XXI? Que modelo de cidade e que medidas propõe para preparar Porto Alegre para o futuro?
2. *Planejamento da Cidade*: Como será orientado e organizado o Planejamento da cidade de Porto Alegre? A que interesses deverá prioritariamente atender? Como democratizar o Sistema de Gestão do Planejamento?
3. *Organização técnica do Município*: Como se poderá realizar uma análise mais rápida e precisa de projetos de arquitetura que tramitam nos órgãos de aprovação do Município? Quais seus planos para a organização dos órgãos de licenciamento do Município para incrementar sua eficiência sem abrir mão da eficiência e do zelo na proteção do meio-ambiente e do interesse do cidadão? É necessário um "Instituto de Planejamento"? Como vê essa proposta?
4. *Qualidade da Arquitetura e Urbanismo em Porto Alegre*: Como o candidato propõe sejam realizados os projetos de urbanismo e arquitetura promovidos pelo Município? Irá valorizar o instrumento do Concurso Público? Como poderá estender ao maior número de pessoas o direito à arquitetura de boa qualidade?

Restabelecemo-nos, aparentemente, com rapidez de tamanha indelicadeza, porque “o tempo estava passando e, afinal, somos todos tão ocupados...”. Seguimos ouvindo as colocações do segundo candidato, representante da situação, o qual recentemente chefiou a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). Ele se mostrou mais cordial, enfatizando que para encarar o planejamento e a gestão da cidade “é necessário saber de qual cidade estamos falando”. Ele lembrou que Porto Alegre teve um forte distrito industrial, o 4º distrito, além de sempre manifestar uma consciência ambientalista muito expressiva. Hoje, a cidade cumpre seu papel de prestadora de serviços, “traduzindo (ou encaminhando) para um novo modelo de desenvolvimento”. Com entusiasmo político, destacou ainda o projeto na Lomba do Pinheiro, como se ele tivesse sido pensado e executado na atual gestão. Sem entrar em dados referentes a quem fez ou deixou de fazer projetos na cidade, esta fala reforçou, para mim, uma imagem de que em política é importante falar muito, sem dar espaço para que os ouvintes reflitam se é assim que aconteceu ou está acontecendo. Os dados são imprecisos ou tendenciosos e devem permanecer assim, diferentemente do que ocorre na prática da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, onde tudo deve ser rigorosamente estudado, calculado, avaliado e reavaliado antes de qualquer fala ou ação.

Apesar de criticar o desmantelamento da SPM e de comportamentos irresponsáveis diante de assuntos relativos à organização do espaço urbano, o candidato repetiu a grosseria de seu concorrente e também saiu da sala assim que concluiu seu discurso. Passou-se, então, a palavra para a candidata pelo PSTU, que iniciou seu discurso tentando definir o conceito de cidade, como um conjunto de ações públicas e o urbanismo como um componente importante na separação entre público e privado, sem, no entanto, fazer relações e reflexões a partir daí. As estrelas da noite, ou seja, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento não foram contempladas pela fala da candidata, a qual passou a defender que a cidade deve beneficiar a todos através da vontade política e da despartidarização da gestão pública. Seguiu apresentando o mesmo discurso de seus minutos de propaganda política na TV e no rádio, sem conseguir se aproximar das questões propostas. Concluiu agradecendo o espaço e a oportunidade de falar com quem entende, e também se retirou da mesa.

Entre mortos e feridos, ou melhor, entre aqueles que sobraram na mesa e que dispuseram-se a ouvir os demais, estavam os candidatos pelo PV e PT. O candidato do PV iniciou sua fala defendendo-se da acusação feita pelo primeiro candidato a falar naquela noite, o qual o acusou de estar participando do governo atual, pois integrou a Secretaria de Meio Ambiente (SMAM) no primeiro ano do governo de então (2008). Após essa defesa pessoal,

bastante usual em debates políticos, ele ocupou a maior parte do tempo para se apresentar, expor sua formação e experiência. Sua abordagem ao tema urbano foi superficial e universalista, pois ele afirmou que a “desorganização de grandes cidades é um problema universal” (?). “Precisamos encaminhar outro tipo de cidade” (o que ele quer dizer com tipo?) e “restabelecermos uma nova relação com a cidade moderna/universal”. Para o candidato do PV, “o que interessa ao gestor é saber retirar daqueles que tem o conhecimento tudo o que eles podem oferecer à cidade”. Como defensor da causa ambiental, o candidato finalizou sua explanação dizendo que “o assunto ambiental deve ser tratado de forma transversal”, para não perder a oportunidade de aplicar uma expressão da moda.

Já estávamos, naquele momento, cansados de tanto “papo furado”, sem embasamento, preocupação e respeito com quem ali estava e frustrados com aquele “não-debate”, afinal, não tivemos espaço para perguntar. Entretanto iríamos até o final, ver o que o último candidato, representando o PT, tinha a dizer. Visivelmente o mais jovem candidato, ele expôs que “não vê planejamento em Porto Alegre”. Aproveitou para lembrar dos dezesseis anos de gestão da Frente Popular na cidade e que nessa época “Porto Alegre sabia para onde estava indo, pois existia uma visão de cidade e de sociedade”. “Agora carregamos - como cidadãos - ilusões na revisão do plano diretor” e “na parceria com a iniciativa privada na condução de projetos urbanos” como se essa fosse a saída para viabilizar remodelações, readequações, reabilitações, revitalizações... e tantas outras reestruturações urbanas. Ao final, o candidato atacou as falsas polêmicas, segundo ele, de que “tudo é conciliável”, de que existe a possibilidade de mediação pública entre falas e ações de pessoas com visões e experiências de cidades diferentes.

Foi realmente impactante ouvir isso e lembrar que a atuação de arquitetos sempre esteve sujeita a vontades políticas. Podemos lembrar dos projetos realizados no Renascimento, os grandes jardins com eixos centrais, simetrias, tudo ao gosto do freguês, ou seja, de reis e imperadores. Lembramos ainda que, poucas vezes houve compreensão mútua. Além disso, não podemos esquecer dos espaços de participação democrática – os fóruns regionais de planejamento, as assembleias do OP e tantos outros espaços – que sugerem a democratização de instrumentos de manejo da cidade, entre eles o próprio Plano Diretor, mas que pouca gente entende do que se trata. Abaixo, a charge do Santiago, nos ajuda a refletir.

Fig. 17 – Charge do cartunista Santiago, publicada no Jornal do Comércio.



Fonte: Jornal do Comércio, 2008.

Na linha da discussão sobre as formas como a cidade de Porto Alegre se mostra arquitetonicamente, recriando-se, ou não, destacamos a reportagem, abaixo, publicada na Revista do Globo, em 1958. A referida matéria parece demonstrar, de maneira legítima, o sentimento que muitos técnicos e políticos nutrem pela cidade.



Fig. 18 - Matéria publicada na Revista do Globo.

# MUITO EDIFÍCIO POUCA ARQUITETURA

**E**M todas as revistas especializadas em arquitetura moderna e em todos os livros escritos sobre o mesmo assunto, o Brasil está vastamente representado e citado. Algumas obras realizadas no país apontam-se (no exterior) como das mais importantes deste século. Estas espalham-se por Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro, em São Paulo, Recife e Bahia; Mas Porto Alegre, como capital de um dos Estados mais importantes da União, nunca teve um edifício que por suas características modernas houvesse ganhado fama, mesmo dentro das fronteiras do país. E por quê? Para sabê-lo a reportagem da REVISTA DO GLOBO bateu à porta do escritório de dez conhecidos arquitetos gaúchos e formulou três perguntas:

- 1 — Por que motivos a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul não tem acompanhado o progresso geral observado em outros setores e em relação ao índice de construções?
- 2 — O Rio Grande do Sul, por suas peculiaridades regionais, comporta um tipo de arquitetura distinto daquele tão comum em outros grandes centros brasileiros? Como deveria se caracterizar esse tipo de arquitetura?
- 3 — Entre as poucas obras representativas da arquitetura moderna em Porto Alegre, qual a que lhe parece a melhor?

4#



1. — Não se pode comparar a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul com o desenvolvimento ou o progresso geral observado em outros setores, pois a primeira turma de arquitetos que se formou no Estado foi em 1949, sendo portanto de uma origem muito recente. Será necessário mais tempo para podermos comparar a atividade dos arquitetos com os outros setores profissionais.

Quanto à falta de relação entre o índice de construção e a arquitetura, não é sem motivo nem corresponde a um atraso arquitetônico mas sim porque o índice elevado de construções é consequência do desenvolvimento dos negócios imobiliários, os quais, pelas características, se desenvolvem na maioria das vezes em um nível tal que não tem necessidade do trabalho do arquiteto. São os próprios proprietários ou desenhistas que projetam.

A arquitetura poderá estar mais presente nas construções que se destinarem a negócios imobiliários quando estes tiverem necessidade devida à concorrência de construir em níveis mais altos.

2. — Deverá ser diferenciada, quanto a isto não há dúvida, não obstante ter que guardar, temos certeza, unidade com a "Arquitetura Brasileira Contemporânea".

Situação até certo ponto semelhante tiveram os mestres portugueses do tempo do Brasil colonial. Enquanto no norte fizeram uma arquitetura toda rica de motivos e detalhes, aqui no sul a construção resultou com aspecto sóbrio, austero mesmo, estereotipado no "sobrado" do Rio Grande do Sul.

Fonte: Revista do Globo, nº 711, Porto Alegre, 1958.

Nas questões colocadas na reportagem, descrevemos: (1) Por que motivos a *arquitetura moderna* no Rio Grande do Sul não tem acompanhado o *progresso* geral observado em outros setores e em relação ao índice de construções? (2) O Rio Grande do Sul por suas peculiaridades regionais, comporta um tipo de arquitetura distinto daquele tão

comum em outros grandes centros brasileiros? Como deveria se caracterizar esse tipo de arquitetura? Entre as poucas obras representativas da *arquitetura moderna* em Porto Alegre, qual a que lhe parece melhor? (Grifos da autora). Devemos considerar na análise desse conjunto de questões o período da publicação, década de 1950, marcado pela propagação da arquitetura moderna, especialmente a brasileira, a qual era da melhor qualidade, se não a melhor do mundo, conforme manifestações ufanistas. Ainda destacamos a palavra progresso, que poderia indicar para a arquitetura, de modo subliminar, a verticalidade, o emprego de materiais “modernos” como o aço, o concreto e o vidro. A forma arquitetônica, por sua vez, deveria transparecer a ortogonalidade, as linhas retas, os grandes planos e o térreo em pilotis. No território porto-alegrense, essas feições realmente eram e ainda são raras de serem vistas, fato que não desqualifica nossa arquitetura. A falta de qualidade poderá estar presente na carência pelo debate especializado, ou melhor, ainda, diversificado, na sua acepção mais abrangente, o que levaria a uma reinvenção da própria cidade.

#### **4.4 – Grandes intervenções em pequenas possibilidades interpretativas**

A fim de explorar conceitualmente a criação e a manutenção desses espaços de decisão, ou melhor, de reiterada discussão, os quais nos informam sobre práticas, discursos e experiências do cotidiano de atores dedicados a traçar estratégias para o desenvolvimento da cidade, cabe ilustrar essas observações com um conjunto de imagens pesquisadas no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e mesmo captadas nas sessões que participei.

**Foto 12, 13, 14, 15 e 16** – Composição de registros fotográficos feitos nas sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, sobre a adequação dos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014; nas votações sobre o destino do Pontal do Estaleiro e da utilização da Orla do Guaíba; na entrega de obras realizadas pela Secretaria Municipal da Cultura, no Paço Municipal; bem como nas reuniões no IAB-RS, nas plenárias promovidas pela Associação Viva o Centro e durante o Fórum “Porto Alegre, uma visão de futuro”.



### Formas de sociabilidade



Fonte: pesquisa no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e fotos da autora, 2008.

As observações nas sessões da Câmara de Vereadores ocorreram em virtude da votação do projeto de lei do Pontal do Estaleiro Só. Muito eu havia lido sobre a defesa da Orla nas listas de discussão, naquele período. Foram mais de vinte mensagens por dia, que compreendiam informações úteis sobre, por exemplo, o processo de compra da área (através de leilão) destinada ao projeto Pontal do Estaleiro, passando por cartas redigidas por entidades e encaminhadas aos vereadores objetivando esclarecer ao legislativo porto-alegrense o impacto da alteração do regime urbanístico<sup>25</sup> daquela área e culminando em manifestações de

<sup>25</sup> Para permitir um uso compatível com o interesse público e com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, o Poder Executivo de Porto Alegre propôs (baseada em estudo urbanístico), em 2002, a Lei

entusiasmo diante da mobilização que se armou. Para mim, uma sensação de partilha do sentimento de mobilização preservacionista e de construção coletiva frente a um posicionamento como cidadãos interessados nas questões (e na reinvenção) da cidade. Nada se compara com a luta por uma orla de uso predominantemente público, com feições significativas da nossa trajetória urbana, preservadas e conhecidas, contra a desinformação e o descaso de parlamentares responsáveis pela votação de algo tão sério para Porto Alegre. De acordo com o meu diário de campo de 29 de outubro de 2008:

No dia anterior à votação ocorreu a palestra sobre “Questões sociais, legais, ambientais e políticas do Pontal do Estaleiro”, proferida por um professor de física, engenheiro e ambientalista, então presidente do Movimento Porto Alegre Vive. Um abaixo-assinado<sup>26</sup> correu as caixas de email e nos levou a questionar se quem assina estaria sabendo o que estava em tramitação na Câmara de Vereadores, quais as implicações e repercussões da aprovação, ou não, do projeto de lei. Mas, afinal, o que estava mesmo em pauta? (Trecho do diário de campo de 29/10/2008).

A sessão ordinária começou pontualmente às 14h, entretanto, no início, apenas 11 (dos 36) vereadores estavam presentes. O presidente da Câmara cumprimentou os visitantes e passou a palavra aos vereadores, num espaço chamado manifestações. Entre olhares de descaso com os visitantes e com os próprios colegas de casa, oito vereadores representando lideranças de suas bancadas manifestaram-se sobre assuntos diversos, tais como a reeleição do prefeito, a sujeira causada pela campanha política da época, as habituais acusações entre partidos e outros exercícios públicos de boa retórica. O principal tema do dia (pelo menos para quem ali estava assistindo a sessão) foi tangenciado por apenas três parlamentares, dois deles dando ênfase à indagação sobre por que o executivo não assume esse projeto? e o terceiro, do partido da situação, salientando a importância da discussão desses projetos com a comunidade.

Uma vereadora do PT, de reconhecida atuação com a cultura do município, foi a única a dedicar toda a sua fala ao tema do Pontal, lembrando que os vereadores têm como função

---

Complementar 470, aprovada pela Câmara Municipal, e que define o regime urbanístico para a área, propondo "atividades de interesse cultural, turístico e paisagístico" e a responsabilidade do proprietário pela construção de um parque urbano, com acessibilidade pública, vedando atividade residencial e prédios com altura acima de quatro pavimentos. Por questões econômicas, tramita na Câmara o Projeto de Lei Complementar do Legislativo, PLCL 006/08, propondo modificações no regime urbanístico da área, permitindo um uso muito mais intenso e uma abertura para a privatização de partes da Orla. Porém, quando examinado pela Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul da própria Câmara Municipal, há o apontamento que, conforme o artigo 62 das disposições transitórias do Plano Diretor de Porto Alegre, cabe ao Executivo Municipal, com prévia apreciação dos Conselhos Municipais, propor matéria dessa natureza.

<sup>26</sup> Disponível em < <http://abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571> > Acesso em 10 dez 2008.

primordial a fiscalização da cidade e a garantia da ética em todas as questões que passam pelo legislativo. Ela apontou ainda para a necessidade de ser observada a real potencialidade daquela área e toda Orla do Guaíba para que seja assegurada uma cidade sustentável. Enquanto isso, na entrada do plenário, jornalistas buscavam depoimentos daqueles que estavam a favor ou contra a aprovação da alteração da lei. Outra vereadora, jovem e na época recém-eleita pelo Psol, declarava sua posição de parceria (quase liderança) com a manifestação organizada por estudantes da UFRGS e falava sobre a defesa da área de preservação ambiental. Ao final da fala da vereadora do PT, os manifestantes a aplaudiram com veemência. O presidente da Câmara, de então, pediu que a ordem fosse mantida, para que a sessão seguisse “com tranqüilidade”. Comunicou ainda que os parlamentares estavam à espera de técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal para esclarecer a todos sobre impactos da alteração da lei.

Encerrado o espaço de manifestação dos vereadores, iniciaram-se as votações de temas diversos, desde a aprovação de uma viagem à China do prefeito até a implantação do Hospital da Restinga. A *mise-en-scène* parlamentar - dos políticos aparentemente indiferentes à mobilização da comunidade, alguns surpresos com certas ousadias, porém pouco temerosos de qualquer excesso dos jovens ali presentes - manteve-se, somada ao livre trânsito (entenda-se o entra-e-sai) daqueles vereadores que já haviam se pronunciado e de outros que chegavam tardiamente. Do lado oposto à cena político-partidária, além dos estudantes, de alguns representantes de entidades, contrários à votação, personalidades do campo das artes chegavam mais para marcarem presença do que para debater efetivamente sobre o que estava em jogo. Fazia-se política em ambos os lados, tendo em mente que o importante era estar ali conformando as sociações, no sentido simmeliano. O diário de campo carrega em suas linhas o descontentamento de quem estava assistindo a sessão:

Já passavam das 16h e estávamos todos convencidos de que os técnicos do planejamento não viriam para esclarecer sobre a lei e, portanto, a votação desse item não ocorreria naquela tarde. Feições de desânimo e descontentamento com a falta de respeito, com o adiamento seqüencial dessa votação (assim como vem ocorrendo com a alteração do Plano Diretor), eram visíveis. A retirada das faixas e a saída dos estudantes foram pacíficas e ordenadas. Alguns políticos valeram-se dessa oportunidade para concentrarem-se na saída do plenário e seguirem propagando seus discursos a quem tivesse ainda paciência para ouvi-los. O último comunicado oficial – vindo do presidente da câmara – avisava que a votação da lei ocorreria no dia 12 de novembro. (Trecho do diário de campo de 29/10/2008).

Manifestantes cansados da espera e outros tantos com a feição de missão cumprida nos revelaram que a prática política frente às questões urbanas se repete. O reiterado interesse em manter as questões na superfície, sem profundidade teórica e técnica é a tônica das sessões observadas. No pensamento de Arendt (2007), a política não é domínio e não se baseia em governantes e governados, mas ela é ação em comum acordo, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma. A autora nos auxilia a compreender que esse palco de performances políticas está refletido na plateia que o assiste. O deslocamento, portanto, até esses espaços é motivado, sobretudo, por uma forma combinada de participação ou ainda pela consciência de que estar ali é estar integrado aos grupos, partilhando daquelas formas de sociabilidade previamente estabelecidas, imprimindo uma visão individual, que é também coletiva, nas atas e nos documentos. Entretanto, a efetiva participação nos projetos urbanos, sobretudo aqueles voltados à preservação não está no cardápio desses espaços. Imprimir sua marca na história do planejamento da cidade e no planejamento da preservação ainda é um caminho a ser desvendado, talvez não através da observação do campo político.

**Fig. 19** – Esquema de interpretação em prancha, segundo Bateson (1942), da sessão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em pauta, o Pontal do Estaleiro e a questão da orla.

### Manifestantes na Câmara Municipal de Vereadores

Em pauta, o Pontal do Estaleiro e a questão da orla

[PRANCHA 1]

Porto Alegre, segundo semestre de 2008, amplo debate sobre o projeto de construção de edifícios residenciais, bem como de hotéis e uma marina na área da Ponta do Melo - conhecida como Pontal do Estaleiro. O Fórum de entidades mobiliza seus parceiros, entre eles estudantes universitários, preocupados com o destino daquela área e de toda a orla do Guaíba. A Câmara Municipal de Vereadores divulga, no seu site, a votação - no dia 29 de outubro, às 14h - da alteração de regime urbanístico daquela área, a qual, sendo aprovada, possibilitaria a implantação do polêmico projeto. Stéphanie e eu vamos a campo acompanhar essa sessão ordinária na Câmara e a interação dos manifestantes no plenário.

*Início da tarde de quarta-feira, dia 29 de outubro, no Campus Central da UFRGS. Chego um pouco depois do meio dia, sento no bar da Educação e fico à espera da Stéphanie, que está vindo do Campus Vale, para que, juntas, possamos acompanhar a manifestação dos estudantes contra a votação do projeto de lei do Estaleiro. Muito li sobre "a defesa da Orla" nas listas de discussão, nos últimos meses. Foram mais de vinte mensagens por dia, que compreendiam informações úteis sobre, por exemplo, o processo de compra da área (através de leilão) destinada ao projeto "Pontal do Estaleiro", passando por cartas redigidas por entidades e encaminhadas aos vereadores objetivando esclarecer ao legislativo porto-alegrense o impacto da alteração do regime urbanístico daquela área e culminando em manifestações de entusiasmo diante da "mobilização que se armou". Para mim, uma sensação de partilha do sentimento de mobilização e de "construção coletiva" de um posicionamento como cidadãos interessados nas questões da cidade. (Diário de campo de 29/10/2008)*

#### Foto 1

Chegada dos manifestantes na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre pela esplanada da Av. Loureiro da Silva. Estávamos, Stéphanie e eu, situadas próximo ao acesso interno para observar algum conflito ou impedimento ao ingresso dos estudantes.

#### Foto 2

Os manifestantes são barrados, por alguns minutos, antes de ingressarem ao prédio. Observamos uma tensão e o comentário de uma desconhecida para que nos afastássemos dali, pois, provavelmente, "daria briga". As faixas e a disposição dos estudantes em debater o projeto em pauta intimidaram os funcionários da câmara.

#### Foto 3

Após uma negociação pacífica, finalmente os manifestantes ingressaram ao prédio, encaminhando-se ao plenário principal. Os estudantes destacavam-se "visualmente" das demais pessoas.

#### Foto 4

A sessão ordinária começou pontualmente às 14h, entretanto apenas 11 (dos 36) vereadores estavam presentes. O presidente da Câmara cumprimentou os visitantes e abriu o espaço chamado "manifestações". Entre olhares de desdém com os "visitantes" e com os próprios "colegas de casa", oito vereadores manifestaram-se sobre assuntos diversos, as habituais acusações entre partidos e outros exercícios públicos de "boa" retórica.

#### Foto 5

A vereadora Margarete Moraes foi a única a dedicar toda a sua fala ao tema do Pontal, lembrando que os "vereadores têm como função primordial a fiscalização da cidade e a garantia da ética" em todas as questões que passam pelo legislativo. Ela apontou ainda para a necessidade de ser observada a real potencialidade daquela área e toda Orla do Guaíba para que seja assegurada uma cidade sustentável.

#### Foto 6

Enquanto os vereadores manifestam-se do lado de lá, os estudantes e representantes de entidades de classe, ambientalistas acomodam-se do lado de cá, apropriando-se das cadeiras e das paredes do plenário. Nós, etnógrafas, igualmente nos acomodamos em busca de bons ângulos para a observação e o registro da cena.

#### Foto 7

As falas dos vereadores seguiam na linha da abordagem de outros assuntos, sobretudo em tempos de campanha política para prefeitura da cidade. Aguardávamos, conforme o presidente da Câmara, a presença de técnicos da SPM para esclarecimentos sobre o projeto do Pontal. As discussões sobre esse tema parecia estar apenas na "boca do povo".

#### Foto 8

Os interesses de vereadores e manifestantes pareciam distintos. Cada "lado" cumprindo seu papel e configurando a tradicional cena política.

#### Foto 9

Com a fuga na abordagem do tema central da sessão e o não comparecimento dos técnicos da SPM, muitos manifestantes retiram-se do plenário, cansados, mas não vencidos. Pelo andamento da sessão, tudo indicava que a votação não ocorreria naquela tarde (já, quase noite), fato que se comprovou.

#### Foto 10

Na saída do plenário, jornalistas e vereadores "ligados à questão ambiental" ali se misturaram aos manifestantes, na intenção de "dialogar com o povo" ou de apenas serem ouvidos. Será mesmo que essa integração e mútua compreensão ocorreu? Ficaram muitas questões no ar e nos debates paralelos.

1	6
2	7
3	8
4	9
5	10



Fonte: edição da autora, 2008.

A observação de mais uma sessão na Câmara de Vereadores, quase no último dia do ano de 2008, serviu, ao menos, para retomar a leitura de Italo Calvino, em *As cidades invisíveis* (1990), classificando Porto Alegre entre Zora e Isaura. Para fechar o ano na companhia do legislativo municipal e de suas permanentes incompreensões relativas à adequação de instrumentos do PDDUA, propus-me a assistir a última sessão ordinária de 2008 da Câmara Municipal. Nessa sessão, a estrela da pauta era a aprovação dos projetos de alteração de regime urbanístico referentes às áreas da Arena do Grêmio (no bairro Humaitá) e do Gigante para Sempre (na atual região do Estádio Beira Rio). Na descrição daquele dia:

Segunda-feira abafada, 29 de dezembro, um fluxo reduzido de pessoas e carros pela cidade. Chego pontualmente às 14h e observo a já familiar organização dos visitantes no plenário: do lado esquerdo, a esquerda socialista (diria alguém na platéia) formada por representantes de entidades e associações, muitas mobilizadas pelo Fórum Municipal de Entidades, todos ali (certamente) contra a aprovação dos projetos de lei; do lado direito, a direita favorável, torcedores da dupla Grêmio, dirigentes dos clubes e demais interessados. Entre as comunicações e os discursos dos políticos que estavam do lado de lá, mediados por manifestações do público (do lado de cá), uma artista plástica colega de militância nas artes visuais de Porto Alegre, aproveitou ainda para me apresentar ao então presidente do Fórum das Entidades e à presidente da Associação de Moradores do Centro, contatos importantes para minha tese. A inteligente companhia dela foi um oásis no deserto vazio dos discursos que ali defendiam o projeto como algo “bom” para a cidade, porque o “futebol e os clubes nos representam no exterior”, sem tocar no assunto regime urbanístico, pois era isso – de novo, lembrando a novela *Pontal do Estaleiro* – que estava em questão. (Trecho do diário de 29 de dezembro de 2008).

Em meio a tanta bobagem falada em péssimo português, apenas os vereadores da bancada do PT propuseram-se a redigir um substitutivo, que foi enviado à Secretaria de Planejamento, há algumas semanas que antecederam a referida sessão. Esse documento tinha como objetivo apresentar uma avaliação elaborada por técnicos da SPM. Em linhas gerais, o documento defendia que os projetos urbanos na cidade fossem implantados segundo o instrumento chamado *Operação Urbana Consorciada*<sup>27</sup> (conforme a Lei Federal Estatuto da

---

<sup>27</sup> *Operação Concertada* (Consorciada, conforme Estatuto da Cidade, e Concertada, segundo PDDUA/POA): é o processo pelo qual se estabelecem as condições e os compromissos necessários, firmados em Termo de Ajustamento, para a implementação de empreendimentos compreendendo edificações e parcelamentos do solo com características especiais, ou para o desenvolvimento de áreas da cidade que necessitem acordos programáticos, adequados às diretrizes gerais e estratégias definidas na Parte I. São chamados de Projetos Especiais aqueles que envolvem grandes áreas (podendo atingir todo um bairro); os projetos de grande porte de uma única empresa, ou mesmo aqueles em áreas menores que tenham uma característica especial, seja em função da atividade que se quer instalar, de uma paisagem, de uma árvore ou em um prédio que se queira preservar, por exemplo. Isto significa que áreas ou terrenos com problemas ou conflitos serão solucionados por projetos especiais, enquanto as situações normais serão analisadas pelas regras gerais. Os Projetos Especiais são discutidos entre a Prefeitura e todos os envolvidos, para que se encontrem soluções criativas. Estes projetos podem ser de iniciativa do próprio Município ou de particulares. *Operação Concertada* é o acordo onde se



Cidade), o qual prevê ampla participação de moradores e da iniciativa privada na elaboração e execução de projetos de grande porte. Em Porto Alegre, esse instrumento foi utilizado na região da Lomba do Pinheiro, considerada área de risco e de preservação ambiental.

Como destaque nas falas dos vereadores, transcrevo abaixo a colocação feita por uma vereadora do PT que, mesmo aproveitando a oportunidade para atacar o governo atual, foi a única que mereceu atenção naquela tarde, porque trouxe a público detalhes relevantes do processo:

Algumas considerações devem ser feitas. Nós queremos que a Copa venha pra cá e deixe muita humanização, harmonia, inclusão e não privilégios e caos urbano, impacto ambiental e de vizinhança na nossa cidade. Nós tivemos um tempo muito curto para analisar os documentos que vieram pra cá sem o que manda o Plano Diretor. Eles deveriam ter vindo na forma de Operação Concertada, pois são grandes áreas, algumas delas na Orla do Guaíba. O plano diretor é muito claro nesses casos, afirmando que o governo municipal, num processo dialogado com o empreendedor, com os proprietários, com os vizinhos, com a cidade, deveria mandar um projeto de lei com as contrapartidas e mitigações, compensações sob responsabilidade de quem vai empreender, para que aquele projeto se realize. Também deveriam ser realizados previamente estudos de impacto ambiental e de vizinhança e nenhum desses elementos estão anexados nessa proposta. O poder municipal, esse sim, se acelerou para criar uma Secretaria da Copa, com 16 novos CCs, e nisso foi suficientemente rápido. Agora, na hora de reunir documentação suficiente, trazer ao legislativo dados, o executivo não fez! Limitou-se a mandar pra cá números (índices difíceis de serem compreendidos)! Autorizando os empreendedores a construir acima do permitido pela lei (PDDUA). O assunto é muito grave. É importante que o público discuta e participe. Nesse período, a bancada do PT pediu a presidência para ter uma audiência pública. Propusemos um conjunto de compensações que ainda não tem um compromisso explícito. Há um impacto previsto na Azenha que, segundo os documentos encaminhados pelo executivo, deverá reverter na duplicação na Av. Azenha, que nós sabemos que não é possível. E sobre o Estádio dos Eucaliptos que é um Patrimônio Cultural da nossa cidade, nós devemos lembrar que ele está inserido numa área, no bairro Menino Deus, que apresenta índice construtivo 1.3 e o projeto aqui em votação nos fala em 1.9, outro absurdo para a cidade. O Menino Deus foi um bairro que sofreu uma enorme transformação em altura (e volumetria) desde que o PDDUA passou a vigorar, em 99. A nossa emenda propõe 1.3 para aquela área e a venda, em dinheiro, do restante, tendo em vista que existe essa prerrogativa na lei, na forma de Transferência de Potencial Construtivo e dos leilões de Solo Criado. Nós temos que fazer projetos que não sejam uma agressão para a cidade. É com essa responsabilidade na decisão que nós vamos chegar num bom termo.

---

estabelecem os compromissos para cada projeto. Antes de aprovar um Projeto Especial é necessária a apresentação de um estudo, que será examinado pelos diversos setores da Prefeitura e indicará quais as condições que deverão ser atendidas para sua aprovação. Nos projetos maiores as soluções serão discutidas pelo CMDUA: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e, em alguns casos, serão encaminhados à Câmara de Vereadores (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, PDDUA, Capítulo V – Dos Projetos Especiais. Corag: 1999).

(Transcrição a partir da gravação da sessão plenária, 29 de dezembro de 2008)

Seguiram-se aplausos à vereadora, uma das poucas que não foi vaiada ao longo da sessão que, por sinal foi mesmo longa, pois passou das 21h. Com sua exposição, dei-me por conta da dificuldade de compreensão, por parte dos sujeitos comuns, sobre os instrumentos do PDDUA e mesmo do Estatuto da Cidade, tão herméticos e distantes da realidade de quem não é técnico. Mesmo pra nós, profissionais da área, muitas vezes esbarramos em dificuldades de entender, de aplicar e de ensinar como tudo isso funciona.

Todo esse debate, relativo à mudança de regime urbanístico em trechos da Orla do Guaíba e da área denominada Entrada da Cidade, encaminha minhas preocupações no rumo da identificação de tensões na disputa de poder, de quem consegue se valer mais e melhor das leis que aí estão. Além disso, observo que essa disputa não se encerra com a mudança do legislativo ou do executivo, porque ela encontra formas de durar no conflito, na compreensão do que é “ambiente e ambiental” (incluindo também áreas de interesse cultural como o Estádio dos Eucaliptos no Menino Deus e o próprio Centro Histórico – objeto de programas estratégicos como o Viva o Centro e o Monumenta), sustentável e planejável, preservável e conservável. Afinal, não podemos perder de vista de que estamos falando de preservação nas políticas urbanas e das próprias formas de se fazer política no contexto porto-alegrense.

Na esteira do conflito estão, entre outros, os ambientalistas alegando a necessidade da manutenção de um ambiente natural em perfeita sintonia com a cidade que temos, bem como a administração municipal e os empreendedores, representados por políticos que parecem defender, em outras palavras, a transformação, a renovação, o desenvolvimento igualmente regulado pela lei urbanística que vai se construindo a cada polêmica.

Os discursos mais radicais provocam a imagem de duas cidades invisíveis, de Italo Calvino: uma delas é Zora, apresentada na abertura deste capítulo. *Zora, a cidade que se congela por regulamentos*, está condenada a ser igual a si mesma e, por isso, se desfaz no tempo. Manias museológicas que tudo querem preservar: edifícios, bairros, costumes. Regras que monitoram a cidade a sua gente em tudo o que podem fazer. Regulamentos que são pensados para evitar que os males destruam a cidade, porém apenas conseguem reprimir a criatividade e a espontaneidade. Zora, a cidade triste, produto da abstração dos criadores de planos, leis, regras e regimes ambientais, no sentido amplo do termo. Em contraposição a isso está o desejo pela imagem de verticalidade (ou verticalização), de tecnologias de ponta

gravadas nas volumetrias, nas fachadas e nas compartimentações, remetendo à imagem de *Isaura – cidade que se move para o alto*, conforme texto de Calvino:

*Presume-se que Isaura, cidade dos mil poços, esteja situada em cima de um profundo lago subterrâneo. A cidade se estendeu exclusivamente até os lugares em que os habitantes conseguiram extrair água escavando na terra longos buracos verticais: o seu perímetro verdejante reproduz o das margens escuras do lago submerso, uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível, tudo o que se move à luz do sol é impelido pelas ondas enclausuradas que quebram sob o céu calcário das rochas. Em conseqüência disso, Isaura apresenta duas religiões diferentes. Os deuses da cidade, segundo alguns, vivem nas profundidades, no lago negro que nutre as veias subterrâneas. Segundo outros, os deuses vivem nos baldes que, erguidos pelas cordas, surgem nos parapeitos dos poços, nas roldanas que giram, nos alcatruzes das noras, nas alavancas das bombas, nas pás dos moinhos de vento que puxam a água das escavações, nas torres de andaimes que sustentam a perfuração das sondas, nos reservatórios suspensos por andas no alto dos edifícios, nos estreitos arcos dos aquedutos, em todas as colunas de água, tubos verticais, tranquetas, registros, até alcançar os cataventos acima dos andaimes de Isaura, cidade que se move para o alto. (Calvino, 1997)*

É provável que em fins do século XIX, quando começaram a serem feitos os primeiros aterros em Porto Alegre, a discussão fosse semelhante, no sentido da preservação de um recorte original e de um respeito com as águas que nos banham e nos abastecem em contraponto à necessidade e ao interesse de expansão da cidade e de modernização urgente.

Nos discursos mais argumentados ou seriam nas narrativas cotidianas, as cidades não se apresentam de maneira dicotômica, pois, na verdade, assim como nós operamos no Regime Sintético<sup>28</sup>, segundo Durand (2002), a cidade dos grandes projetos urbanos ou das intervenções que alteram seu traçado e sua área também. Deixamos, enfim, um alerta na leitura de Porto Alegre para que ela não se transforme, na cabeça de quem a ela se refere, em *Anastácia, cidade em que nenhum desejo é desperdiçado*, entretanto, que engana seus moradores, pois “a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo” (Calvino, 1990, p.16).

---

<sup>28</sup> Gilbert Durand (2002) aborda sua teoria sobre as estruturas do imaginário a partir da formulação de polaridades ou regimes, chamados diurno (heróico) e noturno (místico). Entendemos o regime sintético como aquele que carrega a dialética dos antagonistas, como coloca o autor, bem como da dramatização. “Representação diacrônica que liga as contradições pelo fator tempo” (Durand, 2002, p. 444).

#### 4.5 - Apropriação da pesquisa ao estudo das formas de sociabilidade

Do ponto de vista dos grupos sociais, esta tese se constrói a partir do estudo da obra de Simmel, no que se refere à chamada Teoria das Formas, à noção de conflito, de crise e tragédia da cultura. Destacamos inicialmente a proposição do autor de que o domínio da Sociologia está compreendido na leitura das formas que tomam os grupos humanos, “unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para os outros, ou então uns com os outros” (Simmel, 1996, p.60). A seguir, Simmel questiona sobre como conhecer as formas e as leis próprias da sociação, respondendo que o caminho está na reaproximação das sociações destinadas às diferentes finalidades e à liberação daquilo que elas têm em comum. “Desse modo, todas as diferenças apresentadas pelos fins especiais em torno dos quais as sociedades se constituem, se neutralizarão mutuamente, e a forma social será a única a sobressair” (Simmel, 1993, p.62).

Este método poderia ser aplicado no estudo da formação das hierarquias. Isso nos leva a pensar nas sociações que se formam em torno da gestão da cidade, entendidas como ações no presente, e aquelas ligadas ao planejamento, como ações ao longo do processo de formulação de planos e projetos urbanos, os quais compreendem condicionantes e atores múltiplos. Sobre esse prazo longo de atuação, o autor se preocupa com as formas como as sociedades se conservam, a partir das quais se verifica a atuação de forças de destruição e de conservação dos agrupamentos. Simmel salienta seu entendimento de sociedade como todas as reciprocidades de ação estabelecida em uma unidade permanente ou passageira.

Uma contraposição nesse sentido seria a própria formação de urbanistas em Porto Alegre, que beberam na fonte do antigo Instituto de Belas Artes, o qual abrigou o primeiro Curso de Urbanismo na capital gaúcha, criado em 1947. Além da formação junto aos artistas, outros urbanistas se vincularam à centenária Escola de Engenharia da UFRGS. É curioso pensar que esses profissionais alimentavam suas inquietações urbanas e projetuais a partir de viagens de estudos feitas pela Europa, pelos Estados Unidos ou mesmo pelos países vizinhos, como o Uruguai. Talvez estas oposições e concorrências sejam indicativos de sobrevivência e coesão do pensamento urbanístico em Porto Alegre e no Brasil. É preciso questionar se o urbanismo, local e nacional, existiria com suas feições atuais se não tivessem ocorrido essas trocas de valores ou mesmo essas divergências e discordâncias. Por outro lado, nas

observações verificamos que as especificidades do pensamento urbanístico local voltado à atuação em longo prazo, se assim podemos denominar, estão restritas a uma parcela do grupo de técnicos.

Para Simmel, “a sociedade se coloca diante dos indivíduos em particular como algo que os domina e que não depende das mesmas condições que a vida individual” (2006). O autor refere-se ainda a concepções distintas da sociedade, sendo que a individualista corresponderia à realidade e a monista estaria restrita a nossas faculdades de análise. Destaca a importância do convívio de indivíduos de gerações diferentes, antigos e novos, numa sociedade, a fim de conservá-la, torná-la estável, poder-se-ia, talvez, dizer sustentável. Outra afirmação importante é a de que “a sociedade (...) não está sujeita *a priori* a uma duração limitada; parece estar instruída para existir eternamente” (Simmel, 1993, p.64), e é por isto que ela chega a totalizar conquistas, forças, experiências que a elevam bem acima das existências particulares e dos seus perpétuos recomeços.

A sociedade, segundo o autor, corre maiores riscos na medida em que depende tanto mais da efêmera individualidade de seus membros. As mudanças de conduta, de deslocamentos de interesses, de contínuas variações de forma são outro fator de conservação das sociedades. Para o autor, é necessário que as sociações se oponham a fim de se conservarem.

Essas últimas ponderações do autor são valiosas na análise aqui proposta, pois verificamos, em princípio, a atuação política em fóruns e mesmo em sessões da Câmara de Vereadores comumente centrada em individualidades (não confundir com as lideranças), tanto no âmbito da defesa pelas transformações das políticas urbanas quanto no que se refere à construção de estratégias de ação na cidade, entre elas a preservação. Aqui trazemos a imagem da representante do IAB/RS, no grupo do fórum “Porto Alegre: uma visão de futuro”, a qual não foi ouvida por seus colegas de grupo. Ainda citamos as vereadoras nas sessões da Câmara, aparentemente motivadas a debater – sem apoio dos colegas de casa - o tema que mobilizara membros da comunidade a ali estarem presentes. Poderíamos, assim, pensar que essas sociações estariam com seus “dias contados”, ao passo que se conformariam nessa condição ou nem chegariam a se formar. Entretanto, a construção de políticas (urbanas e culturais) prevê essas situações, as quais são até mesmo interessantes na delimitação do campo político.

Simmel (1993) refere-se ao duplo sentido do conceito de unidade, como consenso e concordância e como síntese total dos grupos, a fim de esclarecer o equívoco sobre o

resultado da interação entre unidade e discordância. Ele salienta ainda que “toda organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro” (p.62).

Sobre a questão hierárquica podemos refletir sobre a própria trajetória social de cada técnico em órgão do governo e dos aqui chamados sujeitos da preservação, ocupando cargos e funções, coordenando e protagonizando determinados projetos para a cidade. Para Simmel (1993),

a divergência mais abrangente e profunda entre indivíduo e sociedade não parece estar ligada a um só tema de interesse, e sim à forma geral da vida individual. A sociedade quer ser uma totalidade e uma unidade orgânica, de maneira que cada um de seus indivíduos seja apenas um membro dela (p.62).

Entretanto, esse indivíduo quer ser pleno em si mesmo, e não somente ajudar a sociedade a se tornar plena. Eis outro ponto de tensão no campo das políticas pela cidade e pela preservação, pois parece ser característico da área a atuação de indivíduos com força de plenitude. Isso se dá na própria articulação política que busca viabilizar projetos e programas e mesmo formar redes de pertencimento social. Parafraseando o autor, o indivíduo é constrangido pela sociedade e pela sua personalidade. A primeira lhe dá uma medida que a sua personalidade não deve ultrapassar, nem em direção à generalidade nem à individualidade. Esses conflitos nos quais o indivíduo se vê envolvido “terminaram por se sublimar na história moderna por intermédio da necessidade abstrata de liberdade individual” (Simmel, 1993, p.64).

Sobre o individualismo kantiano, o autor se refere ao conhecimento como resultado da consciência que o sujeito tem dos objetos, essa é a expressão da unificação que nosso eu efetua sobre esses objetos, sendo, o objeto a contraparte do sujeito. “Assim o eu fundamental, criador, imutável torna-se portador e produtor da objetividade” (Simmel, 1993, p.65). Para Kant,

a identidade dos “eus” resulta na identidade de seus mundos, e também é aí que se encontra arraigada a liberdade (...) Visto que Kant e sua época tornam o homem abstrato, a individualidade, livre de todos os laços e determinações singulares, é sempre igual a si mesma, é a substância última da personalidade, e o valor último da personalidade” (Simmel, 1993, p.65).

Pensar o individualismo, segundo Simmel e Kant, é ponderar essas construções teóricas no sentido de compreender atuações técnicas e políticas no universo aqui pesquisado. Waizbort (2000) em seu livro sobre a teoria simmeliana recupera o individualismo descrito

por Simmel, acrescentando que, no século XVIII, esse individualismo era liberal, ao passo que no século XIX, ele é antiliberal e hostil. Cabe fazer referência ao socialismo e, no caso, de rever o urbanismo mundial, a partir do socialismo utópico, do século XIX, que se verifica expresso em desenhos, teorias e planos. Uma igualdade imposta, desajustada à realidade é verificada em planos urbanísticos que asseguravam uma nova ordem social a partir de uma nova estrutura física das cidades. O ideal de igualdade, que é um dos grandes traços da humanidade, deve ser analisado nas proposições socialistas com cuidado. Alguns exemplos no texto mostram que o socialismo no século XIX ainda se situava dentro do individualismo do século anterior e de seu conceito esquemático de liberdade.

O modernismo na arquitetura e no urbanismo se mostrou preocupado em racionalizar e padronizar as formas físicas e sociais. O homem-tipo, o modutor de Corbusier, os zoneamentos rígidos sugeridos pelo movimento modernista, são imagens desse ideal igualitário que almejava, contraditoriamente, liberdade. Contrapondo-se, historicamente, aos preceitos modernistas surgiram, em fins do século XIX, manifestações, sobretudo artísticas, em busca de formas orgânicas, o *Art Nouveau*, por exemplo. Novamente, observam-se as tensões que marcaram a sustentabilidade de discussões urbanas.

Waizbort (2000) inicia sua análise afirmando que a filosofia da cultura não perde de vista o mundo e a vida e, por isso, ela não pode ser considerada metafísica pura. Em sua revisão da filosofia simmeliana, o autor pondera que “pensamento abstrato e pensamento concreto articulam-se, em Simmel, em uma constelação que comporta tanto a filosofia da cultura como a análise do presente e a teoria da modernidade” (Waizbort, 2000, p.116). O autor analisa ainda que a ideia de cultura em Simmel se encontra “no dualismo entre a vida subjetiva – o que é incessante, mas temporalmente finito, e seus conteúdos, que, uma vez criados, são imóveis, mas válidos intemporalmente.” (Waizbort, 2000, p.117). O conceito de cultura está imbricado em meio a esse processo entre espírito e forma.

Pode-se pensar, portanto, na valorização de certos projetos e lugares na cidade, ou atribuição e garantia de valores, na preservação desses valores e no tombamento e registro de bens culturais, tangíveis e intangíveis, que representam um conjunto de sentidos ou uma semântica coletiva sobre os produtos humanos. Pode-se ainda, nessa linha, compreender as questões objetivas e subjetivas colocadas em pauta no campo do planejamento e da preservação, sobretudo no que diz respeito aos saberes técnicos e científicos – a reflexão sobre a restauração, por exemplo – e os fazeres políticos que a viabilizam na cidade e nas instituições de preservação, como museus, por exemplo.

Em outra citação, Simmel observa que o processo da cultura é:

o caminho da alma para si mesma; pois ela nunca é aquilo o que ela é neste instante, ela é sempre um Mais, algo mais alto e mais perfeito que já está preformado nela, algo que não é real, mas está dado de algum modo. (...) O devir livre das forças que repousam nela mesma (Waizbort, 2000, p. 98).

Waizbort descreve o processo cultural, segundo Simmel, como um processo de aperfeiçoamento do sujeito, tendo em vista a reincorporação, por parte desse sujeito, da forma resultante de uma objetivação do espírito. De alguma maneira, o processo cultural é visto sob o prisma de certa circularidade: sujeito-objeto, objeto-sujeito. Porém, conforme o autor, a experiência histórica na modernidade, a qual contém a relação metafísica de sujeito e objeto, testemunha uma mudança altamente significativa nessa corrente. Waizbort destaca que o objeto pode sair de sua posição mediadora ganhando uma autonomia própria e rompendo com o processo cultural, tal como Simmel o compreende. Na medida em que os objetos se autonomizam, eles se isolam dos sujeitos, até um ponto em que eles nada mais dizem aos sujeitos. Estamos diante, então, da chamada tragédia da cultura.

A tragédia da cultura é, pois, essa transformação descontrolada e desintegradora dos meios em fins. O estudo da tragédia da cultura, como é colocado por Simmel e reavaliado por Waizbort, interessa-nos especialmente para a revisão das teorias sobre as políticas urbanas e de preservação, a consolidação de ruínas e a construção dos princípios de projetos, programas e planos de preservação urbana.

A proposta de reflexão dos processos de planejamento e gestão da cidade e do patrimônio justifica-se na observação de suas formas, pois, entende-se que coexistem espaços de discussão e participação distintos em suas configurações, contrastantes nos seus objetivos, bem como nas suas formações coletivas, ao longo da proposta de reavaliações sobre a construção da cidade. Bachelard (1988) em seus estudos sobre a dialética da duração nos abre novos focos de atenção investigativa no sentido de alertar para a percepção de ritmos que constituem os fenômenos da duração. Para Bachelard (1988),

parece impossível não reconhecer a necessidade de basear a vida complexa numa pluralidade de durações que não tem nem o mesmo ritmo, nem a mesma solidez de encadeamento, nem o mesmo poder de continuidade. (...) Se o que dura mais é aquilo que recomeça melhor, devemos assim encontrar em nosso caminho a noção de ritmo como noção temporal fundamental (p.37)



Preocupado em refletir a duração, Bachelard nos alerta para perceber as ondulações do tempo e os ritmos compreendidos como “sistemas de instantes, os quais nos provocam ressonâncias profundas, destoando de uma harmonia em andamento” (Bachelard, 1988, p. 39). Com isso, observamos que espaços de debate e momentos de reavaliação do curso de projetos para a cidade representariam instantes que sugerem recomeços, com maior ou menor intensidade. A ritmanálise, sugerida por Bachelard, seria um método ou uma terapia eficaz no trato da cidade e de sua gestão que esmorece com o tempo, por falta de vida rítmica e de uma atenção e um repouso-rítmico ou ainda pela sua obsolescência. Os grupos sociados e as propostas polêmicas são antídotos contra o esmorecimento, a falta de habilidade no trato das “diversidades temporais bem reguladas” (Bachelard, 1988, p.42).

Podemos citar ainda a tese de Jane Jacobs, apresentada em *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2004), que, em pleno auge do modernismo implantado nos EUA, o qual difundia zoneamentos rígidos e homogeneidades nas feições das cidades, defendeu a habilidade do planejador em abordar e compreender a diversidade de uso e ocupação dos espaços. O ritmo das ideias e dos cantos comandaria pouco a pouco o ritmo das coisas, ou seja, as estratégias do planejamento, de gestão e de preservação de parcelas representativas das cidades expressas conceitualmente em modelos gráficos, e os próprios movimentos utópicos indicariam ritmos e mesmo conflitos conceituais nos processos de administração urbana e de compreensão dos múltiplos significados da preservação.

A preservação como justificativa para a renovação estaria participando de modo efetivo desses processos de permanência das sociações a partir das tensões e dos conflitos e mesmo dos sentidos propostos por Bachelard, em seu estudo sobre a duração, os ritmos e as discontinuidades de ideias, projetos e sociedades. A identificação e compreensão das recorrências de propostas de grandes intervenções ou de projetos superdimensionados para a cidade, nesse patamar de mega-investimento urbano, financeiro e social são a chave para a avaliação densa do planejamento urbano. Descontínuos e jamais neutros são os mecanismos do planejamento. Souza (2006) já alertara para a existência de conflitos de interesse, de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, no campo do planejamento urbano, tendo a origem para essas relações contraditórias e antagônicas na própria desigualdade estrutural da sociedade que o produz.

Souza (2006) observa claramente que:

não há conhecimento, e muito particularmente no caso do conhecimento elaborado sobre a sociedade [eis o planejamento e a preservação], que não seja expressão de práticas sociais. Não se quer dizer, com isso, que todo conhecimento sobre a sociedade seja produto de experiências pessoais de

quem o produz, mas sim que não há saber sobre o social que não seja sócio-histórico-geograficamente situado. (p. 83-84).

Assim, os modos de reunião, ou sociação, conforme Simmel, e as argumentações para a transformação dos instrumentos do planejamento e da decorrente adequação deles na vida urbana são práticas referidas a um tempo, a uma gestão, ao contraponto a essa gestão, a uma instituição ou a um conjunto delas reunidas. Há uma magma de significações imaginárias sociais, como destaca Souza (2006) acerca do universo das intervenções voltadas à realidade social.

Por outro lado, mesmo considerando a ausência de neutralidade no planejamento da cidade, o qual inclui indiscutivelmente a consciência da preservação, devemos ter claro que existem variações no conteúdo valorativo de cada lei, projeto ou programa. Essa nuance na valoração pode ser melhor visualizada a partir das trajetórias sociais dos seus sujeitos, lembrando que a fala desses informantes da cultura da preservação no planejamento ou da intenção de gerenciamento das transformações urbanas poderá vir carregada dos sentidos apontados por Ricoeur sobre a construção de um si-mesmo deslocado do eu. Em contrapartida, esses depoimentos podem ainda se restringirem à reprodução de discursos dominantes do campo do planejamento ou do urbanismo ou mesmo da história das arquiteturas e das tecnologias. Cabe observar de perto essas falas e verificar o resultado da aplicação do método aqui adaptado para avançar nessa reflexão.

## 5 É AQUI QUE SE FAZ A CIDADE



**Foto 17 - Secretaria de Planejamento Municipal, Porto Alegre.**  
Foto: Jeniffer Cuty, 2008.

Um corredor estreito e comprido, delimitado, de um lado, pela parede de alvenaria (ou seria de gesso acartonado?) e, de outro, pelas divisórias brancas, com estrutura metálica preta, devidamente modulada e impessoal. Na parte superior das divisórias, a iluminação das salas atravessa as superfícies que as delimitam, chegando ao corredor. A circulação pelo prédio é periférica ou parece ser a quem o acessa pela primeira vez. O lado da Secretaria Municipal de Obras de Viação (SMOV) é mais usual conhecermos, pois é por ali que encaminhamos projetos a serem aprovados pelo município. Do lado de cá, ainda há muito para ser descoberto sobre a SPM. Mapas e cartazes interpretativos fixados nas mesmas superfícies que nos separam das salas dos técnicos. Eles (os mapas) nos informam sobre onde estamos. Ah, sim, a casa dos urbanistas ou planejadores urbanos, se este termo existe. É por ali que tudo (em princípio) passa, em termos de projetos e planos para a cidade. “É aqui que se faz a cidade”, como nos diria uma das entrevistadas para a pesquisa.

O período de observação participante (junho a dezembro de 2008) realizada em espaços políticos da cidade foi importante também para a maior aproximação com alguns técnicos que atuam junto à prefeitura, ao governo do estado e aos programas específicos de preservação. O contato inicial mais longo se deu com duas arquitetas com ampla experiência nos seus ofícios. Já convivíamos no ambiente universitário, nas atividades profissionais e nos espaços de sociabilidade proporcionados pelas entidades de classe.

As duas primeiras entrevistadas revelaram um sério comprometimento com a atuação técnica, política em grande medida. A atuação política pareceu ser negada por elas, apesar de ser a viabilizadora de projetos e da criação de redes de profissionais do planejamento e da preservação. Entre as similaridades delas, destacamos que ambas habitam a mesma cidade, atuam junto à prefeitura de Porto Alegre, possuem formação em Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pós-graduação em planejamento urbano e experiência de mais de três décadas com ações, projetos e programas para a cidade, não apenas Porto Alegre. A primeira, no entanto, é funcionária de carreira da Secretaria de Planejamento Municipal e sempre morou em Porto Alegre. A segunda, por sua vez, é funcionária aposentada do principal órgão de preservação do país, o Iphan, atuou em Porto Alegre e no interior do RS, no início da carreira, depois foi à Brasília, ao exterior, retornando à capital federal e, nos últimos dez anos, coordena, na capital gaúcha, um importante programa de preservação urbana. A visão sobre a cidade se sobrepõe àquela que imaginamos ser distinta acerca do planejamento e da preservação.

No período de entrevistas e contato com essas primeiras informantes, se assim podemos chamá-las, a pesquisa ainda apresentava o título provisório de “Os processos de

construção das políticas de preservação cultural através das trajetórias dos sujeitos e da formação de redes sociais”. Literal com o que eu entendia buscar, porém longo e restritivo demais para as possibilidades de exploração do campo junto aos colegas que partilham o ofício de pensar a cidade para fins de planejamento e intervenção. Desde o início da pesquisa, formulei a hipótese de que a estrutura ou a lógica que eu procurava compreender das chamadas políticas de preservação cultural teria origem nas formas de ação e interação dos sujeitos do planejamento urbano. Essa hipótese foi sendo complexificada a partir das observações e, especialmente, através das entrevistas.

Neste capítulo consideramos necessário atribuir um nome fictício (cognome) às informantes, a fim de manter o caráter pessoal da pesquisa, sem incitar uma exposição indevida das entrevistadas, aqui também chamadas por técnicas. A primeira arquiteta, ligada à prefeitura, será aqui chamada *Zenóbia*. Para Calvino (1990), em “As cidades invisíveis”, a cidade de Zenóbia está situada em terreno seco, entretanto “ergue-se sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco, com muitos bailéus e balcões, postos em diferentes alturas” (p.36). Zenóbia de Calvino se desenvolveu por meio de “superposições do indecifrável projeto inicial”. Para o autor, não se deve classificar uma cidade por feliz ou infeliz. A subdivisão das cidades nessas categorias não faz sentido, porém é justificável pensar sobre “aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos” (Calvino, 1990, p.37).

No contato com esta informante, as imagens acima criadas por Calvino nos vieram à cabeça. Ela, a *nossa* Zenóbia, foi prontamente disposta a me receber no seu espaço de trabalho, não tão acolhedor assim, para quem o vê de fora, mas o qual fala muito sobre ela mesma. Convivemos ao longo de quase seis meses, fato que me fez amadurecer a proposta da tese. *Zenóbia* atuou “uma vida inteira” junto à prefeitura e, na época da entrevista, estava recentemente aposentada. No contato com ela, podemos inferir sobre uma motivação pelas questões da cidade que supera a frustração em estar agora, afastada, do seu *locus* de trabalho. O relato da sua trajetória nos fez, portanto, atribuir a ela o cognome *Zenóbia*.

A segunda informante, com a qual pude manter um contato mais longo, de quase dois anos, porém mais distante no início em termos do desvelamento sobre sua compreensão dos princípios da preservação, do patrimônio e mesmo de sua significativa atuação política em vários contextos. *Irene*, como iremos chamá-la, é a “técnica” que conseguiu se manter firme na posição de gerenciadora de importantes projetos para a cidade e na construção de políticas para preservação no Brasil das últimas três décadas. Segura no discurso político e nas

obrigações do seu cargo público, Irene não cometeu deslizes na condução de diálogos junto ao alto escalão do governo federal ou junto aos artesãos da Praça da Alfândega, em Porto Alegre. A cidade Irene, de Calvino (1990), é aquela avistada “na extremidade do planalto na hora em que as luzes se acendem e permitem distinguir no horizonte, quando o ar está límpido, o núcleo do povoado (...) [Ela] magnetiza olhares e pensamentos de quem está lá no alto” (p.114). Se perguntarmos como é Irene vista de dentro, não há como saber.

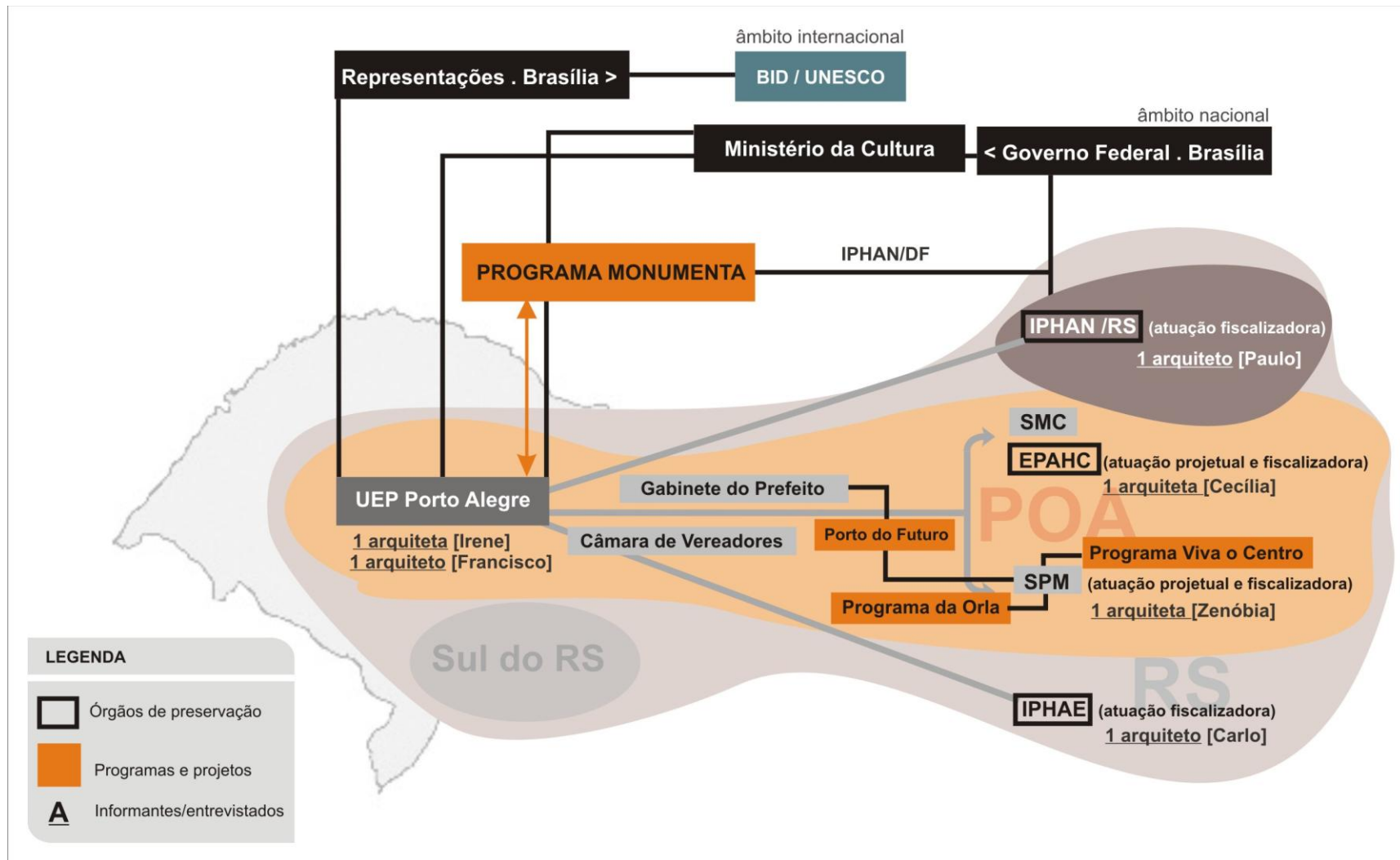
**Tabela 5** - Contextos das duas primeiras entrevistadas. Período de entrevistas: 2008 e 2009.

	Informante 1	Informante 2
<b>Mulheres que fazem a cidade</b>	<b>Zenóbia</b>	<b>Irene*</b>
	Contexto da prefeitura de Porto Alegre. *Contexto nacional.	

Fonte: edição da autora, 2011.

Para efeito da realização das entrevistas, a opção foi deixar a entrevistada livre para escolher o local, o qual poderia ser o seu espaço de trabalho ou um lugar que tivesse um significado na sua trajetória profissional. As entrevistas ocorreram no âmbito da administração municipal, nas amplas salas de trabalho coletivo da Secretaria de Planejamento Municipal, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e nos altos do Mercado Público em Porto Alegre. A seguir, retomamos a imagem da figura 4, já apresentada no capítulo inicial.

**Fig. 4** - Quadro das interrelações institucionais, destacando os entrevistados na tese.



Fonte: edição da autora, 2008.

### 5.1 – *Está tudo vazio por aqui*

Dividida em dois andares do prédio da SMOV, a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM)<sup>29</sup>, criada pela Lei nº 4.050 de 1º de dezembro de 1975, foi um lugar analisado no início da tese por motivação do contato com a primeira informante. Corredores estreitos com divisórias brancas, as quais também funcionam como mural para impressos em grande formato. Salas com vários técnicos trabalhando juntos, em mesas amplas, propícias ao trabalho com mapas e plantas em escalas diversas. Arquivos metálicos, processos com capas azuis sobre as mesas, rolos de papel com desenhos arquitetônicos e urbanos, compõem esse ambiente. Murais que organizam debates entre técnicos – representantes do poder público municipal e comunidades organizadas, misturam conceitos a estratégias políticas expressas na forma de intenções de identificação de potencialidades, conflitos e demais características das muitas faces da cidade.

Na descrição urbana, cito trecho do meu diário de campo de 11 de dezembro de 2008:

Por fora, um edifício ordinário (foto 25), com uma estereotomia assinalada em concreto, até mesmo feio na composição da paisagem modernista. Seus vizinhos ricos são novos e altos (foto 26), afirmam-se como imponentes blocos de vidro de uso institucional e empresarial, soltos nos amplos terrenos, alinhados na avenida que interliga o Centro à zona sul. É praticamente saída do rio que a avenida Borges de Medeiros abriu-se aos encantos modernos, inspirada nos boulevares franceses e nos preceitos de sanear, circular e bem equipar a cidade que crescia nas primeiras décadas do século XX. Seguiu abrindo caminhos e assumindo formas (agora) modernistas, bem ao gosto de Le Corbusier e Lucio Costa, entretanto tecida em tempos distintos à Brasília e Chandigar. Nesse contexto, encontra-se a sede da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), lugar de minha visita guiada e de outras descobertas rumo à reflexão sobre a “cultura de planejar a cidade”. (Trecho do diário de campo de 11/12/08).

---

<sup>29</sup> Está disponível no site da SPM uma lista com as atividades desenvolvidas pela secretaria. Entre elas estão: DM - Declaração Municipal das Condições Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo; Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), conforme Art. 57 da LC 434/99; Certidão de Regime Urbanístico e traçado do PDDUA; Certidão de cadastramento de logradouro; Certidão do imóvel; Certidão de zoneamento; Certidão de quarteirão; Aquisição de índices construtivos do Solo Criado, entre outras. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/>. Acesso em 05 dez 2011.



**Foto 18** – Vista externa do prédio da SMOV/SPM, Porto Alegre.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2008.

**Foto 19** – Vista dos prédios do entorno da SMOV/SPM, com feições modernistas.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2008.

Foi nesse ambiente que pude me deparar com algumas questões de ordem técnica e política, bem como conceitual sobre a cidade, as quais ainda não haviam me ocorrido. A gentileza dos funcionários em me receberem para conversas longas, as quais, na soma total, duraram quase um turno inteiro, foi a tônica desse contato. Zenóbia, apesar da aposentadoria recente na época, permanecia vinculada a projetos específicos.

Cheguei pontualmente às 16h, como havia combinado com Zenóbia. Fui direto ao 6º andar, onde está situada a *Supervisão de Desenvolvimento Urbano*. É curioso pensar que o ato de planejar (estudar as ações futuras sobre a cidade) é entendido como “desenvolvimento”, sendo que as ações administrativas, de respostas a projetos acontecem no 4º andar da secretaria, na chamada *Supervisão do Planejamento Urbano*. Planejamento significa aqui dar respostas imediatas, muito próximo do que se poderia entender por gestão... Esclarecidas essas denominações paradoxais, seguimos, Zenóbia e eu numa investida pelos estreitos corredores da secretaria (foto 17), delimitados por divisórias absolutamente idênticas em toda parte, a fim de fazer o reconhecimento de um território tão familiar a ela. A lógica do prédio é muito semelhante à da Câmara Municipal (circular) e minha impressão foi de que eu precisaria de uma planta baixa e de uma bússola para conseguir me localizar.

Como de costume, Zenóbia foi muito gentil, recebendo-me na antessala e me apresentando como doutoranda do Propur aos seus colegas, os quais estavam trabalhando na nova delimitação dos bairros de Porto Alegre. (...) Como Zenóbia assinalou: “afinal, é aqui que se faz a cidade”. (Trecho do diário de campo de 11/12/08).

Nossa primeira parada no tour pelo planejamento da cidade foi, provavelmente, pensada antes por ela, para dar o tom da visita. A caminho da sala de reuniões, conhecida como sala do conselho<sup>30</sup>, ela me disse que “está tudo vazio por aqui” porque a secretaria está enfraquecida, desarticulada pelo governo, quase morta. Na intimidade de quem está em casa, ela abriu a porta da sala do conselho: ampla e vazia, cadeiras novas, mesas dispostas em círculo, para “marcar que vivemos sob uma gestão democrática e participativa”, ela ainda observaria. Lembrei-me da nada democrática reunião em que participei, em 2007, nessa mesma sala, na ilusão de poder ocupar uma cadeira no conselho. Sequer citei esse episódio à Zenóbia, que estava decidida a me mostrar todos os “vazios” da secretaria.

Na visita, passamos por salas grandes e pequenas, dependendo da importância dada pela gestão pública ao trabalho desenvolvido por seus técnicos. Em cada minifúndio ou latifúndio (como ela disse) são desenvolvidos os programas e os projetos territoriais para a cidade, como a Operação Concertada em um bairro da periferia da cidade, o projeto integrado no Extremo Sul (região rururbana do município), o Projeto da Orla, o Programa Viva o Centro, ocupando três salas grandes desse andar da SPM, entre outros.

Na sala do Projeto da Orla, a qual foi usada pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva entre as décadas de 1940 e 50, fomos muito bem acolhidas. O técnico que ali estava nos convidou a sentar e nos falou sobre sua visão referente ao planejamento, “a necessidade de entendermos a ‘mudança de paradigma’ no que se refere ao que se faz e se pensa em fazer na cidade, sobretudo à gestão empresarial”, que a administração, daquele momento propôs conhecer e operar em parceria, segundo interpretação dele. Zenóbia reforçou que o papel do técnico é de fazer o discurso e repeti-lo até que um dia as coisas mudem, como já havia me dito anteriormente, em outra ocasião. Ela ainda lembrou que nos tempos da ditadura, quando surgiu o planejamento urbano no Brasil, era mais fácil atuar nessa área, pois existia apenas um discurso, único, tudo ficava mais claro, a tecnocracia reinava no país. Coincidentemente ou não, a legislação preservacionista e as ações em defesa e valorização do patrimônio pelo país também ganharam força nessa época. Agora são muitos discursos distintos, quase ninguém se entende. “Vivemos um tempo de transição, de mudança de lógica, que gera insegurança, enfraquecimento dos técnicos, muito por conta da falta de estruturas de tomada de decisão”, afirmou Zenóbia.

---

<sup>30</sup> Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), previsto na organização do PDDUA.

O técnico que nos recebera na sala da Orla, estava igualmente disposto a falar e divagar sobre o planejamento. Entre suas críticas estavam o esforço inútil que ocupam uma boa parcela de técnicos, muitos arquitetos, empresários e uma parcela menor da população em defender a revisão da legislação, como vem sendo feito em Porto Alegre. Zenóbia complementou dizendo que “nunca se avança no que seria o essencial, pois se perde tempo naquilo que é abstrato, que está longe da realidade como são as leis”. Poderíamos pensar que essa crítica estaria direcionada também à universidade e à produção de pesquisas sobre o próprio planejamento. Revisar a legislação urbana parece ser mais uma desculpa para a constituição dos espaços de sociabilidade de técnicos, para o desvio de atenção sobre o que é relevante e para que os aparentes impasses entre empresários da construção civil, as instâncias de governo e população em geral. Seria ainda, seguramente, uma permanente revisão dos instrumentos legais para garantia da viabilização dos interesses de poucos.

“Não dá pra ficar lambendo instrumento”, afirmou o técnico da Orla. Por outro lado, “é comum ficarmos detidos em respostas imediatas e, da mesma maneira, não conseguirmos ir adiante para pensar numa cidade integrada, com fácil leitura”, ponderou Zenóbia, destacando que existe uma confusão entre rotina e estratégia. O técnico da Orla lembrou das cidades européias nas quais se identifica, no espaço, um projeto. Para ele, a diferença entre aquelas cidades e as nossas é que lá existe um “projeto de civilização”, de acordo com o seu entendimento.

As cidades legíveis e inteligíveis se recriam, compreendendo a importância da transformação para a configuração de um espaço esteticamente e socialmente agradável. Quando fui indagada por esse técnico sobre minha tese, disse que para estudar o planejamento urbano e as políticas culturais me propus entender cotidiano e a trajetória dos técnicos e dos gestores, do ponto de vista da memória coletiva desses agentes envolvidos com os programas, os projetos e as ações na cidade. A minha explicação pareceu alterar em nada o que estava sendo debatido, da forma como estava sendo falado, apenas contribuiu para antecipar o fim da conversa. Despedimo-nos satisfeitos pela discussão e seguimos nossa caminhada pelo prédio.

Ainda nesta primeira visita paradigmática pelos corredores do planejamento urbano em Porto Alegre, esbarramos, Zenóbia e eu, por outro técnico, em cargo de coordenação, o qual elogiou a dedicação dela ao seu trabalho. Zenóbia, com seu bom humor habitual, ainda apimentou dizendo que “o planejamento urbano é uma cachaça: faz mal, a gente sabe, dá dor de cabeça, mas a gente não larga”.

Sáimos juntas da secretaria, Zenóbia e eu. A metáfora é perfeita, pois senti-me muito parceira dela na luta pela compreensão do nosso ofício, pela restauração de um poder do urbanista para planejar e realizar projetos no tempo da cidade; das possibilidades, dificuldades e limitações de atuação e de diálogo com políticos e gestores, com a comunidade e com nossos próprios pares. Seria, nesse sentido, o urbanista/planejador um utópico anônimo que se dedica a resolver problemas sem solução ou que independem de uma ação técnica? Seria ele, talvez o único, habitante da cidade que sofre por desgosto e impotência ao ver uma paisagem urbana ilegível ou desordenada e que acredita que pode contribuir para mudar isso, sabendo que possui instrumentos para propor outras formas de organização dos espaços e dos usos, entretanto não os pode utilizar? Ou, nada disso.

É possível aqui retomar a aproximação com a filósofa Hannah Arendt (2007), a partir da proposta dela em considerarmos a liberdade como interioridade dos sujeitos do planejamento aqui retratados e a política como realidade externa, a qual os condiciona a definir o perfil dessa liberdade. Se para Epicteto, em Arendt (2007), a liberdade está referida a ser livre dos próprios desejos, a desejar apenas aquilo que se pode obter, esse conceito em Arendt está relacionado à vontade. Segundo Torres (2007), lendo Arendt, essa aproximação entre liberdade e vontade interessa para a reflexão de que a liberdade não se resume ao quero, mas também ao posso, “em outros termos, podemos dizer que liberdade não significa fazer o que se deseja, não significa soberania, pois só se é livre perante outros que também o sejam” (Torres, 2007, p.238). Essa constatação tem origem na pólis grega, na qual a distinção entre governantes e governados não fazia sentido,

onde todos aqueles que igualmente obtiveram libertação das necessidades vitais podiam tornar-se livres, podiam participar e construir um mundo comum através de feitos e palavras. Desse modo, percebe-se que a liberdade não era obtida no relacionamento do eu consigo mesmo, mas sim na interação com seus semelhantes, pressupondo tanto a presença de outros ‘eus’, quanto a existência de um espaço público organizado que permitiria a todos os homens livres ‘aparecer’, isto é, agir. (...) [Em Arendt] a liberdade existe onde a condição plural do homem não seja desconsiderada, sendo nada mais que ação, em outras palavras, o indivíduo só é livre enquanto está agindo, nem antes, nem depois (Torres, 2007, p. 238).

Essa teoria nos auxilia sobremaneira a repensar a liberdade no planejamento e na preservação, ambos interligados mais contemporaneamente. A liberdade do técnico está necessariamente relacionada à liberdade dos demais técnicos e do ambiente técnico e político

no qual ele atua. Mais adiante, esse mesmo técnico ou sujeito do planejamento, é parte de uma cidade plural.

O mesmo modo que as artes de realização, como a música, a dança, o teatro, a ação política é valorada pelo seu virtuosismo, conforme analisa Torres (2007), entendido este a partir do conceito amoral de *virtù* de Maquiavel, como performance. A ação política necessita também de uma audiência e de um espaço para que o espetáculo possa se realizar e, por conseguinte, a liberdade aparecer. Essa verificação foi aqui previamente considerada, tendo em vista a descrição e análise feita no capítulo anterior.

No âmbito social e urbano, quando nos aproximamos de lugares aparentemente vazios – pela cidade ou dentro do prédio da secretaria – estamos sujeitos a descobrir uma grande vitalidade e um palco de liberdades pouco aparentes fora dali. Assim como o Centro Histórico não precisa ser revitalizado, porque não está morto, da mesma forma a Secretaria de Planejamento Municipal e o próprio Planejamento Urbano precisam apenas serem vistos de perto, para que seja percebida toda a agitação destes que sonham cidades dentro da cidade.

Bachelard (1993) nos auxilia a refletir sobre a identificação de um espaço imenso e agitado quando nos aproximamos de nós mesmos. O lugar de nossa informante é parte dela e ela o configura, em conjunto com os colegas de trabalho. Aquele espaço opressor e vazio das fotografias se mostrou imenso nesses sujeitos do seu cotidiano e na interação com eles. Para Bachelard (1993), “como o imenso não é um objeto, uma fenomenologia do imenso nos remeteria sem rodeios à nossa consciência imaginante” (p.190). Entre uma provocação e outra sobre as estratégias políticas para a cidade, sobre projetos realizados ou a serem implantados e mesmo gestados, os técnicos foram revelando suas motivações no trato com o planejamento. A visita pareceu fazer sentido, ganhar densidade e transformar as questões da pesquisa. A capacidade daqueles sujeitos em tornar esse tema e esse ofício infinitos foi surpreendente. A certeza ficou de que uma conversa com Zenóbia, sobre sua trajetória, auxiliaria nessa caminhada. Se para Baudelaire, segundo Bachelard (1993), vasto é a palavra da suprema síntese, pois ele reúne os contrários, então estaríamos, a partir de agora, começando a tornar essa reflexão sobre planejamento e preservação simples e complexa, ao mesmo tempo, como numa síntese dos nossos questionamentos.

## 5.2 – Se o planejamento é uma cachaça...

Fazer a cidade é uma ação política e, seguindo Arendt (2007), a política é uma ação entre iguais. A ação política é criação, também, e recriação necessária no cotidiano dos técnicos aqui vistos como informantes da pesquisa. Em outubro de 2008, foi realizada a entrevista com a técnica da prefeitura chamada por *Zenóbia*. *Zenóbia* é arquiteta por formação e atuou junto à Secretaria de Planejamento Urbano de Porto Alegre por mais de trinta anos. Ela destacou, quando questionada sobre sua relação com a Universidade, que retornou à academia muitas vezes, durante seu trabalho como técnica. Esse retorno se justificou pela necessidade de aprimoramento intelectual, pela demanda da universidade em atualização sobre o que estava acontecendo no poder público municipal, pelas parcerias firmadas com a universidade para o desenvolvimento de planos e programas e, alguns projetos, porém, principalmente, pela necessidade de manter e ampliar espaços de trocas técnicas, políticas e afetivas. *Zenóbia* assinalou que “não tem ninguém que tenha voltado tanto” à universidade quanto ela.

Não por acaso, a entrevista foi agendada no bar da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Um espaço igualmente familiar e estranho, pois as pessoas são outras, agora, mas o lugar nos traz muitas lembranças. Entre os primeiros pontos da entrevista, lá estava a questão referente à ocupação de cargos de chefia e funções técnicas junto à secretaria. Nesse momento, *Zenóbia* transpareceu um forte sentido coletivo na sua fala:

a gente virou chefe depois de sete ou oito anos, que aí a gente começa a assumir os papéis de coordenação de setores da estrutura, né. E bem mais recentemente, quando... vamos dizer, depois que entrou a gestão PT, que foi em 89, que começou uma espécie de desconstituir o que é um órgão de planejamento, naquele sentido mais tradicional, que tinha uma estrutura, que era dividido em pedaços, que um tratava disso, outro tratava daquilo. Começou uma tentativa de trabalhar desse jeito “trans”, transversal que eles chamam agora, transversalidade... não é transdisciplinaridade... é transversal, né. Então se tentou começar a trabalhar assim por programas, aí, nesse momento, eu me lembro que eu brincava, porque eu dizia “agora eu tenho cinco chefes. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008)

No trecho acima, *Zenóbia* nos falou de um momento, o final dos anos 1980, que marcou o começo do trabalho de maneira transversal. Antes, como ela observou, os papéis eram mais definidos e, a partir de então, as funções passaram a se mesclar e as atribuições por

cargos também já não estavam tão claramente delimitadas. Segundo Torres (2007), a partir da leitura de Arendt:

apesar de agirmos, não somos os autores da história, pois o significado da mesma somente pode ser encontrado no “fim”, isto é, de maneira retrospectiva por quem se dispõe a narrá-la. Nessa linha, podemos dizer que a constituição de nós mesmos, de nossa biografia, do sentido de nossa existência, bem como a constituição da comunidade política em que vivemos é uma atividade plural, que é incapaz de ser realizada solitariamente, pois a antes mencionada rede de relações que está por detrás dos negócios humanos não permite que realmente sejamos soberanos e onipotentes. (p.241)

É neste período narrado pela informante que o próprio planejamento urbano esteve se reafirmando como campo de atuação do arquiteto-urbanista e do engenheiro-urbanista, mas também do geógrafo, do economista, do sociólogo, do historiador e de outros profissionais. Os técnicos, segundo Zenóbia, passaram a trabalhar mais com programas e projetos, os quais envolviam, de forma interativa, funcionários com formações distintas. É possível identificar a apropriação de outras formas de sociabilidade entre esses técnicos, a partir desses projetos, que tinham tempo definido. Ela sinalizou que trabalhou bastante, nesse período de transição, com o Programa Guaíba Vive<sup>31</sup>, o qual rompeu, conforme seu depoimento, com a noção de unidade na secretaria. Esse programa representou, de acordo com a experiência de Zenóbia, uma ruptura na lógica de trabalho anterior, entretanto, ele não avançou por muito tempo, pois

o gerente desse programa transversal acabou tendo talvez mais poder do que muitos secretários que faziam parte do... que cooperavam com aquele programa, né. Então, essa coisa da transversalidade, ela funciona assim... ela funciona assim, quando não mexe muito nas estruturas de poder, né. Ou é pra criar uma outra estrutura de poder que depois alguém vai querer... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Aqui, um novo ponto de tensão é apontado por Zenóbia, desta vez sobre as estruturas de poder no âmbito da prefeitura. Quem ocupava um cargo de representação não admitiria, segundo a entrevistada, ficar excluído dos processos de aprovação de etapas desse e de outros programas, isso, em linhas gerais. A proposta rejeitada pelos ocupantes dos cargos de maior poder na secretaria, de então, obtinha uma enorme agilidade nos encaminhamentos, pois

---

<sup>31</sup> De acordo com o site da prefeitura, o Programa Guaíba Vive se constitui através das suas ações integradas com as secretarias municipais de Obras e Viação (SMOV) e do Planejamento Municipal (SPM), dos departamentos municipais de Água e Esgotos (DMAE), de Esgotos Pluviais (DEP) e de Limpeza Urbana (DMLU). Com isso, ele vem desenvolvendo projetos para recuperar, preservar e revitalizar a orla, além de monitorar a qualidade da água. Diversas ações são desenvolvidas para qualificar cada vez mais os quase oitenta quilômetros de margem que o Lago Guaíba oferece. Disponível em < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_secao=188](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=188) > Acesso em 23 dez 2011.

vinculava a estrutura do programa diretamente ao gabinete do prefeito. De um lado, compreendemos que as estruturas conservadoras buscavam manutenção de cargos e de poder; de outro lado, o novo governo buscava implantar a sua visão inovadora na gestão e no planejamento da cidade, porém, conforme Zenóbia, sem pensar na concepção dessas novas formas. Ela ainda faz um comparativo entre esse período e o governo de agora (no ano de 2008), o qual pretende uma gestão mais científica, através do

modelo de gestão do mundo da competitividade, da qualidade, da produtividade, do não sei o quê, que veio da empresa privada, e tá transformando isso numa coisa que é um modelo de gestão com acompanhamento de fato. Lá o outro existia, mas era uma coisa assim, uma estrutura mais informal, ela tinha, na verdade, uma estrutura de tomada de decisão inovadora, mas ela não tinha uma estrutura formal, né. Agora, essa gestão, assim, ela tem essas secretarias, tem os secretários, tem a estrutura oficial da prefeitura, mas ela tem essa estrutura de gerências, né, que o governo funciona com 21 programas e esses programas, os gerentes são sempre pessoas, técnicos da prefeitura. Até que, com raras exceções, que não tiveram pessoas pra encher todos os cargos, mas também é uma estrutura paralela que é pra fazer andar as vontades do governo e tá vinculada a um portal de gestão que tem um acompanhamento, que tem um monitoramento que se mede resultado. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Esse discurso sobre o modelo empresarial adaptado ao poder público já estava assimilado pelo técnico da Orla, o qual foi citado anteriormente, na visita à SPM. Zenóbia, neste trecho, deteve-se na análise das formas de gestão e, nas entrelinhas de sua fala, há a defesa e, de certa maneira, um tom de mágoa pelo não aproveitamento dos técnicos da prefeitura, funcionários de carreira, na implantação das estratégias de governo. Identificamos mais um aspecto recorrente na fala da arquiteta. O planejamento implicaria em tempo de envolvimento com as questões da cidade. A indicação de atores externos a esse processo para ocupação de cargos de decisão poderia interferir, de modo negativo, nos resultados desse planejamento, de acordo com a defesa que ela fez.

Essa demanda do planejamento pela continuidade na atuação de atores do quadro de carreira da secretaria e demais órgãos, segundo a visão de Zenóbia, está bastante relacionada a uma atuação especialmente técnica, no sentido do domínio das questões que envolvem projetar a cidade. Entretanto, essa perceptiva também implica em atuação política no sentido da constituição de uma comunidade identificável, pois estamos nos referindo aqui a órgãos de governo. A confusão no planejamento, especialmente em decorrência das trocas de governo, a cada quatro ou oito anos, pode estar relacionada à falta de identidade de grupos que buscam



ditar as formas do planejamento em determinados períodos. Zenóbia demonstrou uma grande lucidez na avaliação de sua participação nesses processos destacando que

eu acho que a minha atuação, por exemplo, tanto ela é diferente da de outras pessoas porque nunca fui poder político, nunca, sempre fui técnica. Então, assim, meu poder é sempre relativizado com os que tão mandando mesmo, né. Então sempre tive um papel bem técnico. (...) Então, assim, o meu papel foi sempre um papel muito mais de colaboração do que de coordenação de coisas que não são tão assim, importantes, em nível, é, vamos dizer, de estratégia de governo. Eu tive sempre mais assim nessa coisa mais discreta, então... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008)

A ênfase na importância da atuação do técnico no campo do planejamento da cidade está evidente na sua fala e, ao mesmo tempo, está exposta a dificuldade desse técnico, que não possui vinculação político-partidária, em conseguir liderança em projetos, muitos deles que apenas esse técnico ou um grupo de técnicos poderia coordenar. Nesse momento da entrevista, Zenóbia cita o nome de outra técnica, a qual chamamos de Irene e que será apresentada em detalhe mais adiante, neste capítulo. Segundo Zenóbia, Irene foi indicada e mantida em cargo de coordenação de um programa da maior importância no campo da preservação, mesmo mantendo conhecido vínculo com o partido de oposição ao governo, pois ela era a única a desempenhar essa função com eficácia. Com esse exemplo, fica indicado por Zenóbia que existem exceções nas definições de quem coordena projetos e programas, mas elas são muito raras. Ela estaria sugerindo, provavelmente, que o campo do patrimônio, como área mais específica que o (ou do) planejamento, poderia contar com essa situação peculiar. O planejamento parece reiterar a sua forma de campo de interesse do governo, o qual deve sempre ser desempenhado por atores de total confiança para quem está no governo. Um cuidado deve ser tomado no planejamento, o qual é constituído por um campo de disputas e por um conjunto de leis (vide os planos diretores), no sentido de que ele não deve ser objetivado pela legislação, pelos projetos e pelas políticas-partidárias. O planejamento e a preservação para que se mantenham legítimos devem considerar o que Arendt (2007) denominou como a articulação de um mundo comum de indivíduos, configurador da política e do Direito.

Questionada sobre o seu interesse pelo trabalho na prefeitura, Zenóbia ponderou que o mais importante nem sempre é coordenar, mas participar de projetos que terão uma relevância para a cidade. Ela narrou:

eu me lembro quando eu fui fazer a entrevista lá quando a gente é selecionado para trabalhar, que eles fazem aquele monte de testes

psicológicos, e aí eles te perguntam porque que tu quer isso, porque que tu não quer... eu me lembro assim de ter dito naquele momento da entrevista que eu achava o máximo essa coisa de trabalhar com a cidade porque tu não tem um cliente, o teu cliente que tu vai fazer uma casa, o teu cliente é toda uma população de uma cidade, e é um trabalho assim super rico, porque ao longo de trinta anos a gente vê uma diversidade, a gente participa duma diversidade de trabalhos. Isso que eu digo, a coisa de coordenar não é... nem sempre é mais importante, porque às vezes cada processo administrativo que tu responde, um tá tocando de uma indústria, outro tá tratando de uma vila, outro tá tratando de uma questão habitacional, outro tá tratando de um pedido de ampliação do aeroporto, outro tá pedindo, sei lá eu, pra abrir uma via, outro pra detalhar alguma coisa, outro pra aumentar a altura de um prédio, então assim é um trabalho, assim, que ele não tem monotonia, tu passa uma vida inteira descobrindo, assim, cada dia, eu digo até hoje, que cada dia tu aprende sempre alguma coisa. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

A informante, no trecho acima, interrompeu sua reflexão sobre o planejamento e as gestões e passou a se permitir demonstrar a sua paixão por aquilo que envolve o planejamento, colocando-se no lugar de narradora das suas motivações. O trabalho com maior impacto, no sentido da amplitude das ações cotidianas de uma secretária de planejamento está traduzido quando ela falou que “o teu cliente é toda a população da cidade”. É nesse momento que ela revelou ter sonhado trabalhar com projeto urbano, mas que não foi essa a história da secretária, pois a legislação sempre esteve na pauta principal. Ela ainda reiterou sua visão de que o papel do profissional mergulhado num órgão do governo é o de fazer o discurso, reproduzi-lo, com a intenção de promover mudanças, em longo prazo, como ela bem entende. Souza (2006), afirma que o planejador crítico, categoria proposta por ele, não está limitado a otimizar meios de maneira bitolada. “Ele deve envolver-se com questões de valor e pode e deve envolver-se, sem arrogância, nos debates sobre os fins” (Souza, 2006, p.39). Zenóbia nos falou que:

Então assim, nessa profissão de prefeitura, planejador urbano, sei lá qual é o título que a gente tem, é uma coisa assim que tu tem que dizer, dizer, dizer, dizer... que um dia a coisa muda, né. E é interessante que a linguagem muda também, né, lá pelas tantas. Este fim de semana, eu passei praticamente lá dentro do IAB, porque tinha uma reunião do Conselho Estadual e do Conselho Superior do IAB e eles tavam discutindo a atualização do Estatuto do IAB em função da mudança que teve no código civil, né. Então, ontem eu tava lá, eu tava achando muito engraçado, assim, como na verdade o que quase que tu precisa é atualizar uma linguagem, porque de tempos em tempos as coisas têm outros nomes, então lá tinha a categoria sócio benemérito, sócio aspirante, sócio não sei o quê, então assim, quando tu quer mudar uma história, tu tem que fazer o discurso muito tempo, e daqui a pouco aquela lei que é o acordo, que é o acordo que definia uma determinada postura, ele já tem que ter outro acordo que já é outra lei, né. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

A mudança de linguagem e a transformação conceitual aparecem, muito claramente, na legislação urbana, como tratamos nos capítulos anteriores. Há ali colocada a intenção do governo em privilegiar determinados setores e agentes da economia, dispondo-os como base de sustentação política. O desenho da cidade, cumprindo sua função de legibilidade e renovação sustentável, nem sempre esteve contemplado de maneira satisfatória aos cidadãos. A parceria com outras instituições para a formulação da lei urbana máxima, o plano diretor, também é bastante usual. Entretanto, ela ocorre pontualmente e buscando complementar as visões sobre a cidade, do ponto de vista, especialmente, metodológico. Se a universidade é o espaço para o aprimoramento teórico e metodológico, em um tempo mais elástico que o tempo das secretarias, é lá que se encontram novos estímulos para o trabalho com a cidade e renovadas formas de interação e sociabilidade. Na secretaria, Zenóbia ilustrou que,

assim, a gente tem um compromisso...vamos dizer, a grande diferença que tem da universidade é que os tempos são muitos diferentes, né. Vamos dizer, a universidade tem um tempo pra pesquisar e ela não tem pressa de colocar aquilo que ela concluiu na rua. (...) Quando começa, por exemplo, a entrar numa determinada área muitas solicitações é quando tu vê, bom, essa área aqui tá com problema. Aí tu congela aqueles processos e faz um estudo pra resolver o que que tu vai fazer com aquilo ali. Mas mesmo assim, mesmo no momento que tu tá dizendo que tu tá fazendo o estudo, tem a pressão, não mas vamos liberar só esse, vamos olhar só esse, vamos... e aquela ideia de que tu vai poder olhar pra uma coisa um pouquinho mais globalizado e não pra aquele casinho pontual é sempre uma pressão pra ti... ah, no outro ano, na próxima vez tu atualiza e não é bem assim. Então essa coisa dos tempos foi sempre uma... é a mesma coisa que o tempo da economia também, né. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

É o tempo da necessidade imediata, do cotidiano das decisões, que Zenóbia nos falara, em contraponto ao tempo da pesquisa universitária. Ela ainda sinalizou sua intenção em, pelo menos, deixar registrada as etapas de cada processo de decisão, de cada formulação de novas metodologias e estratégias para ação na cidade, pois os projetos e as situações são sempre singulares. Disse que:

eu lá dentro da prefeitura acho que tentei ser um pouco universidade, mas não dá muito certo, viu, porque, vamos dizer, essa coisa da velocidade... queria, pelo menos, ter conseguido construir a cultura do registro, nem isso a gente conseguia. (...) Aquela coisa que vem com uma pergunta assim: ah, então eu posso fazer tal coisa em tal zona da cidade, que é uma zona de interesse ambiental, por exemplo? Aí se faziam bairros estudos assim, grandes estudos, se desenhava com lápis de cor, saiam aqueles mapas enormes assim, todos coloridos... e eu pensava, e isso vai dentro do processo? Não fica aqui pra alguém olhar daqui um dia, de novo, né... Ia

tudo embora assim. Então, se tivesse tido a cultura de construir a memória do que já se foi, talvez fosse mais fácil nos momentos que tu vai parar pra pensar: não, mas peraí, até hoje foi assim, daqui pra frente será como? Parece que existe uma cultura do não-registro, pra não criar um compromisso talvez... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Ela demonstrou uma consciência para analisar a sua atuação em conjunto com os demais funcionários da prefeitura, que pareceu ser própria de quem soube gerenciar harmonicamente tempos, desejos e descompassos, próprios de qualquer campo de atuação, porém potencializados nos setores públicos. Essa forma de pensar como alguém que está saindo, depois de ter cumprido trinta anos de planejamento urbano, parece ser também resultado de décadas de um modo perspicaz para lidar com o serviço público, para identificar o seu lugar, o tempo da fala e do silêncio, as possibilidades e dificuldades junto à prefeitura. Zenóbia ainda indicou uma preocupação com a memória das formas de interpretar os problemas urbanos, que é parte central da memória do ofício do planejador. Se planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, como destaca Souza (2006), assim, os inúmeros processos de planejamento realizados na cidade, em períodos distintos, poderiam, sim, estar registrados como aprendizado para a área, no sentido de identificação das características locais de se fazer o planejamento e ainda de aprimoramento metodológico. Sim, planejamento implica em método, teoria, técnica, tecnologias e muito exercício de argumentação.

Do final da década de 1970 aos anos 2000, quando Zenóbia completou trinta anos como servidora da prefeitura, houve um conjunto de mudanças nas formas de fazer o planejamento. Se ele é feito por técnicos, como ela frisou em sua fala, esses técnicos também precisam ser políticos para bem desempenhar a sua função e para obter resultados nas decisões do legislativo e do judiciário da cidade, do estado e do país, como analisamos no capítulo anterior. Zenóbia falou sobre essa mudança:

Mas eu diria também que entre o momento que eu entrei [na secretaria] e agora tem uma diferença muito grande. Eu acho que mudou muito o que que é trabalhar num organismo de planejamento. Acho que a lógica passou a ser uma lógica muito mais politizada, digamos assim, e isso mudou bastante a prática. Por isso, eu acredito que agora a gente que é técnico tem que trabalhar muito mais. Tem gente que fica brabo ou questiona quando tu diz ah, eu sou técnica!, quando, na verdade, tu é técnica e político, porque tu também tem a tua estratégia, né. Mas eu acho assim, na medida que os governos tão se impondo mais como governos políticos, o nosso papel é muito o de subsídio à tomada de decisão. Acho que a gente tem que trabalhar pra construir hipóteses, pra que os políticos tomem as decisões em cima de coisas pensadas. Então não é a gente, não somos nós que vamos dizer, tem

toda a questão da gestão democrática, tem que ver como é que tu articula com outros atores pra tomar as decisões... mas a gente que é técnico tem muito esse papel de construir alternativas, a partir, vamos dizer, de demandas que hoje não são só mais as demandas que vêm de uma visão técnica. Que são demandas que vêm de visões muito mais variadas. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Questionei, a mim mesma, nesse momento da entrevista, se essa visão integrada do fazer cotidiano do planejamento é compartilhada por outros técnicos. Formulei, então, à Zenóbia, uma questão referente ao que espera o técnico de hoje do planejamento e se esse técnico está preparado para operar com essas novas formas. Ela se manifestou no sentido de pensar sobre como são formados esses futuros planejadores. Na sua fala está indicado o seu entendimento de que o profissional preparado é aquele que pensa as outras áreas de atuação, sabendo conviver e compartilhar com esses outros profissionais.

Não sei como é que tão saindo da faculdade, assim, mas, eu acho que a faculdade é a fôrma, né. Eu sou de uma fôrma que a gente tinha que ser Niemeyer, gênio da forma e agora, vamos dizer, essa questão da gestão democrática não como ela é colocada dentro da faculdade, se tu ainda cria arquitetos para serem excelentes desenhadores de objetos arquitetônicos ou se tu já cria um arquiteto mais preparado... (...) Mas assim, acho que nenhuma profissão ela existe sendo só aquilo que ela é, né, um coisa que tu tem que incorporar. Nenhum projeto, por exemplo, o projeto de um prédio tu ainda pode ser o arquiteto do projeto arquitetônico, mas mesmo o projeto de um prédio, vamos dizer, quantas verdades tu tem que consultar, né, as outras questões técnicas, pra que grupo social, pra que bairro da cidade vai estar, tu tem que considerar uma porção de outras coisas. E as profissões que tentam ser elas muito sozinhas acho que ela também tem que se... E lá na prefeitura, tu vê, todo esse tempo que eu tô lá, só entrou gente nova duas vezes. Claro, né, cada governo entram aqueles que são os CCs, que são a turma dos políticos, né. Essas pessoas entram, ficam, vão embora, vão trocando, vão trocando, elas não chegam a criar raízes. Mas, assim, por concurso teve duas, em trinta anos, entrou duas vezes, sendo que a última entrou não faz muitos anos e entrou na nossa secretaria uma meia dúzia, no máximo. Então, assim, pra dizer que essa meia dúzia possa ter representado uma transformação de ideias, não dá pra se dizer. O que eles trouxeram, vamos dizer, o que eles ajudaram a mudar um pouco foi o espírito do mundo não-tecnológico pro mundo mais tecnológico, né. Mas em termos de formação de ideias, tal... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Se esse profissional planejador precisa saber dialogar com outros profissionais e com aqueles que não dominam a linguagem própria da área, ou seja, os cidadãos consumidores da cidade, conforme acepção adotada por Roncayolo (1980), pois estamos falando em planejar para todos, aproveitei a oportunidade para perguntar à Zenóbia sobre o que ela entendia por

planejamento. Coloquei essa questão no sentido de que essa prática (planejamento) é possível sem o estudo, talvez acadêmico, sobre o que é a cidade. Conceituar cidade, que é o objeto do planejamento, seria uma prática a ser adotada na prefeitura. Ela pontuou que:

é, eu acho que tá na hora de pensar uma coisa que seja um pouco uma coisa, um pouco outra, né. Eu não consigo imaginar... quando eu paro pra pensar assim que a nossa secretaria parou há muitos anos de estudar a cidade, num sentido de até acompanhar o seu crescimento, de ver pra onde ela tá crescendo, quais são as zonas mais densas. De vez em quando tem uma demanda assim, que nem teve a revisão do plano, que se corre lá pra juntar os dados que tem por aí, um pouco no DMAE, um pouco na Secretaria da Fazenda, um pouco da própria SMOV, ali do nosso movimento de processos que são, de alguma maneira, que mostram as mudanças, mas não tem um processo contínuo – ah, vamos ver onde está se construindo mais, onde que tá se densificando mais, onde que cresce mais em altura, onde que surgiu uma economia diferenciada, que se criou novos pólos de centralidade, se criou algum movimento da sociedade que seja significativo, como é que avançou essa discussão, por exemplo, da questão do Porto. Há 30 anos discutem a questão do Porto e nunca tem uma... e o próprio organismo de planejamento ele, nos últimos anos, foi perdendo essa capacidade de articular. Porque uma coisa assim, ó, ter uma super secretaria é uma coisa que nunca foi possível, vamos dizer, durante a época mais do que chamam ditadura, né, teve toda essa tentativa de fazer uma super secretaria de planejamento que mandasse em tudo, nunca se conseguiu isso. E logo que entrou o PT, começou uma coisa de desmembrar esse poder que era uma tentativa de concentração, então as coisas foram indo pra diversos órgãos. A questão da habitação ficou fortalecida no Demhab, a questão da cultura ficou fortalecida na cultura, a do transporte na secretaria do transporte que agora chamam de mobilidade urbana. E a coisa foi se separando, separando, e o papel de uma secretaria do planejamento passou muito de ser um papel de implementar o plano, só. Ela perdeu a capacidade de ser uma secretaria do planejamento, apesar de indiretamente ela ainda continuar com algumas funções, ela perdeu um pouco esse papel. Perdeu bastante esse papel. (...) Então, o planejamento que tem também esse papel de articular com a sociedade, de fazer articulações estratégicas ficou pra ele implementar o plano diretor. Mas as funções de desenvolvimento urbano, de propor projetos estratégicos, não saiu de lá, ficou ainda dito que ainda é, mas só que absolutamente sem força. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Zenóbia ainda destacou que, na sua visão, é necessário compreender uma relação dialógica entre as áreas, de interdependência entre os setores da prefeitura, de um sentido dialético no planejamento e de necessidade de reflexão sobre o que é a própria secretaria, como ela funciona, de que forma ela foi concebida e como ela passou a atuar em governos distintos. Outro aspecto a destacar na fala de Zenóbia está no apontamento de uma proposta de fragmentação dos setores da prefeitura, que foi capitaneada pelos consecutivos governos do PT, e que teve reflexo direto na diversidade de funções realizadas pela SPM. A SPM

passou a ser, desde a descentralização, uma secretaria para implementação do plano e não mais uma secretaria, forte, para planejamento da cidade. Comprovação disso foi, mais recentemente, a criação de uma Secretaria de Planejamento Estratégico na prefeitura.

Esse foi um ponto de ruptura na fala de Zenóbia, pois carregou, ao final, um aparente sentimento de frustração. Tanto investimento com esse trabalho, nesse lugar específico, a secretaria, para ela estar agora sofrendo com um desmantelamento que é produto da principal estratégia política de um dos governos. Propositamente ou não, esse processo de enfraquecimento da secretaria ficou evidente no espaço, visitado por mim, um pouco antes de realizar esta entrevista com Zenóbia. Por outro lado, a secretaria abriga técnicos muito experientes e ainda, incrivelmente, motivados. Seria o caso de fortalecer a SPM, para que ela realizasse aquelas propostas sugeridas no debate do IAB, analisado aqui no capítulo anterior, ou seria o caso de criar um novo órgão, ligado ou não à prefeitura? Essa questão não estava apenas na minha cabeça, mas na pauta das discussões sobre os caminhos para a Porto Alegre do futuro.

Acerca das diferentes formas de diálogo com atores da comunidade, por eles não serem conhecedores do linguajar próprio da área, Zenóbia relatou e refletiu sobre uma das suas participações em cursos de capacitação para o plano diretor:

Eu fui uma vez em uns cursos aí, desses promovidos pelo Ministério das Cidades, para esses planos diretores participativos e me mandaram lá pra uma região que era... não sei como é o nome da região do Rio Grande do Sul, mas a sede era lá em Soledade. Aí eu fui, me pediram pra falar tais e tais coisas, eu preparei. Quando eu cheguei lá, eu tava falando, assim, e eu olhava pra cara das pessoas e vi que *nothing*, não batia, né. Daí eu resolvi fazer a seguinte pergunta: qual é a cidade de vocês? Qual é o tamanho da cidade? ... Porque a minha experiência é Porto Alegre, 1 milhão de habitantes, né. Eu sabia que eu tava indo pro interior, o interior é menor que Porto Alegre, mas aí eu comecei a conversar sobre a cidade deles e aí eu vi que eu tinha que mudar tudo o que eu tinha preparado, porque eles tinham cidades assim que, a cidade – com essa história das emancipações, né – que a cidade é um cruzamento de duas estradas, que tem meia dúzia de casas (também estou exagerando)... mas eu perguntava assim: qual é a população? (...)Então, assim, ó, que que tu... qual é a mensagem que tu vai dar pra uma cidade de 2 mil habitantes, tu vai dizer que ela tem que ter um plano com Solo Criado, com Direito de Preempção, com Alteração Urbana Consorciada, não dá, né. (...) Então, o primeiro passo pra tu trabalhar numa nova lógica é tu poder te comunicar com as pessoas. E comunicar não é um dizer e o outro ouvir, né, comunicar é troca, né, e troca tem com a linguagem em comum. Então essa coisa da linguagem comum é uma coisa bem difícil da gente... até quando fez o plano, tentou fazer essa lei comentada, né, que é pra deixar aquela coisa hermética numa lei mais acessível, mas mesmo assim se passaram quantos anos... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

A imagem do técnico debruçado sobre uma planta e uma lei sem experiência em comunidades é antiga e talvez tenha sido difundida através da postura dos urbanistas de outrora. Além disso, a importância desses primeiros planejadores no contexto porto-alegrense foi explícita na relação com o executivo e o legislativo. A discussão sobre autoria de projetos, os quais, atualmente, envolvem muitos agentes, entre eles representantes de comunidades e da sociedade organizada, é mais um tema que persegue o arquiteto na sua formação e atuação profissional e que está igualmente presente no planejamento. Zenóbia falou sobre os antigos urbanistas-planejadores e sobre a autoria de ideias e projetos para a cidade:

Eles contam pra nós que eles construíram, a turma deles, o grupo de técnicos daquela época construiu o plano, tinha uma assessoria jurídica super forte e tal, eles produziram uma peça legal, uma lei, um texto de lei, e foram pra Câmara... ele [um dos antigos] conta até... que ele diz isso, que naquela época, os políticos eles respeitavam os técnicos. Então o prefeito perguntava pra eles, assim: - como é, dá pra segurar tal coisa, assim?, e eles... o prefeito segurava e ele dizia: vocês dizem e eu assino embaixo do que vocês disserem. Hoje em dia não é mais assim, né. Hoje tem outros fatores. Então, esse nosso plano é muito incrível porque ninguém se sente autor, ninguém se sente autor, ele é um Boeing... É que hoje eu já assisti umas palestras que falam da questão da autoria, hoje é uma coisa complicada, porque as ideias, principalmente nesse tipo de trabalho, área de planejamento: quem é que é autor de uma ideia? Os planos vão se transformando, os produtos, né... essa oficina que teve semana passada, lá, sobre o projeto Centro, são uma porção de ideias que já são discutidas há 20, 30 anos, quem é o autor daquela ideia? Rebaixamento da Mauá na altura da Usina do Gasômetro... nunca ouviu falar nisso? (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Sim, desde os tempos da graduação essas ideias são resultado de discussões. Mais do que isso, elas são debatidas entre arquitetos e para arquitetos. Muitas vezes são levadas a sessões da Câmara de Vereadores, como aqueles dois projetos citados na observação do capítulo anterior. A sociabilidade se dá em torno dessas discussões urbanas e de propostas para reformulações, muitas das quais não são levadas a concretização. A realização desses projetos e, antes, as concepções deles, carregam um sentido de necessidade de renovação, mas de preocupação, bastante marcada em manifestações públicas, com a preservação das formas da cidade.

Temos aqui a configuração de um quadro de memória coletiva a respeito dos projetos e das ideias para parcelas da cidade. Ela é coletiva, pois é partilhada por um grupo social específico, no caso dos arquitetos e urbanistas. Halbwachs (2006) recuperou a observação de Auguste Comte sobre a importância para o equilíbrio mental da quase imutabilidade dos objetos materiais com os quais convivemos diariamente. Essa condição nos oferece uma



imagem de permanência e estabilidade, bem como uma sensação de ordem e tranquilidade diante da companhia silenciosa e imóvel desses objetos, que podem ser pensados também em termos da materialidade urbana.

As imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu. Isso nos leva a pensar por que nos apegamos aos objetos e por que desejamos que eles não se transformem, ou seja, carreguem o sentido tradicional de preservado e intocado. Por outro lado, manifestamos a necessidade de mudanças e recriações pela e da cidade. A transformação é uma demanda dos atores sociais, assim como a estética urbana e a identificação de valores da nossa cultura nas edificações e no espaço.

Lago (2011) escreve sobre os processos de construção do ambiente construído tensionando o discurso das utopias urbanas como uma demanda real da cidade, porém, a qual se encontra nos domínios da fantasia. A distância entre o que se entende por real na cidade e a fantasia utópica estariam relacionadas à produção de imagens do presente descoladas de agentes e de indicativos de processos de mudança. Funcionariam como uma objetivação da interpretação da cidade e de uma circularidade nas construções dos discursos motivadores de projetos e planos.

A entrevistada foi provocada, então, a falar um pouco sobre a sua relação com a cidade, como ela a vê, sobretudo por esse envolvimento tão grande com a formulação de leis e projetos para Porto Alegre. Zenóbia disse que:

é difícil ver separado. Como usuária normal assim, eu gosto de Porto Alegre, eu diria que eu tenho uma visão muito crítica, né. Eu ando na rua muito sempre vendo como não deveriam ser as coisas e como poderiam ser também, né. E quando tu pensa como poderiam ser, com tudo que tu acumulou de idéias ao longo da vida, tem muita coisa que tu quer reformar, né. Não que sejam grandes reformas, assim arrasadoras e transformadoras, não. Uma coisa que eu me preocupo bastante, que eu gostaria de ver uma solução pra melhor seria justamente essa questão da nossa paisagem urbana. (...) Se por um lado tu acredita que a diversidade é uma coisa muito importante; de outro, essa diversidade que muda demais a feição de um determinado lugar, eu acabo achando que é um pouco preocupante, apesar de eu não saber se tem solução pra isso. Vamos dizer assim, a minha utopia seria que a gente pudesse ter cidade tradicional e cidade nova mais ou menos definida, e onde a cidade é tradicional assim, digamos que a cidade mais consolidada há mais tempo, eu acharia que tinha que ter mais respeito com o que já tá. Não sei se isso é possível, se em algum lugar isso aconteceu, mas eu vejo assim – isso é uma coisa que eu tô sempre olhando muito – harmonia da paisagem por onde eu ando. (...) Então, a minha utopia, é claro, que o novo venha, mas ele venha ou pra valorizar o que já tá ou pra, é claro, pra quem trabalha como o global como nós na prefeitura, eu acho que a gente não pode ser rígido, a gente tem que olhar pras coisas com essa perspectiva do novo também. Mas não acho que o novo tenha que destruir o velho, acho

que o novo tem que respeitar o antigo introduzindo (outro tratamento). (...) Mas eu acho que, não sei se estão estudando suficientemente o que é o equilíbrio de uma cidade, onde é que uma cidade explode, né, e o que que é que tem que se fazer pra ela não morrer, mas... (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Zenóbia sinalizou a preocupação com a harmonia entre mudança e manutenção de formas urbanas. O sentido desse equilíbrio talvez esteja em boas propostas de preservação, provavelmente no próprio (novo) conceito de preservação, que carrega o sentido de permanente revisão técnica, tecnológica e teórica sobre como dar a conhecer, aos seus habitantes e aos visitantes, a essência de cada cidade. Poderíamos ponderar com as questões colocadas por Zenóbia acerca das demandas de valor cultural a edificações e conjuntos urbanos e aquelas de renovação oriunda de novos projetos.

Halbwachs (2006) salienta que o ambiente natural traz, ao mesmo tempo, a nossa marca e a dos outros, ou seja, carrega um sentido coletivo a ser reconhecido. Para o autor, a “nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de sociedades sensíveis e invisíveis.” (Halbwachs, 2006, p. 23). Objetos nos recordam costumes e antigas distinções sociais. Sonhamos com o mundo que reconhecemos nas arquiteturas, nos objetos, como se o estilo de um móvel, por exemplo, fosse o equivalente a uma linguagem que ele compreendesse. Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas.

Sendo assim, a entrevista com a arquiteta acabou invadindo o campo da preservação urbana, quando ela foi questionada a respeito da situação do 4º distrito em Porto Alegre. Ela já havia comentado que trabalhara com o tema dessa parcela de Porto Alegre, a qual compreende a entrada da cidade, a interface direta com o Guaíba através do cais Marcílio Dias, a histórica ocupação por imigrantes alemães, italianos e poloneses, depois por proprietários de chácaras e, enfim, a imagem atual de um lugar quase inabitado (ver projetos para essa área, Fig. 20), porém geograficamente integrado à malha urbana mais densa. Pequenas indústrias, muitos galpões de estocagem e alguns pontos em transformação marcam uma leitura mais ampla dos bairros que compõem o 4º distrito, sendo eles: Anchieta, Marcílio Dias, Humaitá, Navegantes, São Geraldo e Floresta. Zenóbia falou sobre o seu envolvimento e a sua utopia para essa área da cidade:

A gente trabalhou lá nos anos 1990 e 2000 e pouco e justamente isso, quanto mais tu vai lá mais, tu acha que ele é legal. Que a primeira impressão que tu tem dele é que ele é uma coisa decadente. Conforme tu vai indo, tu vê que ele é uma coisa que tem vida, mas que precisa de outras coisas, né. Então assim, a minha utopia pro 4º distrito é que ele fosse uma mescla, aí essa coisa do novo com o velho, uma mescla de memória com renovação, né. Só que assim, nesse mundo do empresarialismo é difícil de conversar sobre soluções alternativas, soluções... aí, a gente como técnico talvez devesse aprender a fazer a conta pra conseguir conversar melhor com os empresários. Acho que a gente não tem muito essa prática. E eu acho também que o plano diretor ele foi construído numa lógica mais do conceder do que do articular para conseguir coisas. Então assim, no momento que tu já deu muito pelos dispositivos que estão na lei, fica difícil de tu negociar. Então assim, tem toda essa discussão de função social da propriedade, tem toda essa discussão de um planejamento mais preocupado com o social, mas muito difícil tu conseguir alguma coisa. Tu vê que assim, nessa lei os índices subiram muito. Então, como é que no 4º distrito, por exemplo, já pode o máximo - não vou saber dizer pelos números da lei se é o máximo dos máximos -, mas uma estratégia pra conseguir fazer coisas lá seria que o índice fosse mais baixo e que por operações talvez tu fosse negociando soluções pra determinados pedaços com outros instrumentos que estão, vamos dizer, no Estatuto da Cidade. Mas não, tu já deu 52 metros de altura e um índice relativamente alto, então isso não é um índice que propicia segurar um pouco daquilo que tá lá, porque daquilo que tá lá, a tendência é desmanchar. Teria que ter uma capacidade de projetar super boa pra viabilizar coisas. E acho que existe uma lógica muito grande de que o mercado só se mobiliza quando ele recebe estímulos. Então, é difícil! (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Uma das frustrações dos técnicos do planejamento pode estar sinalizada por Zenóbia na relação com os interesses econômicos de empresários. Não estar alheio à lógica do mercado, pode ser uma atitude a ser assumida pelos sujeitos do planejamento, os técnicos com atuação política também. Ela reclamou de um despreparo do técnico em saber argumentar não apenas através dos projetos, os quais muitas vezes são incompreendidos, mas a partir dos números.

A falta de manejo com as questões econômicas e financeiras da cidade colocam o planejador urbano municipal diante da tarefa cotidiana de compatibilizar o seu trabalho com os interesses privados, já comentados, bem como as forças de competência da União e dos Estados. Essas competências de ordem pública não são poucas e contemplam ações de gerenciamento e mesmo a gestão do planejamento sobre o meio ambiente, a moradia, o transporte metropolitano, os serviços públicos de telefonia, de água e esgoto, de abastecimento de energia elétrica, de segurança pública, de investimentos industriais e culturais, de ensino e saúde. Ou seja, a seara do planejamento da cidade parece ser bem maior que a do planejamento urbano em sentido estrito.



pode representar uma inovação muito maior do que o próprio movimento empresarial. As entrelinhas dos processos de mobilização social nas cidades indicam traços de culturas distintas às formas de fazer o urbano pelos técnicos. A sistematização de condicionantes, legais, sociais, econômicos, técnicos em geral, não se apresenta nesses movimentos. A ausência de formalizações e a dispersão, como observa Souza (2006), marcam essa outra interface do técnico/planejador com a cidade/sociedade.

Zenóbia, em seu depoimento, reiterou a sua convicção de que o importante é manter o discurso técnico, seguir proferindo-o até que os gestores o tomem como uma possível estratégia para a cidade. Está claro, na sua fala, de que a busca por soluções, ou melhor, por propostas para um número maior de pessoas, não é a protagonista dos debates entre técnicos e entre técnicos e políticos. Sobre o planejamento urbano, ela disse que:

eu sou das que acreditam que o planejamento urbano ele tinha que ser feito com vistas de fato de trazer a melhoria da qualidade de vida para todos e conseguir fazer redistribuição, não ter esse mundo cada vez mais para uns e cada vez, no discurso, bons pra todos e na prática... Eu acho que é muito difícil tu chegar num patamar como esse, em primeiro lugar porque teria que ter um sentimento talvez (não sei se é sentimento a palavra), teria que ter uma virada de lógica que tá muito distante de acontecer, sabe. Por isso que a gente tem que ter esperança; quando tu consegue alguma coisa, é bom, mas assim é muito pouco o que se consegue, assim, perto do tamanho do problema. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Harvey (2004) nos leva a pensar no espaço e no tempo como construções sociais, rejeitando as teorias absolutas de Newton e Descartes para o esses dois conceitos. Dessa forma, a produção do espaço e do tempo passa a “ser incorporada ao pensamento dialético” (Harvey, 2004, p. 239). O utopismo da forma espacial traz a ideia da

livre disposição espacial imaginativa destinada a alcançar metas sociais e morais específicas e pode ser transformada na ideia de uma experimentação aberta potencialmente infinita com as possibilidades da forma espacial. Isso permite uma ampla gama de potencialidades humanas (...).(Harvey, 2004, p. 239)

Com isso, refletimos que a configuração do espaço ou a materialização do projeto no espaço urbano comprometeria a cidade e o planejador da cidade a um fechamento e a uma limitação de possibilidades. Isso, segundo Lefebvre apud Harvey (2004) caracterizaria um autoritarismo. Entretanto, o planejamento cumpre a sua função de pensar a produção da cidade, a qual será executada em algum momento pela gestão. O planejador, por essência, trará na sua fala a compreensão de que é necessário realizar, sem abrir mão de sua visão,

muito mais romântica do que utópica, das livres organizações espaciais que grifam a escolha, a diversidade e a diferença.

Feito esse grifo sobre utopismo, a partir das colocações da informante, cabe refletir o período de transição que Zenóbia estava vivendo quando concedeu a entrevista. Zenóbia falou sobre a sua reconstrução como pessoa e como profissional do planejamento no processo de aposentadoria. Ela observou a dificuldade de ficar afastada da secretaria e, sobretudo, dos laços com o planejamento urbano.

Cada vez tô indo menos, mas ainda to indo, ainda tô indo. E também eu tava a fim de esperar a mudança de governo, né, pra ver o que vai acontecer. De repente, se muda o governo e se eu pudesse talvez ficar cedida para alguma coisa, assim. Porque ir pra outro lugar que te dê salário, nem sempre tu consegue, então... ficar mais um pouco, mais um ano e pouco, sei lá eu, eu não sei. Eu tava muito a fim de sair, mas eu me assustei, tu viu aquele dia..., eu me assustei, o meu carro vai sozinho, ele sai de manhã, ele vai sozinho. E não que seja um outro lugar mais maravilhoso, mas é o teu cotidiano, são muitos anos, eu nunca trabalhei noutra endereço, sempre no mesmo. (...) Eu sempre digo, brincando, que um órgão público tem que ser como uma família, tem que ter gente nascendo, tem que ter criança, velho e gente morrendo, tem que ter um passando e tem que ter um entrando. Os que entram renovam muito pela expectativa, pela esperança, pela criatividade... ainda essa coisa de acreditar que o mundo pode ser corrigido e tal. Pega uns da minha idade, já tá mais pra lá do que pra cá. (Trecho da entrevista concedida em 13 de outubro de 2008).

Zenóbia transpareceu a sua vontade de permanecer atuando no planejamento, o qual poderia ser renovado, com novas contratações. Por outro lado, a renovação no campo do planejamento poderia ser marcada pelo uso, a apropriação e a reavaliação de novas metodologias de trabalho e de pesquisa sobre a cidade. A identificação de seus agentes como sujeitos dessa mudança e como elementos centrais nas propostas de intervenção urbana deve nortear os novos passos. A mudança ocorre quando quem atua passa a ver os demais agentes nos seus ambientes de ação e interação.

Tabela 6 – Quadro sinóptico dos pontos da entrevista realizada com Zenóbia, em 13/10/2008.

<b>FORMAÇÃO</b>	<p><b>O estudante tinha que ser um gênio da forma</b></p> <p>“Eu sou de uma fôrma que a gente tinha que ser Niemeyer, gênio da forma e agora, vamos dizer, essa questão da gestão democrática não como ela é colocada dentro da faculdade, se tu ainda cria arquitetos para serem excelentes desenhadores de objetos arquitetônicos ou se tu já cria um arquiteto mais preparado... (...) Mas assim, acho que nenhuma profissão ela existe sendo só aquilo que ela é, né, um coisa que tu tem que incorporar.”</p>
<b>FAMÍLIA</b>	<p><b>A mãe participou da primeira geração de mulheres graduadas no RS</b></p> <p>“minha mãe, no início do século, ela foi a primeira mulher que tirou, na minha época, o que se chamava ginásio e a primeira geração de mulheres que tirou uma faculdade no Rio Grande do Sul. Então, assim, fez curso no exterior em 1940, tu imagina... 45, eu acho. Ela casou em 33 com o meu pai, foi morar nos EUA, fez um pós-graduação lá, depois veio aqui, foi Secretária da Educação. Mas ela e meu pai eram do Brizola, agora se chama PDT. Então teve uma... o meu irmão que fala isso: a mãe sempre dizia que quem não assume politicamente uma coisa, até um lugar que podia ser teu pela competência, por mais competente que tu possa ser, vai ser sempre de alguém do partido.”</p>
<b>DIÁLOGO</b> <b>COM</b> <b>ATORES</b> <b>DISTINTOS</b>	<p><b>O técnico precisa saber se comunicar com a população e saber “fazer a conta” para conversar com os empresários</b></p> <p>“Então, o primeiro passo pra tu trabalhar numa nova lógica é tu poder te comunicar com as pessoas. E comunicar não é um dizer e o outro ouvir, né, comunicar é troca, né, e troca tem com a linguagem em comum. Então essa coisa da linguagem comum é uma coisa bem difícil da gente... até quando fez o plano, tentou fazer essa lei comentada, né, que é pra deixar aquela coisa hermética numa lei mais acessível, mas mesmo assim se passaram quantos anos...”</p> <p><b>Empresários</b></p> <p>“nesse mundo do empresarialismo é difícil de conversar sobre soluções alternativas, soluções... aí, a gente como técnico talvez devesse aprender a fazer a conta pra conseguir conversar melhor com os empresários.”</p> <p><b>Com a universidade</b></p> <p>o meu papel foi muito esse de fazer a articulação entre a prefeitura e as pessoas da universidade. Que não é todo mundo que recebe bem quem vai da universidade. Então, já peguei uma fama de ser a pessoa que sempre recebia. Eu sempre achei assim que, cada um que tu conversa tu acaba saindo maior. Tu tem até que trabalhar pra aquela pessoa, pra dar informação pra ela, mas tu também discute coisas com ela.</p>
<b>PLANEJAMENTO</b>	<p><b>Planejamento urbano para todos</b></p> <p>“eu sou das que acreditam que o planejamento urbano ele tinha que ser feito com vistas de fato de trazer a melhoria da qualidade de vida para todos e conseguir fazer redistribuição, não ter esse mundo cada vez mais para uns e cada vez no discurso bons pra todos e na prática...”</p> <p><b>Interdisciplinaridade do planejamento</b></p> <p>“ela nasceu interdisciplinar, depois ela meio que passou a ser disciplinar de novo, agora vem esse debate que vocês estão fazendo, né.”</p>
<b>PRESERVAÇÃO</b>	<p><b>Utopias</b></p> <p>“a minha utopia seria que a gente pudesse ter cidade tradicional e cidade nova mais ou menos definida, e onde a cidade é tradicional assim, digamos que a cidade mais consolidada há mais tempo, eu acharia que tinha que ter mais respeito com o que já tá. Não sei se isso é possível, se em algum lugar isso aconteceu, mas eu vejo assim –</p>

isso é uma coisa que eu tô sempre olhando muito – harmonia da paisagem por onde eu ando.”

#### **4º Distrito**

“a minha utopia pro 4º distrito é que ele fosse uma mescla, aí essa coisa do novo com o velho, uma mescla de memória com renovação, né.”

#### **Compatibilização**

Nosso papel de planejamento é um papel de compatibilizar. Eu sou uma pessoa assim, ó, não tô lá pra defender o cultural, a política habitacional de interesse social, eu tento enxergar a verdade de cada um e eu me considero sensível a todas as verdades. Então assim, ó, não sou uma que sou contra patrimônio, mas eu acho que a cidade tem que ter seu patrimônio, a cidade não pode ser só patrimônio. Tem toda uma concepção no plano sobre patrimônio cultural que eu defendo como uma das políticas.

## **HIERARQUIAS**

### **Os técnicos antigos falam**

“o grupo de técnicos daquela época construiu o plano, tinha uma assessoria jurídica super forte e tal, eles produziram uma peça legal, uma lei, um texto de lei, e foram pra Câmara... ele [um dos antigos] conta até... que ele diz isso, que naquela época, os políticos eles respeitavam os técnicos. Então o prefeito perguntava pra eles, assim: - como é, dá pra segurar tal coisa, assim?, e eles... o prefeito segurava e ele dizia: vocês dizem e eu assino embaixo do que vocês disserem.”

### **Hoje, a secretaria**

“o papel de uma secretaria do planejamento passou muito de ser um papel de implementar o plano, só. Ela perdeu a capacidade de ser uma secretaria do planejamento, apesar de indiretamente ela ainda continuar com algumas funções, ela perdeu um pouco esse papel. Perdeu bastante esse papel. (...) Então, o planejamento que tem também esse papel de articular com a sociedade, de fazer articulações estratégicas ficou pra ele implementar o plano diretor. Mas as funções de desenvolvimento urbano, de propor projetos estratégicos, não saiu de lá, ficou ainda dito que ainda é, mas só que absolutamente sem força.”

### **Desprestígio ou desrespeito com os técnicos**

“a gente teve uma coisa meio agressiva que foi uma mudança de sala, há meio ano atrás, que o supervisor resolveu transformar a sala que a gente trabalhava, uma sala muito grande pra 3 pessoas, e ele resolveu transformar aquela na sala do Conselho do Plano, que era a maior sala que tinha naquele andar. E aí nos botou em cinco numa sala que tem 4 mesas, ou seja, desprestígio no sentido da hierarquia dele lá, ele nos botou lá num canto. E eu me senti muito agredida.”

## **FORMAS DE SOCIABILIDADE**

- Nas entidades de classe
- Troca entre técnicos, entre técnicos e políticos
- Raros espaços de troca com a população

## **VISÕES SOBRE PORTO ALEGRE**

### **Um olhar utópico sobre a preservação do antigo em harmonia com as transformações propostas pelo planejamento**

“na Barros Cassal tem um prédio velho que eles tão pintando e é impressionante “pinta e fica lindo, né”. É impressionante como a higienização continua... É impressionante porque, vamos dizer, a decadência que cria essa cidade mais morta assim, é impressionante o que ela faz. Então, a minha utopia, é claro, que o novo venha, mas ele venha ou pra valorizar o que já tá ou pra, é claro, pra quem trabalha como o global como nós na prefeitura, eu acho que a gente não pode ser rígido, a gente tem que olhar pras coisas com essa perspectiva do novo também.”



### **5.3 - ... cuidado com o bichinho do patrimônio**

A segunda entrevistada é também uma arquiteta bastante experiente, a qual conheci em 2001 quando fui chamada para participar da elaboração do projeto gráfico do programa Monumenta, em Porto Alegre. Já havia ouvido falar muito sobre a experiência dela antes dessa oportunidade profissional, que me ocupou por mais de um ano. Irene, como optamos chamá-la, trabalhou com planejamento urbano no início da carreira. Formada pela UFRGS, com doutorado em Planejamento Urbano e com vinculação ao Iphan e à Unesco, ela é uma figura central na reflexão sobre como é entendida a preservação cultural nas últimas três décadas no Brasil.

Desde a primeira entrevista, Irene destacou a importância de sua atuação junto aos economistas. Na década de 1970, ela foi para Brasília trabalhar com Plano de Desenvolvimento Turístico. Trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também em Brasília, indicada pelo conhecido arquiteto Francisconi, o qual criou o Propur/UFRGS, em 1970. É especialista pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), conhecido instituto italiano de formação de técnicos em conservação e restauro. No final dos anos 1970, a convite do Aloísio Magalhães, foi trabalhar na extinta Fundação Pró-Memória.

A segunda entrevista feita com Irene, no seu local de trabalho, trouxe a densidade de seus relatos sobre as negociações de projetos em nível nacional e local. Poucas reflexões partiram dela sobre o trabalho do técnico, neste caso da preservação, contrariamente à postura de Zenóbia. Logo no início, quando solicitei que ela me falasse sobre sua trajetória, destacando a sua experiência como coordenadora de importantes programas brasileiros, ela relatou que viu o Monumenta nascer. Nesse momento, ela ainda demonstrava uma preocupação em falar especificamente sobre esse programa, pois ele foi o tema central da nossa primeira conversa.

Por outro lado, Irene manifestou uma resistência e certo constrangimento com as entrevistas, porque entendeu que a sua trajetória não serviria para um estudo de caso. Sugeriu, então, que eu recorresse a outros gestores do programa, pelo país, para elaborar, assim, um perfil médio. “Eu vou te indicar quem é importante tu falares”, destacou. Esclareci que estava pesquisando o nosso contexto porto-alegrense a partir de um método qualitativo e que a

pesquisa, naquele momento, ainda estava definindo o seu recorte. Incompatibilidade metodológica a parte, seguimos a entrevista.

Entre a narração sobre sua trajetória pessoal, Irene nos trouxe um panorama do governo nacional relativo à cultura nos anos Collor:

Assim, é, eu vou começar, na verdade, em 1992... não, eu vou começar antes, vou começar em 89. 89, dois filhos, o meu marido e eu fomos pra Itália porque eu ia fazer um tipo de especialização lá no Iccrom. Iccrom é um órgão que é meio do governo italiano, meio da Unesco, que tem... até o Brasil não tem aproveitado ultimamente o Iccrom e devia aproveitar porque tem uma safra de restauradores brasileiros que passaram pelo Iccrom e depois por confusões mentais dos gestores brasileiros deixaram de ir. Aí, eu fiz essa especialização, o meu marido começou a trabalhar já lá no doutorado. Depois a gente passou um ano na França, aí ele fazendo doutorado e eu fazendo um tipo de pós-doutorado. É, bom, quando nós voltamos pro Brasil, em julho de 1990, o Collor já tinha sido eleito, e aí, a Fundação Pró-Memória estava em “liquidação”, como eles diziam. E aí me mandaram pra Manaus pra fechar a Pró-Memória em Manaus. O Collor já tinha mandado fechar e o ministro Juca Pontes tinha mandado fechar o IPHAN, já tinha extinguido o IPHAN e tudo. Bom, só que ele esqueceu de extinguir o conselho do IPHAN e aí um assessor do ministro da educação, que a gente nunca sabe como agradecer o que chega pra ele, porque o ministro da cultura disse pra ele: ah, tu te encarrega dessa coisa chata, aí, desse patrimônio. Aí, ele conseguiu por iniciativa própria e vontade e coragem inclusive, porque eram tempos de recessão, convocar o conselho do patrimônio no Rio e a partir daí o IPHAN foi se reerguendo. Nesse meio tempo, o Collor já tinha entrado... já tinha CPI, aquilo tudo. Então o governo dele já tinha perdido a força. Mas aí me mandaram pra Manaus, eu até disse pra pessoa que me mandou, eu tenho dois filhos pequenos, ontem eu matriculei na escola... e ele me disse, “ah, eu to transferindo uma senhora com filho paraplégico do Rio de Janeiro pra João Pessoa”, como dizendo, se os teus estão saudáveis do que tu ta te queixando? (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Muito mais do que o descaso com o patrimônio, o desconhecimento da presidência da república sobre a trajetória do Iphan, órgão criado em pleno Estado Novo, levou a atitudes que geraram graves consequências, por parte do então presidente. Irene viveu isso no seu cotidiano e, com muita tranquilidade, seguiu relatando:

Aí, nesse entretanto, nessa situação, um amigo me indicou pro representante da Unesco, que estava procurando, que queria criar um setor de cultura. Nessa época, a Unesco no Brasil era o representante, a secretária dele e um motorista. Era uma sala, assim. Aí, esse representante muito dinâmico, um espanhol, queria começar a dar um caráter técnico pra Unesco no Brasil e aí queria começar pela área de cultura. E aí então bem na época da ECO 92, em julho de 92, eu fui indicada pelo ministro Houaiss pra trabalhar na Unesco. Claro que eu tô te contando muito resumidamente. Teve um vai e vem, e como por convênio, e como é que fala e tudo. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Falar sobre a sua trajetória acadêmica foi um encadeamento quase automático, nesse instante, pois ela estava precisando situar de onde viria o estímulo pelas questões políticas. Falou, então, que a faculdade, na década de 1960, era muito diferente da atual. Os estudantes tinham tempo para participar do movimento estudantil e da vida cultural da cidade. Hoje, o curso de arquitetura é muito braçal, pesado demais para que o estudante possa fazer outras coisas. Naquela época, colegas seus de faculdade como o falecido professor Albano Volkmer (então aluno), conseguiam tempo para mexer (sic) com economia, ciências sociais e urbanismo.

Irene nos falou que seus primeiros trabalhos, ainda como estudante, estiveram ligados ao planejamento urbano:

comecei a trabalhar já, numa empresa espanhola que tava fazendo um estudo dessas barragens que tavam sendo feitas no Rio Jacuí, estudo econômico pra comprovar que o que se perdia em cada enchente valia a pena fazer as barragens. Estudo econômico. Era na “verdade verdadeira” era esse estudo que a gente fez depois pro Monumenta, de viabilidade econômica. Aí eu coordenei a equipe de estagiários que iam nos lugares, Esteio, por exemplo, “quantas casa foram atingidas na última cheia, quantos porcos, quantas galinhas, quantos galinheiros, o que que cada família perdeu”. A gente levantava, fazia uma ficha pra cada família, distribuía as equipes. E até eu fui indicada por um colega meu que agora tá no, agora há muitos anos mora em Curitiba, tá no IPPUC, Cláudio Menna Barreto. Foi oferecido pra ele, ele não podia, como tinha outras coisas, me perguntou se eu queria e eu fui. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Além de trabalhar com projetos de turismo, ela reiterou a importância do convívio profissional com economistas:

havia nessa [empresa] tecnicéria um setor que tratava de turismo. E aí eles me chamaram pra fazer esse plano de desenvolvimento turístico da região sul. Começou em... me formei em 69, começou em 70, esse plano. Aí andei por essa região toda, toda, conheci tudo, tudo, de cabo a rabo todas as praias, todos os hidrominerais, todos os açudes, até o Paraná. Bah, foi uma experiência maravilhosa. E também *aprendi muito com os economistas*, que boa parte deles era economista, são meus amigos até hoje. Até esse olhar econômico sobre as coisas e o olhar da oportunidade também, de aproveitar oportunidades, né, de não ver só pelo lado arquitetônico. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008). [Grifo da autora]

Com o relato dessa experiência, entre uma descrição e outra, Irene começou, finalmente, a narrar histórias:

Aí tem coisas engraçadíssimas: o prefeito de Canela, na época, nos respondeu que “sim, que o município dele era muito lindo para o turismo de fotografia”, (risos), ah, ele já era ecológico, naquela época (risos). E aí ele disse que lá pro lado da Cascata do Caracol, as árvores marginalizavam a estrada, ele queria dizer marginavam (margeavam), risos. Respostas muito engraçadas, assim e tudo. Aí também a trabalhar com técnicos, aprendi a falar espanhol, sem querer quando eu vi eu... a gente passava o dia inteiro trabalhando, assim. Então essa visão econômica, macro-econômica, micro-econômica me ajudou muito, sabe. Isso tudo levantado pra fazer um diagnóstico, e aí depois vinha a proposição. Então a gente trabalhava junto com os técnicos, especialistas espanhóis na proposição. “Ah, aqui podia ter mais um restaurante, olha ali tem um mirador bonito então vamos fazer um belvedere”. Então pra cada município tinha uma proposta, que depois os municípios teriam que implementar, outros não implementaram. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Essas histórias tinham muito de planejamento e pouco de gestão. Souza (2006) nos auxilia a refletir sobre esses conceitos, que podem ser confundidos. Em sua revisão dos termos, Souza (2006) refere-se a um enfraquecimento do planejamento a partir da popularização do termo gestão,

o que é muito sintomático: como a gestão significa, a rigor, a administração dos recursos e problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos, o hiperprivilegiamento da ideia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do ‘mercado livre’. (...) representa a substituição de um ‘planejamento forte’, típico da era fordista, por um ‘planejamento fraco’ (muita gestão e pouco planejamento), o que combina com a era do pós-fordismo, da desregulamentação e do ‘Estado mínimo’. (Souza, 2006, p.31)

Irene relatou uma situação contrária a essa, pois na sua experiência com a empresa espanhola havia tempo para realização de diagnóstico, pesquisa e da futura tomada de decisão por parte dos prefeitos das cidades analisadas. A missão do planejador, conforme Souza (2006), é a de “chamar a atenção daqueles que, para ele, são, ao mesmo tempo, objeto de conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada” (p.36). Mais ainda, a tarefa ainda desse planejador é a de revelar as características de cada lugar, de cada parcela urbana ou de cada cidade, para assim conseguir propor, identificando “problemas e margens de manobra que o seu treinamento técnico-científico lhe permite vislumbrar” (Souza, 2006, p. 36).

Irene narrou ainda a sua transferência para Brasília, que começou com a ida do seu marido para ocupar o cargo de professor da UnB. A cidade de Brasília tinha apenas dez anos

de existência e ir para lá representava uma grande aventura. A carência de trabalho por aqui e as oportunidades por lá, motivaram essa mudança. É importante lembrar que esse era um tempo de ditadura:

ele foi e eu fiquei aqui trabalhando com os espanhóis pra acabar o Plano de Desenvolvimento Turístico. Nesse entretanto, olha a coincidência, já estavam negociando um outro Plano de Desenvolvimento Turístico pra região de Brasília e entorno. E aí em já entrei nessa em Brasília. Então nós dois, naquela época era muito difícil conseguir trabalho, sabe, a ditadura... nossa, não tinha desenvolvimento nenhum, aqui no RS então, era uma coisa pavorosa. As pessoas hoje às vezes se queixam, eu digo vocês não viveram aquela época. Não tinha trabalho pra nada, nem pra ninguém. Ou tu te mandava... não tinha, não tinha hipótese, ainda mais que a gente era de esquerda, a ditadura perseguia. Tive que sair fugida pra Brasília uma vez, ficar um tempo lá e depois voltar. Era uma coisa muito pesada, sabe, muito pesada. Duas pessoas não podiam, na rua conversar, numa esquina, que já vinha polícia pra saber, tinha um pessoal infiltrado dentro das salas de aula, muitos infiltrados pra pescar informações, era um clima muito ruim. Bom, e aí fomos pra Brasília, eu trabalhei com esses mesmos espanhóis (...). Aí fiquei conhecendo bastante a região Centro-Oeste, foi muito legal, pra mim foi uma introdução à Brasília, que era um outro mundo pra mim, eu encontrava gente do Brasil inteiro, eu não conseguia entender nem o que diziam (...) uma coisa impressionante. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

A aridez do período da ditadura se contrapunha às oportunidades apontadas pela informante sobre Brasília:

eu tinha 24 anos, então era uma coisa maravilhosa pra mim, era tudo de oportunidade nova, recém-casada, com companheiro, com a universidade de Brasília que era uma coisa super rica e dinâmica, todos os professores jovens, todos os alunos quase que da idade dos professores, foi uma coisa maravilhosa. (...) né, numa cidade nova, em que tudo são novas perspectivas. Ninguém tinha família, então isso ajudava muito: ou as pessoas se uniam e faziam grupos de amizade ou se atiravam da torre, (risos), não tinha outra alternativa, né. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

E as nossas principais referências em arquitetura, urbanismo e planejamento, de hoje, eram os colegas de Brasília de então:

A Rosa, a Joana, tudo... nós éramos todos da mesma época. Era o Érico Weiber de Pelotas, era o Holanda, daqui era o Coutinho, era o Farret, era o Charles Meyer, era o José Dalbinsky, era ... esse que fez um livro sobre Porto Alegre, o Xavier. (...) do Rio Grande do Sul acho que eram esses. E assim do Brasil inteiro professores, a coisa mais maravilhosa. Aquele minhocão maravilhoso do Niemeyer, uma coisa. (...) aí eu fui trabalhar no Governo do Distrito Federal. Em plena ditadura, governo do DF era governador indicado pelo ditador de plantão. Que era pouco tempo, depois

eu fui pro IPEA (...). O IPEA naquela época era ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ele era um órgão da secretaria... hoje é Ministério do Planejamento, mas naquela época era Secretaria do Planejamento da Presidência da República. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

O IPEA<sup>32</sup> sempre foi um órgão estratégico do governo federal. Atualmente são realizados concursos públicos para admissão de servidores, mas, na época da ditadura isso não ocorria. Irene nos falou que para entrar no Ipea era preciso passar por um curso de planejamento do desenvolvimento, ministrado por um órgão localizado na UnB, mas que era parte da Secretaria de Planejamento. Ela demonstrou satisfação em falar sobre isso e, com certo orgulho, revelou que:

foi uma coisa extraordinária que me aconteceu, porque aí 90 % do curso era visão econômica, que era aquele planejamento macro, macro visão econômica, micro economia, estatística, todas as matéria de economia junto com planejamento. E nisso eu tinha 26 anos. Nossa, era uma carga horária impressionante, era o dia inteiro, e chegava em casa estudava e acordava as cinco da manhã e estudava. Eu tenho foto pálida, uma coisa impressionante. Porque tinha que passar, não tinha condição, se não passasse não entrava no IPEA. Aí passei, entrei no IPEA e aí nessa ocasião tava sendo formado o CNPU, Conselho Nacional de Política Urbana. O Francisconi que iria coordenar, me levou pra lá... até me especializei na época em, olha que coisa engraçada, localização industrial. Eu virei uma especialista em localização industrial e dava cursos de localização industrial, tudo. E, como é que a vida dá voltas... (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Ela mesma falou sobre a importância de lembrar tudo isso. A história do país foi sendo reconstruída na sua fala:

... tá sendo tão bom eu te contar isso, porque eu própria estou me dando conta de coisas importantes na minha vida, sabe. É, nesse curso de planejamento e desenvolvimento, por exemplo, foram técnicos que tavam abrindo a Belém-Brasília, técnicos que tavam abrindo a Transamazônica, com todos aqueles problemas de colonização da transamazônica. Tudo passava por lá. Tudo passando a fronteira oeste, a agricultura da fronteira oeste. Oeste lá Mato Grosso, tudo aquilo, né. Então me deu uma visão de Brasil impressionante aquilo ali, sabe. Realmente me abriu os olhos. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

---

32 O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de TV em canal fechado. Disponível em < [http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1226&Itemid=2](http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=2) > . Acesso em 02 jan 2012.

Retomando o conceito anteriormente trabalhado a partir da obra de Ricoeur (2001), a rememoração da informante Irene está claramente construída a partir desse outro que é o si-mesmo indissociável do sujeito. A dimensão social está igualmente evidente na sua fala, pois ela não perde de vista o panorama histórico da época narrada.

O período da ditadura foi longo, marcante e mereceu destaque na narração de Irene. Como a entrevista havia ganhado um ar de descontração, a arquiteta recuperou a imagem de um episódio com o Serviço Nacional de Informações (SNI), quando ela estava tentando uma bolsa para fazer doutorado na França:

eu concorri a uma bolsa do CNPq, fui até a primeira colocada, mas como eu tinha a ficha suja com o movimento estudantil, não me deram a bolsa. Aí o Francisconi até me levou pra conversar com o Figueiredo, que era o chefe do SNI. Me botou dentro de um opala preto, como eram todos os carros, naquela época, oficiais, lá me fui eu, com 26 anos conversar, 26 é, conversar com o Figueiredo, que era chefe do SNI. A gente entrou na sala dele, ele tava com os pés assim, com as botas em cima da mesa, ouvindo um radinho, gravação de... naquele tempo não tinha escuta telefônica como agora, era com gravador, né. Aí, ele desligou aquilo ali, tirou os pés e veio na minha direção e falou “ah, é tu que quer estudar na França é?”, eu falei: “é”; “mas pra França tu não vai”. “Se tu quiser ir pra Inglaterra, pros EUA, eu te pago tudo”, aquela coisa do eu, né. Falei: “agradecida”. Viramos as costas. Claro que a gente foi pra França, mas não fomos naquele ano, porque aí a gente teve que vender tudo que tinha, ã, ver se conseguia uma bolsa do governo francês. Levamos mais um ano nisso. Aí eu pedi licença sem vencimentos, o meu marido também. Porque ele, o meu marido, quando viu o que tinha acontecido comigo, ele nem pediu pro CNPq, porque a ficha dele policial era muito mais suja que a minha, no movimento estudantil. Ele tinha sido presidente do DCE, então não tinha a menor condição, presidente do DAFA. Aí, é, e lá na UnB o reitor era um...ã... coisa de mar e guerra ... como é... almirante, perseguia todo mundo, uma coisa pavorosa. Aí, ele pediu licença sem vencimentos e em outubro de 76 a gente foi pra Grenoble. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

A leitura desse trecho da entrevista nos leva a pensar na figura de uma narradora de um panorama político para as cidades em tempos de crise. O texto sobre o narrador, de Benjamin, foi uma espécie de sequência, apesar de algumas divergências, de “Experiência e Pobreza”. Em ambos, Benjamin discorreu sobre a relação entre narratividade e empobrecimento da experiência, explicitando sua preocupação com a crescente incapacidade de contar e o esgotamento das histórias. Carregada de experiência e motivada pelo diálogo sobre o planejamento da preservação no Brasil, Irene assumiu o papel de narradora durante esse momento da entrevista.

Em *O Narrador*, Benjamin toma o escritor russo Nicolai Leskov como paradigma de um antigo narrador, aquele que não explica, que não está interessado em trazer uma verdade tácita ao seu leitor, mas cujo interesse reside, especialmente, em manter a abertura do texto como um convite à interpretação singular do leitor. Em tempos de ditadura, como o que foi narrado por Irene, para quem não o viveu, as imagens trazidas na sua fala são suficientes para a interpretação acerca daquele momento ou período. É a forma de ela compor essas imagens que recriam com densidade aquele momento. Entretanto, ela mantém um controle perceptível na forma de narrar e no conteúdo narrado. Com isso, indagamos se estávamos diante de uma narração com movimento e objetivo de transmissão de experiência entre narrador e ouvinte ou diante de um discurso minimamente preparado sobre aquele momento individual e histórico?

Uma das faces da ditadura surge, na fala de Irene, a partir da postura de seu agente militar. Com afastamento temporal, a informante reforça as formas de operar com a opressão que ela e outros tantos técnicos utilizavam. É a fala dela trazendo os modos de agir em tempos de ditadura e contornar situações cotidianas desse período. Para Benjamin, a fonte da narrativa é a experiência, conceito fundamental na sua obra. As narrativas são as histórias contadas de pessoa para pessoa: “quem viaja tem muito para contar” (Benjamin, 1994, p. 205). Isto vincula a construção das narrativas à possibilidade de visitar lugares outros, ao encontro com o outro e com a diversidade. Este é o encontro que a ficção permite. Será através do camponês sedentário e do marinheiro comerciante que Benjamin irá exemplificar as figuras daquele que fica e daquele que vai. Juntando estas duas alegorias, teríamos a conjugação do outro, do estrangeiro, com o velho, o passado.

Benjamin (1994) reflete sobre a necessidade de reconstrução da memória e da palavra em meio à desagregação e ao esfacelamento do social. Argumenta que à experiência e à narratividade, oriundas de uma organização social comunitária centrada no artesanato, opõem-se formas sintéticas de experiência e de narratividade. A informante Irene, com a construção de sua trajetória em ambientes múltiplos, definidos sob o signo do planejamento, reescreve a trajetória do país.

Após o doutorado na França, Irene voltou ao Brasil, em 1979, no final da ditadura. Antes de sua saída para o exterior, já estava se formando, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, um Programa de Cidades Históricas.

Com brilho nos olhos e uma descontração atípica da entrevistada, pensei em uma pesquisa sobre a trajetória do planejamento da preservação ou da preservação no planejamento nessa época de ditadura, com as muitas secretarias obscuras da presidência,



decidindo e implantando grandes projetos urbanos e significativas ações de preservação, na linha da construção de um patrimônio nacional. Muito se pesquisou sobre a construção desse patrimônio, especialmente no trabalho de Chuva (2009), Abreu (2007) e Santos (1996). Entretanto considerando o entrelaçamento da visão do planejador com a do preservacionista, parece que é um debate a ser aprimorado.

Irene, então, explicou seu retorno ao Brasil e seu envolvimento com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), no trabalho com centros históricos, porém, frisando que sempre ocorreu através de um olhar urbanístico. Em fins dos anos 1970, ela foi convidada, por Aloísio Magalhães, a atuar junto ao Programa de Cidades Históricas na Fundação Pró-Memória, conforme segue:

Aí cada vez mais eu fui me dirigindo pra essa questão do patrimônio. Esse Programa Cidades Histórica, PCH como a gente chamava, era um financiamento pras prefeituras. Então a gente trabalhava bastante... com muitos municípios pelo Brasil, cada um com a sua problemática. Até tem bastante relação, assim, enquanto espírito, com o Monumenta. Isso também me ajudou bastante. Foram feitas mais de 350 obras nesse programa de cidades históricas e ele... ã, naquela época era muito assim imposto... Bom, a cidade tinha que fazer um plano diretor, a cidade tinha que montar uma estrutura pra gerir o programa. Então muitas criaram fundações. Estados do Nordeste que não tinham nenhuma estrutura criaram fundações que estão até hoje aí, por exemplo, Sergipe tem a fundação José Augusto que ta lá até hoje, que foi formada nessa época. Muitas criaram secretaria de cultura, muitos outros criaram órgão de patrimônio histórico com base à lei do patrimônio, o Decreto Lei 25. Então isso era legal porque os municípios ou Estado tinham que se organizar, criar sua lei, suas equipes, sua rubrica orçamentária. Isso foi muito legal. Então, com isso aprendi um monte também, trabalhei com muita gente qualificada, porque o IPHAN que fazia análise dos projetos, isso também qualifica. Então, essa foi uma experiência muito bonita. Depois esse... aí, ao mesmo tempo, eu coordenava o GT Brasília de preservação de Brasília, que começou lá em 79 também, porque houve um surto enorme de construção em Brasília. (...) A gente começou desde levantar as antigas fazendas na área do DF, as antigas cidades históricas, porque passava a rota Bahia-Minas por ali, né. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

O gerenciamento dos recursos públicos e a aparelhagem de setores que antes não existiam nas prefeituras, como as secretarias de cultura, compõem esse quadro do planejamento e da preservação em formação no país, segundo Irene. O Iphan já figurava como um órgão de referência em pessoal capacitado. A experiência com os programas, no entanto, estava apenas começando. Para a informante, o trabalho nesse período ainda mantinha um forte caráter de pesquisa, de reconhecimento do que existia, de como as cidades se configuravam, mesmo em termos econômicos e no sentido do patrimônio urbano, como

ocorria com Brasília. No caso do trabalho interdisciplinar ou transversal, como denominou Zenóbia, Irene disse que ele ainda era raro:

Depois que conhecemos o anel, (...) a gente começou a trabalhar com o Plano Piloto, fez uma pesquisa grande mesmo junto aos moradores pra ver o que que eram os pontos de referência deles, o que que eles gostavam, não gostavam. (...) Até era raro quando aparecia alguém... historiador, por exemplo. Era raro. O IPHAN tinha muitos arquitetos. Buenos, o GT de Brasília tinha umas 5 ou 6 pessoas, a maioria estagiários, gente muito, muito, muito capaz, interessados. (...) eles iam a campo, viam cada bairro de Brasília, viam qual era a diferença que tinha, qual era a característica que tinha que ser mantida. A gente chamava de “preservação dinâmica”. Foi um conceito que a gente criou de preservação dinâmica. Porque não podia tratar, nosso princípio, não podemos tratar Brasília como Ouro Preto. É uma outra coisa. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

O reconhecimento das características de Brasília, entendendo-a como uma cidade jovem, trouxe um conceito na fala de Irene, que foi a chamada preservação dinâmica. A partir da sua fala, fica claro que a aplicação desse conceito foi bastante adequada em vista do contexto embrionário em termos de apropriação de diferentes atores sociais daquela nova forma urbana, originária de uma matriz teórica e projetual modernista. O conceito de preservação qualificado pela ideia de dinamicidade aparece, aqui, como o resultado da coleta de dados sobre a cidade nova, a fim de identificar lugares significativos para os grupos sociais. É possível que a informante não tivesse plena consciência da noção de valores dos grupos sociais. Tanto a atribuição de valor aos bens culturais quanto a valorização dos bens já listados ainda hoje são justificadas pela existência temporal.

Ainda sobre esse processo, Irene nos disse que o planejamento urbano era a forma de tratar do objeto da pesquisa de preservação:

*a gente sempre pensou em termos de planejamento urbano, o que que podia alterar, o que que não podia, o que que ia modificar a imagem da cidade, o que que não ia. A gente leu infinitas vezes o texto do Plano Piloto, do Lúcio Costa, tentando decifrar, tirar tudo dele que podia tirar, pra ver o que que ele achava fundamental, o que que era acessório, o que que não – nem fundamental, nem acessório -, o que que era secundário, não é. Muito lindo esse trabalho. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008). [Grifo da autora]*

O plano piloto de Lúcio Costa foi concebido sob um princípio de vanguarda, mesmo em termos de preservação. Ele trazia indicativos para o que seria a futura lei de tombamento da cidade. Ele era tão rico, apesar de ter feições claramente arquitetônicas, que já indicava quais os caminhos a serem tomados para a preservação das formas da cidade. A respeito do

trabalho com o plano, Irene observou que o resultado desse processo foi assumidamente uma leitura própria do planejamento urbano, a estrela da vez:

chegamos a uma legislação de desenvolvimento urbano, do plano piloto, definimos um perímetro, cada zona com a sua característica, o que que podia, o que que não podia. Bom, aí, nós todos muito jovens e acreditando em planejamento assim: “deus no céu e planejamento na terra” (risos). (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Nesse período, o governo federal ainda não contava com o Ministério da Cultura, órgão fundamental para a implantação de formas eficazes de gerenciamento dos projetos e programas de preservação no Brasil. Ainda existia apenas o MEC, que era responsável pelas áreas da educação e da cultura, conjuntamente. É nessa época que surge um personagem fundamental na história da preservação de Brasília:

um dia irrompe o José Aparecido... aí, foi criado o Ministério da Cultura, o Zé Aparecido foi o primeiro ministro. Aí, um dia ele entra na nossa sala e diz “ó, vamos preparar um dossiê que eu vou inscrever Brasília no Patrimônio da Humanidade”. Ah, (espanto) foi um tsunami, assim, ai meu deus do céu, por que? Porque nós já tínhamos a essa altura, não, já tínhamos uns 6 anos de estudo, nós já tínhamos muito material, nós conhecíamos tudo, tudo, tudo, tudo, tudo e... já tínhamos cartografia. Então ele sabia que a gente já tinha elementos pra instrumentar bem um dossiê com pedido de inscrição no patrimônio mundial. Aí ele fez um decreto, ele era governador indicado, não havia câmara ainda estadual, câmara de deputados, que Brasília é um Estado, não é um município, então, não havia ainda câmara de deputados, portanto teve que ser um decreto, e ele fez um decreto tombando Brasília. E a gente preparou um dossiê, foi coisa de meses, assim, reunindo aquela documentação toda, e todas as argumentações e tudo, e ele - político mineiro – foi trabalhando junto à Unesco, junto aos representantes dos países, porque já Austrália e o Canadá tinham tentado inscrever bens contemporâneos e não tinham conseguido. E ele, como muito bom, faleceu agora faz pouquinho, como muito bom político, uma raposa, coisa impressionante, nossa senhora, tipo assim, não sei se tu nunca ouviu falar do Benedito Valladares, que foi o mais político, mais político, mais político de Minas. Ele tem uma, só pra contar o espírito do Zé Aparecido através do Benedito Valladares, o Benedito Valladares tá fazendo um discurso: “é assim e assado e cozido” e acaba o discurso, aquela multidão, ai vem um rapaz “ah, doutor Benedito, mas que bom, como é que tá o senhor”, e assim, o Benedito pergunta pro rapaz: “e o teu pai?”, daí o rapaz fica todo atrapalhado: “doutor Benedito, meu pai morreu há um ano”, aí o Benedito: “morreu pra ti, filho ingrato”, sabe essa coisa de dar a volta por cima, assim era o Zé Aparecido. Nossa, contrário do Curtis, o Curtis dizia que ele não era bailarino pra ter jogo de cintura. O Zé Aparecido só tinha jogo de cintura, só tinha jogo de cintura, uma coisa impressionante. E ele foi trabalhando, o José Montello era o representante brasileiro lá na Unesco, ajudou ele muito, era amigo dele da época do Jânio, porque o José Aparecido foi chefe de gabinete do Jânio. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Político hábil, José Aparecido é mais um dos atores centrais na fala de Irene. Era tempo de implantação do Iphan regional, no contexto gaúcho. No Rio Grande do Sul, o empreendedor para a vinda do Iphan foi o arquiteto Julio Nicolau Barros de Curtis. Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, responsável pela disciplina de Arquitetura Brasileira, aquela em que os alunos viajavam por um mês pelo país, em um ônibus, colecionando objetos que representassem a nossa arquitetura, como azulejos, janelas, portas, tijolos, esculturas, entre outras peças. Essa foi uma das primeiras histórias que ouvi quando entrei na faculdade. Primeiro diretor do Iphan-RS, o professor Curtis passou a trabalhar como antiquário, após sua aposentadoria na Universidade. Um perfeito colecionador de objetos e de histórias.

Acerca das questões do Iphan-RS, a tese de Meira (2008) explica que o primeiro bem tombado no RS, em nível nacional, foi uma casa rural missioneira, destruída com o passar o tempo. O amadurecimento do órgão federal no RS esteve bastante relacionado ao contexto das Missões. Sobre a atribuição de valores e o tombamento de bens no estado, Meira (2008) salienta um olhar para o patrimônio dos séculos XIX e XX, ou seja, os bens preservados a partir do critério da relevância nacional são relativamente recentes. Meira (2008) grifa que:

No século XIX, ocorreram as guerras e as revoluções mais significativas no estado e, se considerarmos que a maior parte do acervo tombado foi por valores históricos, já era de se esperar que fosse um período com grande incidência de bens protegidos. Houve uma atenção especial em relação ao período da Guerra dos Farrapos (...) Alinhadas com a história oficial, enaltecedora dos heróis relacionados à figura do gaúcho guerreiro, essas escolhas estão relacionadas com a louvação dos positivistas ao “centauro dos pampas”. (p.426).

Os objetos e os espaços nos falam, de nós, de como nos vemos e daqueles que os fizeram e os utilizaram. Um exemplo da valoração quase exclusiva dada ao período farroupilha como momento de maior relevância na história do RS está visitável no Museu Julio de Castilhos, na sua exposição de longa duração. São objetos, documentos e textos redigidos a partir de uma leitura desse momento da história gaúcha.

Outro aspecto relevante da trajetória gaúcha na preservação de bens arquitetônicos e urbanos está, na constatação de Meira (2008), de que a maior parte dos bens tombados está localizada na região metropolitana de Porto Alegre e na região de imigração italiana. “As escolhas valorizam a centralidade da capital e a região nordeste do estado” (Meira, 2008, p.427), sendo que a definição de critérios para a listagem ou o tombamento em outras regiões não foi aprimorada, segundo tese da autora citada.

O olhar de garimpeiro do colecionador ou daquele que atribui valor a determinados bens é resultado da sua relação com o mundo. No caso do Iphan-RS, a determinação de valores para a listagem de bens esteve claramente marcada em dois momentos, sendo o primeiro concomitante à formação do patrimônio nacional, durante o Estado Novo no Brasil, quando foram eleitos os bens relacionados ao contexto missioneiro e à Revolução Farroupilha; o segundo momento foram os anos 1970-80, “quando os tombamentos nas áreas de imigração ocorreram em decorrência da política da instituição que buscava reconhecer o mosaico cultural brasileiro. No restante, foram tombamentos pontuais, isolados e desvinculados de políticas públicas mais abrangentes” (Meira, 2008, p. 427).

Sobre as mudanças de residência e de cidade descritas pela informante Irene, retomamos a teoria de Halbwachs (2006), quando o autor observa que a “estabilidade da habitação e sua aparência interior não deixam de impor ao grupo a imagem pacificante de sua continuidade” (p.51), ou seja, as mudanças podem representar uma perda de identificação com o grupo, uma dispersão. Por outro lado, “quando os membros do grupo estão dispersos e nada encontram em seu novo ambiente material que recorde a casa e os quartos que deixaram, quando permanecem unidos pelo espaço é porque pensam nessa casa e nesses quartos” (Halbwachs, 2006, p.52). É possível que essa teoria traga algumas pistas para a reflexão das formas e dos significados da preservação da cidade.

Em relação à imutabilidade dos objetos e, por outro lado, à perda de referências afetivas provocada pelas mudanças urbanas, cabe citar situações extremas. O exemplo de Lynch (1972) sobre a reconstrução de Londres após o incêndio de 1666, quando a cidade acabara de sofrer uma epidemia de peste e, logo a seguir, veio uma segunda devastação, é altamente ilustrativo. Londres era, na época, a terceira cidade mais rica da Europa e estava edificada em madeira. A reconstrução seguiu um plano de habitações em alvenaria, com edifícios construídos com tecnologia à prova de fogo. A fiscalização nas obras controlava o limite das propriedades e a qualidade das construções. Entretanto, a cidade comprovou que mais de 40% das casas recém-construídas permaneciam vazias e que a quarta parte da população desabrigada não havia regressado ainda. Por um lado, os comerciantes acharam vantajoso se fixarem nos subúrbios, livres das restrições e dos impostos da cidade gremial. Os pobres, por sua vez, não conseguiam se adaptar às casas de alvenaria. Mais da metade do dinheiro dos impostos foi gasto na reconstrução da Igreja de San Paul, considerada um importante símbolo da cidade.

O esforço financeiro da reconstrução agravou o fracasso histórico que supunha a incapacidade da cidade para se adaptar a uma nova economia e a uma organização espacial e social também novas. A tendência a restaurar a imagem do entorno, tal como era antes, a recriar um ambiente do passado, era bastante óbvia e tinha raízes tanto práticas quanto simbólicas. Como descreve Lynch, investiu-se tempo e dinheiro em ações simbólicas: a reconstrução de San Paul, a construção do Monumento ao Povo, a edificação de novas sedes gremiais e a celebração de uma festa cerimonial entre as ruínas.

Outro exemplo distinto do que ocorreu em Londres está na própria Paris haussmaniana e nas cidades devastadas pela guerra. A perda de referências e a destruição dos símbolos da cidade estão presentes nessas transformações. Halbwachs (2006) afirma que é:

Assim [que] se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apagam números e figuras. (p.55).

Pensar em que os moradores se apercebem do aspecto material da cidade, considerando que a maior parte certamente se sentiria bem mais sensibilizada com o desaparecimento dessa rua, desse prédio, daquela casa, do que pelos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos. Essa passividade das pessoas reforça a impressão que resultava da imobilidade das coisas. Por outro lado, se o sujeito da preservação que atua junto aos projetos e programas compreender essa relação aqui exposta, pode se valer dela para a justificativa das supostas relações existentes ou não entre grupos e comunidades com um patrimônio cultural da cidade e da nação. Essa pode ser, no entanto, uma construção ingênua sobre os argumentos propostos no âmbito da transformação da cidade a partir de projetos e planos.

Numa grande cidade moderna seria preciso observar principalmente os bairros antigos ou as regiões relativamente isoladas, de onde os moradores só se afastam para ir ao trabalho e que formam uma espécie de pequenos mundos fechados. Segundo Halbwachs, entre a moradia e a rua sempre estão ocorrendo mudanças, as relações de vizinhança sempre se multiplicando. Com isso, observa-se que a transformação das cidades são bastante objetivas sobre os grupos sociais, ao passo que as inquietações individuais não têm consequências porque não tocam a coletividade. Mas qual seria a melhor alternativa de justificativa de preservação para uma cidade jovem como Brasília? Para quem está de fora das questões da cidade, parece ser praticamente impossível elaborar um argumento convincente

para o seu tombamento, em âmbito mundial. É e foi preciso mesmo estar mergulhada naquele contexto para enxergar soluções de planejamento e preservação. Irene seguiu relatando sobre a inscrição de Brasília como o primeiro bem moderno a ser reconhecido como Patrimônio da Humanidade:

Aí a gente preparou o dossiê, o Zé Aparecido foi costurando as pontas por baixo, assim, e aí foi levado o dossiê, o ICOMOS aprovou, ICOMOS internacional, o comitê do ICOMOS aprovou e aí foi levado à assembleia geral. O Zé Aparecido fez uma movimentação tão silenciosa, tão rápida, que quando o Canadá e Austrália viram, Brasília já tava inscrita. Quiseram impugnar e foram fazer discurso na tribuna, não adiantava mais. Foi o primeiro bem moderno, né. E a gente puxou aquilo tudo, André Malraux que cunhou “a capital da esperança”, ele que cunhou o nome “capital da esperança”. A gente foi buscando referências de todos os lados, né. Sempre com muita base em estudos, pesquisa. Ele foi muito malandro também, porque na hora em que Brasília foi inscrita, ele já convidou pra reunir a próxima reunião, que eles tinham na época tinha uma reunião anual, quase certeza que agora são duas ou três até. Seria em Brasília. Então isso foi muito simpático, sabe, era um brasileiro convidando, como foi mesmo em 88 a reunião do comitê internacional foi lá em Brasília, foi no Itamaraty até. Então, chegou lá.

Bom, então, paralelamente ao Programa de Cidades Históricas, eu coordenava essa coisa do GT Brasília, trabalhava com outras cidades históricas, bah, eu tinha oportunidades maravilhosas de viajar por esse Brasil inteiro. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Os bastidores do planejamento e da preservação nacional foram sendo descortinados pela informante. Irene manteve uma linearidade na sua narração, sem cometer equívocos de datas e nomes. Mesmo com interrupções de colegas na sua sala de trabalho e do telefone que tocou algumas vezes, durante a entrevista, ela esteve muito segura na sua fala. Depois de atuar junto ao Ipea, ao Programa de Cidades Históricas para a Fundação Pró-Memória, quando houve a extinção pelo governo Collor da Pró-Memória, Irene passou a integrar o quadro do Iphan, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

Após o tombamento de Brasília, Irene voltou à Europa, com a família, desta vez para fazer pós-doutorado. Ela tinha interesse em pesquisar a origem da preservação urbana, mas, com os filhos pequenos, não foi possível realizar um bom estágio de pesquisa. Quando provocada a falar sobre a tese de doutorado, ela mesma se surpreendeu, depois de tudo o que havia me contado. Sua tese acompanhou, segundo ela mesma, a sua transição entre o planejamento urbano e a preservação. Apesar de transparecer na sua entrevista que o planejamento nunca a abandonou, Irene conclui que a doutorado, para ela:

Foi um período em que... que eu já tinha tido contato antes de sair do Brasil com esse programa de cidades históricas, já tava bem engajada nele, mas ainda aquela coisa do planejamento modernista ainda tava na minha cabeça. Então eu escolhi como tema um movimento que teve depois do 25 de abril em Portugal, chamado “Sau”. Sau era um Serviço de Arquitetura e Urbanismo para populações carentes. Era tipo uma cooperativa que, a cooperativa era de arquitetos com operários, faziam projetos conjunto, faziam a obra conjunto, em conjunto. Uma coisa muito linda assim, pós-revolucionária, sabe, ainda com aquele espírito coletivista, todo mundo junto, vamos fazer mutirão. O ministro da educação na época era o Nuno Portas, não sei se tu já ouviste falar nele. Ontem, anteontem estive com ele lá, no Porto.

Pois é, assim, acho que foi por aí, mais ou menos. (Trecho da entrevista concedida em 10 de novembro de 2008).

Souza (2006) nos fala sobre a inserção de profissionais com formação distinta ao arquiteto atuando em planejamento urbano, em países com tradição e cultura consolidada em planejamento. Para o autor, é um equívoco relacionar a figura do planejador exclusivamente a arquitetos. Souza (2006) defende ainda que o arquiteto desenvolve uma modalidade de planejamento mais relacionada ao desenho urbano e ao urbanismo, apesar de não estar restrito a isso. Entretanto, vamos ponderar que a visão aqui encontrada de planejamento e preservação, a partir da experiência de Irene é mais complexa que os apontamentos do referido autor. Ela já sinalizou, desde o início da entrevista, que havia buscado complementar a sua formação, mantendo diálogo com outras áreas do conhecimento, sobretudo com a economia. Souza (2006) recomenda que arquitetos preocupados com o planejamento devam beber nas fontes de outras áreas, especialmente, “com os componentes mais importantes e representativos do arsenal conceitual, das discussões teóricas e dos procedimentos metodológicos das ciências sociais” (Souza, 2006, p.59). Ele ainda complementa que “de sua parte, os cientistas sociais envolvidos com pesquisa urbana precisam superar sua usual ignorância em matéria de Arquitetura” (Souza, 2006, p.59).

Por outro lado, devemos salientar que o exposto pela informante foi da ordem do aprendizado na comunicação entre as áreas, já apontada pela primeira entrevistada, Zenóbia. Não apenas na linha de uma compreensão de conceitos, abordagens e matrizes teóricas, os relatos trouxeram a certeza dessas arquitetas de que o seu papel junto às instituições públicas e aos projetos urbanos e culturais, esteve centrado na visão delas sobre a cidade.



**Tabela 7** – Quadro sinóptico das entrevistas realizadas com Irene em 28/10/2008, 10/11/2008 e 19/05/2009.

<b>FORMAÇÃO</b>	<p><b>O estudante tinha tempo para participar do movimento estudantil e da vida cultural da cidade</b></p> <p>“Bom, eu fiz arquitetura como todo mundo. Nosso curso era muito, muito, muito deficiente naquela época, se eu comparo com hoje. Se eu comparo com o que a Sofia estudou e com o que a gente estudava, era um... mas era muito fraco, muito fraco. Agora tinha uma grande virtude porque as pessoas podiam fazer outras coisas durante a graduação. Porque hoje os alunos ficam... nem podem pensar noutra coisa. A gente fazia política 24 horas.”</p> <p>“Então como o curso não era como é hoje, um trabalho em cima do outro, três, quatro, tudo pra entregar no mesmo dia que é um absurdo. É um trabalho manual, um trabalho manual, a pessoa não consegue nem pensar no que ta fazendo. A gente pensava e discutia o tempo todo. Discutia, discutia e via cinema novo e fazia política e ia ao teatro, era uma vida cultural muito intensa.”</p>
<b>FAMÍLIA</b>	<p><b>Parceria profissional e de vida com o marido, também arquiteto</b></p> <p>“A gente optou por primeiro se firmar bem profissionalmente pra depois ter filhos. Aí quando a gente voltou do doutorado, aí logo depois a gente teve os dois. Aí com a vida já mais arranjada, ajeitada. A pessoa sem dinheiro, com filho no exterior, olha, eu acho que são heróis. Quem vai com pouco dinheiro com filhos pro exterior.... Eu vi porque da segunda vez eu já tinha dois, eles já eram grandinhos (...) muito difícil. Muito difícil, porque aí tu não conta com ninguém pra te ajudar, é tu em tudo. (...) Então isso me desconcentrou muito, sabe. Tinha dever de casa, tinha, sabe, dois meninos pequenos pra cuidar, não é fácil. Mas foi maravilhoso, aprendi horrores de coisa, tudo.</p>
<b>DIÁLOGO COM ATORES DISTINTOS</b>	<p><b>Compartilha da opinião de Zenóbia, nesse aspecto, salientando a importância de saber dialogar com todas as pessoas e ainda manter um contato estreito com o campo da economia</b></p> <p>“Eu tratava com as pessoas mais diferentes, desde quilombolas, índios, prefeitos, ministros, pastores evangélicos lá das igrejas do Roriz, do Distrito Federal. Tive que falar nas mais diversas ocasiões com os mais diversos públicos, sabe. Então, isso me ajudou demais. Assim, eu acho que o reconhecimento mais bonito que eu tive foi de uma quilombola, foi uma coisa linda, assim, foi a primeira reunião que eu tive no congresso nacional, a primeira reunião que os quilombolas do Norte se encontraram com os quilombolas do Sul, pareciam que eram do mesmo lugar, com os lencinhos na cabeça, falavam palavras em comum que ainda vinham do linguajar africano. Ai que emoção pensar que eu tava ali junto. E aí, no fim da tarde, tinha tido uma reunião no Itamaraty, num salão daqueles, e aí todo mundo saiu, ficou ali no hall do Itamaraty e aí eles começaram a dançar músicas que eles lembravam e pontos de umbanda, todo mundo de seu as mãos e fez uma roda, assim, todo mundo começou a dançar, e uma líder quilombola me disse: “obrigada pela cumplicidade”. Bah, aquilo, eu comecei a chorar, chorar, me emociono até hoje, assim, porque eu acho que assim, como as populações que nunca foram reconhecidas, que tem uma dificuldade muito grande porque, sempre tudo foi contrário a elas, elas sempre só receberam do Homem branco notícia ruim, e ela me dizer aquilo, porque, melhor coisa que tem é tu ser cúmplice de alguém, né, porque se tu é cúmplice é porque tu entendeste aquela pessoa, não é. O maior elogio que eu já recebi na minha vida foi dessa quilombola, que eu nem sei de onde ela era... era uma roda grande. Aí eu dizia assim, “amanhã, aqueles diplomatas todos enfatiotadinhos vão voltar pra vida de trabalho e nem sabem o que que aconteceu de tão simbólico nessa noite, aqui, nesse hall, não podem nem imaginar”. Tudo de salto alto assim, senhores de si. O que que aconteceu de noite, ponto de umbanda no hall no Itamaraty, pra eles é uma coisa impensável, né.”</p>

<p><b>PLANEJAMENTO</b></p>	<p><b>Planejamento (estratégico) e planejamento urbano</b></p> <p><b>Visões do Brasil</b></p> <p>“nesse curso de planejamento e desenvolvimento, por exemplo, foram técnicos que tavam abrindo a Belém-Brasília, técnicos que tavam abrindo a Transamazônica, com todos aqueles problemas de colonização da transamazônica. Tudo passava por lá. Tudo passando a fronteira oeste, a agricultura da fronteira oeste. Oeste lá Mato Grosso, tudo aquilo, né. Então me deu uma visão de Brasil impressionante aquilo ali, sabe. Realmente me abriu os olhos.”</p> <p><b>A gente sempre pensou em termos de planejamento urbano</b></p> <p>“sempre a gente pensou em termos de planejamento urbano, o que que podia alterar, o que que não podia, o que que ia modificar a imagem da cidade, o que que não ia”.</p> <p><b>Deus no céu e planejamento na terra</b></p> <p>“nós todos muito jovens e acreditando em planejamento assim: “deus no céu e planejamento na terra” (risos).”</p>
	<p><b>PRESERVAÇÃO</b></p> <p><b>Atuação técnica/política</b></p> <p>“como eu nunca fui muito arquiteta de prancheta, sempre transitei muito, eu às vezes até acho o meu vocabulário técnico um pouco tosco, porque eu nunca descii assim. Por exemplo, se tu me perguntares o nome de todos os elementos que compõem um prédio histórico, eu não vou saber, o pessoal do IPHAN sabe, tudo, é a cimalha, o não sei o que, eu sempre fui generalista, sabe, eu acho que me define bem o que eu fui é generalista, porque eu não entrei pro IPHAN pra ser arquiteta de restauração de prédios, eu sempre mexi com planejamento urbano, desde o início.”</p> <p>Refere-se ao conceito de <b>preservação dinâmica</b>.</p>
<p><b>HIERARQUIAS</b></p>	<p><b>Refere-se a muitos atores, de relevância no cenário político nacional, com os quais conviveu proximamente</b></p> <p>Houaiss, Weffort, Aloísio Magalhães, José Aparecido, Francisconi, Frederico de Holanda, e tantos outros.</p> <p><b>Narra o contato com Figueiredo, nos tempos de ditadura</b></p> <p>“Aí, a gente inventou de fazer doutorado na França. Tentou uma primeira vez em, ãã, em 75, aí... (risos)... era o seguinte: em cada ministério tinha, chamava DSI, que era Departamento do SNI dentro do ministério. Então eu concorri a uma bolsa do CNPq, fui até a primeira colocada, mas como eu tinha a ficha suja com o movimento estudantil, não me deram a bolsa. Aí o Francisconi até me levou pra conversar com o Figueiredo, que era o chefe do SNI. Me botou dentro de um opala preto, como eram todos os carros naquela época oficiais, lá me fui eu, com 26 anos conversar, 26 é, conversar com o Figueiredo, que era chefe do SNI. A gente entrou na sala dele, ele tava com os pés assim, com as botas em cima da mesa, ouvindo um radinho, gravação de... naquele tempo não tinha escuta telefônica como agora, era com gravador, né. Aí, ele desligou aquilo ali, tirou os pés e veio na minha direção e falou “ah, é tu que quer estudar na França é?”, eu falei: “é”; “mas pra França tu não vai”. “Se tu quiser ir pra Inglaterra, pros EUA, eu te pago tudo”, aquela coisa do eu, né. Falei: “agradecida”. Viramos as costas. Claro que a gente foi pra França, mas não fomos naquele ano, porque aí gente teve que vender tudo que tinha, ã, ver se conseguia uma bolsa do governo francês. Levamos mais um ano nisso.”</p>
	<p><b>FORMAS DE SOCIABILIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços políticos como IPEA, Unesco, Ministério da Cultura, IPHAN.</li> <li>• Oficinas de planejamento, com representantes de prefeituras</li> </ul>

**VISÕES SOBRE  
PORTO ALEGRE**

**A partir da gestão da prefeitura**

“a prefeitura de Porto Alegre era uma maravilha, ainda é, relativamente... Olha, eu trabalhei em muita prefeitura por esse Brasil. Eu passava tapando de elogio o tempo todo, porque é uma prefeitura muito bem montada e tinha resposta pra tudo, coisa extraordinária, fico completamente bestificada, até hoje, bons técnicos, bem organizada em relação a outras.”

**5.4 - O meu cliente é toda a população de um país**

No campo dos estudos da memória e do sujeito da história, o diálogo com a obra benjaminiana é de vital importância a fim de pensarmos a experiência e a figura dessas narradoras dos seus campos de atuação, ou ainda, dos seus ofícios como técnicas. Segundo a filósofa Jeanne-Marie Gagnebin, Benjamin propõe que a construção do conhecimento passa pela alegoria, pelo passado e pela tradição, fazendo desta proposta outro modo de construir história, em contraponto ao racionalismo tão pregnante no início do século XX. Gagnebin (1994) anuncia seu comentário sobre um aspecto essencial na filosofia de Benjamin, porém pouco estudado que é sua teoria da narração. Para isso, pergunta-se o que é contar uma história, histórias ou a História? A filósofa desdobra esta questão buscando os comentários de Benjamin sobre história e historiografia, para logo dizer que falar da teoria da narração em Benjamin leva, necessariamente, a falar sobre o tema da experiência.

O tema da experiência, como citamos anteriormente, é central na obra de Benjamin e é explorado a partir da problemática das condições trazidas pelo capitalismo e pela sociedade industrial, característica do indivíduo solitário, desvinculado da tradição e do coletivo. Podemos entender que a experiência de Benjamin, provém da tradição compartilhada por uma comunidade humana, ao passo que a vivência se caracteriza por aquilo que o indivíduo reflete no seu isolamento, na solidão, sem desconsiderar a contribuição esse segundo sentido na construção de narrativas.

Na obra das Passagens (2006), a teoria da experiência é entendida como gênese da teoria da *mimesis*: “a experiência repousaria sobre o dom de produzir e de perceber semelhanças; um dom que sofreu profundas modificações ao longo da história da espécie humana. Originalmente um comportamento sensível e qualitativo do homem em relação às coisas, transformou-se, do ponto de vista filogenético, cada vez mais na faculdade de perceber semelhanças não-sensíveis que consistiam para Benjamin na capacidade da linguagem e da escrita. Diante do conhecimento que se baseia na abstração, a experiência benjaminiana

procurava preservar um contato imediato com o comportamento mimético. Ele se preocupava com um saber sensível que não apenas se alimenta daquilo que se apresenta sensível aos seus olhos, mas também consegue apoderar-se do simples saber e mesmo de dados inertes como algo experienciado e vivido”.

No texto sobre *intérieur*, habitar significa deixar rastros, ou seja, outra noção de experiência (Benjamin, 2006). Essa construção benjaminiana sobre a experiência como aprendizado que nasce no compartilhamento diário nos auxilia a refletir o quadro de análise de conteúdo (Tabela 6) que montamos a partir da entrevista com Irene. Visões amplas e ricas sobre a história do planejamento urbano em Porto Alegre e a história do planejamento e da preservação no Brasil, estão ilustradas na fala da informante. Rastros de suas experiências estão presentes nos locais de trabalho das informantes, sendo que a motivação de Irene ao falar do cotidiano das tomadas de decisão em Brasília, a colocaram na posição de narradora de uma história que é nacional.

### **5.5 – Trajetórias entrelaçadas no planejamento e na preservação**

Do ponto de vista da trajetória social, as informantes apontam para aspectos como mobilidade e ascensão social nos seus ambientes de trabalho. Observamos as questões relativas às filiações (políticas, técnicas, teóricas), à formação de redes sociais e ao projeto social no que tange o planejamento urbano e o campo da preservação de bens culturais em Porto Alegre, em Brasília e a definição de políticas nacionais para a preservação. As formas de sociabilidade ganharam destaque quando a informante Zenóbia se referiu à relação com a Universidade, sobretudo a UFRGS. No caso de Irene, essas formas estão descritas na relação com outros agentes técnicos e políticos em Brasília, especialmente. Nos tempos da faculdade, Irene identificou espaços de sociabilidade criados pelo movimento estudantil. Nesse sentido, destacamos a descrição das formas de negociação sobre a formulação e adequação de planos diretores, assim como de linhagens teórico-conceituais a serem adotadas na construção de textos e diretrizes desses planos.

É evidente que essas linhagens estão diretamente relacionadas à conformação política junto aos poderes (municipal, estadual e federal) em vigor. Entre as formas de socialização encontramos os fóruns de debate entre técnicos, as sessões da câmara de vereadores as quais

representam os espaços de deliberação e decisão sobre encaminhamentos de projetos urbanos de maior relevância para a cidade, as plenárias que reúnem a comunidade organizada e os técnicos ligados às secretarias e aos demais órgãos do poder municipal ou estadual. Além desses espaços, destacamos na fala das informantes, os seminários e congressos de classe, muitos deles sediados na Universidade e nas prefeituras, demais espaços que possam agregar técnicos e os sujeitos do planejamento e da preservação. As sessões da câmara de vereadores e as reuniões em entidades de classe podem ser entendidas como eventos políticos. No caso da arquiteta Irene, ela destacou outras formas de socialização, sobretudo juntos aos órgãos do governo como Ipea, Unesco em Brasília, Ministério da Cultura e Iphan.

Ambas informantes manifestaram o estímulo pela prática técnica e política no contexto familiar. Zenóbia destacou que sua mãe foi precursora na vivência acadêmica, no Rio Grande do Sul. Irene, por sua vez, citou o marido como um grande apoiador e um parceiro fundamental nos seus projetos.

Não evidenciamos, na análise dos espaços observados e das entrevistas concedidas, a representação pela disputa de poder, por parte das informantes, mas da compreensão de suas interferências junto ao poder público (municipal e federal). Zenóbia deixou clara sua postura voltada para uma mobilização coletiva para as questões de decisão, gestão e planejamento urbano. Esse coletivo pode ser compreendido como a reunião de técnicos, políticos, empresários e representantes da comunidade. Irene, do mesmo modo, analisou de forma positiva os campos de disputa de poder, salientando que sua visão e atuação sempre foram como técnica. O planejamento urbano figurou como protagonista na fala das duas informantes, no sentido da identificação de um campo de origem nas formas de atuação, de possibilidade de formação de redes sociais, de estímulo profissional e de rede de pertencimento.

A preservação é construída na fala de Zenóbia como uma utopia e, na fala de Irene, ao contrário, como uma questão urbana primordial, a ser trabalhada no centro do planejamento e na interface com outras áreas, especialmente a economia. No que se refere às hierarquias nas instâncias de governo, Irene reafirmou sua serenidade em citar a relação direta de trabalho, com técnicos, políticos e intelectuais notórios no cenário nacional. Zenóbia construiu sua fala com forte sentido coletivo, explicitando um senso de representação de um órgão do governo que já figurou como protagonista na implantação e condução de políticas para a cidade de Porto Alegre. Zenóbia passou a imagem de estar ainda ligada fortemente a um *locus* (a SPM, a prefeitura e mesmo Porto Alegre) que, segundo ela, está desmantelado. Irene, por outro

lado, transpareceu a sua flexibilidade em atuar em lugares distintos e em diálogo com atores igualmente distintos. Sua trajetória permeia uma noção de desterritorialização do sujeito da preservação no âmbito dos órgãos ligados a esse tema, os quais estão diretamente relacionados quando pensamos na atuação municipal.

O olhar sobre a cidade de Zenóbia é daquela que observa com certa nostalgia, que contempla as arquiteturas buscando nessa ação os preceitos do planejamento urbano. Para Irene, a fala sobre a cidade ficou restrita a uma avaliação crítica da gestão pública do governo.

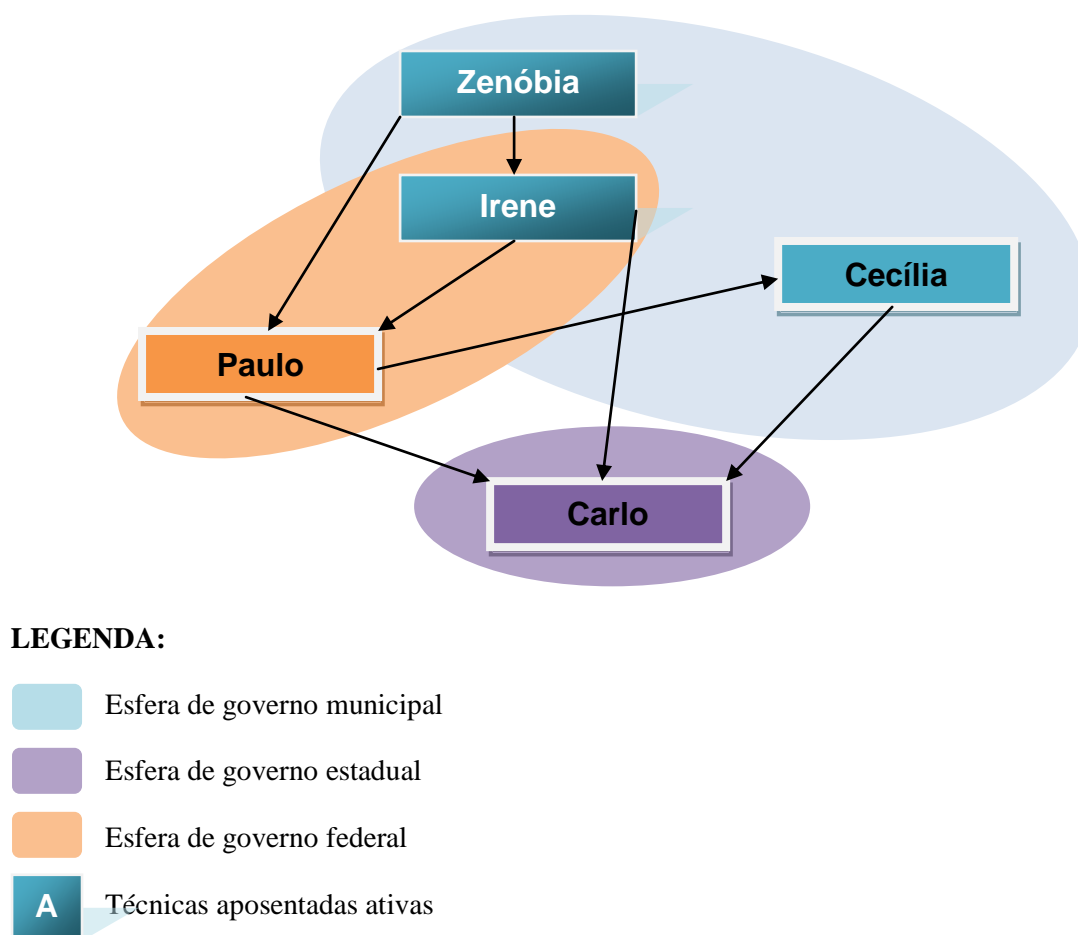
## 6 DE VOLTA À CASA DO PATRIMÔNIO



**Foto 20 – Sala da Unidade Executora do Programa Monumenta – Projeto Porto Alegre, Altos do Mercado Público, no Centro Histórico de Porto Alegre.**

Foto: Jeniffer Cuty, 2009.

Para definição dos informantes da pesquisa foi elaborado um quadro inicial (Fig. 4), apresentado anteriormente, destacando as relações entre sujeitos e instituições, nos diferentes níveis governamentais. Através das duas primeiras entrevistas com as técnicas mais experientes do planejamento e da preservação em Porto Alegre e no Brasil, analisadas no capítulo anterior, pudemos preencher esse esquema de representantes de cada esfera de governo relacionada com o universo delimitado. Com exceção de Zenóbia, os demais informantes mantiveram contato direto com o Programa Monumenta/BID - Projeto Porto Alegre, em momentos e níveis de envolvimento distintos. A informante Irene, citada por Zenóbia, destacou a participação da maior parte dos técnicos que concederam entrevistas nesta etapa final da pesquisa de campo. As entrevistas foram realizadas no período de maio de 2009 a julho de 2011, em locais distintos tais como a sede do Iphan em Porto Alegre, o Arquivo Histórico Moysés Vellinho e a UFRGS. A formação da rede de informantes no contexto porto-alegrense, portanto, configurou-se da seguinte maneira, conforme **Fig. 21**:





A estrutura de análise das entrevistas tomou a trajetória dos informantes narrada através de envolvimento com projetos e programas na área do planejamento e da preservação do patrimônio cultural, organizada a partir das categorias propostas na tese. A narrativa, neste capítulo, inicia-se na casa do patrimônio, sede da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Foi nesse lugar que conheci os três informantes entrevistados nessa etapa final. Eles, no momento da escrita da tese, estavam atuando fora do Iphan, sendo dois deles ligados à prefeitura municipal de Porto Alegre e, outro, ao governo estadual.

Foi o casarão eclético da Avenida Independência, o local da entrevista com Paulo, técnico indicado por Irene e por Zenóbia como figura central no campo da preservação no Rio Grande do Sul. Paulo, a partir do trabalho no Iphan-RS, construiu uma rede pelo Brasil e por países da América Latina. Ligado ao Iphan, desde o início de implantação da superintendência regional, foi a convite do professor Curtis que ele passou a integrar a equipe técnica, assumindo a direção do instituto em dois momentos, entre os anos 1980 até os anos 2000. Formado pela UFRGS, possui mestrado no Propur e doutorado no exterior.

Além da descrição e análise da entrevista com Paulo, apresentaremos, de forma interligada, as questões colocadas na fala de dois arquitetos formados em outras universidades e que são, do mesmo modo, considerados como personagens fundamentais no estudo da preservação local. Com atuação destacada em restauro, a arquiteta *Cecília*, como optamos chamá-la, tem passagem pela coordenação dos três principais órgãos de preservação do Rio Grande do Sul. Por indicação de Cecília e de Paulo, o arquiteto aqui denominado por *Carlo* foi procurado para conceder entrevista em julho de 2011, sendo o último a ser contatado na pesquisa. Ele possui atuação técnica, especialmente de coordenação, no Iphan e no Iphae. Na época da entrevista, Carlo estava retornando de um período no exterior, quando esteve aprimorando os seus conhecimentos em restauro de bens arquitetônicos. Ele também possui experiência docente e manifestou um olhar para o patrimônio a partir da história da arquitetura e do urbanismo.

Com trajetórias entrecruzadas, apesar de serem atores de três gerações distintas, optamos por dispor as análises em três momentos a fim de nos auxiliar na revelação de pontos de tensão, similaridades e diferenças nos aspectos relativos aos campos da preservação sob a lógica do planejamento. O primeiro informante deste bloco parece ser aquele que mais esteve voltado à proposição metodológica no campo da preservação, bebendo muito da fonte do planejamento. Os dois informantes finais, por sua vez, não manifestaram, nas suas falas, uma relação tão direta com o planejamento urbano.

## 6.1 – O patrimônio nacional como um laboratório de oportunidades

Estar em campo, depois de um período transcrevendo as primeiras entrevistas, foi revelador da necessidade permanente de muita atenção na forma como abordamos os informantes, por mais que os objetivos sejam os mesmos nas entrevistas e estejam em pleno acordo com a busca pela montagem de uma polifonia composta por imagens de ações, motivações e crises diante do tema central da pesquisa. Mais segura com o roteiro de entrevistas, preparei-me para um reencontro com o lugar onde tudo começou para mim, em termos de interesse pela preservação e pelo planejamento urbano.

Na construção do meu campo de pesquisa e da ordem na realização das entrevistas, certamente o entrevistado que eu estava prestes a encontrar era um dos protagonistas no Rio Grande do Sul e no Brasil, no campo estudado. Sabendo da relevância do seu trabalho, ainda não estava certa de como ele se construiria nessa história e quais os detalhes ele iria revelar, os quais pudessem vir de encontro ao que eu já havia escutado.

Transcrevo a seguir trecho do meu diário de campo:

Estava motivada para essa conversa no Iphan (...) foi “aqui” que comecei – sem ter clareza disso - a exercitar a formação de redes sociais, a partir do trabalho que passou a me identificar nos órgãos da prefeitura, do Estado, da faculdade. Fazia quase três anos desde a minha última visita aos ex-colegas e amigos do “patrimônio nacional”. Paulo mostrou-se receptivo em me receber, mesmo não sabendo muito bem qual seria a dinâmica da entrevista. Acertamos por email, como foi das outras vezes que ele me recebeu para conversas sobre temas diversos: arquitetura, planos diretores, preservação, museus, cinema, hipermídia, tudo que é próprio do seu vasto campo de interesses. No meu roteiro, o foco claro na trajetória social dele, um dos notórios do patrimônio - muito mais do que um *técnico de preservação arquitetônica*, como a instituição o situa - mas um personagem fundamental na construção de políticas, metodologias e ações de preservação no RS e no Brasil. (Trecho do diário de campo de 20/05/2009). Grifo da autora.

Cheguei uns minutos antes do horário combinado para fazer um reconhecimento das mudanças físicas e humanas que a casa enfrentou. O casarão eclético da Avenida Independência, que me acolheu como estagiária entre os anos 1999 a 2001, lá estava, por fora,

igualzinho àquele de outros tempos. Quase certo que alguns reparos haviam sido feitos nas fachadas e na volumetria, mas nada significativo, pelo menos não para mim.

Já na sala dos técnicos, apenas computadores solitários e as minhas lembranças ocupando as mesas. Curiosamente, nem o telefone, interferência constante naquela época, tocou durante minha breve espera por Paulo. No ritmo acelerado de sempre, ele chegou e nos encaminhamos para o Jardim de Inverno, onde ocorreu a entrevista.

Paulo foi objetivo na sua fala. Acostumado a dar entrevistas, técnico de longa data, professor experiente de urbanismo, ele logo se mostrou adaptado à dinâmica proposta para a entrevista. Da mesma forma que Irene, porém mais jovem que ela, Paulo começou o seu trabalho com patrimônio a partir do planejamento, como falou:

então, eu comecei a trabalhar com o patrimônio fazendo o plano diretor de São Miguel das Missões, em 1978. E depois, por esta razão, quando houve necessidade de uma obra de conservação da Igreja (das Missões) e de, o então presidente do Iphan, Júlio Curtis, achou que precisava alguém no local, quando tudo estava sendo decidido no Rio de Janeiro e que as equipes, provavelmente, fossem externas, me convidaram para eu ser um arquiteto que tinha feito ali o planejamento urbano, logo já conhecia um pouco do lugar, da situação e algumas pessoas. E a cidade era um vilarejo .... então foi aí que eu entrei. Ou seja, de 78 a..., são 31 anos em função, sendo que..., envolvido com isso de uma maneira ou de outra. Mas, aquilo que tu me falou... (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Muito rápido no seu raciocínio, ele interrompeu o relato sobre o início da sua carreira, para me cobrar o tema que eu havia comentado no email. Como a primeira entrevista com Irene aconteceu em função do Programa Monumenta, eu havia falado para ele sobre o programa, que foi o tema gerador do universo da pesquisa. Paulo, então, mostrou-se motivado a falar sobre o que “não estaria publicado”, ressaltando que eu deveria retomar a conversa com Irene, mais adiante. Salientei que já estava em contato com ela há quase um ano.

Nesse momento, Paulo começou a narrar a sua versão sobre a criação do Monumenta no Brasil:

o Monumenta, ele surgiu juntando duas *oportunidades*: uma, a vontade do Ministério da Cultura, leia-se ministro Weffort, de ampliar substancialmente os recursos para a preservação do patrimônio; com uma união com o BID, que na época era Francisco Iglesias, se não me falha a memória, que era gerente, que como é latino-americano, ele resolveu, então, abrir uma linha, não é, que não estava formulado o que seria. Uma linha de patrimônio, ponto. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009). [Grifo da autora]

Cumprindo sua tarefa inicial de falar sobre o Monumenta, a entrevista acabou sendo interrompida por uma ligação e, no seu retorno, Paulo me disse que gostaria de seguir relatando na linha anterior, mas que voltaria ainda a questão do Monumenta, a qual desencadeou outras reflexões para ele. A implantação do Iphan no Rio Grande do Sul, de acordo com o informante, carregou a imagem do professor Curtis, como Paulo relatou:

Então eu vou, em vez de ir daqui pra trás, eu vou falar de trás pra frente (risos). Então do tipo assim, eu fui surpreendido pela hipótese de ser o diretor regional, fui informado disso pelo IPHAN em 1987, com isso assumi logo depois e foi um grande desafio, porque eu substituiria o professor Julio Curtis, que era uma pessoa ativa e reconhecida nacionalmente como um grande professor, profissional, todos os méritos. Então era um desafio substituí-lo na minha inexperiência completa. Eu era recentemente formado e tinha um olhar pra situação, mas meu olhar foi construído pelo professor Curtis. Eu tenho quase claro, ele não lembra exatamente, de que a primeira oportunidade de trabalho foi o plano diretor, deve ter sido por solicitação dele e indicação de José Albano Volkmer. A segunda, que foi trabalhar em São Miguel, pro levantamento gráfico das ruínas, foi a pedido dele, em função do trabalho anterior. E ali começou a minha escola. Por quê? Porque morar em São Miguel em 1980 com outro arquiteto que era especialista em restauração, e éramos só os dois pra fazer tudo, fazer tudo significa trabalho técnico e doméstico, técnico e doméstico, não é, então eu fui aprendendo pouco a pouco. E São Miguel sempre foi e continua sendo um lugar que é um atrator. Então, as pessoas mais interessantes do país, de muitos lugares do mundo passam por lá. E todas nos visitaram, não é. Então, de todas se extraía algo de aprendizado. Porque todos eram atraídos por aquilo e todos entravam no mérito da questão e isso nos ensinava muito. Uma das coisas marcantes, nesse processo inicial, uma das coisas marcantes foi a apresentação do plano diretor de São Miguel que foi pro Aloísio de Magalhães, em São Miguel. Mais tarde, mais tarde, durante ainda a minha estada em São Miguel, eu conheci a Maria de Lurdes Castro, que era a jornalista do Iphan na época, e foi designada pra fazer uma reportagem sobre a trajetória das Missões. E ela, muito competente, uma larga experiência, me disse uma coisa que me marcou, era que: “a divulgação do patrimônio era impessoal; se divulgava obra, que era o que interessava”. A notícia era sempre o que foi feito, a coisa em si. A história marcaria depois quem fez. Então, e isso se via na linha editorial da Pró-Memória, moldada pelo Aloísio, que era praticamente toda impessoal. Era o que se fazia, não quem fez. Quem fazia era o Iphan. Tinha essa preocupação, pois é, vamos em frente. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Muitos outros nomes notórios foram sendo destacados pelo informante. Sua preocupação em relacionar esses sujeitos a datas, projetos e contextos foi permanente. Aloísio Magalhães<sup>33</sup> e a Fundação Pró-Memória voltaram à cena principal, pois o período

---

<sup>33</sup> Cabe citar aqui a referência à vida e obra de Aloísio Magalhães (1927-1982) feita no site do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM) localizado em Recife, Pernambuco. “Aloísio Magalhães foi um criador múltiplo. Pintor, pioneiro do design gráfico no Brasil, administrador cultural, incansável defensor do patrimônio histórico e artístico. Por não distinguir fronteiras rígidas entre tantas e várias atividades, fez de cada uma delas a

rememorado era o de afirmação do patrimônio nacional na década de 1980. Contrariando a tendência do informante em destacar personalidades, a frase da jornalista por ele grifada nos fez pensar que a estrela desse trabalho técnico e político é o objeto ou a edificação restaurada, o conjunto urbano reconfigurado, os planos e os projetos para este fim. Os indivíduos passam pelos cargos, aposentam-se ou se transferem para outras funções, as obras ficam, viram notícia, ponto turístico ou cartão postal. Essa supervalorização do objeto desse trabalho indica posturas recorrentes no campo da arquitetura, especialmente.

Foi nesse momento da entrevista que Paulo reconstituiu a sua trajetória junto ao patrimônio, destacando alguns momentos que ele considerou como relevantes no seu aprendizado, construindo-se como personagem que reflete a preservação. A apropriação do campo da preservação, no início, deu-se através de instrumentos de trabalho oriundos do campo da arquitetura e das ciências da informação:

Logo que eu entrei, antes de entrar pra ser diretor, eu fiz um curso de preservação em Florença. E lá eu aprendi essa novidade que era a *preservação integrada*, que envolvia documentação, identificação, conservação, proteção legal, promoção, difusão, educação. Então, nós resolvemos na época que se deveria trabalhar nessa linha com cada coisa, não é. Não era pra fazer obra, não era só fazer obra, só fazer proteção, ou qualquer outra ação, mas era buscar fazer um trabalho integrado. E tínhamos na época a melhor equipe do patrimônio. O professor Curtis juntou os seus melhores alunos (...) mas num primeiro momento, o que se definiu foi permitir com que as pessoas tivessem áreas de atuação muito claras e projetos estruturados. [Um das técnicas] ficou responsável pelas questões de áreas de imigração e colonização (...). E, nesse trabalho, pela primeira vez, se utilizou a metodologia de classificação chamada tipologia arquitetônica. Isso era uma novidade surgida naqueles tempos, com publicação do Carlo... e Aldo Rossi (...). Mas descrever essas tipologias enquanto uma descrição do tipo, uma descrição classificatória, e não apenas uma indicação “este bem se enquadra na tipologia tal”. Mas inventar uma figura, figura, desenho, não é, que representasse todas as características que o conjunto tinha. Isso foi feito muito incipientemente (...). Como não havia a menor condição de voltar aos lugares e conhecer o processo, eu sugeri que a gente pegasse as informações que os arquitetos que (...) trabalharam em campo, que passassem as informações pra gente montar uma classificação tipológica, que fosse um resultado da pesquisa, não só uma descrição dos

---

extensão das outras, dando curso a um processo de hibridismo e contaminação entre áreas criativas comumente separadas. Nascido no Recife, em 1927, ingressou na Faculdade de Direito desta cidade em 1946. (...) Em 1979, assume a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Suas propostas de revisitação a conceitos enunciados por Mário de Andrade 50 anos antes o levam, nessa circunstância, a promover uma revolução nos valores àquela época cristalizados no IPHAN. Seu conceito amplo de bem cultural e sua formulação de que o melhor guardião do patrimônio é a comunidade que com ele mais de perto se relaciona estabelecem novos tempos para o trato com a memória nacional. É nessa ocasião que Aloísio, se valendo de sua habilidade como designer, começa a traçar um novo desenho para o quadro institucional relacionado com a questão cultural no Brasil. Em janeiro de 1980, fruto de intensa atividade de convencimento político, o IPHAN é alçado à categoria de Secretaria do MEC e é criada a Fundação Nacional Pró-Memória.” Disponível em < [http://www.mamam.art.br/mam\\_apresentacao/aloisio.htm](http://www.mamam.art.br/mam_apresentacao/aloisio.htm) >. Acesso em 12 jan 2012.

municípios, mas interpretar. Então começou esse processo por aí. Reserva. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009). [Grifo da autora]

A expressão preservação dinâmica havia surgido na fala de Irene, a técnica do patrimônio nacional de forte atuação em Brasília. Na fala dela, esse sentido da preservação seria aplicado a contextos em formação, como o caso de Brasília no início do processo de tombamento como patrimônio da humanidade. Para Paulo, agora, a nova expressão era preservação integrada, carregando um sentido de ação em processo, coletiva e interdisciplinar.

Na linha das metodologias de pesquisa e dos instrumentos de avaliação do patrimônio, Paulo destacou a interferência de Maria de Lourdes Horta nos projetos do Iphan. Lourdinha, como é por ele chamada, era então diretora do Museu Imperial (RJ) e foi a pesquisadora responsável pela adaptação do conceito de educação patrimonial ao contexto brasileiro. A construção de estratégias de ação e políticas passou a ser tônica da entrevista. A confusão entre preservação, patrimônio e planejamento integrado apareceu na sua fala. Paulo relatou que:

quando entrei na direção busquei trabalhar na mesma linha que eu havia aprendido nesse do patrimônio integrado, mas, ao mesmo tempo, surgiu a figura de Maria de Lourdes Horta, e esta figura foi a que criou a denominação “educação patrimonial”. Veio nos convidar, era diretora do Museu Imperial, veio nos convidar em 1987 a montar um projeto de educação patrimonial. E aí se montou uma proposta para as Missões inicialmente. Ao mesmo tempo, a regional estava envolvida no tombamento de Antônio Prado, que foi um processo bastante estressante, mas que levou ao tombamento daquele conjunto: o primeiro conjunto representativo da arquitetura de imigração italiana preservado no país, pela União, e nessas novas linhas, conceitos de trabalho que era o *planejamento integrado*. Uma outra questão que foi muito importante no ano de 1987 foi a definição de como comemorar os 300 anos das Missões. Os 300 anos das Missões foram uma comemoração que se viu necessária, por que? Porque a comemoração não é um fim em si mesmo, mas ela tem uma função educativa e construtiva, na medida em que tu consegue por meio desta oportunidade gerar outros produtos. (...) E aí, naquele momento, eu já tinha tido duas experiências de políticas: uma foi quando eu coordenei um trabalho reunindo intelectuais do Estado do RS pra montar uma política cultural para um governo de oposição, (...). Então, (...) nós resolvemos que a gente tinha que organizar, para essas sugestões, dentro de algumas linhas que, se não me falha a memória, são vinte e tantos anos, eram uma a da questão da infraestrutura (...) dois, a questão do pessoal, (...) o terceiro um programa, *um programa integrado dessas áreas*, pra que as áreas trocassem figurinhas, pra que as áreas pudessem corresponder a uma necessidade de um programa único. (...) esse foi um outro momento de aprendizado.

O projeto Missões 300 anos, ele foi gerado em 87, e em 87, este mesmo governador tinha acabado de assumir o governo do Estado e naquele

momento o que existia como lei de Incentivo à Cultura era a lei Sarney. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009). [Grifos da autora]

De modo semelhante à fala de Zenóbia, Paulo narrou seu aprendizado e refletiu a formação e as transformações do campo de preservação do patrimônio no contexto gaúcho. A sua inserção em diferentes ambientes, por sua vez, assemelha-se à narrativa de Irene. Duas ações por ele concebidas mereceram destaque: a primeira envolvendo a consolidação de uma política nacional para a cultura, com a ação integrada de artistas e intelectuais e, a segunda, voltada à comemoração dos 300 anos das Missões, ambas em tempos de carência de leis incentivo e de agentes preparados para reivindicar políticas e aprovação de projetos. Sobre os 300 anos das Missões, o informante destacou a qualificação e a agilidade da equipe na criação e no gerenciamento de projetos:

Quando da comemoração dos 300 anos, eu recorri ao mesmo Laerte [Martins, da MPM publicidade], e ele sugeriu a linha comemoração dizendo que precisa ter uma coordenação, uma comissão, etc., e chegamos ao nome de Evelyn Berg Ioschpe. Que tinha trabalhado no governo, no interior, com uma equipe de pessoas que trabalhavam no gabinete do governador. Logo, uma equipe extremamente qualificada e competente, que se instalou na sede da (então) 10ª regional do IPHAN, cinco pessoas, mais uma diretora. E durante três meses, desenvolveram mais de 90 projetos pra três meses de comemoração. Foram projetos de qualquer tipo, projetos pra intelectuais, pra artistas, pra população, tinha baile, tinha rally, tinha encontro técnico, tinha área educativa e, ao mesmo tempo, os resultados: sinalização dos sítios, cartilha didática, ou seja, muita produção de apoio, não é, que se tratou de todas as áreas. De tentar arrumar a rede hoteleira, de tentar discutir sustentabilidade, ou seja, foi ali um laboratório enorme de oportunidades (...) E esta comissão, depois da comemoração, se transformou em comissão permanente por mais um período. E essa comissão, depois de Evelyn Berg Ioschpe, ela teve um outro diretor nomeado pelo governo do Estado, que foi Roberto Py Gomes da Silveira, o professor Py. E nesse processo alguns produtos foram feitos com recursos, por exemplo, da Fundação Vitae, que foi outro canal importantíssimo de intercâmbio. A Fundação Vitae patrocinou o inventário da imaginária missioneira. Durante anos, uma equipe percorreu certa de 40 municípios e registrou 500 imagens no RS. (...) Então se ampliou o repertório, um repertório que ainda não foi estudado tipologicamente, não é, na época nós oferecemos aos especialistas da época, mas não houve um entendimento da necessidade de ampliar o universo pra encontrar novas descrições. Tá, rende uma tese... mas rende uma tese porque é material bruto. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

A concepção dos projetos descritos por Paulo, de valorização patrimonial urbana, cruza claramente as lógicas de planejamento, com marketing e promoção cultural. O tema da economia aparece na forma elaborada do turismo cultural. A preocupação do narrador das

etapas de projeto, o informante Paulo, não está contida nas questões iniciais dos debates do patrimônio, os quais se referem a um compartilhamento de significados desses bens para coletivos, na intenção de construir lugares de cumplicidade social, como aponta Canclini (1994, p.96). A compreensão de que o universo das Missões compõe um patrimônio nacional e da humanidade já estão dadas, há bastante tempo. Paulo explicita aqui a sua intenção, talvez não tão consciente, de construir um discurso sobre o patrimônio nacional. Na linha do que Gonçalves (1996) aponta, o informante atua na forma da objetificação cultural, ou seja, “na materialização imaginativa de realidades humanas em termos de discurso teórico baseado no conceito de cultura” (p.13). Gonçalves está se referindo, especialmente, à interpretação de narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural.

A fala do informante destaca uma preocupação com a sustentabilidade do vilarejo que se tornaria cidade, especialmente pela previsão da chegada de turistas de toda a parte do mundo. As formas de viabilizar a promoção desse lugar, de modo sustentável e, mais ainda, capitaneadas por algumas personalidades e instituições, estão no centro da fala de Paulo. Os princípios metodológicos de como tratar essa complexa relação dos mecanismos de preservação com as dinâmicas urbanas também já estão dados *a priori* na sua narração.

Com isso, cabe observar a questão econômica de um sítio urbano reconhecido como patrimônio da humanidade, o qual está inserido em uma cidade sem infraestrutura e sem um interesse manifesto dos seus moradores por esse patrimônio. A intervenção sugerida na fala do informante está direcionada para a promoção dos bens tombados na linha da educação patrimonial e essa promoção também cumpriria o papel de alavancar a transformação do vilarejo ou a formação da cidade sede.

Horta (2000) trata da concepção do objeto, que pode ser o monumento ou o lugar como imagem conceitual, definida pela memória e pela experiência dos sujeitos envolvidos com esse objeto. Sendo assim, a educação patrimonial toma como pressuposto essa relação construída com o objeto/monumento/lugar. Se ela não existe, será preciso sensibilizar os usuários desse objeto para seus significados a fim de descobrir ou mesmo instaurar essa relação. Um dos caminhos propostos pela autora para obtenção disso é através da informação sobre o objeto transmitida de modo a despertar novas percepções sobre ele, como se fosse criada uma nova realidade na qual ele estará inserido. Horta (2000) refere-se ainda à elaboração de um olhar sobre o objeto ou lugar que será interpretado para fins de educação patrimonial. Destaca a autora que “o olhar é um ato de escolha. E a subjetividade é determinante no modo com que vemos as coisas.” (Horta, 2000, p.139). A autora explica que



a visão, utilizada como figura de linguagem, está referida ao sentido de compreensão, interpretação, entendimento do fato. Assim, entendemos que para promover o patrimônio e mesmo para mobilizar uma cidade inteira a passar a ver o seu patrimônio, é necessário informar sobre ele e saber comunicá-lo, tanto para os moradores dessa cidade quanto para os seus visitantes.

Na linha da interpretação de sítios, tema apontado pelo informante reiteradamente quando se refere a São Miguel das Missões, tomamos o exemplo da pesquisa de Pontual, Harchambois et al (2009) sobre divulgação do Pátio de São Pedro em Recife. Bem tombado pelo Iphan, o pátio é composto pela Igreja de São Pedro e pelo casario que a circunda. Local de expressivas manifestações populares e classificado por Gilberto Freyre como o “lugar mais recifense de Recife” (Pontual, Harchambois, 2009, p. 126), o lugar não integra os roteiros turísticos da região. Como medida de valorização e promoção desse lugar foi feito um projeto de interpretação do sítio, registrado em um site, o qual incluiu a interpretação histórica, que reconstruiu a história desse conjunto urbano; a interpretação morfológica, que destacou aspectos técnicos e tecnológicos das arquiteturas que o compõem; assim como foi realizada a interpretação cultural mais recente (ou atual) do conjunto, a fim de identificar e divulgar as manifestações populares que ali ocorrem, salientando a diversidade do lugar. Essa pesquisa contou com a participação da comunidade, através de oficinas pedagógicas e decisórias na definição do que deveria ser mostrado na internet.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados sobre interpretação de sítios e educação patrimonial, porém essa reflexão foi aqui motivada pelas reiteradas referências que o informante Paulo faz ao sítio de São Miguel das Missões. À época por ele descrita ainda estavam difundidas essas metodologias de promoção. Ao contrário, elas estavam sendo concebidas e adaptadas à realidade do patrimônio nacional.

Paulo demonstrou que o maior aprendizado no dia-a-dia da preservação está na compreensão dos processos de reconhecimento da realidade urbana e social nas cidades e localidades. Afinal, se todas as cidades são passíveis de registro de parcelas tombadas ou inventariadas, o importante mesmo é estar ciente de como operar com métodos e técnicas, mas que também são, em essência, políticas.

Paulo também dedicou um momento da sua fala a descrever o período de dissolução do Iphan e da criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). “O Collor demitiu todos os funcionários dos escritórios técnicos e os operários das Missões”, afirmou. Foi um período de desmantelamento das políticas para o patrimônio e para a cultura, durante

o governo Collor, já apontado por Irene. Os funcionários demitidos eram acusados de corrupção, então, trabalhava-se sob acusação, como aponta o informante. Acerca do contexto local, Paulo nos falou sobre a articulação popular para recuperação das condições de trabalho:

Então, naquele momento se faziam atos precipitados do tipo extingue uma coisa e não cria outra, aí o patrimônio ficava no limbo. E aí, os diretores, que nem eu, éramos todos demitidos porque o órgão havia sido extinto, mas alguém tinha que cuidar do patrimônio. Aí cai a ficha que precisa determinar que eles continuem trabalhando grátis, como responsáveis, vinculados à presidência da República, porque não tinha o órgão outro criado e ao mesmo tempo todos chamados de ladrões, que era essa a justificativa pra reformulação geral da máquina pública brasileira. (...) Isto foi outra escola, foi a escola de que a nova constituição permitia a defesa do patrimônio por meio jurídico, que foi essa ação popular. Ocorreram duas ações: uma nossa das Missões e outra do Betinho, irmão do Henfil, que entrou na nacional genérica, mas a nossa era uma específica. E a nossa ganhou e as pessoas foram reconduzidas. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

O êxito do movimento dos técnicos foi tamanho que “nossa sugestão foi que o ministro, no alto da sua competência, anulasse o ato anterior (risos) e reintegrasse o pessoal. Que foi o que foi feito e todos voltaram”. A narração sobre esse episódio indica mais uma postura recorrente na fala do informante que é o desejo de mostrar como as ações podem ser eficazes no trato com a preservação, como existem sujeitos articulados e qualificados nessa área e que existe, há bastante tempo, uma tradição pela mobilização popular e coletiva (de técnicos), de um lado, e pela ação individual destacada, de outro.

Num misto de orgulho e senso autocrítico pela sua participação em projetos no campo da preservação, sendo a maior parte deles pioneiros, Paulo seguiu mostrando o início promissor desses projetos e sua rápida desarticulação, em alguns deles. Em sua interface direta com ministros e chefes de estado, Paulo narrou outra experiência que, como ele mesmo disse, construiu escola:

depois eu tive uma outra oportunidade muito interessante que foi que um dia eu tava na minha casa quando recebi um telefonema do ministro Weffort que dizia: “estamos criando o Mercosul, gostaríamos de criar uma comissão de patrimônio, gostaríamos de convidá-lo pra ser o coordenador da Comissão de Patrimônio em nome do Brasil e a primeira reunião vai ser em Buenos Aires. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Esse convite rendeu a ele uma experiência num ambiente de Mercosul, possibilitando o contato com outros ambientes técnicos e políticos. Ele observou que começou “a conhecer não só os técnicos como os lugares, como as pessoas, não é, como os procedimentos, e a

diferença administrativa ou da agilidade de cada país.” Esse contato com a realidade de pesquisa no exterior, no campo do patrimônio, havia sido apontado por Irene. Entretanto, Paulo trouxe uma nova perspectiva de compreensão dos traços da cultura de técnicos a partir da efetiva participação cooperada em projetos e comissões.

A representação no exterior também gerou conflitos hierárquicos, os quais podem indicar subliminarmente, na fala de Paulo, conflitos de competência e de perfil político:

Em todos os países o representante do patrimônio era o diretor nacional do patrimônio, no Brasil, era eu, e isso gerava um constrangimento do presidente do instituto, o presidente foi o Glauco... Porque, como o ministro entendeu que o tema Missões era um tema de integração e como eu trabalhava no tema Missões, me convidou.

Na descrição de sua trajetória, Paulo evidenciou o encontro não casual com técnicos da maior competência ou por ele visto dessa maneira. O contexto de representação política no campo da preservação é decorrente da capacidade de articulação e formação de redes dos seus sujeitos no âmbito das instituições. Conforme aponta Arendt (2007), a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens. Ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais, objetivo que nem sempre ocorre. De acordo com Sontheimer in Arendt (2007):

Distinguindo-se da interpretação geral comum do homem enquanto um zoon politikon (Aristóteles), em consequência da qual o político seria inerente ao ser humano, Arendt acentua que a política surge não no homem, mas sim entre os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política. “O sentido da política é a liberdade”. (p. 8-9).

Esse espaço entre os homens deve ser ainda o espaço público, pois o livre agir é um agir público, destacando, portanto, o conceito de liberdade grifado por Arendt em sua obra sobre a política. Pouco se percebe o planejamento e a preservação como espaços assumidamente públicos nas decisões e, sobretudo, nas indicações para representação em instâncias de governo. A liberdade de quem participa desses processos estaria limitada, ou ainda, a real participação de agentes nesse processo estaria restrita a pouco eleitos. Ainda vale ressaltar que a fala do informante indica um trânsito dele pelo campo da preservação através de projetos. Sua trajetória não está por ele reconstruída por vínculos em ideologias das gestões de governo de cada momento descrito. Arendt (2007) entende que a liberdade e a espontaneidade na política estaria relacionada à possibilidade de desvinculações e recomeços

na trajetória do indivíduo inserido no intra-espço político. Arendt (2007) sinaliza que “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas [do homem] de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (p.24). Assim, os sujeitos se associam a outros sujeitos, os quais podem apresentar posturas distintas entre si, em relação ao próprio universo político em questão, por conta das necessidades que se manifestam nos processos e nos projetos. O cuidado nessas sociações está na “banalidade da maldade”, conceito igualmente cunhado por Arendt (2007). A união de alguns sujeitos pode ter como objetivo inicial a simples destruição de ideias ou mesmo de outros sujeitos inseridos nos espaços políticos públicos.

Na fala de Paulo, muitos outros nomes foram por ele lembrados ao longo da entrevista, sempre relacionados à concepção e condução de projetos. As metodologias descritas acabaram sendo comparadas com as ações feitas em São Miguel das Missões, onde ele começou sua carreira. O convite para assumir a direção de um dos departamentos do Iphan em Brasília foi citado a partir da atuação com a chamada preservação integrada. O departamento de promoção, sob os seus cuidados na década de 1990, tinha que trabalhar com esse sentido, pois envolvia a divulgação, a educação e a interpretação. A capacitação dos colegas estava na lista de prioridades:

E aí nós começamos a montar atividades, eventos, coisas que gerassem capacitação de pessoal pra essas áreas. Tipo, fizemos um acordo com o *National Park Service* dos EUA pra trazer um professor pra dar uma aula de interpretação, um curso sobre interpretação de sítios para uso público e ocorreu isso em Serranópolis, Goiás, onde tem um paredão de 500 metros com pinturas rupestres, e lá nós levamos um arqueólogo de cada estado e um técnico de cada regional, tínhamos ali umas 30 pessoas, todos receberam aulinha e todos foram convidados a montar um projeto para aquele lugar, avaliando primeiro as deficiências, depois as oportunidades e depois qual era a proposta, e, por último, fazer uma versão não daquele lugar, mas um genérico. (...) Muito desse aprendizado reverte para o que se aplicou em São Miguel. Então, mais um capítulo. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Novos projetos e antigos parceiros entraram em cena na participação de Paulo no ICOM. Com o conselho de museus, Paulo passou a circular por outro circuito. O início dessa participação foi a partir do projeto de informatização da Igreja de São Miguel das Missões, um dos primeiros modelos tridimensionais do mundo, conforme o informante. A partir do convite de Maria de Lourdes Horta, Paulo passou a atuar junto ao ICOM, órgão no qual foi presidente nacional e militante na representação da América Latina:

Lá eu conheci um bando de gente do ICOM que trabalha com isso, entrei num grupo de trabalho chamado *Multimedia Working Group*, da onde eu produzi, ajudei a produzir textos que foram de referência pro ICOM no mundo, na época e dali também, em função disso eu fui convidado por um período na Unesco, pra formatar um programa de informatização, ta, de patrimônio. (...)

Então aí entra esta questão dos museus. Então tem um tanto de patrimônio, um tanto de preservação legal, um tanto de conservação, um tanto de educação, trabalhei bastante na área de educação, tem trabalho nas Missões. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Para finalizar a entrevista, ele concluiu que:

Então, isso me deu o privilégio de... a vida me deu esta coisa, mas eu acho que eu aproveitei essas oportunidades e, na medida do possível, multipliquei as oportunidades, porque em cada momento eu ajudei a formar um monte de gente em cada uma dessas áreas onde eu me meti. (Trecho da entrevista concedida em 20 de maio de 2009).

Capacitação e criação de novos projetos protagonizaram as lembranças de Paulo sobre sua trajetória no âmbito do Iphan e da preservação no Rio Grande do Sul, no Brasil e nos países do Mercosul. A atuação profissional do informante começou ligada diretamente ao planejamento urbano, sendo que ela se confunde aos primeiros trabalhos de grande porte realizados no RS no âmbito da preservação. A concepção de cada projeto, a forma e o campo de implementação dessas inovações apontadas por ele, no detalhe das implicações internas para o Iphan e externas para a política do patrimônio e da cultura nacional, amarraram a sua fala, tendo como início das motivações o patrimônio urbano da região missioneira. O sentimento de orgulho pelo pioneirismo e pela capacidade de articulação política a partir das questões técnicas e metodológicas gritou mais alto na sua narrativa e no seu discurso. Paulo transpareceu uma postura semelhante à de Irene sobre esse aspecto, mostrando-se um técnico pronto para solucionar novos problemas, de forma integrada e dinâmica e sem apego aos sentidos históricos atribuídos, comumente, ao campo da preservação. Ele trouxe uma nova perspectiva à compreensão do imaginário da preservação, revelando as possibilidades de sociabilidade e transformação dos conceitos correlatos da área, nos eventos culturais.

Tabela 8 – Quadro sinóptico da entrevista realizada com Paulo em 20/05/2009.

<b>FORMAÇÃO</b>	Arquiteto formado pela UFRGS, nos anos 1970. É técnico em preservação arquitetônica do IPHAN, desde 1980. Especialista no CECTI, Florença, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS e doutor por uma universidade estrangeira. Possui atuação no ICOM e na universidade, como professor.
<b>FAMÍLIA</b>	<b>Esposa envolvida com patrimônio.</b>
<b>DIÁLOGO COM ATORES DISTINTOS</b>	Retornou à universidade para aprimorar sua formação. Manteve-se ligado à academia através da docência.  Convívio com técnicos e políticos no âmbito local, regional, nacional e internacional, sobretudo, através de projetos, programas e implementação de políticas culturais.
<b>PLANEJAMENTO</b>	<b><i>Gentrification</i>   Monumenta como planejamento para centros históricos no Brasil</b>  Um outro exemplo que surgiu, que foi precursor, foi o exemplo do <i>Docklands</i> , na Inglaterra. (...) Aquela área ficou degradada, porque o porto ficou obsoleto, foi transferido e aí precisava recuperar. Se tu diz que a prefeitura vai recuperar, ela aplica o plano diretor. O plano diretor é regulador, não é revitalizador. E fica esperando que alguém queira investir e não vai atrás. Bom, e se cada projeto tu tem que aprovar na prefeitura, tu tem o trâmite dos vários órgãos e dos vários anos. Então, o que que fez como uma decisão de revitalizar Londres? Houve um decreto de quem mandava, ou o prefeito ou a rainha ou o raio que o parta, que decreta que aquela área é uma área sob renovação, logo ela passa pra ter um regime especial e um tempo de concessão pra essa corporação pra que regulamente, o órgão aprova a regulamentação, busca os recursos, construa as obras, e depois de terminado o negócio, devolve. Então hoje Docklands é um bairro da cidade, tu quer construir, ta lá a regra, mas durante o período do projeto, ele foi uma excessão. Tu não ia na prefeitura, tu ia no Docklands e era o Docklands que ia buscar parceiros, criar rede, ta. Então era esta corporação que fazia isto. Aí o BID queria, no programa Monumenta, queria instituir uma coisa assim.
<b>PRESERVAÇÃO</b>	<b>Preservação integrada</b>  “O promoção tinha que trabalhar, não é, com as áreas que lhe competiam na preservação integrada e que eram não só divulgação, mas educação e interpretação. E aí nós começamos a montar atividades, eventos, coisas que gerassem capacitação de pessoal pra essas áreas.”  <b>Sustentabilidade como princípio de programas e políticas</b>  “Sustentabilidade é um negócio, se não não adiantava nada inventar tudo pra depois dizer “eu to dando dinheiro, esse dinheiro morre.”  <b>Cultura Monumenta</b>  “E a cultura Monumenta não foi disseminada no IPHAN. A relação com o Monumenta é uma relação de que o IPHAN aprova as obras do Monumenta, quando as obras do Monumenta deveriam ser obras do IPHAN. Então ainda tem uma leitura de que o Monumenta é o outro, quando o Monumenta tem que ser o próprio. Entendeu, ele não tem que ser ele e o instituto, mas ele tem que ser um programa ou uma linha ou um projeto dentro do instituto. E aqueles benefícios que ele trouxe de forma de gestão mais contemporânea, que não são o esperar o dinheiro do orçamento, mas gerar recursos, ta, esta cultura ainda não passou para o

	instituto.”
<b>HIERARQUIAS</b>	<p><b>Da mesma forma que Irene, refere-se a muitos atores, de relevância no cenário político nacional, com os quais conviveu proximamente</b></p> <p><b>Sinaliza um conflito de competências e olhar crítico sobre o trabalho com patrimônios e cidades</b></p> <p>“Em todos os países o representante do patrimônio era o diretor nacional do patrimônio, no Brasil, era eu, e isso gerava um constrangimento do presidente do instituto, o presidente foi o Glauco... Porque, como o ministro entendeu que o tema Missões era um tema de integração e como eu trabalhava no tema Missões, me convidou.”</p>
<b>FORMAS DE SOCIABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços políticos como a Fundação Pró-Memória, o IPHAN, o ICOM e o ICOMOS.</li> <li>• Troca entre técnicos e com representantes do governo.</li> <li>• Espaços de troca a partir do debate sobre políticas</li> </ul>
<b>VISÕES SOBRE PORTO ALEGRE</b>	Vista a partir das políticas urbanas e culturais, especialmente através da implantação do Programa Monumenta.

## 6.2 – Entre a prática da conservação e a técnica para resolver conflitos

A intenção de buscar contato com técnicos das três instâncias de governo em Porto Alegre, ligadas à área da preservação de bens culturais, fez com que realizássemos a entrevista com a arquiteta aqui chamada pelo cognome Cecília. Indicada por Paulo, como mais uma personagem dessa história recente da preservação no Rio Grande do Sul, Cecília me recebeu no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, em Porto Alegre, disposta a narrar fatos ocorridos em canteiros de obras e nas tramitações de projetos de relevância para a cidade.

Com atuação expressiva em projetos de conservação reparadora (restauro) de edificações, em escritórios de arquitetura, ela também atuou como coordenadora dos três principais órgãos de preservação, sendo eles o Iphan, o Iphae e a Epahc. Mantendo o bom humor de costume, Cecília falou sobre o início da sua vida profissional, na década de 1980, trabalhando no conhecido escritório de Edegar Bittencourt da Luz. Um arquiteto “das antigas”, o qual foi responsável pelo primeiro projeto de restauro no Rio Grande do Sul, no Chalé da Praça XV. Ela observou que foi com Edegar que “eu fiz a igreja de Viamão, várias

coisas, foi um dos primeiros trabalhos, o atual Museu Joaquim Felizardo aqui da Prefeitura”, entre outros.

A motivação pelo trabalho com restauro começou por influência de Edegar, pois na faculdade não era abordada essa prática. A relação com a cidade iniciou também a partir dessa área específica da preservação. Em meados dos anos 1980, Cecília participou como arquiteta residente do restauro de sete edificações de valor histórico em Triunfo. “A gente fez desde os levantamentos cadastrais dos prédios, projetos e a execução das obras (...). Cometi muitos erros, mas foi muito interessante, fiquei dois anos lá”, relatou. Com isso, seguiu narrando com entusiasmo detalhes desse projeto:

foi muito interessante este trabalho, super interessante. Porque lá se instalou o projeto Cura. (...) porque ali estava instalado o Pólo petroquímico então era um projeto que viabilizava várias questões urbanísticas de infraestrutura na cidade, melhorias. Uma delas que foi o primeiro trabalho de restauração financiado pelo BNH. Então tinha muito recurso, se fez um trabalho exemplar, com material de primeira, obra exemplar, não é como acontece hoje que é tudo muito limitado. E o prefeito de lá exigiu que a mão de obra fosse de lá ele queria dar emprego para as pessoas de lá. Como a cidade era muito pequena então foi uma coisa bem reveladora. O Edegar levou alguns mestres importantes, de obra, tipo assim, não chegou a meia dúzia e outros se criaram lá. Ele criou uma marcenaria específica lá que essa marcenaria durou até pouco tempo atrás. (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

Ela destacou que esse foi o projeto mais importante que realizou no campo do restauro e do qual se compraz em rememorar. Seu contato com outros projetos com patrimônio vieram a partir do convite para chefiar o escritório técnico do Iphan em São Miguel das Missões. Foi nessa época que conheceu o informante Paulo e tantos outros colegas com os quais compartilhou trabalhos a partir dali. Passados quase dois anos nas Missões, Cecília pediu para assumir o escritório técnico do Iphan em Antônio Prado, pois ficava mais próximo da capital. Foi um período difícil, segundo ela, porque, logo em seguida, veio o governo Collor e a demissão de quase todos os funcionários do Iphan. Restaram apenas dois ou três servidores, entre eles o zelador do Museu das Missões.

O convite para assumir a superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, no início dos anos 2000, veio através de um telefonema do presidente do instituto e por indicação de um arquiteto gaúcho pesquisador do campo do patrimônio. Cecília afirmou que considerava um absurdo assumir o Iphan, pois era uma arquiteta autônoma. “Olha, eu tava, eu era



completamente crua quando entrei no Iphan, não sabia o que era um processo administrativo”, relatou.

Logo que saiu do Iphan, Cecília assumiu a direção dos dois outros órgãos de preservação, o Iphae, onde trabalhou por quatro anos e, em seguida, a Epahc. Em sua fala, ela optou por não se deter na descrição dessas gestões institucionais. O seu interesse esteve direcionado, durante a entrevista, em narrar suas histórias ligadas aos projetos com restauro. Retomando o tempo em Triunfo, Cecília passou a narrar histórias curiosas, distintamente do que ocorreu com os primeiros entrevistados. Em Triunfo, com bom humor, ela contou que:

foi super importante pra mim. Eu fiz nesse lugar muitas amizades. Eu cheguei ao ponto assim de coisas tão interessantes de ter um cara que era nosso apontador. Que era um guri de lá. Apontador é aquele cara que aponta tudo na obra, assim sabe. Ta precisando disso, ta precisando daquilo. O Edegar contratou esse cara chamado Jacó. Que era um guri até um pouco mais moço que eu. Esse guri depois de muito tempo eu fiquei sabendo que se apaixonou por mim ao ponto de ele casar com uma outra e o nome da primeira filha dele ser em minha homenagem. (risos) (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

Ela lembrou com emoção da relação estreita, de confiança e de aconselhamento, com os operários. Sobre a casa pobre de um deles, Cecília contou outro episódio:

Esse cara que foi marceneiro lá um tempo. Esqueci o nome dele. Ele e a família moravam numa casa que a gente ia restaurar. Aí eles tiveram de sair daquela casa e foram para um sitiozinho. Lá naquela casa velha, podre sem telhado que eles moravam era uma família pobre muito pobre com uns filhos belíssimos, lindos e eles me convidavam para almoçar eu ia a comida era assim, as moscas voavam em cima e eu sentada comendo, comia com eles. E ela ficou sabendo que eu gostava muito de leite recém tirado. Ela comprou um copo especial pra mim, canela e açúcar e eu ia todos os dias lá tomar leitinho tirado da vaca na hora. Claro que eu engordei feito uma porca. (risos). (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

O prazer de rememorar essas histórias foi contagiante. Cecília, como uma narradora do cotidiano de uma cidade pequena em obras, estava se divertindo em contar esses fatos e perceber que havia criado um ambiente descontraído para a entrevista. O constrangimento inicial em falar de sua trajetória, foi substituído por essa atmosfera carregada de imagens e nomes. A respeito de São Miguel das Missões, Cecília falou com maior reserva:

eu não me lembro, assim de eu ter feito amizade com algumas pessoas lá, muito poucos, mais com as pessoas do museu. As pessoas lá não se sentiam de lá eu acho, elas davam o mínimo valor. A gente era visto como um intruso, estão aqui se metendo, mandando e dizendo não sei o que. Assim teve uma situação que o cara do lado da nossa casa não podia construir porque tava aflorando tudo ali as estruturas de casa de índio. E tavam

desapropriando tudo aquilo ali. E aí ele construiu. E aí nós tivemos que ir com o delegado da polícia federal com vários agentes da polícia federal pra poder entrar na casa do homem pra fazer um trabalho arqueológico pra localizar o que que ele tinha. Porque o cara disse que ia dar um tiro e ia matar. (...) e todos que passavam por lá eram faca na bota, faziam horrores, a casa tinha buracos de tiro. (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

A situação nas Missões era delicada e as histórias de Cecília complementam a fala objetiva de Paulo sobre aquele contexto. Ele pareceu nos mostrar que esteve, a maior parte de sua vida, preocupado em encabeçar projetos inovadores, os quais se aplicavam, primordialmente, ao contexto de São Miguel, sobretudo por ele entender que ali está o patrimônio mais significativo do RS, do país e da fronteira entre Brasil e Argentina. Apesar de ele ter morado junto ao sítio histórico, Paulo se limitou a falar de projetos. Cecília, por outro lado, encontrou nas histórias mais cotidianas um lugar seguro para dar prosseguimento à entrevista. Além disso, observamos que ela resistiu em falar sobre projetos e políticas de governo. A única aproximação à imagem de conflitos entre técnicos e comunidade e mesmo de gênero veio a partir da descrição do trabalho em São Miguel e Antônio Prado.

As dificuldades em São Miguel foram tantas, entre elas pelo fato de Cecília ser mulher:

lá em Triunfo as pessoas, eles não tinham essa coisa é mulher mandando na obra, não, lá em São Miguel eu tive. Eu tive várias situações que eu tive que subir no andaime lá em cima e tirar o cara de lá porque ele disse que não ia receber ordens de mim. (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

Em Antônio Prado, a situação era pior. Cecília representava o Iphan, que era um vilão para a maior parte dos moradores da cidade:

Tinha um vizinho que era super contra que e é contra até hoje. Continua a placa desde 1985 acho que foi o tombamento. Desde aquele tempo ele ainda está com a placa de vende-se lá na casinha dele que é do lado do museu. Este passava por mim e dizia assim: Ah, ela é bem bonita ela é morena. Ela é brasileira. (...) E assim, eu não tinha muito prazer de ir lá. Eu ficava a semana e voltava. Eu ia segunda e voltava sexta. Era bem sacrificante pra mim. (Trecho da entrevista concedida em 9 de setembro de 2009).

A hostilidade dos moradores de Antônio Prado com os funcionários do Iphan era notória, mesmo no tempo que fui estagiária no instituto. Em 1999, foi organizado pelo Iphan um Encontro de Turismo Cultural em Antônio Prado. Com o subtítulo “Preservação e

Desenvolvimento”, o evento foi realizado em parceria com Câmara de Vereadores de Antônio Prado. Esta foi uma estratégia de aproximação do instituto com a comunidade, a partir de uma temática recente na época, no país. Conforme publicação no jornal Panorama Pradense (1999), “um programa de turismo bem administrado melhora a qualidade de vida da população, já que os habitantes se beneficiam dos serviços e atrações que esta atividade gera”. A matéria complementa afirmando que o turismo cultural também conserva as características que tornam peculiares as comunidades. No turismo cultural, a verdadeira história do lugar é que vale a pena ser contada. Com a presença de pesquisadores e políticos do campo da preservação de todo o país, em Antônio Prado, esta foi uma oportunidade relevante, criada pelo Iphan, para tentar superar as resistências dos moradores com o tombamento. Cabe ponderar sobre essa relação que a fala dos moradores em relação à presença do Iphan na cidade seria de grande valor para outras reflexões.

Cecília deixou clara sua intenção de não abordar as políticas por ela adotadas enquanto diretora dos principais órgãos de preservação do RS, nem mesmo as suas dificuldades ou estratégias para o diálogo com os chamados políticos profissionais. É evidente que para ela manter-se em cargos de chefia em instâncias do governo federal, estadual e municipal, foi necessário dominar os códigos do fazer político. Sua fala reservada sobre esse aspecto fundamental pode indicar um preconceito sobre a política diretamente ligada ao fazer técnico. Arendt (2007) trata do preconceito em relação à política com parte necessária da estrutura social. Para a autora,

o preconceito diferencia-se do juízo (...) de modo que o homem dotado de preconceitos sempre pode ter certeza de um efeito, enquanto que o idiossincrático quase nunca pode realizar-se no espaço político-público, só revelando-se no privado íntimo. (...) Quanto mais livre de preconceitos é um homem, menos apto será para a coisa social pura. (Arendt, 2007, p.30).

O pensamento político, segundo Arendt (2007), baseia-se, essencialmente, na capacidade de formação de opinião, a qual está relacionada a um juízo consolidado no passado e que serve de base para o preconceito. Assim sendo, o preconceito, de acordo com Arendt (2007), é limitado às épocas históricas e nos leva a compreender porque o velho predomina na estrutura política e social. Se a postura da informante sobre a política parece carregar o (auto) preconceito sobre o fazer político, o juízo, igualmente analisado por Arendt (2007), está presente na leitura da relação das comunidades das Missões e de Antônio Prado

com o poder do Iphan em suas cidades. Segundo a autora, julgar pode significar uma reação ao confronto “com alguma coisa que nunca havíamos visto antes e para a qual não estão à nossa disposição os critérios de nenhum tipo” (Arendt, 2007, p.31). Arendt (2007) afirma ainda que esse julgar não tem parâmetro, não pode recorrer à coisa alguma senão à própria evidência do julgado, não possui nenhum pressuposto que não a capacidade humana do discernimento. Esse julgar não abre espaço para a discussão, mas sim para a briga e para o acordo.

Em toda crise histórica, de acordo com Arendt (2007), são sempre os preconceitos que cambaleiam primeiro, passa-se a não ter mais nenhuma confiança neles e justamente porque não podem contar mais com o reconhecimento. Os preconceitos se consolidam e se transformam em pseudoteorias. Nesse sentido, temos a imagem clara das comunidades reagindo à atuação, por eles vista como, impositiva e (sempre) arbitrária do Iphan, em sítios e conjuntos tombados. A capacidade de articulação individual do técnico é ignorada pelos moradores dessas cidades, pois, independente do técnico que ali estava, todos estariam sempre buscando disciplinar as cidades e os traços sociais de acordo com a cartilha do Patrimônio Nacional.

**Tabela 9** – Quadro sinóptico da entrevista com Cecília, realizada em 09/09/2009.

<b>FORMAÇÃO</b>	<p>“Então eu vou falar da minha vida, vou abrir meu coração, bom, (...) fui trabalhar com uma pessoa que é o arquiteto Edegar Bitencourt da Luz em fins dos anos 1970, eu me formei em 80 em 1978 fui trabalhar com ele, que era uma pessoa que fazia um trabalho muito rico na parte da Arquitetura, os velhos arquitetos, aqueles que trabalhavam desde a construção da casa, o mobiliário, a fechadura, tudo, uma coisa que hoje não se vê, ninguém sabe mais isso.”</p> <p>“O que me motivou foi o trabalho com o Edegar. Nem imagina que eu poderia me voltar para esse ramo da arquitetura. Em 1980, quando eu me formei o Edegar pegou um trabalho bem grande em Triunfo que era a restauração de sete prédios históricos lá da cidade de Triunfo e eu fui a arquiteta residente lá.”</p>
<b>FAMÍLIA</b>	<p>“Eu acho que eu amadureci como pessoa. Que nem eu vejo com os meus filhos. Eu não vou mais agora lutar por aquilo que não vou ver resultado. E eu quando adolescente ou quando mais jovem eu ia ao extremo e não conseguia resultado. Hoje eu digo isso para minha filha. Ela me diz, minha enteada, ela até me diz: eu sei tu me dizia que não adianta lutar pelo que não vai ter resultado. Coloca a tua luta em outra coisa.”</p>
<b>DIÁLOGO COM ATORES DISTINTOS</b>	<p>“Eu vejo assim eu procuro conversar com as pessoas e resolver a situação, eu vejo as instituições em si ficam fechadas e elas não querem dialogar. (...) Eu vejo isso das instituições, elas vão respondendo aquilo ali de forma sem se envolver. Sem ter um envolvimento. Acho que para se preservar talvez. Ah, se eu me envolver... Eu devo ser profissional.”</p>

	<p>“Eu faço isso muito com o próprio Secretário que é meu chefe. Eu faço isso muito com outros Secretários. Às vezes funciona e às vezes não funciona. De recorrer a isso para justificar, enfim.”</p>
<b>PLANEJAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionado ao trabalho com restauro em Triunfo.</li> <li>• Visão de planejamento na gestão dos escritórios técnicos em São Miguel das Missões e Antônio Prado.</li> <li>• Muito mais gestora do que planejadora, na coordenação de órgãos como IPHAN, IPHAE e EPAHC.</li> </ul>
<b>PRESERVAÇÃO</b>	<p>“a preservação eu vejo muito claramente, muito mais na prefeitura de Porto Alegre. Ela é um problema muito sério. É uma coisa que eles não entendem. É uma coisa que só atrapalha. É onde dá problema. Porque tem o pessoal que quer construir. Tem o pessoal que tem outros interesses que vão ao prefeito.”</p> <p>“Chegou ao ponto de uma pessoa me dizer, um secretário, abriu lá uma foto: olha aqui mas vocês estão preservando essa coisa feia. E um advogado que trabalha junto disse: Acho que vocês vão ter que rever os conceitos. E eu disse: Quem tem que rever os conceitos é tu. Não se preserva uma coisa porque é feia ou bonita, mas são outros condicionantes, não é a beleza, às vezes pode até ser a beleza.”</p>
<b>HIERARQUIAS</b>	<p>“O Shopping Total causou tanto problema na Epahc que as pessoas não queriam mais ver a pessoa lá do Shopping Total. E aí eu entrei fui negociar com ele. Hoje, ele me manda e-mail só me elogiando. Eu consegui que ele contratasse um arquiteto para fazer um trabalho lá e com isso o pessoal foi lá, a equipe técnica. E se consegui resolver alguns conflitos. Acho que sou boa nisso. É uma coisa que eu descobri em mim. Eu nem sabia que tinha esse dom. É uma coisa assim, eu vou conversar com a pessoa.”</p> <p>“Primeiro que o IPHAN é uma instituição que fica distante dos periféricos. (...) Ela caminha por si própria. Ela não tem aquela vinculação tão grande como tem como o estado.”</p> <p>“na prefeitura são várias prefeituras na prefeitura. E cada um é independente do outro e cada um faz aquilo que acha.”</p> <p>“no IPHAN tem duas pessoas que não me cumprimentam, me odeiam (...). Como eu era autônoma e entrei numa instituição pública e vi coisas que eu achava muito erradas em instituições públicas, tipo, as pessoas se adonam, acham que são donas, eu achei que ia poder mudar essas coisas.”</p>
<b>FORMAS DE SOCIABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em volta do canteiro de obras</li> <li>• Nos ambientes de trabalho técnico</li> </ul>
<b>VISÕES SOBRE PORTO ALEGRE</b>	<p>“Eu vejo Porto Alegre muito mais voltada para a crise que tu explicou. E vejo assim, olha o que se fez com monumentos muita coisa legal. Pode participar o pessoal dos privados. Até teve coisas bem interessantes. Mas parece que isso não mexeu. Quem sabe daqui dez anos isso já vai ter mudado.”</p>

### 6.3 – O interesse pela intervenção no cotidiano técnico

No início do ano de 2011, recebi a notícia de que o técnico, que aqui chamaremos de Carlo, estaria retornando ao Brasil. Conhecido dos meus tempos do Iphan, Carlo logo se prontificou a conceder uma entrevista após se firmar no cargo junto ao governo do estado, que estava assumindo.

A entrevista aconteceu na Ufrgs. Em consonância com o tom da entrevista de Cecília, Carlo narrou sua trajetória com muito bom humor. Seu interesse pela história da arquitetura começou na infância, por influência do pai, também arquiteto. Quando já estava cursando arquitetura em uma universidade privada, manifestou interesse em participar de prospecções arqueológicas na região das Missões. A seguir, foi estagiário no Iphan, direcionando seus trabalhos acadêmicos para a área da preservação, como nos falou:

E aí em um determinado momento surgiu a oportunidade de fazer uma viagem para a Alemanha e eu fui. Então eu larguei o estágio, tranquei a faculdade, fui no terceiro ano de faculdade eu tranquei tudo e lá na Alemanha eu estudei alemão durante seis meses, trabalhando né, fazendo uns bicos e aí eu consegui, (...) um estágio no Deutsches Zentrum für Handwerce und Denkmaleflege (risos) que é o Centro Alemão de Patrimônio Histórico na cidade de Fulda. (...)na verdade este centro, era um centro de formação de artífices. Eu fiquei trabalhando ali durante sete meses. (...) Lá eles tinham cursos de especialização de pintura, de restauro de pintura, restauro de madeira, de carpintaria, de marcenaria, de pedra e de ferro. São vários os cursos que eles tinham ali. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

No retorno ao Brasil, Carlo se formou em arquitetura desenvolvendo um projeto fictício de reciclagem para um dos prédios históricos da UFRGS, com o tema do Centro de Formação de Artífices. No Iphan, relatou que aprendeu a fazer levantamento cadastral em conjuntos urbanos, trabalhando com Antônio Prado. Por indicação da equipe do Iphan, seu primeiro trabalho profissional foi o restauro de uma casa no “Buraco do Diabo<sup>34</sup>”, em Ivoti. A Igreja de Ivoti, logo em seguida, foi tombada em nível estadual, após o incêndio criminoso que lá ocorreu, a fim de motivar o governo na construção de uma nova igreja. Tombada, ela não pode mais ser modificada, entretanto, conforme Carlo, ela lá está na forma de ruína “com um mato dentro”.

---

<sup>34</sup> O Buraco do Diabo, em Ivoti é parte do “roteiro projetado para conhecer a zona rural do município e entrar em contato com um ambiente que faz lembrar os primeiros anos da colonização alemã, além de situar-se em uma região naturalmente bela. O passeio começa no Núcleo de Casas Enxaimel, visitando a Casa do Artesão, o Museu Claudio Oscar Becker e a Ponte do Imperador, seguindo em direção às localidades do interior para conhecer empreendimentos de categoria familiar”. Disponível em < <http://ivoti.rs.gov.br/rota-colonial> >. Acesso em 14 jan 2012.

Após essa experiência como autônomo, Carlo foi convidado a retornar ao Iphan, para trabalhar na equipe técnica, especialmente com Antônio Prado. Com a troca de superintendência nos anos 2000, Carlo assumiu a chefia da equipe técnica, em Porto Alegre, tendo mais tempo para observar as carências no estado. “Existiam temáticas, temas basicamente que eram desconsiderados até pela pequena quantidade de pessoal que tinha ali trabalhando. E, por exemplo, o tema da imigração alemã”, observou.

Carlo explicou sobre as dificuldades encontradas no Iphan para o gerenciamento e a fiscalização de obras, inventários e registros pelo RS. A 12ª SR do Iphan é responsável pela fiscalização de obras em bens tombados localizados em várias cidades do estado. A relação do informante com a preservação estava claramente assumida pela paixão pelo restauro, ou seja, pela intervenção. A visão de cidade pareceu ser construída a partir da história da cidade e dos processos de imigração.

A ascendência alemã e o interesse em seguir estudando fora, fizeram com que Carlo pedisse demissão do Iphan e da universidade onde lecionava para voltar à Europa. Primeiramente ele se instalou na Alemanha, mas, por indicação de uma amiga, foi estudar restauro em Florença, o berço da restauração na Itália. Questionado sobre o domínio da língua italiana, Carlo relatou que:

não falava nada de italiano. (risos) Só no inglês e no Alemão. Aí eu cheguei lá, comecei, fiz um curso de duas semanas de italiano. (...) Aí o curso era de, um curso técnico de restauro arquitetônico que pegava várias áreas, restauro de madeira, restauro de pedra, restauro de estuque, restauro de pintura e era um curso de 600 horas de teoria e 800 horas de prática. O primeiro ano se resumia a oficinas onde a gente aprendia a mexer com os materiais. Oficinas de pedra: a gente aprendia a esculpir, a criar manabilidade nas mãos. Oficinas de estuque: a gente aprendia os moldes de estuque, a puxar pisos de estuque. E o no segundo ano a gente trabalhou de forma prática através de estágio de obra em obras que já estavam acontecendo na cidade. E aí eu trabalhei em duas obras: uma em Santa Maria Novela, na igreja, que era numa sala do lado da sacristia e a outra era de uma igreja Barroca, uma igreja pequena Barroca que não é conhecida, mas muito bonita, uma igreja toda ornamentada. E lá praticamente a gente trabalhou em todas as áreas. A gente trabalhou com madeira, trabalhamos com estuque, trabalhamos com restauro de pintura, com consolidação, com consolidação de pedra. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

O domínio no campo técnico da preservação, a chamada conservação no sentido amplo, foi a grande motivação de Carlo na sua incursão pela Europa, depois de alguns anos. Na sua fala está colocado o descontentamento com a gestão do Iphan, no que tange ao incentivo à capacitação e ao aprimoramento dos seus técnicos não concursados. Alguns

colegas saiam para estudar no Cecor, em Minas Gerais, ou no Cece, na Bahia, mas para o técnico contratado essa possibilidade não existia, relata o informante. Outros descontentamentos foram sugeridos apenas na sua expressão.

O período de estudo na Europa foi interrompido com o final do curso na Itália e com o convite para assumir uma coordenação em um órgão estadual. Mudanças de ares estavam anunciadas nesse sentido, as quais Carlo optou por experimentar. “Não tinha nada previsto para depois do término do curso e eu resolvi aceitar, achei que a experiência ia ser interessante, assumir a direção de um instituto de preservação”, destacou.

A colocação de Carlo frente ao desafio de dirigir e representar um órgão de preservação, com abrangência e responsabilidades pelo RS e com a demanda de diálogo permanente com o Iphan e com as prefeituras revela a vontade de contribuir com o pensamento arquitetônico na condução dessa engrenagem. No questionamento de Arendt (2007) sobre o sentido da política, a autora tensiona a relação compatível por ela mesma colocada entre política e liberdade. A fala de Carlo carrega uma aspiração por liberdade diante das decisões sobre a preservação de bens e conjuntos tombados no estado e, sobretudo, de possibilidade de transformação. É como se participar desses espaços políticos representasse uma consciência pelo campo da preservação, da conservação e da restauração, evitando assim o desenvolvimento de políticas destoantes e mesmo destrutivas em relação à prática técnica.

A entrevista acabou entrando na especificidade da atuação científica do restauro e a questão formulada foi como ele percebia esse campo de atuação no país. Carlo explanou:

Na verdade o ideal que não existisse a profissão de restaurador, entendeu, porque o restauro na verdade é uma intervenção no limite, no limite da perda do bem, e esse limite não deveria existir na verdade, se houvesse um trabalho de preservação constante, de conservação. O ideal seria isso. Seriam ações de conservação constante durante toda a vida de um bem. Rotina, manutenção, a limpeza, é arejar a aquele bem, é tu fazer uma pintura de tanto em tanto tempo, é tu fazer, desentupir as calhas de um bem, trocar uma telha quebrada. Só que no Brasil isso não funciona. Isso não funciona nem na Itália. Tirando alguns países do norte da Europa, eu acredito que isso não funcione em nenhuma parte do mundo. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

A abordagem sobre as questões políticas foi feita a partir do tema da restauração. Tendo em vista que esse é um campo de alta qualificação e que existem no país poucos profissionais aptos para atuarem em um canteiro de obra de restauro, Carlo salientou que:

A gente tem uma crise ética muito grande nessa área, de profissionais que se acham capacitados e não são. E, mesmo não se achando capacitados e não



sendo capacitados se dizem capacitados. Isso tem bastante. A política faz parte de tudo né. Ela ta aí em todas as profissões, e principalmente, quando tu trabalha no setor público, num órgão desses, tu tem que lidar com relações políticas, tu tem que, isso faz parte do teu cotidiano, é um campo de negociação, faz parte do teu trabalho. (...) E todos trabalham assim, é através dessas relações políticas, muitas vezes, que tu consegue executar ações que tu considera que são importantes para a sociedade. Claro, que não é te render politicamente, eu acho que existe toda uma questão de ética. É tu saber conversar e convencer as pessoas certas da importância de determinadas ações, entende. E isso eu estou aprendendo dentro do IPHAE, porque na verdade no cargo que eu ocupava no IPHAN eu não tinha essa necessidade. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

Sobre a distinção do trabalho do Iphan e do Iphae no RS, ambos operando com o patrimônio estadual, Carlo expôs que entende que essa separação não deveria existir:

Os interesses são os mesmos. Eu questiono muito essa questão da separação do patrimônio tombado em nível nacional, tombado em nível estadual, tombado em nível municipal. Eu acho que não deveria haver essa diferenciação porque na verdade um patrimônio que é importante para um município ele tem uma importância dentro da formação de um estado e o estado tem importância dentro da formação de uma nação, então, essa divisão é muito questionável, e, baseado nisso, todos nós trabalhamos com patrimônio. (...) É uma construção de identidade nacional. Só que, claro, uns trabalham com algumas coisas e outros trabalham com outras, né. Os edifícios tombados pelo IPHAN têm a mesma importância que têm os edifícios tombados pelo IPHAE que têm a mesma importância que muitos edifícios tombados pelo município. O IPHAN trabalha com arqueologia, que o IPHAE não trabalhava, mas provavelmente agora vai começar a trabalhar porque o IPHAN não está dando conta porque a demanda de arqueologia aumentou muito nos últimos anos, porque, pela lei federal, todos os grandes empreendimentos que se instalam no Brasil. Eles precisam de um acompanhamento arqueológico: estaleiros, grandes fábricas. E esse desenvolvimento econômico começou a acontecer no Brasil de alguns anos para cá, esse aumento da demanda de implantação não acompanhou o investimento do estado na área da arqueologia. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

A gestão dos projetos, nessa área, no estado e as atribuições de cada órgão de preservação motivou o arquiteto a falar sobre a sua compreensão de planejamento urbano. Sem assim denominar e situar o trabalho do conservador em um panorama mais amplo, Carlo falou que “a restauração é pontual, mas ela faz parte de um processo de recuperação urbana”. Intervenção (arquitetônica) e recuperação urbana são colocadas como sinônimos, na fala do informante, pois a conservação urbana como medida preventiva não foi considerada nesse momento. Para aprimorarmos a compreensão dessas ações sobre a materialidade, tão presentes nas preocupações de Carlo, vale recorrer a um deslocamento do sentido de ações,

reabilitações e mesmo de destruições em arquitetura e nas cidades. Para Bergstein (in IPHAN, 1994), “desconstrução em arquitetura (...) é a diferença de um contexto para o outro; (...) é uma atividade aberta, uma crítica contínua que trabalha (...) na possibilidade de inscrições de novos significados” (p.155). Com isso, podemos resgatar a teoria brandiana, apresentada no capítulo inicial desta tese, a qual se refere à noção do bem como obra de arte que é um “*unicum*, seja pela singularidade não repetível da vicissitude histórica, (...) com base no sistema de referência pelo qual uma obra de arte é uma obra de arte, como monumento histórico e como forma” (Brandi, 2004, p.63). O restauro, segundo Brandi, é um ato crítico de reconhecimento da obra de arte como tal. Tanto o monumento (obra de arte) quanto a ruína, para Brandi, recebem esse *status* no seu contexto. Assim, a especificidade da restauração e da recuperação urbana depende, sobretudo, da compreensão dos traços culturais que envolvem a origem e a apropriação dessas arquiteturas e cidades. O restaurador é aquele profissional que consegue equilibrar no seu ofício o senso de técnica e arte, bem como de política e liberdade de ação.

Carlo, em sua entrevista, complementou a reflexão sobre as intervenções e a preservação – enquanto salvaguarda - no âmbito estadual a partir da visão de gerações que o antecederam nas políticas de preservação no RS e no Brasil:

Essa geração que eu acompanhei, né, que é a geração ali da década de 80, que começa a atuar na década de 80 e da década de 90 e que ainda estão atuando, eles partiram de uma outra geração que acreditava que a preservação do patrimônio era mais pontual. Então tu vê que é a partir da década de 80 os tombamentos que acontecem a nível estadual e a nível federal também são pontuais. É o tombamento de uma casa, é o tombamento da Casa de Cultura Mário Quintana, é o tombamento da Ponte 25 de Julho em São Leopoldo. Por quê? Porque até aquele período os centros históricos estavam ainda, mais ou menos, preservados. Não existia esse impacto do desenvolvimento desordenado sobre os centros históricos. Se acreditava que tombando um edifício e criando uma área de entorno, como lá, um gerenciamento diferenciado do plano diretor que aquilo ia se preservar. Só que se viu, hoje em dia, que não. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

Compartilhando com Cecília da sensação de estar entrando em um território novo, o da gestão de um instituto de preservação, Carlo ponderou que esse pode ser entendido como um momento de amadurecimento nas questões de seu maior interesse, a conservação e a história da cidade. É como olhar para o mesmo campo de atuação, a preservação das cidades, a partir de uma nova perspectiva. Com uma fala entusiasmada e lúcida sobre o patrimônio,

Carlo encerrou a entrevista, de forma consoante ao depoimento de Zenóbia, quando ela se referia à cachaça que é o planejamento. Carlo disse que:

Eu entrei no patrimônio por idealismo, entende. E eu estou no patrimônio até hoje por idealismo. Eu não estou no patrimônio para ficar rico. E eu sei que nunca vou ficar rico no patrimônio. Então não é esse meu interesse. O meu interesse é trabalhar de forma a trazer um bem estar social. É esse meu interesse através da recuperação do patrimônio. O trabalho cultural, patrimônio material, imaterial, entende. Toda forma de manifestação cultural, entende. (...) Eu acho que todo idealista é um pouco ingênuo. Tem um limite. Tu tá ali, ali junto com a ingenuidade e em, muitas vezes, em determinadas experiências de vida no teu trabalho tu te choca com pessoas que não são assim. E aí, muitas vezes te puxam o tapete e tu cai e tu te machuca e aí tu te levanta de novo. E aí, isso faz parte do teu processo de amadurecimento e tu vai ter uma mudança de atitude. Tu vai aprender a lidar com situações que tu vai encontrar daqui para frente. (Trecho da entrevista concedida em 12 de julho de 2011).

O depoimento de Carlo nos intrigou mais ainda na busca pela compreensão das motivações e das dificuldades dos sujeitos que atuam com a preservação. É comum encontrarmos pesquisas que colocam a cidade como agente, pois é ela que precisa ser estudada e são as suas necessidades que precisam ser supridas. Por outro lado, encontramos discursos que colocam o patrimônio como sujeito da ação ou mesmo a memória, aquela que erroneamente é apresentada como objeto da preservação. O técnico não tem voz, apenas os seus atos e os projetos. Nesse momento de análise, tive que discordar, em parte, da afirmação do informante Paulo, quando ele citou uma jornalista que falara sobre a importância dos projetos e das obras, pois, quando nos referimos à cidade e ao patrimônio, o que permanece é a materialidade. A fala final de Carlo me fez refletir que o que fica, talvez escondido pela mídia, são as metodologias, os desejos de fazer da melhor maneira (ou apenas perceber que se está fazendo o urbano), para um coletivo, uma cidade inteira ou um país. Escondidas também estão as estratégias de negociação política. O que permanece, nessa seara da preservação são intenções, concretizadas ou não e, o que ele grifa na sua fala, o idealismo. E onde estão registradas essas intenções?

**Tabela 10** – Quadro sinóptico da entrevista com Carlo, realizada em 12/07/2011.

<p><b>FORMAÇÃO</b></p>	<p>“Bom, na verdade, a coisa começou assim: quando eu tinha dois anos de idade. (Risos), to brincando. Começou assim, começou quando eu era pequeno, começou quando eu era pequeno. Eu sempre me interessei muito em ler e ver livros sobre a arquitetura antiga, principalmente com relação à Egito, Grécia e Roma.”</p> <p>“Passei para arquitetura de uma universidade privada, (...). Aí, durante, já nos primeiros meses, nos primeiros semestres da faculdade meu interesse sempre era tentar direcionar todos os trabalhos da arquitetura, do curso de arquitetura para a questão do patrimônio histórico.”</p> <p>“eu devia tá no primeiro ou no segundo semestre da faculdade e vi uma reportagem sobre as escavações arqueológicas em São João Batista das Missões. E aquilo me espantou porque eu nunca tinha imaginado que no Rio Grande do Sul pudesse haver essas escavações arqueológicas. (...) aí eu me informei do telefone e liguei para o IPHAN (...) Aí eu pedi e perguntei se eu não podia participar de uma escavação arqueológica aos meus custos (...) Pela primeira vez eu fui para as Missões em São João Batista.”</p>
<p><b>FAMÍLIA</b></p>	<p><b>Pai arquiteto e professor em uma universidade privada</b></p> <p>“Meu pai é arquiteto e ele sempre teve muito material com relação a isso (...) Sempre existiu esse interesse pela questão da história da arquitetura. Aí quando eu entrei na adolescência, claro que veio a negação com relação a tudo que era representativo para o meu pai (risos) e aí eu resolvi fazer jornalismo. Aí eu me matriculei no Jornalismo da PUC e passei. Aí eu fiz um ano de jornalismo na PUC, na FAMECOS e odiei.”</p>
<p><b>DIÁLOGO COM ATORES DISTINTOS</b></p>	<p>“Eu acho que eu estou entrando, na verdade, neste momento de uma forma muito crua, eu me sinto. Porque eu estou entrando numa área na qual eu nunca trabalhei que é justamente essa questão da política, da gestão, entende.”</p> <p>“A política é na verdade tu observar e tu ter uma certa sensibilidade para ter determinadas atitudes nos momentos certos e com as pessoas certas e não ter atitudes nos momentos errados com as pessoas erradas. Eu acho que é essa, na verdade, a política. É tu saber como chegar nas coisas. Mas, claro que sempre dentro de uma ética.”</p>
<p><b>PLANEJAMENTO</b></p>	<p>“O Monumenta aqui no Rio Grande do Sul, ele trouxe uma ideia nova. Ele trouxe a ideia de trabalhar com o perímetro urbano, com a área urbana de uma forma muito ampla. Não só na recuperação de um ou dois imóveis, mas na recuperação de muitos imóveis. Na recuperação da infraestrutura urbana. E a adequação da estrutura urbana.”</p>
<p><b>PRESERVAÇÃO</b></p>	<p>“digamos até a década de 90 se acreditava que no Rio Grande do Sul não tinha um patrimônio muito consistente a ponto de ser protegido, dessa forma mais ampla, como se acreditava que existia em Minas. Porque Minas tem centros históricos que foram tombados na década de 30. Salvador, na Bahia. As cidades históricas de Minas: Ouro Preto e Diamantina e Sabará. O Rio Grande do Sul não. O maior núcleo urbano tombado pelo estado foi Piratini e o maior núcleo tombado pelo governo federal foi Antônio Prado, mas mesmo nesses dois núcleos o tombamento foi pontual. São 48 casas tombadas. Elas foram tombadas, uma a uma, por endereço. Não houve um tombamento de área. Então, na verdade, a visão era diferente. Hoje em dia, já o tombamento em Jaguarão já demonstra uma visão totalmente diferente da proteção. Jaguarão foi tombado todo um perímetro com 800 edificações ali dentro e não só as edificações, foi tombado tudo. E a partir desse tombamento de área tu tem a possibilidade de trabalhar a cidade como um todo.”</p> <p>“mas na verdade, o que mudou foi a interpretação da legislação. Porque a legislação é muito ampla. Se tu for ler a legislação, hoje em dia, o decreto lei de 25 é super atual, entende. A constituição de 88, ela é super atual. Porque ela tem uma visão muito ampla.”</p>

<b>HIERARQUIAS</b>	“Eu estava atrás fazendo a parte técnica e burocrática e agora eu estou na frente, eu estou fazendo essa política. Um cargo executivo. Então toda essa relação com a Secretaria, com o próprio Secretário, então, é uma questão política, né.”
<b>FORMAS DE SOCIABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos ambientes de trabalho como técnico</li> <li>• No diálogo entre técnicos e políticos</li> </ul>
<b>VISÕES SOBRE PORTO ALEGRE</b>	<p><b>Analisa a cidade a partir dos órgãos de preservação:</b></p> <p>“A EPAHC, ela na verdade se limita mais ao município, né. Mas o trabalho da EPAHC se for analisar é o mesmo, também, né. Trabalha com o patrimônio tombado e poderia trabalhar com patrimônio imaterial, não sei se trabalha, eu acho que não, mas poderia trabalhar com patrimônio imaterial em Porto Alegre. A teoria é a mesma, a filosofia é a mesma, os interesses são os mesmos.”</p>

#### 6.4 – A formação de uma ética coletiva no campo da preservação

Gonçalves destaca em sua tese (1996) que a história e a política são construções culturais. Com vistas a isso, somamos a noção de direitos culturais e mesmo de preservação do patrimônio como construções narrativas de caráter nacionalista, seguindo acepção de Gonçalves, mas com legitimação coletiva. Gonçalves observa ainda que essas narrativas são formas de ação ou, como o autor denomina, performances. Agregada a essas noções está a política que, de acordo com Arendt (2007) não está no ser humano em si, mas na relação entre sujeitos. A política, para a autora, aplica-se ao ser livre e ela ocorre no âmbito público.

Parafraseando Choay, em suas provocações finais de *A alegoria do Patrimônio* (2001), valemo-nos do sentido tomado pela autora para explicar a competência como a faculdade particular ao ser humano da linguagem articulada. No exemplo da autora, se a criança não aprender a linguagem nas condições e nos prazos prescritos pelo desenvolvimento da espécie, ela não falará e não se tornará um indivíduo integral.

No domínio da preservação dos patrimônios encontramos uma trajetória ocidental rica e controversa nas formas de articulação das políticas, das teorias e das técnicas. Apropriando-nos da analogia de Choay, podemos pensar que a cidade e seus habitantes, mesmo com muitos séculos de preocupação preservacionista, ainda precisam aprender a linguagem da preservação e de suas dimensões correlatas a fim de se tornarem integrais e capazes de operar com suas naturais contradições. Ambiente a ser configurado, restaurado e reabilitado precisa compatibilizar suas intenções à memória coletiva que segue seu curso. E se remexermos com a história, Benjamin (1993) nos auxilia a entender que ela aparece de diversas formas – na

narrativa biográfica, passando pela transmissão da informação e chegando à sensação. Para Gonçalves (1996), por sua vez, mesmo o discurso do historiador - o qual pode ser o técnico com visão restrita da cidade a partir da história – é entendido como um arranjo narrativo por meio do qual uma certa realidade etnográfica vem a ser produzida ou inventada. A autoridade dos textos etnográficos, ainda segundo Gonçalves (1996) também está presente no discurso do historiador, enquanto autoridade da e sobre a própria realidade. Cabe saber a qual realidade estamos nos referindo.

Este capítulo deu relevo à análise das entrevistas realizadas com três técnicos ligados a instituições públicas distintas, sendo elas o Iphan, a prefeitura de Porto Alegre e o Iphae. O objetivo foi identificar as formas do fazer técnico e político no âmbito da preservação cultural em Porto Alegre, destacando metodologias e estratégias nessas atuações e buscando manter a densidade das imagens narradas pelos informantes.

Outro aspecto aqui considerado é a articulação de sujeitos e grupos na formação de redes sociais, conforme abordagem sugerida pela antropóloga Adler-Lomnitz (1994), nos processos de gestão política e cooperação técnica em projetos e programas urbanos para a cultura. A reflexão seguiu na identificação de conflitos, no sentido simmeliano, de estratégias de negociação para a viabilização de projetos coletivos e projetos sociais e para a compreensão de novos conceitos integrados ao universo da preservação.

Tratamos anteriormente da legislação urbana e a legislação específica voltada ao patrimônio quando nos referimos à transformação da cidade. A forma como o primeiro informante apresentado neste capítulo, colocou-se frente à questão urbana, está diretamente ligada às propostas de ampliação e complementação de como podemos preservar, valorizar, transformar e mesmo projetar a cidade e seus valores culturais. Projeto social, projeto de vida e projeto urbano parecem merecer uma reflexão mais apurada e entrecruzada quando estamos observando os processos de planejamento urbano e, sobretudo, de preservação dos patrimônios.

Paulo nos fez refletir sobre a importância de pensar e agir projetualmente nas cidades, nos núcleos ou nos bens patrimonializados, com os objetos e documentos que nos representam. Sobre os sentidos de projeto para a cidade, projeto de cidade e projeto urbano, Lima (2004) faz uma revisão nessa linha, demonstrando que, especialmente a noção de projeto urbano já existia desde a Grécia antiga e Roma. Para a autora, a estratégia de ocupação da América Latina a partir das Leis das Índias continha um forte sentido projetual,

pois carregava uma busca por imagens, conceitos e configurações específicas. Lima (2004) observa que, a partir do período pós-industrial, passamos a perceber a:

organização do espaço intraurbano, antigas morfologias existentes convivendo com estruturas recentes. (...) uma das principais preocupações do urbanista do século XXI é a de elaborar projetos urbanos sustentáveis que deem conta tanto de áreas em processo de urbanização quanto de áreas já consolidadas, onde o espaço encontra-se em estado de degradação. (Lima, 2004, p.13-14).

A autora nos provoca a um posicionamento frente às intenções projetuais como planejadores, gestores e projetistas da cidade contemporânea, esta que se verticaliza, que busca preservar até mesmo o que não cumpre o papel estético. A preservação então vem cumprir uma necessidade muito mais econômica, da ordem da sustentabilidade e da redução de custos com novas obras, do que exatamente de reprodução de valores históricos dos antigos monumentos. Ela, a preservação, passa a considerar relevantes para registros, inventários e ações objetivas à matéria, técnicas e tecnologias, formas e funções executadas muito recentemente nas cidades. Por outro lado, os valores do Centro como lugar de origem ainda permaneceram na lista de prioridades à preservação e ao planejamento.

A imagem primeira de declínio de determinadas parcelas urbanas ou mesmo de cidades e lugares, suscetíveis à requalificação, deve ser muito bem avaliada, pois a surpresa pela descoberta de vitalidade e sociabilidades nesses espaços pode ocorrer até mesmo para os técnicos mais atentos e sensíveis. Cecília nos alertou sobre a vitalidade que existia em uma cidade pequena transformada em canteiro de obras de restauro. A secretaria sucateada pela mudança política também está sujeita a surpresas nesse mesmo sentido, caso ela seja olhada mais proximamente, da maneira que Zenóbia nos proporcionou ver em nossa visita à casa dos planejadores.

A ruína monumental localizada na fronteira de países e condecorada com o grau máximo na escala de valores do campo do patrimônio, por outro lado, está suscetível a nos surpreender negativamente, do mesmo modo que sua parenta distante, que representa um período da imigração. Paulo, Cecília e Carlo nos fizeram refletir nesse sentido.

A dificuldade encontrada por alguns em transformar o campo da preservação deve estar na dificuldade de mudar o discurso, as metodologias de trabalho, os modos de pesquisa e as referências. Entendemos que o estímulo pelo trabalho como técnico da preservação, do planejamento e da projeção da cidade pode ter origem no exemplo da mãe pioneira na

inserção social através da universidade ou mesmo pelos espaços de sociabilidade política criados em tempos de faculdade, ou ainda pelo contraexemplo de outra pessoa próxima.

A preservação pode estar mais claramente colocada em um órgão de governo exatamente pelo projeto político dessa instância. Para quem opera no cotidiano com essas políticas nem sempre é evidente essa assertiva. Cecília revelou que enxerga, de modo mais claro, a noção de preservação na prefeitura de Porto Alegre. Mesmo reconhecendo a dificuldade de manejo com os muitos atores da economia urbana, os quais interferem diretamente no projeto de cidade, a informante salienta essa característica local. Quanto mais nos distanciamos do município, mais a preservação e o planejamento passam a serem utilizados como objetos de manobra política dos governos, vide a descrição dos períodos Collor e do Estado Novo no Brasil. Alguns compreendem a função efetiva desses modos conjuntos de ação sobre as cidades. Outros tantos sequer conhecem os seus sentidos. De qualquer maneira, se as políticas estiverem sendo construídas no município, no estado ou no governo federal, o palco de ações da preservação e do planejamento será a cidade, no singular ou no plural.

### ***6.5 – Estou no patrimônio até hoje por idealismo***

A frase do informante Carlo revela um traço significativo da atuação com os bens culturais, com os bens tombados, enfim, com os registros da cultura em órgãos de preservação. Ele salienta, na sua fala, de que não trabalha com cultura para ficar rico. A motivação nesse trabalho está na realização plena dos anseios de cada sujeito que ali atua. No caso de Paulo, o estímulo pelo trabalho com o patrimônio está, sobretudo, na concepção de novos projetos, compartilhada com aqueles que ele considera como os melhores técnicos ou com o melhor potencial para as demandas específicas. Para Cecília, a realização no trabalho não ficou tão evidente em sua fala, pois o envolvimento político pareceu ganhar maior relevo na sua trajetória, apesar do forte entusiasmo com o desempenho técnico, em canteiro de obra de restauro. Carlo, por sua vez, parece ter conseguido distinguir seu interesse pela restauração, pelo detalhe da obra de intervenção arquitetônica e mesmo pela história da arquitetura e do urbanismo, da necessária atuação como gestor e diretor de um órgão de preservação estadual. Boas intenções, no entanto, podem ser mal interpretadas ou ainda podem interferir



negativamente na condução das propostas para a cidade e dos projetos de preservação. Saber muito bem onde e com quem se está negociando é condição *sine qua non* para a atuação harmônica e eficaz em planejamento e preservação.

Integrar técnicos, políticos profissionais, empresários, instituições e comunidade a partir de projetos com interesses comuns parece ser utópico e, por outro lado, o caminho da legitimação do patrimônio preservado. Irene já havia observado a preservação mundial de um contexto em formação, Brasília, com uma história de apenas alguns anos. Naquele momento, os técnicos já teciam a narrativa da preservação da capital federal como um patrimônio da humanidade. Os argumentos desse tombamento são em forma de narrativa da arquitetura modernista como mobília em área de serrado, no Planalto Central, delimitada por um complexo e coerente sistema viário. Holanda (2002) trata Brasília como um espaço de exceção. Para o autor, a partir da sua análise da capital formada em um espaço nacional, a ideia de sua construção é anterior a 1956, ano oficial do início de sua obra. A intenção data do século XVIII, descrita em documentos que falam sobre a transferência da capital para um lugar mais seguro. Segundo Holanda (2002), a construção da cidade no governo Kubitschek, a partir do partido [projeto] do arquiteto brasileiro de maior reconhecimento no exterior, Lucio Costa, representou um acontecimento peculiar e grandioso no país, porém estruturado em fatores históricos pouco difundidos. A construção de uma narrativa de preservação desse patrimônio, para ganhar densidade, deveria, portanto, identificar e analisar esse contexto de formação das bases para a concretização desse sonho da nova capital federal. Ainda em Holanda (2002):

Tornou-se claro que a estrutura espacial herdada do país era agora [anos 1950] ‘ineficiente’ para a contínua acumulação de capital. É verdade que a autonomia regional primitiva já vinha sendo enfraquecida há algum tempo, mas isso tinha de ser acelerado. A saída para o problema, do ponto de vista da burguesia nacional, significava algumas medidas inter-relacionadas: um novo estágio na concentração e centralização do capital; um relativo fortalecimento da economia do Sudeste; o desenvolvimento da indústria de bens duráveis que correspondesse à estrutura de concentração de renda; a ‘integração do país’, isto é, o fortalecimento de ligações entre o centro econômico mais dinâmico e as demais partes do país. (p.291).

O fortalecimento de forças sociais dominantes, como coloca Holanda (2002), na condução econômica e política nacional para a construção de Brasília pode também representar a sua rápida aceitação “fora do país” como patrimônio da humanidade e, de outro lado, a enorme distância desses significados e do conhecimento desses processos no cotidiano

dos brasileiros. Um patrimônio que é reconhecido antes fora do país do que no interior da nação parece estar distante ainda dos sentidos de integrado, aplicado por Irene e, sobretudo, por Paulo.

No caso de São Miguel das Missões, esse fortalecimento para construção da narrativa preservacionista, segundo fala de Paulo, parece ter ocorrido no interior do Iphan, do órgão nacional, respeitando, no entanto, o contexto regional, nacional e internacional. Diferenças de procedimentos de valorização e reconhecimento à parte, a noção de integrado, a partir do depoimento de Paulo, está buscando mostrar uma intenção de responsabilidade compartilhada com o bem cultural e mesmo de inclusão social. Remetendo ao conceito citado em capítulos anteriores sobre direitos culturais, entendemos que esse é o direito ao usufruto dos ambientes de cultura e dos objetos dessa cultura, bem como o direito fundamental de manifestação da cultura por parte dos grupos sociais.

Paulo coloca, assim, o RS e, mais especificamente, o contexto das Missões, em um eixo nacional e internacional. O seu discurso reiterado sobre a vinculação de praticamente todos os seus projetos de vida ao tema das Missões reforça essa intenção. É o Rio Grande do Sul no panorama da valorização e interpretação de um patrimônio que é nacional, de um lado, e também o país visto no exterior a partir das Missões. Ainda recuperando o diálogo com Gonçalves (1996), Paulo faz uso dos mecanismos de uma objetificação cultural para construção de uma narrativa nacional. Por estar à frente em um órgão de atuação nacional e mesmo em outras instâncias de governo e representatividade, o informante Paulo se coloca como um agente fundamental na dinâmica coletiva do patrimônio nacional.

Ainda tomando o tema das Missões como paradigmático na fala construída por Paulo, o próprio informante o transforma em artefato. As Missões são reinventadas a cada novo projeto. Os eventos lá realizados ou que tomam aquela realidade como objeto, ou seja, os produtos de cada ação voltada àquele contexto são narrativas sobre o artefato Missões, pois elas a reescrevem. Além disso, as narrativas, enquanto produtos podem ser lidas e interpretadas por outros sujeitos, até mesmo distantes em interesses, ao tema narrado. A narrativa carrega outras especificidades, tais como o uso de um enredo “por meio do qual os acontecimentos são rigorosamente interconectados em uma estrutura sequencial, com um começo, um meio e um fim” (Gonçalves, 1996, p. 16). Paulo, nessa sequência de entrevistados, foi o único a demonstrar clareza sobre a concretização das suas ações nesse artefato Missões e nas suas diversas construções narrativas. O traço claro e eficaz de sua

atuação, nessa linha, está nos atributos de coerência dada ao patrimônio em foco e objetividade nas formas e nos resultados.

## 7 CONCLUSÃO: A NARRATIVIDADE NA PRESERVAÇÃO



**Foto 21 - Detalhe da janela de prédio localizado na Rua Marechal Floriano esquina com Rua Riachuelo, no Centro de Porto Alegre.**  
Foto: Jeniffer Cuty, 2007.

Esta tese buscou aprimorar o debate sobre memória, narrativas e narratividade no âmbito da preservação do patrimônio, bem como refletir sobre a cidade em transformação e o imaginário que permeia o universo de projetos de reabilitação e intervenção urbana. Segundo Ricoeur (1998), a narratividade está no fluxo entre a memória, a narrativa, a linguagem e as obras (os produtos ou artefatos humanos). A narrativa diz eu estava lá, eu vivi. São formas de dizer, de situar o interlocutor sobre os fatos e os feitos.

Em arquitetura e narratividade, Ricoeur (1998) nos faz pensar que a arquitetura está para o espaço assim como a narrativa, para o tempo. É a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, conforme Ricoeur (2010). Se a narrativa recria o fato, presentificando o passado, a arquitetura recria e dá sentido ao espaço, possibilitando múltiplas leituras e usos diversos. A noção de espacialidade da narrativa e temporalidade da arquitetura é perfeitamente aplicável a esta pesquisa.

Cabe destacar ainda que, para Ricoeur (1998) o tempo da narrativa se estende ao ponto de ruptura e de sutura entre o tempo físico e o tempo psíquico; misto do tempo vivido e do tempo dos relógios. Já o espaço construído é um misto de lugares de vida que cercam o corpo vivo e um espaço geométrico de três dimensões. Assim, trinta anos de trajetória profissional no trato com os projetos e os planos para a cidade estão confundidos com trintas anos de políticas públicas consoantes ou dissonantes da fala dos técnicos, sobretudo as duas técnicas experientes entrevistadas nesta tese. O espaço construído, ocupado e apropriado pouco se mostrou nesses depoimentos. O cotidiano como categoria de agrupamento das imagens esteve ligado aos espaços de trabalho dos técnicos, às edificações que por serem identificadas como de relevância identitária para a cidade são, por isso, tomadas como adequadas a abrigarem o ofício junto ao patrimônio.

A segunda categoria é a de patrimônio. Entende-se que essas imagens começaram a ser reunidas para a autora da tese quando ela foi trabalhar com as práticas da preservação, a partir de 1999, junto ao Iphan em Porto Alegre. Apenas com a aproximação com os estudos de memória coletiva e teoria da imagem, da imaginação e do imaginário, com filiação teórica no âmbito da perspectiva de Bachelard (1988), Durand (2002) e Eckert e Rocha (2005), que essas coleções, se assim podemos chamá-las, passaram a ser compostas. No que se refere a uma reavaliação desses agrupamentos, foram consideradas as categorias de conflito e crise, sob acepção de Simmel (2006). A opção pela busca de uma forma para essas categorias nos levou a organizá-las em sequência, para iluminar com maior clareza as suas especificidades.

Vale lembrar que estamos aqui tratando de narrativas, portanto de memória e imaginário e não de história da cidade no sentido adotado pelos estudos da evolução urbana.

A partir do conceito de bacia semântica de Durand (1996), podemos pensar que as formas de compreender o patrimônio enquanto trajeto da humanidade a partir dos valores históricos ou mesmo da definição de Monumento, como objeto-foco para preservação, são modos em processo de abandono, pois estamos operando com os sentidos de patrimônio cultural e, quiçá, com a noção de valores coletivos à preservação do patrimônio local, nacional e internacional. No entanto, essa noção de patrimônio histórico ainda está muito presente na fala dos técnicos e especialmente visível nas entrevistas de Cecília, Carlo e mesmo de Francisco. Essa sobreposição de sentidos, como um movimento de uma área, conforme aponta Durand (1996) do mesmo modo que ocorreu com o gótico emergindo lentamente do românico, auxilia-nos a entender a noção de bacia semântica. A “re-injeção de informações e acontecimentos extrínsecos que ‘marcam’ uma época, manifesta-se por uma mudança mais ou menos acentuada” (Durand, 1996, p.164). Entretanto, devemos lembrar que, apesar dessas mudanças de estilos e modos diversos, as sociedades possuem uma memória armazenada em instituições informativas, como monumentos, documentos, modos de vida, línguas naturais e outras.

“Esses conjuntos estilísticos em número limitado possuem uma força determinante” (Durand, 1996, p.165) e carregam a noção de simultaneidade. De acordo com o autor, esses conjuntos reutilizados não caracterizam repetições mecanicamente estereotipadas, pois “cada utilização é modificada pelo crescimento das existências de informação e elas entalham num conjunto sociocultural aquilo que chamamos ‘bacias semânticas’, identificadas por regimes imaginários específicos e mitos privilegiados” (Durand, 1996, p.165). Ainda em Durand (1996) “é a eleição dessas ‘bacias semânticas’ em número limitado que oferece essas impressões de ‘paisagem’ cultural já vista, de contemporaneidade’ (...) se bem que não muito sistematicamente” (p.166). Para o mitólogo francês, cabe ainda observar que é devido à memória social que a reutilização não é mecânica, nem estereotipada.

O monumento histórico ou o Monumento em letra maiúscula e o patrimônio histórico formado pelo valor único da história, desconsiderando a primazia de valores como técnico, tecnológico, urbano, entre outros, estariam ainda fortemente presentes no imaginário da preservação. O valor de conjunto, como verificamos na leitura dos planos diretores de Porto Alegre, surge com maior força nos anos 1970 e vira estratégia no PDDUA, em fins dos anos 1990. A preservação total e radical contrapôs-se, mesmo nos séculos passados (XIX e XX), à

preservação de bens, a partir do debate de critérios de valor. Ela era ou ainda é dirigida à arquitetura, na forma do bem intocado, e nos conjuntos urbanos, na linha do que Jeudy (1990) aponta com a chamada captura museográfica de centros históricos.

Nos períodos de decadência de estilos, citados no capítulo inicial desta tese e relacionados ao conceito de *bacia semântica*, em Durand (1996), é possível observar as argumentações pela preservação em contrafluxo às ações predominantes. As formas de negociação e mesmo de construção da crise, conforme a hipótese desta tese, também são formuladas como reação ao panorama que se configura pelas demandas de transformação urbana. O substrato para essa construção é identificado, por técnicos e políticos, com base, sobretudo, na economia, como aponta a informante Irene. Essa justificativa de movimentação de mercados vem mascarada pelos valores históricos e estéticos gravados no imaginário dessa área, em obras como a de Cesare Brandi (2004) e nas cartas patrimoniais, especialmente a de Veneza, ambos produtos dos anos 1960, porém bastante atuais aos técnicos da preservação.

Choay (2001) sinaliza como um dos efeitos perversos da indústria patrimonial a sua inserção em práticas de vocação pedagógica e democrática não lucrativas contraponto a perspectiva desse campo no desenvolvimento urbano e no turismo. A chamada indústria patrimonial representa, segunda a autora, um campo de enriquecimento para municípios, regiões e nações. Ainda como efeito nocivo da preservação está o enobrecimento de áreas centrais, a partir do investimento do mercado imobiliário, muitas vezes com recursos oriundos do exterior, os quais valorizam atividades tradicionais dessas áreas de maneira a provocar o esgotamento dessas práticas. A noção de *contrausos*, cunhada por Leite (2007), sinaliza para o esgotamento de centros gentrificados ou enobrecidos a partir da sua utilização por parte de sujeitos e grupos indesejados, após o pico de renovação das feições urbanas e humanas. Esses sintomas dos processos de valorização não legitimados pelos moradores das áreas preservadas/transformadas devem ser considerados na leitura da cidade e nas ações de preservação.

Nas análises aqui propostas a partir das narrativas dos entrevistados devemos estar atentos à *semântica* do sistema de imagens do campo em estudo. Durand (1997) destaca a lição que o espelho nos dá, mostrando que toda a imagem tem um inverso; “ela proclama a evidência do oculto” (p.243). Assim, a imagem de uma área supervalorizada pode carregar a imagem de uma área em processo de degradação social acelerada. O próprio fato de uma área ser identificada e listada como parte de um mercado regional, nacional ou internacional por possuir na sua configuração as marcas da cultura de uma cidade, de um país ou da própria

humanidade pode significar uma banalização secundária, de acordo com Choay (2001). Para a autora, essa banalização está ligada a um sentido de universalização dos espaços dessas cidades ou de formação de entrelugares, conforme indica Leite (2007). Choay reforça que:

algumas cidades, assim, como alguns bairros, resistem a isso, ajudados por sua dimensão, sua morfologia, suas atividades, pela força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades. Outras começam a se assemelhar tanto entre si que os turistas e as empresas multinacionais nelas se sentem em casa. (2001, p. 227).

O conceito de entrelugares, sinalizado por Leite (2007), refere-se a uma visibilidade assumida por espaços urbanos tornados em espaços públicos. Eles se transformam em campos de disputas simbólicas, de práticas de consumo e de busca por reconhecimento público da diferença. As diferenças e desigualdades, para o autor, estão ligadas às relações sociais e às modalidades de interação diferenciadas, as quais provocam conflitos. De acordo com Leite (2010):

essas interações que ocorrem em tais espaços públicos não poderiam ser pacíficas. A espacializada e conflitante cultura urbana contemporânea precipita e expressa relações de poder, tensões e disputas que caracterizam a vida social, qualificando e diferenciando certos espaços da vida urbana cotidiana como *espaços públicos*. (p.84-85).

A dificuldade em conviver com a diferença caracteriza essas áreas centrais que são alvos de supervalorização imobiliária, com roupagem cultural. Leite (2010) complementa indicando que são essas zonas fronteiriças e os conflitos advindos dos lugares identitários que contribuem para a formação dos espaços públicos em áreas enobrecidas. Essas áreas, por sua vez, carregam a marca da cidade contemporânea que, para Leite (2010) é caótica, desordenada e marcada por contra-usos. O conflito é inevitável e ainda permite que a diferença se revele e que os diferentes convivam. A crise parece ter vindo antes do enobrecimento, na forma de estratégia de renovação, de intervenção, mas nem sempre plenamente reconhecida por todos os participantes das etapas de concepção, negociação e implantação dos projetos. Assim como os modos de fazer a política, no sentido apontado por Arendt (2007), não são expostos na fala dos informantes desta tese as primeiras justificativas e mesmo os objetivos dos projetos de reabilitação entregues às instâncias de governo. As forças sociais (como o mercado imobiliário) também não aparecem, às vezes nem sugeridas, nas falas dos técnicos consultados. Cabe saber se esse esquecimento nas narrativas é oriundo de uma ética da área, de uma falta de clareza de suas implicações ou de uma leitura que se propõe rasa sobre o contexto social atingido pelas propostas de preservação.



\*\*\*

Gonçalves (1996) observa que, no caso dos discursos sobre identidades nacionais, o uso objetificado de palavras como nação carrega o peso da concepção de que elas seriam entidades objetivas que existem no mundo independentemente de ações, desejos, ideias e valores humanos, “prontas para serem representadas por um sujeito epistemológico ou político” (p.15). Na fala de dois informantes desta tese, Irene e Paulo, verificamos a construção da preservação no âmbito nacional a partir da ação projetual e coletiva, trazendo à tona o *ethos* de formação do arquiteto e urbanista, na imagem de elaboração e negociação de projetos e planos para a cidade [como patrimônio nacional e da Humanidade]. A participação primordial desses sujeitos na construção de projetos e na invenção de políticas para o patrimônio nacional está clara nas entrevistas. A objetificação, no sentido adotado por Gonçalves (1996), está no entrecruzamento das suas trajetórias sociais com o pioneirismo das ações de preservação no Brasil dos últimos trinta anos. O espaço desse técnico, específico, é o espaço da política de preservação e dos projetos para a cidade. A cidade singular aqui se justifica, pois estamos nos referindo a uma categoria a ser analisada nessa forma de planejamento.

A nação da fala dos informantes parece não ser o foco das narrativas ou mesmo não aparecer nessas falas, pois, contrariamente ao que Gonçalves (1996) aponta na sua pesquisa, ela [a nação], ou melhor, o país, está próximo e é construído no cotidiano desses sujeitos. As propostas para a cidade de Zenóbia também estão saindo das salas da SPM, apesar das divergências políticas nas gestões municipais. O técnico “médio” da preservação talvez esteja representado na fala de Cecília e Carlo. O objeto de suas ações, considerando os quatro informantes, é, em última instância, a cidade.

Com isso, consideramos parte do processo de conceituação da tese rearranjar as inúmeras imagens que foram colecionadas pela autora, durante a pesquisa de campo, na busca por aquilo que merecia ser lembrado em relação a este tema. Se todos os espaços em que existe vida social são suscetíveis de preservação, iremos agora apresentar sequências de imagens, as quais buscam narrar o *cotidiano* de técnicos em ambientes distintos.

Iniciamos pelo espaço dos técnicos ligados ao Programa Monumenta em Porto Alegre. Mercado Público, edificação neoclássica de relevância regional, seus tons claros e próximos

ao ocre, linhas retas em diálogo com arcos plenos em portas e janelas, piso em ladrilho. No interior da sala, uma curiosa estante com produtos feitos por artesãos da Praça da Alfândega, destacando o que das edificações e do conjunto urbano no Centro se mostrou significativo a eles. Largo da Quitanda é o nome dado ao projeto e ao conjunto desses artefatos.

No interior do espaço do técnico da Secretaria de Planejamento Municipal, em Porto Alegre, murais e paredes utilizadas com a finalidade de fixar cartazes, anotações de debates sobre projetos e planos em construção, mesas com processos “capa azul”. O técnico se vale da estrutura do prédio para revelar o processo de conceituação, elaboração e negociação dos planos e projetos urbanos. Espaço, assim como a cidade, igualmente em constante transformação.

(a) Fotos 22, 23, 24 e 25 - O espaço do técnico do Programa Monumenta/Porto Alegre.





Fotos: Jeniffer Cuty, 2009.

(b) Fotos 26 e 27 - O espaço do técnico da SPM/Porto Alegre.



Fotos: Jeniffer Cuty, 2009.

\*\*\*

No debate sobre a trajetória de técnicos da preservação e o imaginário dessa área, cabe rever os conceitos de diferença, diversidade, inclusão/exclusão e direitos culturais, trabalhados ao longo da tese. Na imagem cotidiana da intolerância contra as diferenças nos modos de ver, de se mostrar e de interagir com o outro, o debate sobre os chamados direitos culturais é indiscutivelmente bem vindo. Devemos lembrar que esses direitos levam em consideração todas as pessoas e os grupos sociais, distintamente da ideia de minorias. Outro aspecto a ser ponderado é que acesso e participação também são relativos e são os meios através dos quais atingimos a inclusão. Podemos estar excluídos de determinadas situações ou de determinados espaços em decorrência de uma característica ou circunstância individual e não por estarmos representando uma coletividade.

Nosso imaginário acerca da padronização é constantemente alimentado pela mídia, sobretudo pela publicidade de produtos de consumo de massa. Poderíamos inverter a nossa relação com a diferença ou aquilo que está fora de um padrão, a ponto de colocá-la em destaque e de modo positivo. Na reflexão sobre direitos culturais, podemos entendê-los como “capacidades de capacidades”, ou seja, “capacidades de captar capacidades presentes no ambiente, assim como de ir buscá-las em outros ambientes” (Meyer-Bisch, 2011, p.38). Ainda em Meyer-Bisch (2011), o ambiente cultural, por sua vez, indica um conjunto, em permanente revisão, “de referências dominantes dentro de um espaço/tempo definido” (p.40). Ele pode ser comparado a outro ambiente cultural, mas não a uma cultura. Assim, direitos e ambientes culturais não são padronizados, muito menos estáticos e engessados, bem como o patrimônio e as suas formas de proteção. Os direitos culturais têm um efeito desencadeador, pois, na medida em que os sujeitos se apoderam de suas próprias capacidades, eles estarão, enfim, realizando sua liberdade, sua ética própria e coletiva e sua cidadania plena. O autor suíço destaca que

as violações dos direitos culturais constituem uma humilhação das mais fundamentais e o desperdício social mais radical: os homens são apartados dos recursos de vinculação, de coligimento. (Meyer-Bisch, 2011, p.40)

Vislumbrando a lógica das grandes multidões, a curadora holandesa Ine Gevers (2009) se lançou em um projeto de vida para debater a diferença e a normalidade, através da arte contemporânea. Se a arte contemporânea está preparada para operar com suportes e técnicas distintas, os quais seriam tradicionalmente considerados destoantes em uma mesma obra, a

discussão sobre o que é normal (e quem decide o que é ser normal) pode perfeitamente ser abrigada por esse movimento e, mais ainda, em espaços tradicionais de exposição de arte pela Europa. Essa mistura própria das formas da arte contemporânea carrega, vista de longe, um sentido de contradição e incoerência. Vivemos sobre a pressão de um regramento, profere Gevers (2009), em um domínio das normas e da necessidade de normalização de tudo o que produzimos e manifestamos. É preciso manter uma estética dominante, a qual nos impõe uma ética nas nossas relações pessoais e profissionais.

A preservação do patrimônio viria no contrafluxo dessa assertiva, pelo menos nas suas funções pedagógicas, políticas e sociais que lhe são atribuídas. Por outro lado, as práticas culturais de preservação do patrimônio podem ser vistas no âmbito de um sistema de objetos, conforme salienta Gonçalves (1996) citando a expressão cunhada por Baudrillard em sua obra homônima. Sendo um sistema, as relações entre as partes são interdependentes. Esse sistema visa identificar diferentes modalidades de objetos, os quais irão configurar as coleções representativas de uma comunidade, sociedade, nação ou, mais contraditoriamente, da humanidade.

Gonçalves (1996) aponta para um risco provocado nessas práticas de preservação, o qual está ligado a um processo de destruição e perda de valores, instituições e objetos associados a uma cultura, tradição, identidade e memória nacional. O autor sinaliza um processo contraditório e homogeneizador na formação dos patrimônios culturais, do ponto de vista da história:

Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade. Esse processo é considerado de modo unívoco, reificadamente, sem que se leve em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanência e recriação de diferenças em outros planos. (...) Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionismo, restauração e preservação de 'patrimônios culturais' representativos de categorias e grupos sociais. No entanto, este discurso, que se opõe vigorosamente àquele processo de destruição, é o mesmo que, paradoxalmente, o produz. (Gonçalves, 1996, p.22-23)

Benjamin (2006) já havia sinalizado para uma descontextualização dos objetos colecionados, os quais são recodificados nos processos de preservação. Esses discursos de recodificação operam em um plano de fragmentação e de integração, como aponta Gonçalves (1996), concebidos ainda em termos de uma unidade imaginária. Quando pensamos nas ações

de preservação, a partir da visão dos técnicos, estamos nos referindo, conforme esse raciocínio, a uma mesma intenção de verificar atributos de coerência, continuidade, totalidade e autenticidade ao conjunto de bens registrados, tombados ou a serem patrimoniados. É como se esses técnicos compartilhassem da mesma compreensão sobre essa unidade imaginária, conforme denominação de Gonçalves (1996). O trabalho de resgate do patrimônio perdido e de restauração de formas e significados estaria pautado nesse passado corroído e ainda viria sempre carregado de contradições e discursos pela identificação da diferença.

Eis um importante espaço de debate conquistado pela curadora Ine Gevers (2009) e transformado em palco para construção de direitos culturais, de deveres com a diferença e de confronto estético, ético, político e conceitual. Os direitos culturais são resultado de lutas políticas, econômicas e sociais concretas, muitas delas iniciadas a partir da arte. A cada conjuntura histórica os direitos humanos se transformam, conforme seu contexto. É preciso, assim, situar o nosso momento histórico para compreender de que maneira os direitos culturais estão sendo tratados. É preciso ainda analisar a nossa produção cultural, entre ela a literatura, o teatro, o cinema, as artes visuais e mesmo a arquitetura a fim de detectar quais símbolos são recorrentes ou novos nessas representações. Ali encontraremos vestígios de um imaginário social e de imaginários coletivos, bem como projeções e propostas para outras formas de vinculação das diferenças, da diversidade e dos direitos culturais.

No que tange a interpretação da cidade, Lynch (1999) nos auxilia a pensar que a essa leitura acontece ao longo do tempo e na relação entre matéria e sujeito. O autor observa que

Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. (Lynch, 1997, p.2)

Nessa linha, os direitos culturais que nos referimos estão igualmente relacionados ao direito de uso dos sentidos, da visão e de outros, para pleno acesso ao patrimônio. Eles são conceituados no entendimento de uma relação dialógica entre sujeitos e lugares. Se não incorporarmos esses sentidos no debate preservacionista, estaremos correndo o risco de nos limitarmos à delimitação de áreas pela indústria do turismo e pelo mercado imobiliário,

tomando suas condições como verdadeiras, únicas e aplicáveis às nossas cidades, aos agentes envolvidos com a preservação e com o planejamento urbano.

No que se refere a um quadro de tipologias do planejamento urbano, apontado por Souza (2006), a preocupação estética, tão reiteradamente inserida no debate preservacionista, está presente de modo secundário ou irrelevante na maior parte dessas formas propostas pelo autor. Por outro lado, a estética pode ter assumido novos significados, se pensarmos na sua aplicação nos anos sessenta, por exemplo. Esses significados também podem ainda não terem sido incorporados pelos técnicos nas suas falas sobre o fazer do planejamento. Souza (2006), em suas categorias de análise dessas tipologias, observa que a aspiração de controle, disciplinamento e domesticação do mercado está claramente colocada no planejamento regulatório ou pelo autor denominado como físico-territorial clássico, com forte referencial modernista e ainda pelo planejamento sistêmico, pelo desenvolvimento urbano sustentável e o planejamento ecológico. A atitude crítica em relação ao mercado aparece, moderadamente, no planejamento comunicativo/colaborativo, o qual se revela a partir da ideia-força central de um consenso entre grupos sociais distintos. Apesar dessa proposta de consenso, o autor indica que esse tipo de planejamento é marcado pela “ambiguidade do discurso e a falta de um compromisso claro de questionamento do modelo social capitalista” (Souza, 2006, p.211), conduzindo, assim, a um esvaziamento da participação. A autonomia individual e coletiva, bem como a atitude fortemente crítica do modelo civilizatório capitalista aparece no chamado planejamento autonomista. Essas formas de planejamento nos trazem substrato para a leitura do imaginário desse campo atrelado às práticas de preservação dos bens culturais, bem como nos falam de outros modos e tempos de negociação dos usos do espaço urbano.

\*\*\*

Na obra de Durand (2002), encontramos uma significativa e complexa construção teórica sobre os símbolos nas estruturas do imaginário. Destacamos, para nossa análise, os símbolos espetaculares, inseridos no regime diurno, entre os quais situamos a verticalidade na prática da elevação imaginária. Para Durand (2002), a busca angustiante pelo azul-celeste e dourado é “a mesma operação do espírito humano que nos leva para a luz e para o alto” (p.146). A elevação imaginária de pessoas normais se manifesta no esquizofrênico como a procura por uma luz implacável, impiedosa, a qual provoca a cegueira.



Encontramos na história o registro do simbolismo gótico como um exemplo dessa categoria indicada pelo autor. A solidez na arquitetura gótica, valendo-se de contrafortes em suas estruturas, em contraponto à fragilidade do seu interior formado por longas tiras de vitrais mescladas à estrutura igualmente fina que os deveria suportar; é um projeto para chegar ao alto. Essa arquitetura é marca do desenvolvimento técnico e tecnológico que viabilizou as intenções simbólicas. As grandes janelas das catedrais estavam em contraste com a leveza das formas que marcam o desenho das nervuras da abóboda, como num efeito de ausência de gravidade associado aos interiores góticos. As paredes são construídas sem adornos para parecerem mais leves. O uso de vitrais está intimamente ligado à procura pela luz. Durand (2002) observa o símbolo solar e o branco destacados no Mito de Faro: “deus de água”, sendo que a sua valorização positiva, conforme o autor, determina uma constelação simbólica onde convergem o luminoso, o solar, o puro, o branco, o real e o vertical, atributos e qualidades que são de uma divindade uraniana.

À luz dessa categoria, vale referir ainda ao vigoroso ressurgimento da vida urbana, desde o século XI, com um movimento que prosseguiu em ritmo acelerado até o século XX. Em paralelo com a urbanização e a verticalização no Brasil, Porto Alegre se mostrou em busca da imagem da verticalização, especialmente, a partir do Plano Diretor de 1959. Muitas intervenções realizadas sob a bandeira da preservação buscaram essa imagem da verticalidade no interior sigiloso das suas propostas. Ela foi, portanto, motivadora para a construção da imagem de crise e caos urbano, mesmo que não assumidamente.

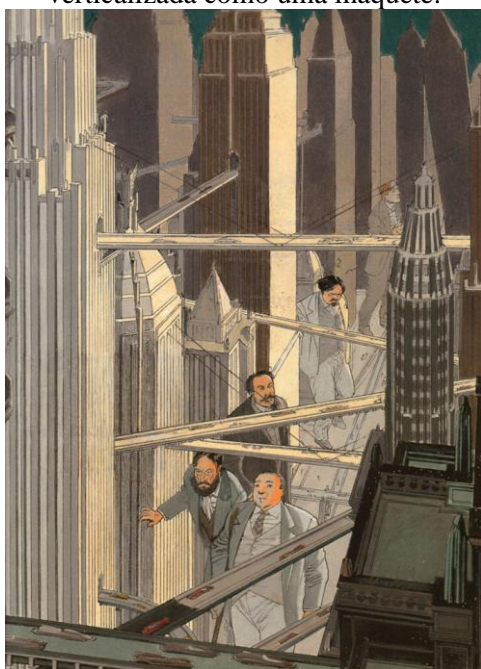
Em espaços universais, essa forma de construção proporcionou uma valorização das atividades realizadas no interior dessas catedrais, fazendo referência aqui ao clero urbano e aos mosteiros como centros de aprendizagem e de saber, conforme ilustra o filme “O nome da Rosa”, de Jean-Jacques Annaud, em 1986.

Em todos os casos a luz solar está incolor ou pouco colorida. A cor desaparece à medida que a pessoa se eleva em sonho, pois há uma impressão de pureza. No simbolismo do olhar e da visão, encontramos a referência de que “Tudo é visão e quem não compreenderia que a visão só é possível à distância?” (Durand, 2002, p.152). A própria essência do olhar humano introduz no conhecimento visual alguma separação. E Baudouin, analisando o que chama de “complexo espetacular”, mostra que este último reúne ver e saber no seio de uma intensa valorização do superego que não deixa de lembrar a “contemplação monárquica”, cara à Bachelard. A mitologia confirma o isomorfismo do olho, da visão e da transcendência

divina. De acordo com o Durand (2002), “o deus uraniano Varuna, com mil olhos, é aquele que tudo vê e é cego” (p.152).

Para Durand (2002), o mesmo isomorfismo semântico agrupa os símbolos da luz e os órgãos da luz, quer dizer, “os atlas sensoriais que a filogênese orientou para o conhecimento à distância do mundo” (p.154). Mesmo no domínio do imaginário, a clareza é acompanhada pelos processos de distinção. O estudo aprofundado dessa teoria poderia nos auxiliar na conceituação das formas de projetar preservando ou preservar projetando a cidade, desta vez, predominantemente verticalizada. A seguir, as imagens do desenhista belga François Schuiten (2001) nos auxiliam a pensar sobre os significados dessa verticalização.

**Fig. 22** – The New Brusel. A cidade verticalizada como uma maquete.



**Fig. 23** – Genova. A verticalização é um desejo e um temor.



Fonte: Schuiten, Brusel, 2001.

Sendo assim, é coerente realizarmos reflexões sobre bens culturais, dotados de carga simbólica e referenciados ao gesto que o compõe e que é decorrente da ação e da imaginação criadora, conforme conceito de Bachelard (1993), do homem sobre o mundo, o qual interage sobre ele. Durand (2002) escreve que o trajeto é reversível, porque o meio elementar é revelador da atitude adotada diante da dureza, da fluidez ou da queimadura. O trajeto antropológico, conforme o autor, pode indistintamente partir da cultura ou do natural psicológico.

No estudo da cidade como espaço de ação da memória individual e coletiva, a qual, segundo Eckert e Rocha (2005), adere às motivações simbólicas de diferentes civilizações que modelam os arranjos espaciais, deparamo-nos com um princípio de compreensão de configurações urbanas e humanas que identifica traços comuns em tempos distintos. Se nos valermos da compreensão de trajeto antropológico, poderemos pensar a cidade que se preserva, desvendando os chamados mitos de fundação das comunidades urbanas do Ocidente, reunindo lendas, crenças, saberes, fazeres, histórias, tradições e utopias, conforme sinalizam as autoras. Para isso, devemos nos deter em territórios-mito, como o próprio campus da universidade enquanto lugar habitado por histórias, para identificar, no nosso amplo objeto de estudo que é a cidade, um patrimônio etnológico. Para Eckert e Rocha (2005), esse patrimônio deve ter por base as heterodoxias do passado, salvaguardando o essencial de uma memória coletiva urbana, segundo a multiplicidade de seus suportes e a imensa vitalidade silenciosa de seus símbolos.

Como estamos nos referindo ao trabalho de memória coletiva e de preservação do patrimônio cultural urbano, citamos o trabalho realizado pela equipe do Programa Monumenta em Porto Alegre, no início dos anos 2000, com artesãos na Praça da Alfândega, em Porto Alegre. Esse trabalho se configurou como uma oficina de observação por parte dos artesãos de detalhes de bens culturais imóveis, tombados no Centro de Porto Alegre e restaurados (entre os anos de 2002 e 2008) pelo Programa Monumenta. Os detalhes observados, compreendidos pelos artesãos como relevantes aos códigos da cultura deles, foram traduzidos em objetos de artesanato no intuito de resgatar imagens ou remeter a elas aqueles que convivem com a praça e sua arquitetura cotidianamente e, nem sempre se apercebem dessas imagens. Esse projeto ainda teve como foco o olhar do turista no Centro Histórico de Porto Alegre. Nessa relação que se estabelece entre objetos artesanais - carregados de intenção simbólica para referenciar e homenagear o patrimônio tombado/restaurado, dedicados à contemplação e seus fruidores, apreciadores, conhecedores - destacamos uma ação de memória. Essa ação é, portanto, temporal e inteligente sobre os objetos, os bens que os inspiraram e a própria cidade que os produz.

Durand (2002) nos fala sobre a função fantástica que guia todo o espectro de criação do espírito humano, tanto teórico quanto prático. Para o autor, essa função é universal e está na raiz de todos os processos de consciência. Tendo em vista que a consciência imaginante, como nos ensina o autor, está no movimento do pensamento que não separa o subjetivo do objetivo, ela é, portanto, transcendente, ou seja, vai além das coisas e dos sujeitos. Essa

consciência é fundamental no sentido de imaginar (e preservar) o mundo, ou seja, de criá-lo num espaço de memória, transcendente e fantástico. Cabe observar na obra de Durand que, antes de refletir o espaço, o autor dedica-se longamente a pensar sobre o tempo, através da observação dos mitos e da leitura crítica de autores como Sartre, Jung, Bergson, Bachelard, Dumezil e outros.

O tempo nos encaminha para a degradação e a morte, ao passo que no domínio da fantástica (pura, o sonho e transcendental, a memória) observamos um lento processo temporal que ocorre num espaço com qualidades a serem conhecidas. A memória, conforme Durand (2002), longe de ser intuição do tempo, escapa-lhe no triunfo de um tempo reencontrado, logo negado. A memória organiza esteticamente a recordação, daí o caráter fundamental do imaginário que é ser eufemismo. A suavização da vida está na sobreposição da memória contra o tempo, fato que assegura ao ser a continuidade e a possibilidade de regressar, para além das necessidades do destino, como ensina Durand (2002). Com essa capacidade de redobramento de instantes, a memória dá espessura inusitada ao monótono e fatal escoamento do devir e, conseqüentemente, ela ocorre num espaço igualmente denominado fantástico, que difere do espaço euclidiano, aquele considerado por Kant como a forma *a priori* da experiência.

Se a memória, que é experiência sobre o mundo e ocorre num espaço não físico e objetivo, o qual apresenta características como a ocularidade, a profundidade e a ubiqüidade, descritas por Durand (2002) como qualidades desse espaço, podemos inferir que sua manifestação humana assume tanto a função de eufemismo e de esperança quanto de principal criação no sentido de delegar valor ao mundo. Assim, se a preservação é resultado de um processo de invenção dos patrimônios através das narrativas sobre os bens e os conjuntos urbanos. É a memória, portanto, que está na origem e na intenção final dessa ação pela cidade. A decifração da cidade, no entanto, implica na leitura dessas camadas, que são de tempo, como nos ensinam Eckert e Rocha (2005).

Tomando por foco o estudo das narrativas dos habitantes da cidade, a etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005) persegue as recordações e compreende que as imagens narradas e recordadas por informantes, na pesquisa de campo do antropólogo, engendram sentidos e são decorrentes de uma associação de ideias, logo essa memória se configura como ação inteligente de interiorização do fluxo temporal, tornando suas operações reversíveis e caracterizando-se como um ato de duração.

Durand (1993) pontua que os transbordamentos do reducionismo condenavam as ciências humanas a perder o homem pelo caminho, a trocá-lo pelos projetos vazios dos formalismos ou pela falta de sentido da explicação causal. Eckert e Rocha (2005), nas suas pesquisas, levam em consideração essa assertiva, no sentido de não reduzir a leitura do homem e da cidade, mantendo suas múltiplas nuances interpretativas e, acima de tudo, observando sempre a presença da imaginação criadora nos gestos humanos. A interpretação, no sentido da refiguração apontada por Ricoeur (1993), do homem na cidade e da cidade transformada pelo homem vai, portanto, considerar esse tempo sinalizado na obra de Durand e aplicado aos estudos urbanos da cidade moderna-contemporânea por Eckert e Rocha. O planejamento urbano e a preservação de bens culturais deveriam, aos poucos, buscar compreender essas reflexões para melhor operar com os questionamentos sobre o tempo dos lugares (e entrelugares), os usos (e contrausos) de espaços espetacularizados mais pela indústria do patrimônio e pelo mercado imobiliário do que pelos sentidos de representatividade coletiva.

\*\*\*

A tese lançou o desafio de refletir sobre as práticas de preservação de bens culturais e de planejamento urbano entrelaçadas, vistas a partir da trajetória dos seus sujeitos de articulação e projeção. Entendendo-se que a construção da cidade implica em um processo de negociação entre indivíduos e grupos sociais e que o princípio do planejamento urbano sugere continuidade e agilidade na sua condução, apesar de verificarmos que isso não ocorre em decorrência do controle do Estado, detectam-se rupturas importantes nessa tessitura projetual. Por outro lado, as rupturas conceituais na elaboração de planos diretores, por exemplo, não parecem caracterizar claramente uma polaridade entre técnicos contratados, técnicos de carreira e gestores políticos.

Verificamos uma coexistência de interesses e tendências propositivas divergentes, as quais se situam mais no sentido da formação de espaços de conflito e tensão, conforme sinalizado por Simmel (2006), do que exatamente de crise entre os técnicos. A crise estaria no fundo das ações, nas suas justificativas, mesmo que não declaradamente assumidas por técnicos e políticos. A tese demonstra o início de uma consciência da preservação na legislação urbana a partir dos anos 1940, em Porto Alegre, um pouco anterior no Brasil (anos 1930, especialmente) e potencializada nos anos 1970. Essa consciência da preservação

poderia ser indicada como inverso a uma consciência de planejamento, a qual constatamos igualmente presente no interior da preservação de bens culturais edificados e urbanos.

Cabe uma ponderação sobre a universalidade das leis voltadas à proteção do patrimônio nacional, especialmente o decreto-lei 25/1937. Para o jurista Carlos Marés de Souza Filho (1997), a lei de tombamento nacional não está voltada para a proteção das manifestações diretas da cultura brasileira, mas daquilo que, no Brasil, é reconhecido como cultura universal. Assim, o coletivo não se mostra contemplado na legislação e pouco claramente aparece nas justificativas de proteção e valorização, vide exemplo apontado por Gilberto Velho sobre o tombamento do terreiro de candomblé na Bahia. A economia e a sociologia como visões de macrocompreensão do urbano, aplicadas à formulação de documentos e propostas de preservação no país, ainda se sobressaem.

É a economia, portanto, muito em função da ordem turística, a estrela do debate sobre a origem e o fim da preservação, conforme aponta a informante Irene. No meio ou no princípio disso, deparamo-nos com os interesses políticos, os quais vão moldar as estratégias de preservação, muitas vezes as desviando de seus propósitos originais ou as revelando. A preservação como medida de ação técnica e legal será levada a cabo, assim, com muitas interferências. Ela ocorrerá após um debate não tão amplo no sentido coletivo, mas intenso do ponto de vista da articulação de sujeitos e instituições. Preservar pode, enfim, determinar a abertura de um mercado de consumo relevante, como aponta Choay (2006), mas pode partir, sim, das intenções desse mercado.

O deslocamento proposto nesta tese está na ordem da desnaturalização dos valores implantados em uma compreensão sobre planejamento, preservação e administração de grandes intervenções urbano-sociais, bem como sobre patrimônio e as formas de sociabilidade em torno dele, desde o ambiente de especialistas até os espaços chamados públicos. Portanto, planejamento, preservação, patrimônio(s) e formas de sociabilidade são tomados, nesta tese, como grandes categorias de análise.

Olhar de fora a complexidade do sistema que compõe uma área e um mercado da preservação, segundo acepção apontada por Choay (2006), é um exercício de interpretação sobre qual caminho estamos tomando para preservar, porque o escolhemos (ou não o escolhemos) e quais as imagens que compõe e interferem nesse universo.

Na origem das questões aqui colocadas, encontramos a tensão para identificar o imaginário que compõe as ações pela transformação da cidade. Preservar características

originais, com uso de técnicas de conservação sobre a materialidade, por exemplo, estaria, sim, inserido nesse universo da transformação urbana, pois, a ação do tempo estaria sendo interrompida. A conservação preventiva, conforme abordamos no capítulo inicial, vigora desde a metade do século XX como metodologia de interpretação e manejo dos bens culturais e ela também estão no centro das tensões e das contradições do campo da preservação. A intervenção, por sua vez, atualmente chamada de conservação reparadora, ainda é o principal ponto de tensão dessas discussões. Evitada nas instituições de salvaguarda do patrimônio, a intervenção em grandes proporções no âmbito urbano é resultado, sobretudo, de decisões éticas.

Já se produziu muito sobre intervenções urbanas em grande escala, enfrentando a revisão de princípios sugeridos em cartas patrimoniais e lançados pelos órgãos de preservação do patrimônio. A tensão sugerida pela ética, a qual perpassa a leitura do imaginário coletivo, ainda está pouco estudada, pelo menos junto ao planejamento urbano. Novos princípios de como operar com esse tema parecem se revelar nesse trajeto desafiante de escuta do técnico que atua cotidianamente e por décadas com as questões urbanas.

Esses princípios se colocam em contraponto à tradicional visão de que a preservação supõe uma lógica de leitura estática sobre o bem e o contexto a ser preservado. Talvez essa afirmativa esteja relacionada a uma compreensão que interliga, de forma direta e equivocada, a preservação, no caso ocidental, com as noções discursivas de memória social. Se compreendermos que preservação, patrimônio e memória são categorias distintas, poderemos, enfim, produzir reflexões mais densas e adequadas às instituições que operam com bens culturais, às cidades, aos patrimônios e aos profissionais voltados a essa área de atuação, a qual, frequentemente, configura-se no inter, na relação e nas fronteiras disciplinares.

Realizamos aqui uma aproximação teórica inicial com autores que discutem a modernidade e a conformação das sociedades, tendo em vista a proposta de pensar contextos possíveis à implantação de programas de preservação, muitos deles guiados pelo sentido de controle do Estado e de gerenciamento eficaz de recursos. Elaboramos ainda uma incursão por abordagens sobre os direitos culturais, lidos a partir dos direitos humanos. Por preservação, adotamos a acepção de que esse termo se justifica em contato direto aos sentidos de dar a ver, a ler, a conhecer e a interpretar o patrimônio e a cidade na sua complexidade, possibilitando, portanto, acessos e novas traduções. Ainda ela, a preservação, justifica-se quando é construída ou inventada pelos sujeitos que produzem os bens culturais registrados ou tombados.

A dificuldade de consulta em bibliografia que colocasse o técnico em primeiro plano, narrando as suas experiências, foi encontrada na elaboração da tese. Apesar da conhecida produção no campo das ciências humanas sobre a figura do perito, esse especialista ou apenas técnico, manteve-se encoberto por suas ações na pesquisa de muitos autores de reconhecida atuação no campo do patrimônio. Como proposta para um olhar estrangeiro sobre o cotidiano técnico, fica o exercício de deslocamento diante das nossas leituras acomodadas sobre o mundo e sobre nossos fazeres dirigidos à cidade. Mais ainda e remetendo à teoria simmeliana, fica o desafio para a permanente luta pela garantia de espaços de debate, de confronto e pelo conflito que nos levam à transformação desejada não apenas da cidade, mas da nossa área de atuação e pesquisa. Refletir esses espaços e seus personagens é mais uma proposta aqui colocada, a fim de contribuir para a permanente e desejada mudança de olhar sobre o patrimônio e a cidade.

O papel dos técnicos, em contrapartida, parece ser o de transmitir conhecimentos próprios de sua área de formação, mas, acima de tudo, de construir discursos e não apenas reproduzi-los. Essa construção carrega o sentido de apontar para a elaboração e o aprimoramento de políticas que compreendam que inexiste a visão polarizada da cidade, de uma parcela positiva, que se transforma e apresenta vitalidade para quem quiser ver e, de outra, parcela degradada, inabitada e, por isso, negativa, a qual é a vítima certa de ações de preservação. Essa preservação legitimada pela imposição de um olhar unilateral é contrária ao sentido mais essencial de dar acesso amplo, universal e indistinto ao que representa a cidade, que é múltipla. O movimento pela preservação deve partir dos coletivos, para que não ocorra o que verificamos no depoimento dos informantes sobre a região das Missões e de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul. Instrumentos para aproximar as comunidades aos bens tombados existem, como verificamos na fala do informante Paulo sobre a metodologia de interpretação de sítios. Entretanto, esses mecanismos são muito mais onerosos e penosos para os habitantes de localidades com bens reconhecidos. O princípio do trabalho integrado parece apontar para um método mais saudável para todos os envolvidos.

É contrário à realidade pensar que a importância da preservação passou a ser reconhecida nas estratégias de planejamento e do chamado desenvolvimento das cidades, pois a noção de preservação do *locus* das práticas sociais é indissociável ao planejamento – como estratégia de governo e, acima de tudo, como projeto urbano – desde os primeiros movimentos de configuração dos assentamentos humanos, vide o exemplo da reconstrução de Londres após o grande incêndio no século XVI, descrita por Lynch (1972).



O planejamento passou a ser reconhecido no interior das formas de preservação, especialmente na transformação dos seus conceitos e significados. Ambos amadureceram conjuntamente e de modo indissociável. Tanto isso ocorreu que falar em planejamento hoje é falar subliminarmente em preservação.

Tomamos alguns pilares para o debate sobre a construção da liberdade na política, ou melhor, da política como produto da liberdade de seus sujeitos, conforme sugere Arendt (2007). Políticas para a cidade e direitos, de acordo com nosso referencial teórico-metodológico, levam-nos necessariamente a pensar a preservação de condições para os processos de interação, apropriação e livre expressão cultural. A chave para o desvendamento desses direitos está na filosofia da vinculação entre o indivíduo e seus ambientes culturais. Esse indivíduo pode ser o técnico da discussão colocada na tese.

Entre os elementos estruturantes dessa área verificamos que as formas de sociabilidade que parecem invisíveis nos centros históricos espetacularizados (de acordo com Leite, 2010) ou capturados museograficamente, conforme aponta Jeudy (1990) podem nos surpreender na leitura mais apurada dessas áreas destinadas à implantação de projetos e programas de preservação. A inovação no debate destinado à compreensão sobre essas formas e os direitos culturais de seus grupos sociais é decorrente da comprovação das dimensões individuais e coletivas que permeiam esses espaços, os quais estão na pauta do dia de novos pesquisadores do tema da preservação do patrimônio ou dos patrimônios.

Poderíamos aqui abrir o debate sobre direitos individuais também no campo do patrimônio, sobretudo urbano e arquitetônico, especialmente nos atos de tombamento. Estaríamos invadindo uma seara rica, porém sempre polêmica, pois ela, igualmente, permeia as dimensões de propriedade, ou ainda, de interesses e necessidades privadas. A mediação, nesse caso, pode estar no apelo ao discurso da identidade local e nacional, mas ela está, certamente, embrenhada nos sentidos das políticas culturais e nas performances de seus atores.

Cabe ponderarmos que a construção dos sentidos e das formas de preservação passa pela identificação de uma necessidade (construída) de preservar algo, chamado de patrimônio, pois, no âmbito dessa invenção, precisamos nos ver, nos reconhecer nos produtos da ação humana. Em segundo lugar, vamos identificar esses patrimônios – comumente de cima para baixo, ou seja, dos organismos de governo para o coletivo – a fim de elaborarmos estratégias de proteção e valorização desses bens culturais, sempre priorizando, sobretudo, os interesses de mercado. Lembramos na tese de que os técnicos que operam junto aos organismos de

governo também são habitantes da cidade, porém atuando em espaços de mediação e negociação conceitual e política.

A preservação pode ainda nos falar mais de nossas formas de sociação e de interação, pois elencar alguns de nossos maiores valores é, desde o início, um movimento irreal ou ainda utópico. Seria mesmo necessário eleger nossos bens de relevância local e nacional para nos sentirmos representados, para termos legibilidade e inteligibilidade nas nossas cidades? O caminho mais profícuo não seria proporcionar condições para a construção de espaços de interação entre sujeitos no interior de suas culturas, sujeitos e objetos, sujeitos oriundos de culturas distintas? É realmente necessário intervir para a construção desses espaços? A partir desse panorama, qual o limite da inegável necessidade de ação do planejamento urbano e mesmo da preservação do patrimônio cultural? Com esses questionamentos, ainda formulamos mais um relativo a real contribuição desse debate interno, ou seja, entre técnicos, sobre a transformação da cidade a partir da preservação, buscando reconfigurar os sentidos de projetos para a cidade e não mais a reconhecendo com uma ação ou intervenção estática, mas um processo dinâmico e dialógico.

Outro aspecto a ser grifado está na compreensão sobre o que realmente estamos tratando. A preservação dos valores identificados e atribuídos aos bens, aos lugares e objetos, o planejamento e o projeto urbano, o projeto social dos técnicos que atuam no cotidiano das instâncias políticas, os direitos culturais, igualmente levantados como pontos de tensão, são todos sentidos tão específicos quanto abrangentes, pois dizem respeito à fruição de diferentes liberdades, da proteção do patrimônio cultural e mesmo a construção das narrativas nacionais.

Gonçalves (1996) aprimora sua reflexão sobre a narrativa histórica, tomando por base a teoria lacaniana, afirmando que ela (a narrativa) “transforma o real em objeto de desejo”, na medida em que apresenta a realidade como um todo coerente e distante” (p.17). O bem cultural reconhecido, registrado e tombado passa por esse processo de construção de coerência e de necessário distanciamento do cotidiano. Se tudo que o compõe, seu entorno físico e imaginado forem plenamente organizados na forma narrativa o bem passará a ser patrimônio passível de preservação. É possível ainda refletir que a preservação seria essa forma narrativa por excelência, a qual traria todos os aspectos de visibilidade e de mutabilidade desejados ao bem. O bem precisa se transformar ao longo do tempo da preservação, para seguir carregando sentidos daqueles que ele representa.

Esta tese, portanto, buscou tornar visíveis aqueles sujeitos que transformam os objetos e os trechos de cidades em patrimônio e tecem as narrativas e os discursos da preservação.

Entendendo que a narrativa como produto é prioritária, pois é ela que segue ao longo do tempo, é ela que ultrapassa limites geográficos, o narrador desses modos de preservação é também um consumidor dessas narrativas que o acompanham no seu cotidiano e no seu imaginário. A narrativa fala por ele tornando-se a própria realidade desse sujeito. Os discursos também presentes na proposta de tessitura desta tese, por sua vez, carregam ora o sentido de construção da crise que legitimaria as intervenções e ora a noção de conflito motivador para a continuidade e as descontinuidades no debate urbano.

O planejamento, por sua vez, parece manter uma tensão com esses traços particulares da ação preservacionista. Essa tensão entre planejamento e preservação pode indicar que ela (a preservação) ainda não foi naturalizada pelo planejamento urbano. Fato a ser ponderado como favorável à compreensão da cidade. Planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural poderão se tornar uma totalidade coerente quando forem narradas na mesma estrutura narrativa, com um enredo único centrado na polifonia urbana.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina e DODEBEI, Vera. E o patrimônio? Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UFRJ, 2008.
- ABREU, Regina e LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A antropologia e o patrimônio cultural. In: BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia e LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ADLER-LOMNITZ, Larissa. *Redes sociales, cultura y poder ensayos de antropología latinoamericana*. 16. ed. México: Siglo Veintiuno, 1994.
- ALBANO, Maria Tereza Fortini. *O processo de formulação do 2º Plano de Desenvolvimento urbano Ambiental de Porto Alegre: ruptura, reunião de fragmentos, inovação ou manutenção de uma tradição secular?* Porto Alegre: UFRGS Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION OF HISTORIC AND ARTISTIC WORKS. *Code of Ethics*. 1994. Disponível em < <http://aic.stanford.edu> > Acesso em: 25 jun. 2011.
- AMIEL, Anne. *Hannah Arendt, política e acontecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- ANDRADE, Leandro Marino Vieira. *Sentido, tempo e lugar: a noção de ambiente em Kevin Lynch*. Porto Alegre, 2001. (mimeo).
- ARANTES, Antonio A. *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERTH, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS. XIII Congresso Abracor: preservação do patrimônio cultural – ética e responsabilidade social. Porto Alegre: Acor-rs, 2009.
- ATKINSON, Ross W. *Seleção para Preservação: uma abordagem materialística*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. SP, Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias e esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision Ed., 1991.
- BANERJEE, T. & SOUTHWORTH, M. (org.). *City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch*. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa*. 6. ed. Petropolis : Vozes, 2009.

- BASILE, Giuseppe. A atualidade da Teoria da Restauração de Cesare Brandi: alguns exemplos. *Pós*, São Paulo, n. 16, p. 143-146, 2004.
- BATESON, Gregory. *Balinese Character: a photographic analysis*. New York Academy of Sciences, 1942.
- BATISTA, Selma. *Una concepción trágica de la cultura*. Lima: Ed. PUC/Peru, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean e NOUVEL, Jean. *Los objetos singulares: arquitectura y filosofía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BECK, Ingrid. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. (Publicações Técnicas, 46).
- BELLO, Helton Estivalet. *O ecletismo e a imagem de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia e LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1993. p. 197 a 221.
- \_\_\_\_\_. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas volume III. SP, Ed. Brasiliense. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BERGSTEIN, Lena. Desconstrução não é uma metáfora arquitetônica. In: *IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 23, 1994, p.154-166.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'Imaginaire*. Paris : La Belles Lettres, 1998.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2002.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representações da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- BORJA, Jordi; FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. In: *Espaço & Debates* nº 39 (vol. XVI), 1996, p. 32-47.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDEAU, James. Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo. In: CARVALHO, Cláudia Rodrigues; GRANATO, Marcus, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Um olhar sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 201-217.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.
- BOYER, Christine. *The City of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. *Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Lei Federal 10.267 de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA CULTURA. GOVERNO FEDERAL. Cadernos técnicos do Programa Monumenta/Projeto Porto Alegre. Porto Alegre: 2001.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA CULTURA. GOVERNO FEDERAL. *Decreto lei nº 25*. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) . Acesso em 12 de março de 2011.
- BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n.9. Centro de Estudos de sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. In: *Revista do Patrimônio*, n. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p. 116-125.
- CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio*, n.23, 1994. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.94-115.
- CÂNDIDO, A. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARBONARA, Giovanni. *La reintegrazione dell'immagine. Problemi di restauro dei monumenti*. Roma: Bulzoni, 1976.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARTA DE ATENAS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- CASÉ, Paulo. *A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro: EDIOURO, 2000.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHILD, Margaret. *Considerações Complementares sobre "Seleção para Preservação: uma abordagem materialística"*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.
- CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidades*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

COELHO, Leticia Castilhos. *Revelando a paisagem através da fotografia: construção e aplicação de um método*. Porto Alegre: Dissertação de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR/UFRGS, 2011a.

COELHO, Teixeira. Direito cultural no século XXI: expectativa e complexidade. In: *Direitos culturais: um novo papel*. Revista Observatório Itaú Cultural/OIC, n.11 (jan./abr.2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011b, p.6-14.

CONWAY, Paul. *Preservação no Universo Digital*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.

CORREIA, Tobias Damião. A interculturalidade dos direitos humanos na sociedade contemporânea: (re)pensando a igualdade e a diferença. In: *Cultura e prática dos direitos fundamentais*. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010. cap. 8, p. 141-160.

COUNCIL FOR MUSEUMS, THE. *Archives and Libraries Parâmetros para a Conservação de Acervos* / Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2004. 154 pp. – (Museologia. Roteiros práticos; 5 – Conservação de acervos) Disponível em < [http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf09\\_downloads.php](http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf09_downloads.php) > Acesso em: 12 abr. 2010.

COUNCIL FOR MUSEUMS, THE. *Archives and Libraries Parâmetros para a Conservação de Acervos* / Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; tradução: Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2004. 154 pp. – (Museologia. Roteiros práticos; 9 – Conservação de coleções). Disponível em < [http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf09\\_downloads.php](http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf09_downloads.php) > Acesso em: 12 abr. 2010.

COURBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Paris, Les éditions textuel, 2001.

CRUZ SOUZA, Luiz Antônio. *Conservação preventiva: controle ambiental*. Tópicos em conservação preventiva 5. Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR - EBA -UFMG, 2008. 23 p.

CRUZ SOUZA, Luiz Antônio e FRONER, Yacy-Ara (org.). *Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios*. Tópicos em conservação preventiva 3. Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008a. 21 p.

\_\_\_\_\_. *Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva*. Tópicos em conservação preventiva 1. Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008b. 43 p.

CUNEGATTO, Thais. *Etnografia na Rua da Praia: um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS, UFRGS, 2009.

CUTY, Jeniffer. Revisando a dimensão conceitual e política da cultura de preservar cidades. In: FRANÇA, Maria Cristina; LOPES, Cicero Galeno e BERND, Zilá (org.). *Patrimônios*

*memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura*. Série Memória e Patrimônio 2. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010. p. 126-141.

\_\_\_\_\_. *A preservação cultural sob a ótica do imaginário e da memória coletiva*. In: Revista Iluminuras, Nupecc, LAS, PPGAS, vol. 10, n.24. Porto Alegre: BIEV/ILEA/UFRGS, 2009. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/issue/view/908> > Acesso em 13 jun 2010.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

DEMANTOVA, Graziella Cristina e RUTKOWSKI, Emília Wanda. *A sustentabilidade urbana: simbiose necessária entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social*. Vitruvius. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br> > . Acesso em 12 set 2008.

DEVOS, Rafael. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipelago, Porto Alegre, RS*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, 2007.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. SP, Cultrix, 1988.

\_\_\_\_\_. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

\_\_\_\_\_. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ciência do Homem e Tradição: o novo espírito antropológico*. São Paulo: Triom, 2008.

ECKERT, Cornelia. *Questões em torno de uso e de relatos e narrativas biográficas da experiência etnográfica*. In: Revista Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 19, Porto Alegre, 1998.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *A narrativa e a captura do movimento da vida vivida*. *Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 47. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: porque e como preservar o passado*. In: *Habitus*, Revista do Instituto de Pré-História e Antropologia. Universidade Católica de Goiânia. Goiânia, GO, Ed. da UCG. Vol. 1, n. 1, jan./jul. 2006.

\_\_\_\_\_. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Narrar a cidade: experiências de etnografias da duração*. In: POSSAMAI, Zita (org). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FERREIRA, Jonatas. *Da vida ao tempo: Simmel e a construção da subjetividade no mundo moderno*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n.44, out/2000, pp. 103-117.

FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital – conceitos, estratégias e actuais consensos*. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades ao Museu Moderno*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005.



FONSECA, Claudia Lee Williams. Direitos e diálogos: a importância da pesquisa na promoção de direitos humanos. In: *Temas sociais em expressão*, Frederico Westphalen, RS Vol. 1, n. 1 (jun. 2000), p. 9-21.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro:Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

\_\_\_\_\_. Da modernização à participação : a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista Patrimônio*. Cidadania. IPHAN, n.24, 1996 (p. 153-163).

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Memória e Informação*. Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo\\_info/mi\\_2004/FCRB\\_MemoriaInformacao\\_RosariaOno.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2004/FCRB_MemoriaInformacao_RosariaOno.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

\_\_\_\_\_. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras Escolhidas, Vol. 1. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GENRO, Tarso (org.). *Porto da cidadania: a esquerda no governo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

GEVERS, Ine. *Niet Normaal*. Disponível em < [www.nietnormaal.nl](http://www.nietnormaal.nl) > Acesso em 20 dez 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os limites do patrimônio*. In: BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia e LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

\_\_\_\_\_. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos Santos e ROCHA, Cláudia Regina Alves da. *Conservação de acervos/Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Colloquia. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. *A morada como duração da memória: estudo antropológico das narrativas e trajetórias sociais de núcleos familiares e redes de camadas médias urbanas habitantes da cidade de Porto Alegre, RS – Brasil e do bairro de San Telmo, na cidade de Buenos Aires – Argentina*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), PPGAS/UFRGS, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Edward. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

- HALLAM, J. *Conservation and storage: technology*. Manual of Curatorship: a guide to museum practice. London: Butterworths, 1986. p.323-332. Fala sobre uma tendência para a restauração além do necessário.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Cap. 9: “Utopismo dialético”; p. 239-258.
- HAZEN, Dan. *Desenvolvimento, Gerenciamento e Preservação de Coleções*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Modos de ver: museus e comunicação. In: *Cadernos do CEOM* n.12. Chapecó: Argos, 2000, p. 133-157.
- ICOM COMMITTEE FOR CONSERVATION. *Code of ethics*. Disponível em < <http://www.icom-cc.org> > Acesso em 25 de junho de 2011.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do Centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.
- KASHIWAGI, H. M. A contribuição da fenomenologia nos processos de intervenção urbana em ocupações irregulares. In: *Geografia*, v.14, n. 2, jul./dez. 2005. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.
- KRAWCZYK, Flávio. *Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2002.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. Dez 2010, vol.18, no.2, p.287-320.
- \_\_\_\_\_. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. Cotia: Ateliê, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo, FAPESP, 1998.
- LA VILLE: DU REEL A L’IMAGINAIRE. (Colloque). Rouen : Université de Rouen, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, n.72, 2010, p.73-89.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Políticas de desenvolvimento e patrimonio cultural. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- LUCCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. *Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas*. Brasília: Thesaurus, 1995. 128p.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A (re)significação da paisagem no período contemporâneo*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

- LUZ, Margareth da. “*O melhor de Niterói é a vista do Rio*” – Políticas culturais e intervenções urbanas: MAC e Caminho Niemeyer. Niterói: Tese de Doutorado, UFF, 2008.
- LYNCH, Kevin. *De qué tiempo es este lugar?* Barcelona: Gustavo Gilli, 1972.
- \_\_\_\_\_. *La buena forma de La ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- \_\_\_\_\_. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- MALDONADO, Simone. Apresentação In: *Política & Trabalho*. Setembro de 1996. 12. Editora Universitaria UFPB, PPGS e UFPB. 1996. p. 5 a 10.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental: uma abordagem transdisciplinar*. Disponível em [SciELO](#).
- \_\_\_\_\_. *Direito ambiental*. 4. ed. Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2007. 254 p.
- MARTINI, Maria Luiza. *Corredor Cultural – Rua da Praia*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 1997.
- MARZULO, Eber Pires; OLIVEIRA, Lívia Koeche de; KIST, Lucas Ribeiro. São Paulo, sociedade anônima e a construção do urbano no Brasil. In: *GPIT: Grupo de Pesquisa Identidade e Território*. Disponível em < <http://gpitufrgs.wordpress.com/artigos/> >. Acesso em 14 mar. 2012.
- MATERO, F. Ethics and Policy in Conservation. In: *Conservation*. v.15, n.1, p.5-9, 2000.
- MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Ana Lúcia Goelzer Meira; orientação Sandra Jatthy Pesavento. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2008.
- MENDES, Marylka e BAPTISTA, Antonio Carlos Nunes. *Restauração: ciência e arte*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. 408 p. : il.
- MENSCH, Peter van. *O objeto de estudo da museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UNIVERSIDADE GAMA FILHO, 1994. [Pretextos Museológicos 1].
- MESENTIER, Leonardo Marques de. Plano de preservação: um instrumento necessário. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos culturais, pontos de contato entre diversidade e direitos humanos. In: *Direitos culturais: um novo papel*. Revista Observatório Itaú Cultural/OIC, n.11 (jan./abr.2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011, p.27-42.
- MOLES, A. & Rohmer, E. *Labyrinthes du vécu, l'espace: matière d'action*. Paris, Méridiens, 1984.
- MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

- MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MULLER, Cíntia Beatriz e CHAGAS, Miriam de Fátima (org.). *Dinâmicas de cidadania: abordagens etnográficas sobre a diversidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- NYGAARD, Paul Dieter. *Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- OGDEN, Sherelyn. *Caderno Técnico: planejamento e prioridades*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.
- OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de. Cultura da democracia para direitos humanos multiculturais. In: *Cultura e prática dos direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. cap. 1, p. 3-15.
- PANIZZI, Wrana M, ROVATI, João F. (org.). *Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.
- PEASON, Colin. Preservação de Acervos em Países Tropicais. In MENDES, Marylka (org.). *Conservação: conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2001.
- PELEGRINI, Sandra. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2002a.
- \_\_\_\_\_. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. Memória, história e cidade. Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p.23-35, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia, ZANIRATO, Sílvia Helena. (Org.) *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Ediem, 2005.
- PESCI, Ruben. *La ciudad de la urbanidad*. La Plata: Fundación Cepa, 1999.
- PESSANHA, José Américo Motta. Bachelard e Monet: o olho e a mão. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo, Companhia das Letras. p. 149 a 165.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PONTUAL, Virginia; HARCHAMBOIS, Mônica et all. Divulgação e interpretação do patrimônio: o pátio de São Pedro no Recife. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS. *XIII Congresso Abracor: preservação do patrimônio cultural – ética e responsabilidade social*. Porto Alegre: Acor-rs, 2009, p. 125-130.
- PORTO ALEGRE. Plano Geral de Melhoramentos. Porto Alegre (documento), João Moreira Maciel, 1914.
- \_\_\_\_\_. Expediente Urbano. Porto Alegre (documento), Edvaldo Pereira Paiva, 1942.
- \_\_\_\_\_. *PDDU: Plano Diretor (1954-59)*. Porto Alegre: Corag, 1959.

- \_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial, 1971.
- \_\_\_\_\_. Relatório final da Comissão designada pela Portaria 209/1971. Porto Alegre (documento), 1971.
- \_\_\_\_\_. *PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. Porto Alegre: Corag, 1979.
- \_\_\_\_\_. *PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental*. Porto Alegre: Corag, 2000.
- POSSAMAI, Zita (Org.). *A memória cultural numa cidade democrática*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XX-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*. Campinas, Papirus, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tomo I, II, III. Campinas, Papirus, 1993.
- \_\_\_\_\_. Paul. *Arquitetura e Narratividade*. Urbanisme, Paris, n. 303, p. 44-51, nov./dez. 1998.
- ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris : Gallimard, 1997.
- RIEGL, Alois. *Le culture moderne des monuments*. Paris: Seuil: 1984.
- ROLNIK, Raquel. *Cidade: Planejamento urbano - mudar, atuar e viver*. In: Teoria e Debate, n.9, jan./fev./mar 1990. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=588> Acesso em: 27/11/2008 >
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1980.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. In: *Revista Patrimônio*. Cidadania. IPHAN, n.24, 1996 (p. 97-105).
- \_\_\_\_\_. *As fachadas da história : as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967*. (Dissertação de mestrado). Campinas, IFCH, 1992.
- SANSOT, Pierre. *Les Formes Sensibles de la vie sociale*. Paris, PUF, 1986. p. 11 a 62.
- \_\_\_\_\_. *Variations paysagères*. Paris, Klincksieck Esthétique, 1983.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador : UFBA, 1995.
- \_\_\_\_\_. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: DPA, 2003.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto, 1988.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. In: *Revista Patrimônio*. Cidadania. IPHAN, n.24, 1996 (p. 77-95).
- SARLO, Beatriz. *Siete ensayos sobre Walter Benjamin y una ocurrencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

- SCHUITEN, François. *Brusel*. Paris: Garamond, 2001.
- SHAHEED, Farida. O novo papel dos direitos culturais. Entrevista com Farida Shaheed, da ONU. In: *Direitos culturais: um novo papel*. Revista Observatório Itaú Cultural/OIC, n.11 (jan./abr.2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011, p.15-26.
- SILVA, Daniela Silva da. O si-mesmo como um outro. (resenha). In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.43, n.4, out.dez.2008, p.99-112.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p 11 a 25.
- \_\_\_\_\_. A ponte e a porta e a Filosofia da Paisagem. In: *Política & Trabalho*. Setembro de 1996. 12. Editora Universitaria UFPB, PPGS e UFPB. 1996. p. 10 a 24.
- \_\_\_\_\_. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SMIT, Joahanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penhados; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p.11-22.
- SOLÁ-MORALES, Manuel de. Ações estratégicas de reforço do centro. Em: Os Centros das Metrôpoles. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.109-120.
- SOUZA, Celia Ferraz de e MULLER, Doris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SOUZA, Celia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.
- STEIL, Carlos. Apresentação. In: *Horizontes antropológicos*. v.7 n.15. Porto Alegre jul. 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Vozes, 1982.
- TORRES, Ana Paula Repolês. The sense of politics in Hannah Arendt. In: *Trans/Form/Ação*, (São Paulo), v.30 (2), 2007, p.235-246.
- TRUSIANI, Elio. *Patrimônio cultural: transformação e conservação nas políticas públicas de Porto Alegre/Brasil*. Porto Alegre (mimeo – relatório técnico de pesquisa), 2006.
- UNITED KINGDOM INSTITUTE FOR CONSERVATION OF HISTORIC AND ARTISTIC WORKS. *Members Handcook, memorandum, regulations, code of ethics and rules of practice*. London, 1996.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. Patrimônio, negociação e conflito. In: BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia e LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34, 2000.

WARD, Philip. *La conservación del patrimonio: Carrera contra el reloj*. Califórnia: Getty Conservation Institute, 1986.

WATIER, Patrick. *Georg Simmel sociologue*. Paris, Circé, 2003.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

### **Jornais consultados:**

CARNEIRO, João. Diversas perspectivas do Centro. *Zero Hora*, Porto Alegre, ZH Centro, Ano 3, n.30, jul/ago 2008.

DONINI, Marcela. Bem-vindo ao Centro Histórico. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.1, ZH Centro. Ano 3, n.30, jul/ago 2008.

MELO, Itamar. Centro renovado: o coração da capital volta a ser cobiçado. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32, 20 fev. 2011.

MOREIRA, Carlos André. Patrimônio cultural em risco. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4-5, ZH Cultura. 14 jan. 2012.

PANORAMA PRADENSE. Antônio Prado sedia encontro sobre turismo cultural. *Panorama Pradense*, Antônio Prado, p.1, 23 set. 1999.

ZERO HORA. Centro renovado: o futuro em construção. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 34, 20 fev. 2011.